

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA –
PPHR**

TESE

**“Nas muralhas sombrias”: experiências carcerárias
na Penitenciária Modelo, Aracaju/SE, 1926-1955**

Mariana Emanuelle Barreto de Gois

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**“NAS MURALHAS SOMBRIAS”: EXPERIÊNCIAS CARCERÁRIAS
NA PENITENCIÁRIA MODELO, ARACAJU/SE, 1926-1955**

MARIANA EMANUELLE BARRETO DE GOIS

Sob a Orientação do Professor

Álvaro Pereira do Nascimento

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora em História, no
Curso de Pós-Graduação em História, Área de
Concentração em Relações de Poder, Trabalho e
Práticas Culturais

Seropédica, RJ
Dezembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G216 Gois, Mariana Emanuelle Barreto de , 1984
"Nas muralhas sombrias": experiências carcerárias
na Penitenciária Modelo, Aracaju/SE, 1926-1955 /
Mariana Emanuelle Barreto de Gois. - Itapicuru/BA,
2019.
230 f.
Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais /
Programa de Pós-Graduação em História , 2019.
1. Penitenciária. 2. Crime. 3. Cor. 4. Gênero. 5.
Pós-abolição. I. Nascimento, Álvaro Pereira do , 1964-
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais /
Programa de Pós-Graduação em História III. Título.

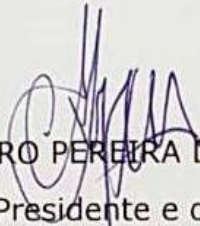
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO


MARIANA EMANUELLE BARRETO DE GOIS

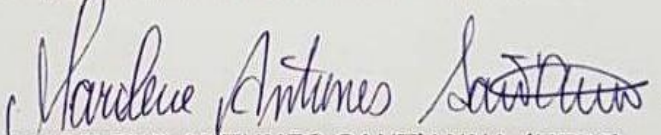
Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

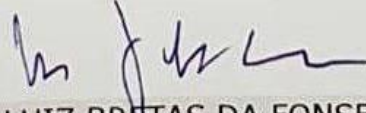
TESE APROVADA EM 12/12/2019

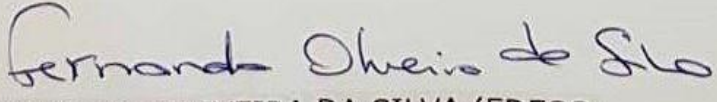
Banca Examinadora:


Doutor (a) ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO – UFRRJ
(Presidente e orientador)


Doutor (a) FABIANE POPINIGIS – UFRRJ


Doutor (a) MARILENE ANTUNES SANT'ANNA (UERJ)


MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA (UFRJ)


FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA (EDESC)

A meus pais, João Moura de Gois Filho
Maria da Conceição Barreto de Gois (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

-A luta está difícil, mas não posso desistir.
Depois da tempestade, flores voltam a surgir
Mas quando a tempestade demora a passar
A vida até parece fora do lugar
Não perca a fé em Deus. Que tudo irá se acertar!

(Xandy de Pilares, Gilson Bernini e Karlinhos Madureira)

Quando decidi cursar doutorado na UFRRJ, tinha convicção de que viveria uma nova fase, repleta de desafios, lutas e muito conhecimento. Aquele era um lugar desconhecido. A única coisa evidente era que iria estudar na Cidade Maravilhosa, terra do samba. Inspirada na letra da composição *Fé em Deus*, apresento os meus agradecimentos.

-Fé em Deus, tudo irá se acertar!. Esse lema embalou minhas idas e vindas ao Rio de Janeiro, mesmo tendo minha mãe -apreensiva! a cada viagem. Eram semanas puxadas, rara era a viagem em que eu não decolava com a -luz! acesa na aeronave, lendo, e no retorno madrugava nas leituras dos livros, aguardando o voo no aeroporto -Galeão!.

A escrita de uma tese não foi um ofício leve. Foi um caminho ladeado por muita saudade. Imagine tudo isso em um emaranhado de -perdas!. Daí se foram meus quatro avós, um tio e minha saudosa -mainha!. Só quem sabe mensurar o amor de uma mãe saberá o que eu estou sentindo a cada palavra escrita aqui. Foi muito choro, vivi dias difíceis, a vontade de desistir era profunda, mas a minha mãe foi a força que motivou este trabalho. Esta vitória é da senhora! Jamais me esquecerei do Natal de 2016, quando falou que sua amiga secreta era alguém que, quando queria algo, -ia em busca da felicidade e seria Doutor!. Talvez esse tenha sido o abraço mais apertado e afetuoso que teria recebido, dias antes de seu falecimento. Todo este trabalho é dedicado de forma muito especial aos meus pais, Maria da Conceição Barreto de Gois (*in memoriam*) e João Moura de Gois Filho, meu -painho!, ele que vive lado a lado comigo sonhando meus sonhos! Obrigada por ter sempre me dado os melhores exemplos e lutado para proporcionar uma boa educação, certamente foi essa trajetória que me fez chegar até aqui.

As minhas irmãs Mayane Deyse e Marieny Danielly, por sempre me apoiarem e mesmo não entendendo algumas decisões que precisei tomar. Ao tempo em que o doutorado foi tomando forma, a família foi crescendo e de repente três sobrinhos: Matheus, Miguel e Gabriel, todos eles dividiram meu colo com a tela do notebook e a escrita da tese. Matheus acompanhou mais de perto toda a escrita, tentando tirar minha atenção, riscando meus livros,

a parede do meu quarto e nos momentos finais conseguiu excluir o texto da minha Introdução. A frase que mais pronunciava era: –Titia, vá estudar!! Ele cresceu junto com a tese! Acabou, Teteu!

O Prof. Álvaro Nascimento, foi mais que um orientador, tive o privilégio de conviver com uma pessoa muito humana. O senhor pode não recordar, o e-mail que enviou no momento mais delicado da minha vida, o falecimento de minha mãe: –vamos com calma, der tempo ao tempo. Há dores que são vividas e vão passar. Vai dar tudo certo e você será a doutora que merece ser, vitoriosa!! Seguímos e foi difícil lidar com meu jeito –afoito!, como denominou, mas foi sendo lapidado dia a dia. Obrigada pela força, por tudo o que partilhamos nesses anos. Aprendi muito com o senhor desde nossa primeira orientação na sala de aula do *Campus* de Nova Iguaçu, onde fui questionada sobre as –cores! dos presos. Desde aquele dia tive muitos aprendizados. Obrigado pelos ensinamentos e o pelos bons momentos partilhados.

Sou grata aos professores do Programa de Pós-Graduação da Rural, em especial aos professores: Carlos Araújo, Carlos Coutinho, Rebecca Contijo e Barros Assunção. Em especial agradeço a Fabiane Popinigis, por acompanhar os resultados deste trabalho. Não vou esquecer a frase: –Se eu fosse uma cartunista, desenharia a Mariana afogada nas fontes!, muito obrigada pelos ensinamentos. Agradeço também ao Paulo, secretário do Programa de Pós-graduação pela presteza de sempre.

A banca de qualificação, em nome dos professores Fabiane Popinigis e Fernanda Oliveira, pela contribuição, apontando os melhores caminhos para chegar até aqui. De modo especial ao Prof. Marcos Bretas, por ter acompanhado há mais de uma década minha trajetória acadêmica e ter-me inspirado nos estudos sobre o crime e as prisões.

No percurso desta tese passei por diversas casas de memórias, –escarafunchando! documentos. No Arquivo Judiciário de Sergipe, não posso deixar de agradecer a Eugênicia Andrade, Carla, Anderson e Assunção. No Arquivo Público do Estado de Sergipe, pude contar com a valiosa ajuda do Prof. Milton, de Edna e de Josefa. Estes dois lugares foram os que mais visitei durante uma década. Nos últimos momentos da pesquisa contei com a ajuda dos funcionários do DESIPE, em especial Adriana e Vânia.

Para conseguir organizar as fontes, contei com a preciosa ajuda de Walter, Wagner e Marivaldo. Ainda sobre as questões de tecnologia, contei com a ajuda de André e Kelly, socorreram-me em muitos momentos. Sem vocês, meus dias seriam mais difíceis.

Agradeço as indicações de referências e fontes dos amigos de caminhada histórica, Wanderley, Mário Resende, Mateus Antônio, Rosana Falcão, Natália Amado, Gilfrancisco,

Valéria Oliveira e Camila Avelino. À Sheyla Farias, agradeço por ter me inspirado na caminhada acadêmica e por transmitir fé e força!

Aos amigos dos tempos da graduação Igor Oliveira, por ter acompanhado os primeiros indícios destes trabalhos e dando-me incentivos para continuar; Rafael Santa Rosa, pelo apoio e o zelo nos debates dos capítulos e torcida para chegar ao fim; e Humberto Ferreira por ter trilhado comigo os primeiros passos deste sonho.

À minha amiga irmã Cristiane Santana, com você vivi as angústias e desesperos das seleções que pleiteei e a você devo o incentivo de ter mudado a rota e ter chegado na Rural. Lembro-me com se fosse hoje, enviei os documentos para seleção no último dia da inscrição, meu avô estava na UTI. Obrigada por me deixar fazer parte da tua família e por sempre me acolher na Bahia. Ainda sobre viver bons momentos no axé baiano, não posso deixar de registrar a energia que transmitem Leonardo e Isabelle obrigada por tornarem meus dias melhores!

Ao Professor Ibarê Dantas agradeço por me apresentar o –tesouro|| desta tese, o romance *Vidas perdidas*. Agradeço o zelo na leitura dos capítulos e os ricos comentários no texto.

Na minha formação tive professores que foram fundamentais na caminhada, pelos incentivos e contribuição na formação. Agradeço às professoras Edna Maria, Márcia Barreiros; Maria Nely (pela leitura atenta e cuidadosa de alguns textos desta tese, e por ter me tornado uma pesquisadora); Lina Aras (por contribuir com o trabalho quando ainda era projeto). Para enriquecer os debates tive bons diálogos com a historiadora Ana Flávia e o historiador Robério Souza no ST do Pós-abolição na ANPUH em Brasília. À historiadora Cláudia Trindade, agradeço pelo envio de textos importantes para compreender o complexo mundo prisional e pelas orientações quanto ao trato das fontes.

À professora Janaína Mello agradeço o apoio ao longo da caminhada, com indicações de leituras e incentivos.

Aos amigos lagartenses, agradeço pela torcida durante a longa caminhada e por ter dividido bons momentos com vocês: Vanda Monteiro, Rusel Barroso, Silvania, André, e ao meu professor de espanhol, Dênis. Da minha terra amada Riachão agradeço aos historiadores Renilton, Joana Carvalho e Avani Gama; e a José Lopes de Almeida, pela torcida nesta caminhada!

À minha família, pelo apoio incondicional, representando os Gois e Moura; tia Isabel e a família Barreto e a todos da minha amada Sambaíba/BA; o tio João Batista Barreto, vocês

são muito especiais. O destino nos apresentou com os Mouras, de Conquista/BA, representados por Nayara, que de maneira mais específica vivenciou estes capítulos tomando forma e sempre questionando sobre o andamento do texto, mesmo distante se fez muito presente. Jadson, posso dizer que és o irmão que não tive, tão querido por minha mãe. Obrigada por ter tornado nossos encontros especiais. Vocês se fizeram presente quando mais precisei. Gratidão!

Aos amigos do UniAGES pelo apoio e compreensão, dois se destacaram: Aristhela e Jaldemir Batista. Ainda na AGES tive o privilégio de compartilhar bons momentos com duas pessoas muito especiais, Elaine e Mayara, com elas pude caminhar até o fim, remando e me divertindo com as boas conversas. O doce -labor|| da construção da tese permeava nossos dias. Não posso deixar de agradecer a estrela que Deus colocou no meu caminho: Erika Evelyn, valeu pela positividade.

Às amigas Amanda e Akassia, tive o privilégio de contar com uma torcida em dose dupla. Caminharam lado a lado e estão ansiosas com esta etapa de finalizações! Obrigada por me tirarem das -grades||, quando era necessário.

Sou grata aos colegas do doutorado que dividiram os -amores e desamores|| emergidos da escrita da tese, Jossefrânia, Eduardo, Ana Paula e Fabíola, estas duas me acolheram na capital carioca de forma cuidadosa e foram minhas leitoras assíduas. Como é bom recordar os dias que voltávamos das aulas no metrô em direção à Central do Brasil, em meio às conversas ouvíamos os -ditos|| dos comerciantes cariocas -Kit Kat, um real||; -É luxo, é marca||. Fabíola Tomé acompanhou de forma mais presente o -sabor|| de um doutoramento, mas insistia em dizer -Mariana, eu tenho vida||. Obrigada por tudo! No Rio encontrei amigos baianos. O Antônio me apresentou o caminho da Rural. Ele e Ayala me receberam de forma carinhosa, com -vatapá|| baiano. Nesse dia o tempero baiano invadiu o alojamento da rural!. O que dizer da historiadora Natalia Peçanha? o que nos uniu foi o pós-abolição, você deixou meus dias mais leves, até parece que a gente se conhece há anos. Obrigada pelos intensos diálogos desde a construção a fase de entrega deste texto. Valeu por tudo!

Minha amiga Silvânia e minha dinda Ofélia, obrigada por vibrarem com minhas conquistas. Em especial à Sílvia, por ter acompanhado de forma mais próxima essa caminhada, sempre com uma mensagem positiva e um convite social! Vocês são especiais.

Aos amigos que me acolheram no IFS, em especial Lidiane e Nara, pelos ensinamentos e incentivos, aprendi muito com vocês a ter fé e perseverança. E a Idenilde pelo apoio incondicional.

Aos alunos do Centro Universitário AGES, agradeço pelo incentivo na caminhada, em nome destes saúdo todos, Lázaro, Joycimara, Israel, Vaniele, Maria Eliane e Igor. Nesse espaço tive o apoio de pessoas que vivenciara mais de perto meus dias –tensos e –felizes a cada avanço desta tese: Vanessa, Amanda e Ana Maria a vocês agradeço a ajuda principalmente nas madrugadas quando precisava da leitura de pequenos trechos de textos e fontes. Sem vocês a caminhada seria bem difícil.

À prima Márcia Marques por me fazer acreditar que eu podia chegar até aqui. As amigas de caminhada na vida, Maria de Lourdes, Suzana e Nana Thaine, vocês são luz!

Nos últimos meses da finalização da tese, contei com o apoio incondicional da amiga Renata Mascarenhas, ela esteve presente em cada minuto destes –ditos finais, ouviu os –desesperos de uma doutoranda, era sem dúvida um –diário de borda, eu não sei como aguentou a –ladainha da tese. Para além deste apoio contei também com a vasta experiência na área jurídica dela e do esposo, o jurista Ronivon, com o fito de sanar dúvidas quanto aos termos jurídicos presentes na documentação judicial que compõe este trabalho. Ainda de forma inesperada, Renata encontrou uma nota no jornal que mudou o rumo da história do –Bola de Neve. Obrigada por tudo e por tanto! Aprendi muito com você.

À amiga Jaqueline Oliveira, foi a pessoa que revisou as primeiras páginas deste trabalho, viu os capítulos tomarem forma, obrigada pelo carinho, incentivo e zelo. Ao geógrafo Felipe Pessoa, por ter tornado real o objetivo de trilhar a história social do Bairro América, construindo os mapas desta tese com muito zelo.

Ao amigo Luizão agradeço pela leitura cuidadosa sobre o capítulo que trata do contexto e pelos ensinamentos proporcionados pela sua escrita sobre Aracaju. Com você vibrei a cada passo deste texto, como diz você, é Check! Sou-lhe grata por ter-me apresentado à Profa^a Tânia Maria da Conceição Meneses, a revisora desta tese, aquela que chegou na etapa final, mas que foi essencial para dar o –brilho que faltava.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

As gratulações foram longas, mas necessárias, desculpem-me se cometi algum lapso, sintam-se todos abraçados. Agora posso curtir um samba e cantar a canção –Tá escrito! “*Às vezes a felicidade demora a chegar / Aí que a gente não pode deixar de sonhar / Guerreiro não foge da luta e não pode correr / Ninguém vai poder atrasar quem nasceu para vencer*” (Xandy de Pilares, Gilson Bernini e Karlinhos Madureira).

RESUMO

GOIS, M. E. B. de. —**Nas muralhas sombrias**||: experiências carcerárias na Penitenciária Modelo, Aracaju/SE, 1926-1955. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

A presente tese busca analisar as experiências dos indivíduos na comunidade prisional da Penitenciária Modelo de Aracaju, conhecida como -A Grandell, no período de 1926-1955, perscrutando as relações mantidas entre os detentos e estes com guardas, direção e moradores da região, nos espaços internos e externos da instituição. A -Grandell foi construída em uma área rural denominada -Alto da Pindaíball, distante do perímetro urbano e que posteriormente foi chamada de Bairro América, urbanizado pelos familiares dos presos. Fato este, que possibilitou a troca de práticas culturais no entorno da Penitenciária, e que nos fez alegar que apesar de ser intitulada de Penitenciária Modelo continuou a reproduzir os resquícios das cadeias antigas sergipanas. Para além desta questão, objetivou analisar as relações de gênero permeadas pelo cotidiano prisional, bem como discutir a trajetória de indivíduos no pós-abolição sergipano. Das narrativas analisadas, discutimos episódios que mostram o dinâmico mundo prisional sergipano, ladeado pela violência entre o corpo administrativo e os detentos, pela falta de higiene, comida insuficiente, ausência de estrutura, castigos corporais, abusos sexuais e racismo. À luz dos debates sobre a história social, utilizamos um corpo documental diverso, a exemplo de processos-crimes; Livro de parte diária da Penitenciária; Relatórios institucionais de governo; Ofícios; Laudos médicos; Prontuários; Fichas de presos; Mapas da população prisional; Censos; Regulamento; Correspondências de presos; Livros de castigos; romances; periódicos e obras de memorialistas. Do cotejamento da documentação concluímos que havia ausência de atributos exigidos pela ciência penal na concepção global moderna, mesmo tendo ocorrido uma reforma prisional de forma tardia. A Penitenciária Modelo de Aracaju, entre suas —muralhas sombrias||, continuou oferecendo um precário serviço prisional.

Palavras-chave: Penitenciária; Crime; Cor; Gênero; Pós-abolição.

ABSTRACT

GOIS, M. E. B. de. —**In the dark walls**: prison experiences in the Model Penitentiary, Aracaju/SE, 1926-1955. 2019. 230 f. Thesis (Doctorate in History) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

This thesis seeks to analyze the experiences of individuals in the prison community of Aracaju Model Penitentiary, popularly known as "A Grande", in the period 1926-1955, examining the relations maintained between the detainees and these with guards, direction and residents of the region, in the internal and external spaces of the institution. "A Grande" was built in a rural area called "Alto da Pindaíba", far from the urban perimeter and later turned Bairro América, urbanized by the prisoners' relatives. This fact enabled the exchange of cultural practices around the Penitentiary, and made us claim that despite being called the Model Penitentiary, it continued to reproduce the remnants of the ancient jails of Sergipe. In addition to this issue, it aimed to analyze the gender relations permeated by prison daily life, as well as to discuss the individuals' trajectory in the post-abolition of Sergipe. From the narratives analyzed, we discuss episodes that show the dynamic Sergeant Prison world, flanked by violence between the administrative body and the detainees, lack of hygiene, insufficient food, lack of structure, corporal punishment, sexual abuse racism. In the light of the debates on social history, we use a diverse documentary body, for instance Criminal proceedings: Penitentiary daily part Book; Institutional government reports; Crafts; Medical reports; Medical records; prisoners' files, prison population maps; Census; Regulation; prisoners' correspondence; punishment Books; Romance; Journals and memorialists' work. From the documentation collation, we conclude that there was a lack of attributes required by criminal science in the modern global conception, even though there was a late prison reform, the Aracaju Model Penitentiary, among its "dark walls", continued to offer a precarious prison service.

Keywords: Penitentiary; Crime; Color; Genre; Post abolition.

LISTAS DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

AGJES – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

BICEN – Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

BPED – Biblioteca Pública Epifâneo Dória

BND – Biblioteca Nacional Digital

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

ITB – Instituto Tobias Barreto

BPED – Biblioteca Pública Epifâneo Dória

EGESP – Escola de Gestão Penitenciária de Sergipe

DESIPE – Departamento do Sistema Penitenciário

INFOPEN – Informações Penitenciária Nacional

TJSE – Biblioteca Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

BPMFO – Biblioteca Pública Municipal Dr. Florival de Oliveira / Município de Itabaiana

BPMJVC – Biblioteca Municipal José Vicente de Carvalho / Município de Lagarto

Biblioteca Municipal Osman Hora Fontes / Município de Riachão do Dantas

SP⁵ – Fundo de Segurança Pública do Arquivo Público do Estado de Sergipe

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cadeia Pública de Aracaju, 1908.....	33
Figura 2 - Construção da Penitenciária Modelo - 1926.....	37
Figura 3 - Penitenciária Modelo - 1931.....	38
Figura 4 - Ala –All da Penitenciária Modelo	41
Figura 5 - Mapa da localização da Cadeia Pública e Penitenciária Modelo.....	53
Figura 6 - Primórdios do Bairro América	55
Figura 7 - Intermediações da Rua Haiti com Canadá.....	57
Figura 8 - Mapa da evolução do Bairro América	58
Figura 9 - Time de Futebol da Penitenciária Modelo.....	61
Figura 10 - Detentos / uniforme	68
Figura 11 - Ficha do detento Pedro Alexandrino de Jesus	70
Figura 12 - Sistema Bertillon-Vucetich.....	71
Figura 13 - Prontuário do detento Pedro Alexandrino de Jesus	74
Figura 14 - Fotografia do detento Joviniano José dos Santos	75
Figura 15 - Fotografia do detento João Francisco dos Santos.....	75
Figura 16 - Marcas de Manoel Antônio Miguel.....	107
Figura 17 - Marcas de João Soares da Silva.....	107
Figura 18 - Mapa das tatuagens elaboradas pelos detentos	108
Figura 19 - Enfermaria da Penitenciária Modelo	129
Figura 20 - Oficinas da Penitenciária Modelo.....	134
Figura 21 - Cella em um pavilhão	156
Figura 22 - Ficha de identificação de Maria Arlinda	161
Figura 23 - Prontuário de Maria Arlinda.....	162
Figura 24 - Ficha de identificação do –Bola de Nevell	171
Figura 25 - Tranca/Isolamento	173
Figura 26 - Vaso sanitário da tranca de isolamento	174
Figura 27 - Mapa dos insultos atribuídos ao –Bola de Nevell	187
Figura 28 - O detento –Bola de Nevell	188
Figura 29 - Departamento do Sistema Prisional / DESIPE	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Parte Diária do Movimento da Penitenciária Modelo (22 a 23 de outubro).....	40
Tabela 2 - Situação financeira da Penitenciária Modelo, 1948	43
Tabela 3 - Classificação dos detentos	66
Tabela 4 - Estatística dos internos referente ao ano de 1930.....	77
Tabela 5 - Estatística dos internos referente ao ano de 1948.....	78
Tabela 6 - Naturalidade	80
Tabela 7 - Faixa Etária.....	80
Tabela 8 - Sexo	82
Tabela 9 - Estado Civil	83
Tabela 10 - Sexo e estado conjugal	83
Tabela 11 - Instrução	84
Tabela 12 - Sexo e Instrução	84
Tabela 13 - Crime contra a pessoa.....	87
Tabela 14 - Crime contra a honra	88
Tabela 15 - Crime contra a propriedade	89
Tabela 16 - Crimes diversos	90
Tabela 17 - Presos trabalhadores nos transporte.....	91
Tabela 18 - Presos trabalhadores nos serviços agrários.....	92
Tabela 19 - Presos trabalhadores do Comércio	93
Tabela 20 - Preços dos alimentos	94
Tabela 21 - Presos que atuam em serviços diversos.....	95
Tabela 22 - Presos trabalhadores na Construção Civil	96
Tabela 23 - Presos trabalhadores na Indústria	97
Tabela 24 - Profissionais liberais e servidores públicos.....	98
Tabela 25 - Outros tipos de profissão	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cor/Alcunha.....	102
Quadro 2 - Vocabulário da Penitenciária Modelo.....	104
Quadro 3 - Alcunhas	105
Quadro 4 - Motivações/Instrumentos	110
Quadro 5 - Livro de Parte Diária do movimento da Penitenciária Modelo.....	124
Quadro 6 - Serviços Diários na Penitenciária Modelo	124
Quadro 7 - Relatório do Serviço Médico do Gabinete de Biologia Criminal e do Manicômio Judiciário Lemos Brito	130
Quadro 8 - Relatório do Serviço Médico do Gabinete de Biologia Criminal e do Manicômio Judiciário Lemos Brito	132
Quadro 9 - Produção nas oficinas da Penitenciária Modelo	135
Quadro 10 - Castigos.....	142
Quadro 11 - Livro dos Castigos	145
Quadro 12 - Castigos aplicados ao -Bola de Neve 	173
Quadro 13 - Penas disciplinares atribuídas aos presos da Penitenciária Modelo de Aracaju, 1930 - 1950.....	176
Quadro 14 - Desobediências Penitenciária Modelo de Aracaju, 1930 - 1950	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cor da pele dos sentenciados	99
Gráfico 2 - Relação homicídio x cor da pele	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
O Olhar da Pesquisadora para além das –Muralhas Sombrias‖ da –Grandell	20
Notas diárias e múltiplas questões	24
1. DA –CADEIA VELHA‖ À PENITENCIÁRIA MODELO	28
1.1 –Símbolo Sombrio da Liberdade Perdida‖	36
1.2 Os Modelos Prisionais e a –Grandell	45
1.3 –A Grandell e o seu Entorno	52
2. –OLHOS DE CIMA ABAIXO‖: OS PERFIS	65
2.1 Nas Grades da _Grandell: Identificar e Classificar	69
2.2 –Vários Tons de Cor‖	99
2.3 As –Gírias‖, –Alcunhas‖ e –Marcas‖	102
2.4 –Meu Desejo é Matar Outro‖: os Homicidas	109
2.4.1 –Rixas de roças‖	111
2.4.2 –O amor e a valentia‖	113
2.4.3 –Um operário indignado‖	116
3. –ENTRE GRADES‖: ALGAZARRAS, GEMIDOS E O SONHO DA LIBERDADE	120
3.1 Apontamentos Diários	125
3.2 –Remédio de Preso é Paul‖: os Castigos	140
3.3 O Caso do –Chicote de Borracha‖ e do –Cipó Caboclo‖	146
4. –ARTIMANHAS‖ DE HOMENS E MULHERES.	155
4.1 –Antro da Depravação‖	163
4.2 –Não é Tempo de Escravidão, é de Liberdade‖	165
4.3 Façanhas do –Bola de Neve‖	169
4.4 –Negro, Você Continua a Debicar de Mim!‖	180
5. CONCLUSÕES.....	192
5.1 Na Mira das –Muralhas‖ da Grande	194
REFERÊNCIAS	198
LISTA DE FONTES	208
MODELOS DE FICHAS DE PESQUISAS.....	214
ANEXOS.....	215

INTRODUÇÃO

[...] Os pingos da torneira batiam, batiam.

— Isso aqui já tá chateando.

— Uma vitrola da vizinhança começou a tocar.

— Música é coisa ruim pra preso....

Bola de Neve fez um ar alegre:

— Eu queria era um samba...

Mas se lembrou de Rosinha. Ele preso, o caixeirinho da bodega de –seull Creso era o que bem queria. Agora, sim, estava feito... Ou Rosinha gostava era do outro? Só podia ser. O outro era mais limpo, mais claro, mais bonito mesmo. Era outra gente que não ele. Se recordou de suas aventuras. Que nada, o que mulher quer é um homem macho. Mulher quer ver é coragem, é valentia. Deixe estar aquele amarelo, que quando eu sair...

O carcereiro chegou com dois soldados e começou a abrir o outro xadrez.

— Acho que vão ser interrogados.

— Tu não viu, seu besta, eles saírem hoje de manhã? Vão é pra Penitenciária.¹

–Eu queria era um –sambal! Cair na –farral era o intenso desejo de um indivíduo encarcerado 50 anos após a abolição. O sonho dele era ser livre e voltar a reviver bons momentos com seus amores, como foi o caso das recordações de –Rosinhall, nas andanças dos botequins que costumava frequentar na cidade de Aracaju. A passagem aponta os indícios do discurso excludente em relação aos homens de cor, contrapondo-se aos –mais limposll, –mais clarosll e –mais bonitosll. Mas para o detento –Bola de Nevell, o que mulher queria era um –homem macholl dotado de –coragem e valentia. Sem dúvidas estas características evidenciavam as marcas de um preconceito enraizado, dentre as experiências vividas pelo personagem –Bola de Nevell.² São questões como estas que veremos na instigante história que nos propomos a deslindar nesta tese, sobre a –Grandell e seu mundo dinâmico.³

Trata-se de uma pesquisa inédita elaborada a partir de um leque bastante diverso de fontes que objetivaram discutir o cotidiano da comunidade prisional da Penitenciária Modelo de Aracaju, entre 1926 a 1955, explorando as relações mantidas entre os detentos e estes com guardas, direção e moradores da região, nos espaços internos e externos da instituição, a fim de trilhar os caminhos da cotidianidade. Para além destas questões a análise das relações de gênero e raça constituíam foco de estudo nesta unidade prisional.⁴

¹ CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 31 dez. 1938. In: GILFRANCISCO. **Carlos Garcia – nosso amigo tempo**. 300 p.

² Este é um dos personagens que elegemos para percorrer os caminhos de sua trajetória na Penitenciária Modelo. É possível conhecer os detalhes desta trajetória no Capítulo IV deste estudo.

³ A Penitenciária Modelo neste estudo aparece como a –Grandell por ter sido batizada pelos presos que faziam parte da Cadeia Velha e sonhavam com uma unidade prisional que fosse maior e que suprisse todas as falhas que ocorriam na então Cadeia Velha.

⁴ Importante sinalizar que na versão inicial do Projeto de Pesquisa que originou esta tese, o debate sobre as questões de raça não constituía preocupação nos objetivos deste estudo. Ao cursar as disciplinas e passar a ter

Cotejamos a hipótese de que os homens e mulheres sentenciados na –Grandell, levaram a crer que os significados e implicações das vivências no ambiente prisional era distinto do que prescrevia a legislação republicana, como um espaço –ermoll, silencioso e que garantisse a regeneração. Nesse espaço, surgiram novas práticas culturais, resultantes do envolvimento da comunidade prisional com seu entorno, para além das relações de poder e negociações, permeada pelos conflitos ali existentes. Evidencia-se também que o bairro foi gradativamente urbanizado a partir da década de 1940, pelos familiares dos detentos, deixando marcas de sua identidade nos pavilhões da –Grandell, era bastante curioso este fato.

Os estudos das prisões para o século XX é imensamente lacunar, o que evidencia a produção desta tese. A interlocução teórica ocorreu com os autores que discutem na literatura estrangeira uma diversidade de abordagens sobre as prisões como a disciplina, a punição, as reformas prisionais e as abordagens sobre a história contemporânea, a exemplo dos trabalhos de Carlos Aguirre, Ricardo Salvatore e David J. Rothman, Michelle Perrot e o clássico trabalho do Michel Foucault, *Vigiar e punir* que revolucionou os estudos acerca do encarceramento e das prisões na década de 1980, trazendo as prisões como um papel de corretoras agindo diretamente nos indivíduos e sendo pautadas na disciplina.⁵ Estes trabalhos serviram de inspiração para os debates da historiografia das prisões no Brasil.

A partir da discussão da temática surgiram novos olhares para a historiografia brasileira dos cárceres. Um dos trabalhos pioneiros sobre o assunto foi o trabalho de Fernando Salla, a partir das reflexões acerca das condições e possibilidades da pesquisa sobre prisões, enquanto um campo mais geral de reflexão e fazendo o pesquisador chegar ao interior da prisão.⁶ Como intuito de contribuir para os debates sobre a historiografia das prisões no Brasil, há dez anos, precisamente no ano de 2009, surgiu a coletânea composta por dois volumes sobre a história das prisões no Brasil, trazendo abordagens importantes para pensar a prisão para o século XIX e XX. É a obra mais expressiva que temos na área organizada pelos

contato com as orientações de tutorias, novos olhares surgiram e fomos ampliando o leque de informações acerca da análise dos documentos. O debate da –corll aparecia como um campo de análise promissor, era de fato um diferencial para a pesquisa em questão e esperamos suscitar novas pesquisas.

⁵ AGUIRRE, Carlos; SALVATORE, Ricardo D. (org.). **The birth of the penitentiary in Latin America: essays on criminology, prison reform and social control, 1830-1940.** 1. ed. Austin: University of Texas Press, 1996. ROTHMAN, David J. **The Oxford history of the prison: the practice of Punishment in Western Society.** Austin: University of Texas Press, 1998. PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 2017. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1987.

⁶ SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo, 1822-1940.** São Paulo: Annablume, 1999.

historiadores Clarissa Nunes, Flávio de Sá, Marcos Costa e Marcos Luiz Bretas, esta coletânea certamente inspirou bons trabalhos na área.⁷

Salientamos o estudo de Erving Goffman sobre a função e o funcionamento das prisões, como instituições totais e suas ações sobre os indivíduos nelas inseridos. Das abordagens realizadas por Goffman nos detivemos nas estratégias das instituições totais e a desconstrução da identidade dos presos, a chamada ressocialização do preso, o que ocorre por meio dos rituais de entrada na instituição, dos uniformes, da privação dos seus bens pessoais e do controle das visitas. Logo o preso também é submetido a um conjunto de controles: hábitos alimentares, horário, atividades, trabalho, assistência à saúde, higiene, sexualidade dentre outros.

A respeito do que concerne aos debates sobre o gênero, analisamos à luz de Joan Scoot, pensando como a categoria se mostra útil para história e para refletir sobre o dinamismo de questões no espaço prisional.⁸ Sobre as questões raciais, tomemos como ponto de partida o que Monsma aponta sobre a reprodução do racismo e o que ele intitula de -habitus raciall⁹ e os estudos da Angela Davis sobre as prisões e as análises de exclusão por causa da -cor da pelel, referindo-se ao racismo estrutural.¹⁰ Outras pretensões teóricas ajudaram a analisar o mundo complexo da prisão, dotado de características que são recorrentes e ultrapassa séculos como é o caso da ausência de estrutura, superlotação, tensões e conflitos.

O Olhar da Pesquisadora para além das –Muralhas Sombriasl da –Grandell

-Reunir documentos que estima necessário é uma das tarefas mais difíceis do historiadorl, definiu March Bloch ao listar um dos ofícios desse profissional.¹¹ A afinidade com as fontes levou-me a vivenciar pesquisas nos arquivos e trilhar este caminho por mais de uma década durante a vida acadêmica. O cotejamento das fontes da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe, durou em média três anos de uma intensa e árdua tarefa, mas por outro lado, bastante envolvente com as histórias que foram tecidas pelos indivíduos naquelas

⁷MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2.

⁸SCOOT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista de Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

⁹MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

¹⁰DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do Império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

¹¹BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 82.

-muralhas sombrias. Percebi ser preciso olhar detidamente o seu interior e dele mensurar as trajetórias de homens e mulheres que viveram no pós-abolição sergipano e tiveram que reconfigurar suas vidas, por muitos anos privados da liberdade.

Ainda sobre a lucidez dos ensinamentos do Marc Bloch, vimos que o -historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e aventural.¹² Foi em meio as essas aventuras que pude primeiramente reunir um volume desmensurado de documentos do Fundo Segurança Pública do Arquivo Público de Sergipe, nos momentos preliminares da pesquisa.

Desconhecia atividade mais instigante, ao tempo em que preenchia o banco de dados e iniciava uma solitária análise, ladeada de um emaranhado de papéis envelhecidos. Ecoava neste momento uma voz interior: o que fazer com tantos documentos, que trazia das vozes dos detentos apontamentos de -tristeza, medo, tensão e preconceito? Esta tarefa não foi fácil porque a pesquisa era algo que me fascinava dentre as atividades do ofício do historiador. Foi realmente uma viagem bastante sinuosa de aprendizados e construções trilhados entre a teoria e a metodologia da história, para chegar a um processo de análise conciso.

Logo o interesse por esse tema surgiu do contato com o Grupo de Trabalho sobre a História do Crime e da Justiça Criminal nos eventos da Associação Nacional de História. Motivada pelas inquietações sobre justiça e violência durante as atividades de pesquisas, deparei-me com um catálogo contendo a localização do fundo do Reformatório Penal do Estado de Sergipe, eram incontáveis as pacotilhas, no ato tive a curiosidade de solicitar uma daquelas e ao abrir me deparei com 140 relatórios de livramento condicional, que individualizados constituíam relatos, cada um com quatro páginas por preso, dando-nos minuciosas informações acerca da vida carcerária e pregressa dos indivíduos ali sentenciados. Para além destas questões encontrei informações acerca da vivência dos presos e das suas relações sociais, eram papéis que diziam muito do modo de viver e agir naquele espaço -sombrio, mas que detidamente investigados poderiam nos levar ao desenvolvimento de um trabalho sobre a história social das prisões, pouco discutida pela historiografia, pois raros são os estudos sobre as prisões no século XX, e para Sergipe não temos escritos. Seria preciso historicizar a Penitenciária Modelo.

A partir deste dia minha caminhada foi intensa ao Arquivo Público do Estado, o lema era -escarafunchar papéis velhos, em busca de pistas como afirma o historiador Carlos

¹² Ibidem, p. 21.

Bacellar¹³. Naquele momento iniciei o processo de digitalização de todo o acervo que perpassava pelo marco temporal em estudo, 1926-1955, todos os documentos que existiam naquela casa de memória foram consultados exaustivamente, do início desta pesquisa no ano de 2012. Após a catalogação do material, a principal dificuldade era pensar uma metodologia em que desse –contall de tratar a imensidão de documentos encontrados. Foram 75 GB, totalizando 31.734 arquivos, subdivididos em 182 pastas, perfazendo um acervo digital inédito sobre a história da Penitenciária Modelo.¹⁴ Com o intuito de facilitar o trabalho de compilação das fontes, foi criado um banco de dados com formulários no Google docs, que depois de tratados nos forneceram dados riquíssimos sobre o perfil dos presos, dando-nos uma visão quantitativa e qualitativa dos dados trabalhados, para além de facilitar as –pistasll para cruzarmos os dados com o Acervo de processos-crime encontrados no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe.¹⁵

Durante o processo de coleta do *corpus* documental, encontrei problemas em relação à ausência de algumas fontes que poderiam ter sido perdidas ou deterioradas com o passar do tempo. O Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, possuiu um acervo documental fantástico e deixa qualquer pessoa encantada pela diversidade e expressividade da documentação judiciária, para além da estrutura e oferta de conforto na realização da pesquisa. Foi essencial a utilização dessas fontes, pois serviram para cruzarmos com a documentação constante do Fundo de Segurança Pública do Arquivo Público de Sergipe, com o intuito de buscar os indícios para percorrer a trajetória dos indivíduos. Sobre a análise dos dados, foi realizada uma análise quantitativa e qualitativa a partir da criação das tabelas que mensuraram o perfil dos indivíduos, tomando como base as fichas de matrículas dos presos na –Grandell, bem como as fotografias constante do Acervo do Departamento do Sistema Penitenciário de Sergipe.

¹³ BACCELAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi *et al.* **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23.

¹⁴ Segundo o historiador Bruno Leal, a digitalização de documentos históricos tem desdobramentos positivos evidentes para o ofício do historiador. Ver: LEAL, Bruno. As fichas consulares de estrangeiros no site Family Search. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 41.

¹⁵ Através dos nomes inscritos nas fichas de matrículas dos presos, encontradas no Arquivo Público do Estado, foi possível conduzir os caminhos para detectar o processo-crime, uma peça judicial importante para analisar sobretudo a trajetórias dos indivíduos ali presentes. Importante lembrarmos o que fala a Keila Grinberg sobre os processos-crime ao enfatizar que para ler esses documentos é necessário saber trabalhar com as versões, perceber as formas como elas são construídas e analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso. Neste sentido, o historiador deve ficar atento às narrativas que se repetem, às histórias nas quais as pessoas acreditam e aquelas nas quais não se acredita. Ver: GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: LUCA, Tânia de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 128.

A pesquisa apontou novos rumos, desde o momento em que me debrucei na construção do banco de dados e na leitura cautelosa do *corpus* documental, suscitando, assim, novos horizontes. Vale dizer que todas estas questões, subsidiadas às discussões historiográficas, têm apresentando problemas, pela ausência de debates sobre as prisões para o século XX, porém a partir dos diálogos produzidos no âmbito da sociologia e antropologia, foi possível construir novas abordagens sobre a penitenciária em questão, como foi o caso dos debates de Norbert Elias em *Os estabelecidos e os outsiders*.¹⁶

O viés metodológico aplicado foi o paradigma indiciário, na tentativa de buscar as pistas através dos caminhos percorridos pelos indivíduos, objetivando assim historicizar suas experiências carcerárias.¹⁷ Para este fim, foram selecionadas fichas de detentos, prontuários, livros de partes diárias, correspondências, ofícios, processos-crime, inquéritos administrativos, relatórios, cartas de livramento condicional, mapas criminais, documentos governamentais, carta guia de sentenciados; relatórios ministeriais; relatórios médicos; atos municipais; coleção de leis; atos do Conselho Penitenciário; discurso de Capelão e certidões de óbito, relatórios da Penitenciária, denúncias, pareceres do Ministério Público e os processos-crimes.

Outra gama de documentos a exemplo de periódicos, romances, decretos de criação de ruas, leis, mapas e obras de memorialistas, foram localizados nos órgãos Instituto Geográfico de Sergipe; Biblioteca Epifânio Dórea; Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe; Biblioteca Pública de Itabaiana –Dr. Florival de Oliveirall; Biblioteca Pública de Riachão do Dantas, Biblioteca Pública de Lagarto José Vicente de Carvalho; Biblioteca Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe - Gervásio Prata; Arquivo Público de Aracaju, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Departamento do Sistema Penitenciário de Sergipe e Biblioteca particular do Prof. Ibarê Dantas e José Renilton Nascimento.

O romance intitulado *Vidas Perdidas*, foi escrito na década de 30 pelo jurista Carvalho Neto, que durante muito tempo era o responsável pela instrução pública no Estado de Sergipe e também diretor da penitenciária. A obra é uma ficção escrita em XIII capítulos que conta a história de um estudante de Direito, que se envolveu em um crime com duas professoras

¹⁶ NOBERT, Elias. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁷ O paradigma indiciário foi importante sobretudo para percorrer a trajetória de dois personagens importantes na construção desta tese, a prostituta Maria Arlinda e o carregador Manuel Albertino de Souza, vulgo –Bola de Nevel. A ligação nominativa foi aplicada com o fito de encontrar documentos que corroborassem para construir a história da passagem deles na —Grandel e alguns aspectos de suas vidas pregressas. Ver: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

normalistas. Utilizamos passagens dessa obra no transcorrer da tese, sempre dialogando com a documentação oficial descrita acima. O romance trata de uma fonte histórica que nos ajudou a refletir sobre as –cenas do cotidiano‖ narradas no interior da Penitenciária Modelo. O autor discute abordagens acerca da estrutura do sistema penitenciário brasileiro, a forma de gestão penitenciária e as práticas educativas. Para além disso, narra cenas da vida cotidiana, do serviço da carceragem, corrupção e atuação do corpo administrativo. A obra fornece inúmeros indícios sobre o contexto bastante dinâmico e diverso da –Grandell. As pistas foram cruzadas com fontes oficiais reafirmando o diálogo de questões como: a raça, homossexualidade, a política educacional nos presídios, trabalho nas oficinas, lazer, departamento de biotipologia dentre outras críticas ao precário serviço prisional.¹⁸

O caminho nestes arquivos suscitou um –olhar‖ para além dos muros da –Grandell. Foi possível perceber que os indivíduos vivenciavam dias tensos a partir das relações interpessoais com o corpo administrativo, e por isso eram punidos com castigos disciplinares e também corporais, mesmo tendo sido abolida a escravidão. A –cor‖ da pele dos presos constituía uma preocupação de análise expressiva, como veremos nos capítulos desta tese. Algo curioso nesta análise de dados foi construir um ponto crucial sobre a –Grandell, seria compreender a inusitada relação entre –A Grandell e o entorno do Bairro América. Aqui a prisão não servia como isolamento pleno, questionava-se sobre sua eficácia: será que –a Grandell deu certo‖? Foram questionamentos como estes que conseguimos deslindar a partir do cruzamento dos dados constantes no *corpus* documental.

Notas diárias e múltiplas questões

A partir de agora adentraremos os espaços da –Grandell, mapeando os enfoques cotidianos e estruturais de sua existência e para este fim subdivididos em um percurso de quatro capítulos trilhados à luz da História Social. No decorrer do primeiro capítulo, o leitor conhecerá o processo de transição da –Cadeia Velha da capital para à Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe, relatando os primeiros anos de funcionamento, durante o governo modernizante de Graccho Cardoso, no ano de 1926. A –Grandell foi construída com o intuito de retirar os presos do centro da cidade e transferir para um lugar afastado e isolado do convívio social, era uma vasta área rural que atualmente é o Bairro América. Neste período o Estado de Sergipe necessitava acompanhar os debates da reforma prisional já sendo

¹⁸ Para conhecer mais os aspectos sobre as histórias tratadas no romance, ver: CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas Perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933.

executados desde o século XIX em outros estados, neste sentido Sergipe envolve-se tardiamente.

Neste contexto, tratou-se também da organização administrativa e discutiu-se como se procedeu a regulamentação institucional, para além de discutir os modelos prisional adotado e suas características. Abordaremos também o processo de urbanidade do então Bairro América, mencionando as formas de sobrevivências dos indivíduos que ali moravam e suas relações com a comunidade prisional. É exemplo desta questão as feirinhas aos domingos, momento que ocorria uma interação social bastante aparente, quando eram negociados os utensílios de madeiras fabricados pelos detentos. Mas o que chamou mais atenção, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi o fato de o bairro ser urbanizado a partir da presença dos familiares dos presos e de ex-detentos que optaram por morarem na localidade em virtude dos custos de vida que eram mais acessíveis.

O segundo capítulo tem como ponto de partida a análise do perfil dos presos que estiveram encarcerados na -Grandell e de todo o processo de classificação do detento através dos prontuários e das fichas. Para chegarmos à definição do perfil do preso da -Grandell, foi necessária a utilização de 1076 fichas de matrículas de presos, das quais se obteve informações sobre os dados pessoais, além da -cor||, -sexo|| e -profissão||. Com esses dados, foram desenvolvidas diversas tabelas que deram conta de quantificar o perfil dos sentenciados no que concerne à naturalidade, ao estado civil, à instrução, à tipologia de crimes, e às profissões, estas divididas em categorias: agrária, comercial e outros.

Este mesmo *corpus* documental corroborou para a análise das alcunhas e marcas, que em sua maioria tinham as iniciais de pessoas de íntima relação afetiva. Nota-se a classificação relativa à cor da pele: -Bombom||, -Negro cão||, -Corico negro||, -Dida negão||, -José pretinho||, -Caçulo preto||, -Zé neguinho||, -Morcego|| e -Noda||. O interesse de analisar os crimes de homicídios é porque constitui o crime mais recorrente, perfaz cerca de 49,2% dos crimes praticados pela população carcerária em estudo. Frisamos ainda que estes crimes remontaram um padrão cultural, das rixas entre familiares, vizinhos, amigos e patrões, ilustradas no capítulo em evidência.

O terceiro capítulo, aborda questões relativas ao cotidiano prisional, realizando um levantamento de dados sobre o dia a dia dos detentos nos cubículos e seus serviços: a alimentação, o trabalho das oficinas, a estadia na enfermaria, na escola e demais dependências da instituição prisional. Detalharemos o movimento da penitenciária e as estratégias de sobrevivência dos detentos. Abordaremos também os apontamentos diários, desde as cenas de

rebeldias e resistências, como os momentos de lazer aos domingos, os jogos de futebol, os festins com batuques, o consumo das –cachaçadas‖ e da –maconha‖ no interior do presídio.

É importante neste capítulo a questão da aplicação dos castigos disciplinares, por faltarem respeito ao guarda, transgressão à ordem médica, descumprimento das ordens do regulamento, lutas corporais nos cubículos, insubordinações e gritos quando o silêncio deveria imperar. Mas o que é destaque no percurso do capítulo foi o caso envolvendo o Dr. Oscar Lacerda e o Capitão Miguel Pereira, acusados de maltratarem os presos da –Grandell, com castigos corporais de –cipó caboclo‖ e do –chicote de borracha‖, em virtude da denúncia publicada no *Jornal Diário da Manhã*, através de uma carta de um detento escandalizando os maus tratos sofridos na Penitenciária, intitulada –Vozes do cárcere‖, escrita pelo preso José Ferreira, que é morto por não confessar a autoria da carta.¹⁹

E por fim o quarto capítulo propõe analisar as relações de gênero e raça presentes na rotina da Penitenciária Modelo. A partir de um leque de fontes diversas que contribui para pensarmos sobre as estratégias de sobrevivências dos homens, das ditas –prostitutas‖, popularmente conhecidas pelas –mulheres de vidas airadas‖, dos –homossexuais‖ e dos indivíduos de –cor‖, em um espaço onde era predominante o discurso de exclusão de pobres e daqueles que não seguiam as normas dos –bons costumes‖, estabelecidos pelo governo na época.

O capítulo evidencia uma questão que surgiu a partir das leituras sobre a historiografia do pós-abolição no Brasil. O fio condutor da questão foi a cor da pele –cor‖ dos indivíduos e as marcas que o preconceito racial impôs sobre eles. Escolhemos um personagem para reconstituir a trajetória de alguns presos durante o pós-abolição em Sergipe. Como exemplo temos o caso do Manoel Albertino de Sousa, vulgo –Bola de Neve‖, processado pelo crime de homicídio. A história do –Bola de Neve‖ é tão importante que ele reaparece em diversas fontes é nossa maior evidência da existência das práticas racistas na –Grandell, como veremos na análise de um inquérito administrativo aberto contra o guarda da instituição prisional por ter atirado no –Bola de Neve‖.²⁰

Essa história do –preto‖ alcunhado como –Bola de Neve‖ deu muito o que falar! É interessante notar que ao explorar as fontes, observamos que a cor da pele dos indivíduos aparecia e não havia um silêncio sobre elas. Mas nem sempre era completo esse processo:

¹⁹ Este caso é o único onde encontramos relatos dos presos em comunicações externas. Encontramos o relatório da inspeção realizada na Penitenciária Modelo com detalhes sobre os maus tratos aos presos. Mas não foi possível encontrar no acervo do Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, o processo para cruzar os dados pesquisados.

²⁰ AJES – AJU/1ª V. Processo Crime: Ofensas Verbais e Físicas, nº 23, nº geral: 2601, 1941-1951.

encontramos fichas de matrículas de presos e obituários em que os dados eram apresentados, ocultando-se o nome dos pais ou naturalidade, quando se referia aos presos identificados de cor –preta²¹. O preconceito de cor era evidente na trajetória de afrodescendentes na Penitenciária Modelo. Na descrição dos documentos oficiais, constatamos a forma como eram tratados os homens de cor; e os adjetivos atribuídos a eles denunciavam o preconceito para com suas atitudes.

É neste capítulo que retomamos a análise dos castigos de forma mais ampla e detalhista, avaliando através da ilustração com quadros que mostram o quantitativo de dias das penas disciplinares atribuídas aos presos qualificados como –pretos^{||} e –brancos^{||}. Sendo perceptível que aos ditos como –pretos^{||} as penas eram mais severas em uma proporção de até três vezes mais. Era muito entristecedora a rotina dos homens de –cor^{||} perseguidos por conta do racismo existente na unidade prisional.

São estas histórias que vocês lerão a partir de agora nesta instigante aventura por trás das –muralhas sombrias^{||} da –Grand^{||}. Boa leitura!

²¹ Importante salientar o trabalho da historiadora Hebe de Matos sobre os significados da liberdade e da cor da pele ao longo do século XIX. Para ela a –cor^{||} procurava definir lugares sociais com –preto e –negro^{||}, quando usados para pessoa livre, sinalizando alguém socialmente próximo ao cativo e –pardo^{||} indicando alguém mais distante desta condição. Essa problemática também foi observada no *corpus* documental da Penitenciária Modelo de Aracaju, as classificações dos detentos eram extremamente excludentes. Ver: MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Campinas: Unicamp, 2013. p. 20-21.

1. DA —CADEIA VELHA À PENITENCIÁRIA MODELO

Etmologicamente, a palavra –cadeia tem origem latina e possui vários significados. Aqui ela é vista enquanto um local de reclusão de condenados para cumprimento de pena. Sebrão Sobrinho, na clássica obra *Laudas da História de Aracaju*, ao analisar as duas prisões de São Cristóvão, no tempo em que era a capital de Sergipe Del Rey, percebeu como as primeiras cadeias eram áreas improvisadas. Ele compara a primeira, de 1645, com a de 1855, vislumbrando em ambas –um lugar de cárcere, calabouço, enxovia e masmorra.²²

Ainda conforme Sebrão Sobrinho, a Resolução provincial nº 466 de 13 de março de 1857 autorizou o Governo a mandar edificar a Cadeia da Capital. E, para este fim, contratou-se Joaquim Alves Guimarães, em 13 de janeiro de 1864, pela quantia de 109:371\$322 e foi concluída a construção em 13 de fevereiro de 1869²³. A partir deste momento, o detento passou a ter um espaço prisional sem que –respirasse o ar das antigas enxovias ou vestígios da barbaridade e tirania, como afirmou o engenheiro Phyrro.²⁴

Em todos os cantos da província, não havia prisões e lugares de detenção planejados especificamente para tal fim. Percebia-se que os cofres públicos provinciais não possuíam orçamento para a construção de cadeias e estas eram improvisadas. O historiador Amâncio Cardoso, relatou que, quem visitava a cadeia da capital, –entrava numa atmosfera tão pútrida que atordoava. Eram comuns a má alimentação, a precariedade na acomodação, a ociosidade e a falta de higiene. A narrativa tem cenas de — imundície, rostos pálidos, corpos cadavéricos, uma verdadeira desordem com confusões para todo lado, havia também tortura, ratos pelos nos cubículos, muriçocas, pavimento molhado, cuspidor, fedendo, era uma grande

²² SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da história de Aracaju**. 2. ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2005. p. 356.

²³ Ibidem, p. 356-357. Importante frisar que o Relatório enviado à Assembleia Provincial em 5 de março de 1860, assinado pelo Presidente Cunha Galvão, trouxe uma informação importante sobre a construção da Cadeia da Capital que estava paralisada por falta de recursos. O sucessor do governo provincial, Thomaz Alves Júnior, decidiu estudar os projetos de execução da obra e reaproveitar o orçamento, já cumprindo os princípios vigentes da ciência penal no século XIX. Resolveu remodelar o projeto e construir uma prisão com trabalho recomendado pelo Código Penal. Logo foi abandonada a obra inicial e construiu-se uma nova Casa de Prisão com trabalho no centro da cidade. Ver: SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. **Tombamento da Casa de Detenção: antiga Penitenciária**. Processo n. 014. Relatório apresentado ao Conselho Estadual de Cultura (CEC). Aracaju: CEC, 2007.

²⁴ PHYRRO, Sebastião José Bazilio. **Relatório do Sr. Engenheiro Phyrro**. 26 fev. 1989. p. 1. O Engenheiro Sebastião José Basílio Phyrro e Francisco Perreira da Silva eram os planejadores da Cidade de Aracaju, que estiveram a serviço da Província dirigindo as primeiras obras da Cidade e a introdução do estilo neoclássico em Aracaju, com a construção dos primeiros prédios públicos: a Tesouraria Provincial, a Alfândega, o Palácio do Governador, os Quartéis de Polícia e do Exército e por fim a Assembleia. Ver: PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Aracaju: J. Andrade, 2003. p. 26.

degradação²⁵ Este era o panorama das prisões sergipanas, até a construção da Cadeia da Capital.

Os relatórios de províncias e ministérios que se reportavam ao caso sergipano, constituíam fatos recorrentes das notícias que denunciavam as situações das prisões na província de Sergipe, descrita como uma verdadeira calamidade para os presos, como denominou o Presidente da Província, Dr. João Ferreira d'Araújo Pinho.²⁶ Tratava-se de casas húmidas e imundas, sem nenhuma acomodação para servirem de prisões e que não satisfaziam completamente a disposição constitucional que as prometeu serem –seguras, limpas e bem arejadas²⁷

A citação abaixo apresenta minuciosos detalhes do relatório provincial enviado pelo Presidente da Província de Sergipe João Ferreira de Araújo, à Assembleia Provincial, contendo informações preciosas sobre o quadro das estrutura da Casa de Prisão e a consequente decadência dos serviços prestados aos presos. Como afirmou o relator, era –um inferno artificial²⁸, denotando a visível decadência do sistema prisional, recorrente da ausência de recursos financeiros da província onerada de dívidas.

Ter-se 180 presos a uma casa de prisão, amontoados, sem obedecerem a um regime bem combinado, vivendo cada vez mais embrutecidos, sem uma palavra de conforto, sem darem sequer um passo no caminho da regeneração. Avalie Vossa excelência si é possível contemplar este quadro sem repugnância e sem grande pesar. [...] Clamarei sim pela necessidade da melhor organização ao serviço de um estabelecimento que custa tanto a província, a fim de que não seja para os presos ali recolhidos um *inferno artificial*. [...] É mister portanto acelerar os meios de cuidar de tantas almas transviadas, fazer penetrar nelas algum raio de luz²⁸ [sic].

Para além disto, o presidente da província, João Ferreira, afirmava que era entristecedor e clamava por alternativas que fossem aplicadas às ditas –almas transviadas²⁸,

²⁵ Ibidem, p. 1.

²⁶ PINHO, João Ferreira d'Araújo. **Relatório do Presidente de Província**. 1 mar. 1876. p. 16.

²⁷ MIRANDA, Antônio dos Passos. **Relatório do Presidente de Província**. 1 mar. 1875. p. 12. São recorrentes as denúncias das péssimas condições dos estabelecimentos prisionais no Brasil. Temos como exemplo de análise deste quesito, o trabalho de Marilene Antunes sobre a casa de Correção do Rio de Janeiro, ao abordar o funcionamento da instituição prisional e a rotina do encarceramento, mencionando questões sobre torturas, motins, falta de assistência, bem como as reações com a vida social da cidade do Rio de Janeiro, inseridos em um contexto de transição do império para república. Ver: SANT'ANNA, Marilene Antunes. **A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro**. 2010. 223 f. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Partindo para o nordeste, debruçamo-nos sobre o trabalho de Flávio Albuquerque sobre os relatos da Casa de Detenção do Recife, a respeito do funcionamento e condições materiais da unidade, a exemplo das –células escuras sem iluminação²⁸; para além disso, o calor exalava nas celas e havia falta de tamboretas suficientes para o número de presos. Mostrou também os problemas da superlotação e moléstias. Ver: ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcante. **Reforma penitenciária? Aspectos do cotidiano da Casa de Detenção do Recife na segunda metade do século XIX**. **Revista Crítica Histórica**, ano II, n. 3, jul. 2011. p. 66.

²⁸ PINHO, João Ferreira de d'Araújo. **Relatório do Presidente de Província**. 1 mar. 1876. p. 16-17.

ou seja, aquelas que se desviaram dos bons costumes. Na época existia o Código de Posturas, criados para manter a ordem pública, a higienização e controle social, documentos que serviram como mecanismos normatizadores. O que se sabe é que não se podia mais esperar, os documentos oficiais teciam críticas à província por não conseguir executar o ideal proposto às prisões de transformar o detento e devolvê-lo ao âmbito social regenerado.²⁹

O sistema penitenciário sergipano constituía um ensaio tímido e tardio, até que em 5 de maio de 1871, a Lei Provincial nº 916 estabelecia, no artigo 18, autorização da presidência a esboçar uma Penitenciária na Casa de Detenção da Capital. Em outras províncias, a reforma prisional já havia acontecido, a exemplo do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e São Paulo.³⁰ Sobre esta questão, sinalizou Luiz Mott que era extremamente débil e precário o sistema carcerário de Sergipe.³¹

Na segunda metade do século XIX, como afirmou o arquiteto Rubens Chaves, Aracaju avançou em todas as direções, aumentando a desordem e a criminalidade, forçando a criação da Casa de Prisão de Aracaju, regulamentada em 1872, um prédio antigo que ao sofrer adaptações em sua arquitetura, comportava enfermaria, escolas, oficinas e capelas.³² Mas é no ano de 1873 que o Presidente da Província, Dr. Cypriano d' Almeida Sebrão, informou que a cadeia da capital estava em suas últimas obras e já se pensava em futuramente alterar seu plano e apropriá-lo a uma penitenciária com acomodações para receber uma escola de primeiras letras e algumas oficinas, enfermaria e cozinha.³³ A então Casa de Cadeia da Capital passou a ser Casa de Prisão com trabalho, e algo devia ser feito para adequar as

²⁹ O problema era bem mais antigo. O ouvidor Antônio Pereira Magalhães Paços registrou que não havia nas comarcas sergipanas –casa de prisão que pudesse guardar presos. Ofício do Ouvidor Geral de Sergipe, Antônio Pereira de Magalhães Paços, à Rainha D. Maria I (26 de abril de 1799), AHU – Bahia, doc. N. 20.852. In: NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 172. Sobre os primórdios das prisões sergipanas, Mariana Gois, apontou que as Câmaras Municipais foram obrigadas a construir e concentrar as prisões públicas de modo que elas tivessem sempre a comodidade indispensável a tais estabelecimentos que jamais foi observada, porque daquelas corporações poucas eram recursos suficientes para ocorrer as suas despesas ordinárias. Era comum considerar a prisão como –santuário do terror. Ver: GOIS, Mariana Emanuelle Barreto de. **Rixosas e turbulentas: mulheres nas vilas de Lagarto e Riachão Oitocentista, Sergipe (1850-1890)**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012. p. 46.

³⁰ Sobre a reforma prisional no Brasil, ver: ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cárceres imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro, seus detentos e o sistema prisional do Império, 1830-861**. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Campinas, Campinas, 2009. TRINDADE, Cláudia Moraes. **A Casa de Prisão com trabalho da Bahia, 1833-1865**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcante de. **A reforma prisional no Recife oitocentista: da Cadeia à Casa de Detenção, 1830-1874**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume, 1999.

³¹ MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDESC, 1986. p. 190.

³² CHAVES, Rubens Sabino Ribeiro. **Aracaju, pra onde você vai?** Aracaju, 2004. p. 77.

³³ SEBRÃO, Cypriano d' Almeida. **Relatório de Presidente de Província**. 1 mar. 1873. p. 17.

exigências do cumprimento de pena da legislação, pois não era possível de se ter tão grande o número de indivíduos reunidos em uma prisão sem regime, sem ordem e sem ocupação.³⁴ Além dos investimentos dos cofres públicos, foram observadas as condições próprias para se estabelecer no futuro uma penitenciária. No centro da cidade de Aracaju, onde estava edificada a Casa de Prisão com trabalho, não era o que se entendia apropriado para os detentos, pois não comportava a execução da planta de uma Penitenciária como prescrevia o Código Penal. Cabe aqui fazermos uma reflexão acerca da prisão moderna como fruto da Revolução Francesa, movimento pleiteado pela burguesia e pelos filósofos e pensadores dos séculos XVIII e XIX.³⁵

Segundo o historiador Amâncio Cardoso, a Casa de Prisão com trabalho da capital possuía dois pavimentos, sendo um edifício de construção e arquitetura arrojadas para os padrões da fase provincial. Na edificação havia 50 celas, 24 no piso superior e 26 no inferior, das quais três serviam como salas de aulas, sete como oficinas de marceneiro e sapateiros, e as demais eram dedicadas a abrigar os reclusos.³⁶

O quadro funcional da Casa de Prisão era constituído por um administrador, um ajudante, um escriturário, dois guardas chaveiros, um capelão, um médico e um enfermeiro. A Casa disponibilizava oficinas para marceneiro, alfaiate e charuteiro, como se fosse um protótipo do que seria a futura Penitenciária. O Presidente Cypriano Sebrão registrava que, naquelas condições apresentadas, –jamais poderia regenerar-se um homem, capaz de zelar a sociedade com amor, dever e trabalho.³⁷ Quem visitava a cadeia da capital –deparava-se com desordem e confusão por toda parte, de acordo com o Presidente da Província José Martins, relatando as péssimas condições desta instituição.³⁸

³⁴ *Ibidem*, p. 10.

³⁵ James Humberto, à luz dos pensamentos de Michel Foucault, enfatizou que a busca pela eficiência da prisão modificou sua localização. A posição das primeiras prisões no centro das cidades possuía clara intencionalidade. O idealizador do primeiro sistema arquitetural de aprisionamento, o filósofo Jeremy Bentham, dentre outros pensadores iluministas, defendia que as prisões fossem construídas no centro da cidade, pois desse modo, simbolizariam a justiça na paisagem urbana, servindo de intimidação dos malfeitores. Ver: ZOMIGHANI Jr., James Humberto. **Desigualdades espaciais e prisão na Era da Globalização Neoliberal**: fundamentos da insegurança no atual período. 2013. 437 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 47. Sobre o Panóptico, citamos o filósofo Michel Foucault, precursor nos debates sobre o Panóptico de Jeremy Bentham. Trata-se de uma figura arquitetural, onde há, na periferia, uma construção em anel e no centro uma torre que é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna e um anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção. Há duas janelas uma para o interior e a outra para o exterior, onde coloca-se um vigia na torre central, neste sentido Bentham aplica que o poder devia ser visível e inverificável. Ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 165.

³⁶ CARDOSO, Amâncio. O quinto dos infernos: presídios em Sergipe no século XIX. In: MENEZES, Joelina Souza (org.). **Segurança pública**: gestão, formação e valores. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. p. 190.

³⁷ SEBRÃO, Cypriano d'Almeida. **Relatório de Presidente de Província**. 1 mar. 1873. p. 9-10.

³⁸ FONTES, José Martins. **Relatório de 6 de março de 1877**. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1877. p. 15.

Em março de 1875, o relatório do chefe de polícia apresenta denúncias das péssimas condições da prisão com trabalho. Havia –presos em estado de nudez completall e no ato foi solicitado ao presidente que fossem produzidas com brevidade as roupas no asilo de órfãos da capital. Acrescenta-se que as condições ali eram anti-higiênicas –as latrinas, feitas no interior das células tornando um edifício uma habitação insalubre, cruel e insuportável, contendo mais de 139 detentos.³⁹ É exatamente nos meandros da segunda metade do século XIX, que Aracaju viveu um incipiente processo de urbanização, assim definiu a historiadora Maria Nely –era uma época de ruas descalças e atulhadas de sujeiras, com buracos e valas dentro dos quais se lançavam todo tipo de dejetosl.⁴⁰ Era evidente a ausência de ações públicas aplicadas a população.

No relatório citado anteriormente vimos que o médico Dr. Francisco Sabino Coelho de Sampaio noticiou que na enfermaria havia predominância da febre paludosa, anemia e bronquite, devido às condições de higiene da unidade prisional, tornando-se deplorável a situação da Casa de Prisão da capital. O que chama nossa atenção é que a Cadeia Pública (Figura 1) foi regulamentada em 3 de outubro de 1872 e muitos dos quesitos abordados no projeto não estavam sendo executados, como as oficinas que eram realizadas como previsto e as instruções literária e religiosa não aconteciam como planejado. O historiador Soutelo apontou que os resultados das oficinas não se efetivaram; registrou-se também menor número de celas, o crescimento da população carcerária e a má alimentação dos presos, o que ocasionou o elevado número de detentos nas enfermarias, além de ter se avolumado a entrada de bebidas decorrente da movimentação de pessoas no prédio.⁴¹

O Sistema prisional sergipano continuava a vivenciar seus primeiros anos dos ensaios de uma cadeia, o retorno do –inferno artificialll, como observamos na documentação analisada. A Casa de Prisão com trabalho estaria longe de preencher o que a legislação prescrevia: suas células eram superlotadas e as penas só serviam para –isolar da sociedade o indivíduo que desligou-se do cumprimento de seus deveresll,⁴² aspecto este vigente nos –quatro cantosll das províncias brasileiras, a exemplo do Rio Grande do Sul e da Bahia.⁴³

³⁹ Os crimes deste ano foram estatisticamente distribuídos da seguinte forma: Condenados a pena, 4; Condenados à Gale 41; Prisão com trabalho 20; Prisão simples 57; Pronunciados e Indiciados 14; Escravos fugidos 3, perfazendo o total de 139. Ver: MIRANDA, Antônio dos Passos. **Relatório do Presidente de Província**. 1 mar. 1875. p. 13.

⁴⁰ SANTOS, Maria Nely. **Aracaju: um olhar sobre sua evolução**. Aracaju: Triunfo, 2008. p. 48.

⁴¹ SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. **Tombamento da Casa de Detenção: antiga Penitenciária**. Processo n. 014. Relatório apresentado ao Conselho Estadual de Cultura (CEC). Aracaju: CEC, 2007. p. 12.

⁴² OLIVEIRA Jr., Joaquim Bento. **Relatório de Presidente de Província**. 5 set. 1872. p. 12.

⁴³ Nos debates sobre a história das prisões imperiais, surgiram trabalhos que apontam estas mesmas questões, como foi o caso das Cadeias do Rio Grande do Sul, majoritariamente pequenas e estreitas, causando diversos



Figura 1 - Cadeia Pública de Aracaju, 1908⁴⁴

Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1465655/icon1465655.jpg

Sergipe experimentava os primeiros passos de modernidade em meados do século XIX, por volta de 1855, quando o governo provincial aprovou a transferência da capital de Sergipe da colonial Cidade de São Cristóvão para as Terras de Olaria da Barra do Aracaju. Segundo o historiador Waldefrankly Rolim, naquela época as terras de Aracaju eram cheias de dunas, mangues, alagadiços e nelas foi fundada Aracaju, projetada pelo engenheiro Sebastião Basílio Phyrro –em forma de tabuleiro de xadrez rigidamente geométrico, plana em contraposição à antiga Cidade de São Cristóvão.⁴⁵

transtornos para os presos e carcereiros. Os governantes qualificavam as prisões como –imundas masmorrasl, –imundos calabouçosl, –sofríveisl, –velhasl, –miseráveisl, pela estrutura e ausência de recursos e promiscuidades devido ao aglomerado de pessoas. Ver: CESAR, Tiago da Silva. **A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888)**. São Leopoldo: Unisinos, 2015. p. 67. Em relação ao caso da prisão da Bahia, a historiadora Cláudia Trindade, mostrou a ausência de estruturas para comportar o número de presos e com as epidemias assolando a cidade e a deficiente alimentação, composta apenas de farinha e carne seca, o número de presos doentes era elevado e as condições para trato eram mínimas até nos serviços de enfermaria. Ver: TRINDADE, Cláudia Moraes. **A Casa de Prisão com trabalho da Bahia, 1833-1865**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 131.

⁴⁴ Segundo Fernando Porto, a cadeia era um –vistoso edifício de dois pavimentos, com pés direitos avantajados que lhe proporcionava altura, estendido em uma fachada de cerca de 50 metros, que foi desativada no Governo de Graccho Cardoso. PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos de Aracaju**. Aracaju: J. Andrade, 2003. p. 124.

⁴⁵ SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Modernidade e moradia: aspectos do pensamento sobre a habitação popular no processo de modernização das cidades sergipanas (1890-1955). **Revista do Instituto**

Passaram-se algumas décadas e Sergipe vivenciava um período de transição entre o fim do Império e a inquietude dos novos comandos da República sobrepostos na dinâmica brasileira, nos quesitos político e econômico. O Brasil suspirava os novos ares, assim afirmou Nicolau Sevcenko, na clássica obra da *História da Vida Privada no Brasil*:

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos da gestão social hauridos de modelos europeus ou norte americanos.⁴⁶

Mesmo perpassando todas estas transformações, precisamente entre 1922-1926, nas primeiras décadas do século XX, em Sergipe, ascende ao comando Maurício Graccho Cardoso, –pragmático adotado pela oligarquia local, manifestou-se sempre ao governo federal, mas isso não impediu de realizar a administração mais modernizadora do século XX em Sergipe, assim afirmou o historiador Ibarê Dantas.⁴⁷

A propósito desse assunto, Nascimento, aponta que os estudos para a construção de uma penitenciária em Aracaju tiveram início logo depois da visita que o Dr. Gracho Cardoso fez à Cadeia de Prisão. Assim que assumiu a administração do estado, em 1923, o governador mostrou-se perplexo com as condições em que os sentenciados viviam. Detectou que não existia um serviço de limpeza regular, as paredes viviam enegrecidas pela fumaça, pois era permitido aos presos cozinhere nas prisões, tornando o ambiente poluído e prejudicial à saúde dos detentos. Havia superlotação carcerária, com presos ociosos, sem organização em oficinas. Os menores eram misturados aos adultos, aos alienados e também reincidentes. Para além destas questões, possuía graves problemas de –falta de higiene, pois as latrinas ficavam nos interior das celas e produzia uma exalação insuportável devido à falta de esgotos apropriados⁴⁸.

Segundo Amâncio Cardoso, esta foi uma forma de retirar do centro da capital os incômodos –vizinhos. Para substituí-la, o governo de Gracho Cardoso construiu a

Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n. 40, p. 93-112, 2010. Sobre a estrutura socioespacial de Aracaju temos os estudos da Arquiteta Adriana Dantas Nogueira. Na obra, a autora aborda o crescimento das cidades relacionado a fatores geográficos, políticos e econômicos. Tomando como base os trabalhos de Fernando Porto, faz uma descrição minuciosa sobre o Projeto progressista do Engenheiro Sebastião Phyrro. Ver: NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Patrimônio arquitetônico e história urbana**: ensaios sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju: São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

⁴⁶ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão do progresso. In: NOVAIS, A. Fernando; SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**, 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁷ DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 39.

⁴⁸ NASCIMENTO, José Anderson. **Sistema penitenciário**: críticas e soluções. Aracaju: Editora Aracaju, 1996.

Penitenciária Modelo de Aracaju, no então afastado Alto da Pindaíba, zona rural de Aracaju, atual Bairro América⁴⁹. O desejo era de remover do centro da cidade as camadas populares e aqueles indivíduos que subvertiam a ordem ora estabelecida. Ações como estas eram pretendidas pelos republicanistas que nesse momento estavam aplicando em todo o Brasil os projetos de controle higiênicos e regulação do comportamento das pessoas. Foi o que vimos no Rio de Janeiro no processo de demolição dos cortiços, perpassando pelos problemas de higiene, saúde pública e foi neste contexto que o historiador Sidney Chalhoub chamou de –classes perigosas|| os pobres que ofereciam perigo de contágio.⁵⁰

O historiador Sidney Lima nos estudos sobre Saneamento e Higiene como signos de uma Urbe, enfatiza que nas primeiras décadas do século passado um novo plano urbanístico adentra Aracaju, sendo notável a influente mudança, tendo grande influência nas concepções de modernidade, salubridade e higienização no espaço urbano.⁵¹

É no bojo desse contexto emblemático que, no presente capítulo, discorreremos sobre a história dessa instituição substitutiva e discutimos seus primeiros anos de funcionamento, até a organização do modelo prisional e a relação com a população e seu entorno. Conhecer a Penitenciária Modelo é desvendar a multiplicidade de sentidos das vidas que ali habitavam, pois, como destacou Fernando Salla, “[...] as prisões trazem às nossas mentes imagens bastante diversas, como as dos muros, das grades, dos alambrados, das celas, corredores, portas e janelas, como sugere um labirinto⁵².

Para contarmos a história da Penitenciária Modelo e dos indivíduos, utilizaremos fontes oficiais, tais como relatórios de governadores, do Tribunal da relação da Penitenciária Modelo, denúncias, processo crime, livro de parte diária, regulamento institucional e as notícias publicadas nos jornais. Este *corpus* documental fornece subsídios para trilharmos os indícios de sua construção e funcionamento no início do século XX⁵³. O estudo sobre as

⁴⁹ CARDOSO, Amâncio. O quinto dos infernos: presídios em Sergipe no século XIX. In: MENEZES, Joelina Souza (org.). **Segurança pública: gestão, formação e valores**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. p. 192.

⁵⁰ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 29. Trazendo abordagens sobre as ditas –classes perigosas||, os historiadores Marcos Bretas e Marilene Santa’Anna, ao propor um levantamento sobre a história do crime e da punição na sociedade, aborda que as classes –perigosas|| teriam que ser transformadas via correção do trabalho, em homens laboriosos e com o objetivo de suprir essas questões foram criadas diversas casas de correção com trabalho no Brasil. Ver: BRETAS, Marcos Luiz; SANT’ANNA, Marielne Antunes. Crime e punição na história. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 365.

⁵¹ LIMA, Sidney Matos de. **Saneamento e higiene como signos de uma urbes moderna: uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju**. Tomo, São Cristóvão, n. V, p. 181-202, 2002. p. 184.

⁵² SALLA, Fernando. A pesquisa na prisão. In: LOURENÇO, Luiz Cláudio; GOMES, Geder Luiz Rocha. **Prisões e punição no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 13.

⁵³ A historiadora Tatiane Cunha, em seus estudos sobre os capuchinhos na –cruzada civilizatória|| em Sergipe, destacou que, até o final do século XIX, não havia nos relatos das autoridades prisões que atendessem aos

prisões em Sergipe é lacunar e realizar uma pesquisa sobre estas histórias é percorrer um labirinto de dados deslocados, a partir de uma diversidade de informações pouco tratadas⁵⁴.

1.1 — Símbolo Sombrio da Liberdade Perdida

A Penitenciária, ou a –Grandell, como lhe chamariam os prisioneiros, situa-se a quatro quilômetros da capital já de longe se lhe avista a arquitetura pesada de castelo medieval, com duas torres laterais mirando as distâncias⁵⁵.

–A Grandell foi construída para retirar do centro da cidade de Aracaju a cadeia velha, sendo-lhe superior em extensão e perspectiva, embora tenha surgido conforme os modelos antigos. Segundo Carvalho Neto, nasceu com um século de atraso à ciência, tornando-se velha também, surgindo depois da cadeia de São Paulo –Carandirull, não sendo copiadas suas técnicas, e antes da mineira –Nevesl e da pernambucana –Itamaracáll, ficando muito longe destes modelos, representantes de avanços penitencialistas⁵⁶.

Foi o surgimento do regime republicano que trouxe novos horizontes ao sistema penitenciário sergipano a partir da legitimação do Código de 1890 e da obrigatoriedade da reforma prisional. O Estado de Sergipe necessitava de um novo espaço prisional e pensou-se na construção de uma penitenciária que atendesse ao que a ciência jurídica prescrevia e fora adotada pelo Código Penal Republicano de 1890, que dividia a pena em estágios, em condições menos penosas cumpridas pelo trabalho ao ar livre, conforme Figura 2.

parâmetros científicos da época, como a religião, o amor ao trabalho e a obediência aos preceitos religiosos. A autora aponta ainda a importância para a emergência de estudos sobre o sistema prisional sergipano. Ver: CUNHA, Tatiane de Oliveira. **Práticas e prédicas em nome de Cristo...**: Capuchinhos na cruzada civilizatória em Sergipe (1874-1901). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. p. 81.

⁵⁴ Os trabalhos sobre prisões são escassos; há uma diversidade de estudos que abordam o século XIX, porém poucas são as produções que tratam do século XX. Trataremos de uma perspectiva quase inexplorada, que constitui um estudo sobre a História Social das prisões, que vem propor a análise da experiência de homens e mulheres na Penitenciária Modelo e sua relação com o entorno da população do bairro, apontando perspectivas de estudos sobre o pós-abolição e das relações de gênero. Sobre a penitenciária, encontramos algumas informações em estudos diversos que não se ativeram às especificidades da Penitenciária Modelo. Ver: SOUSA, Antônio Lindvaldo Sousa. A manutenção da ordem pública e as relações de poder em Sergipe (1889-1930). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 32, p. 155-172, 1999. MELLO, Janaína Cardoso de. Os crimes contra mulheres nas fontes do Arquivo Geral do Poder Judiciário em Sergipe (1873-1930): cotidiano de poder, denúncias e impunidades. **Albuquerque**: Revista de História, v. 1, n. 16, jul.-dez. 2016. LIMA, Cíntia; REZENDE, Karine Santos; SANTOS, Maria dos Prazeres de Jesus. **A história entre grades**: a Penitenciária Modelo de Sergipe (1926-1948). Monografia (Graduação em História) — Universidade Tiradentes, Aracaju, 2008. SANTOS, Jonaza Glória dos. **Estigmas na educação**: o encarceramento simbólico das juventudes do Bairro América em Aracaju/SE. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

⁵⁵ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **O pensamento vivo de Carvalho Neto**. São Paulo, 1954. p. 90.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 92.

A construção da Penitenciária Modelo, de grande porte e com arquitetura impetuosa, representou um dos eventos que inseriu Aracaju na modernização urbana, embora ainda possuísse resquícios das velhas prisões imperiais. Graccho Cardoso, governador no início do século XX, acreditava que a educação era o caminho que levava à retidão e à boa conduta por parte dos indivíduos⁵⁷. Atendendo aos requisitos prescritos pelo Código Criminal, incluiu uma escola, a enfermaria, oficinas mais amplas e uma capela ao projeto da Penitenciária⁵⁸.



Figura 2 - Construção da Penitenciária Modelo - 1926

Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950.⁵⁹

Era um –Castelo Medieval|| na ótica dos letrados, mas –A Grandell para os presos, que de longe a avistavam. A visão da imponência do prédio (Figura 2) assustava quem acabava engolido por ele. –A Grandell seria a nova morada dos presos, um novo inferno, não mais

⁵⁷ Conforme mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1925, o Estado de Sergipe utilizou o orçamento de 869:810\$700 com a Penitenciária Modelo. Ver: FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 110.

⁵⁸ Em 1922, foi eleito Governador do Estado de Sergipe. Seu governo é caracterizado como um dos mais modernizantes do estado. Segundo o historiador Ibarê Dantas, com o auxílio de técnicos competentes locais e de fora, comandaram-se os empreendimentos que mudaram a face de Aracaju e melhoraram o quadro de diversos municípios do interior. Promoveu convênios com empresários progressistas e realizou importantes construções, como foi o caso da Penitenciária, o amplo Mercado e o matadouro, todos qualificados como modelos. A criação do Banco Estadual de Sergipe e a substituição dos bondes de tração animal por carros elétricos foram marcas de seu governo. Ver: DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 40-41.

⁵⁹ A Escola de Gestão Penitenciária informou que as imagens foram obtidas entre os anos de 1930 e 1950. Importante frisar que esta dificuldade em relação à temporalidade acompanha as demais imagens utilizadas nesta tese, referentes ao acervo da EGESP.

artificial, mas real. Era a visão de um prédio moderno, mas que traduz o arcaico e o medieval e o esperado pelos presos era dispor de uma melhor estrutura para suas acomodações.

A muralha da Penitenciária foi construída com material da localidade, o famoso barro vermelho e a pedra de curuba adicionada à cal, com liga da argamassa. Havia no espaço três alas, as camas das celas eram de cimento. Na parte externa, estava localizada a administração do presídio. O prédio chamava atenção por seguir o estilo arquitetônico inspirado em um castelo medieval, o de San Giorgio de Salerno, no sul da Itália⁶⁰.

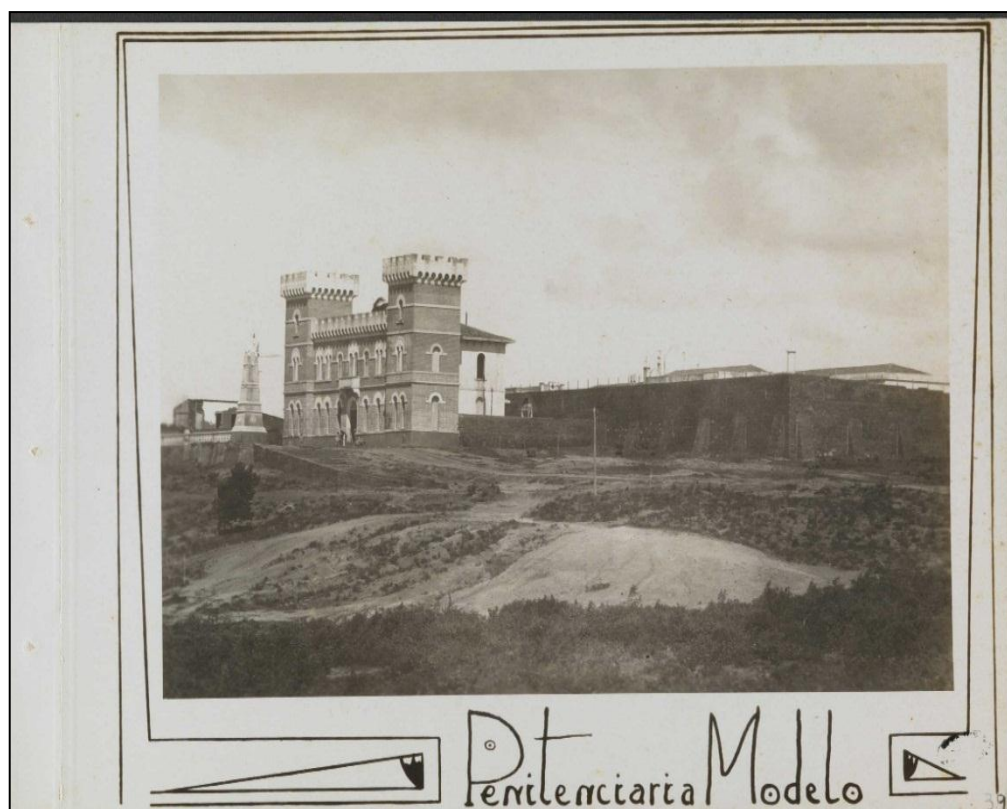


Figura 3 - Penitenciária Modelo - 1931

Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1105972.jpg

Nesse período, o Estado de Sergipe, no âmbito econômico e social, lidava com os resquícios da transição do Império para a República. O historiador Ibarê Dantas mostrou que o centro político e administrativo ganhava atenção através das decisões de suas autoridades e da importância decorrente do funcionamento das repartições públicas, mas é no ano de 1922 que a estrutura política, econômica e cultural de Sergipe modificou-se, com a ascensão ao governo de Maurício Graccho Cardoso, pertencente ao grupo político da oligarquia local, que

⁶⁰ ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 26-27.

teve atuação marcante pela construção de obras qualificadas e modernizantes para o estado⁶¹. Ariosvaldo Figueiredo afirma ainda que a base política de Graccho Cardoso seria a realização de uma –política capaz de enfrentar o desemprego, a carestia e a mendigância, daí muitos considerarem que ele transformou a economia sergipana.⁶²

Seria necessário pensar em um projeto de organização para acabar com o –caos que estava instalado. Em 14 de junho de 1923, o Jornal Diário Oficial noticiou a concorrência de apresentação das plantas para construção da penitenciária na capital. O edital estabelecia que os concorrentes deveriam apresentar as plantas até às 10 horas da manhã do mesmo dia, na Secretaria Geral do Estado, com detalhes explicativos e um orçamento. O projeto da penitenciária foi pensado para comportar 250 detentos, equipada com pavilhões para as oficinas e outro pavilhão isolado, na área murada da Penitenciária, para os alienados, obedecendo a todas as regras aplicadas às penitenciárias modernas⁶³.

No dia 20 de junho de 1923, o Diário Oficial noticiou que a comissão encarregada de dar o parecer sobre os projetos apresentados para construção da Penitenciária Modelo estava reunida, tendo concorrido aos trabalhos o sr. Hugo Bozzi, Dr. Silva Lima e Dr. Arthur Araújo⁶⁴. Foi aprovado o projeto do engenheiro Dr. Arthur Araújo, em formato de T invertido, com boa estrutura para a vigilância e constava de enfermaria, necrotério, administração isolada, independente dos pavilhões⁶⁵. A segurança era prevista pela existência de muros altos ao redor do presídio, estando à vigilância em boa colocação interna e externa. A estrutura era adequada para o asseio e ao que concerne às formas educativas de regeneração; existia uma boa distribuição para a aplicação das oficinas, escola, igreja e questões de âmbito cultural⁶⁶.

A edificação foi inaugurada na tarde do dia 12 de outubro de 1926, no Alto da Pindaíba.⁶⁷ A lei de criação publicada em 9 de outubro de 1926, no artigo 3º, estabelecia que os detentos da antiga Cadeia Pública passariam a cumprir o tempo de pena no novo estabelecimento prisional, que foi alcunhada, pelos jornais que circularam à época e pelos

⁶¹ DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 40.

⁶² Ibidem, p. 35.

⁶³ DIÁRIO OFICIAL, 14 jun. 1923.

⁶⁴ A Comissão foi nomeada pelo sr. Presidente para dar parecer sobre a concorrência de projetos para o edifício da Penitenciária Modelo. Fazem parte o sr. Dr. Cyro Cordeiro de Farias, chefe de polícia, engenheiros Misael Mendonça, Lauro Andrade, Ernesto Argenta, Alfredo Aranha, superintendente técnico do Estado e Dr. Carlos A. Rolla, procurador fiscal. DIÁRIO OFICIAL, 20 jun. 1923.

⁶⁵ Noticiou o diário oficial: —O ato do Governo representa a possibilidade de dentro de algum tempo poderem os sergipanos mostrar aos seus hóspedes ilustres um instinto de regeneração ao invés da cadeia que hoje possuímos. DIÁRIO OFICIAL, Aracaju, 23 jul. 1923.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Atual Bairro América, localizado no município de Aracaju.

membros do governo, de –A Grandell, –Casa de Regeneração, –Albergue da Infelicidade ou –Castelo Medieval⁶⁸. A Penitenciária modelo foi pensada com tudo que existia de mais moderno na época: o frontispício era composto de duas torres, com seteiras e componente de decoração nos muros, janelas e portas em arco pleno, toda erigida em cimento armado, cercado de altos muros, obedecendo aos critérios dispostos como sinônimo de conforto. O presídio foi concebido para 250 presos e com suporte de lotação para 444 internos.

Os primeiros registros de funcionamento ocorreram nas datas de 22 a 23 de outubro de 1926, noticiados no Livro de Parte Diária. Sobre a rotina dos presidiários, tivemos informações que cada um deles habitava um cubículo, provido de cama, aparelho sanitário, torneira para água e alguns objetos destinados ao uso diário. Em seus primeiros dias de funcionamento, foram transferidos da cadeia velha apenas 71 detentos, segundo as primeiras anotações nos registros do seu livro de abertura, como vimos abaixo na Tabela 1, não foram fornecidos os serviços básicos para estadia do preso. O que chama atenção é que foram os únicos dias sem registros de ocorrências. Existe também falha na informação, que pena! Por exemplo: não se sabe exatamente quantas eram as mulheres e quantos eram os homens. Quanto ao item fornecimento, não se sabe de quê. Qual era o de costume? E nem qual o horário deste fornecimento, os dados da tabela são bem lacunares, restando-nos dúvidas sobre os serviços prestados aos presos da –Grandell.

Tabela 1 - Parte Diária do Movimento da Penitenciária Modelo (22 a 23 de outubro)

Comunicação	As portas foram abertas e fechadas na hora regulamentar
Revista aos presos	Foram revistados na hora regulamentar
Presos da justiça	Existiam 71 presos inclusive mulher
Ponto diário	Os empregados assinaram na hora de costume
Correcionais	Não houve
Ocorrências	Não houve / enfermaria
Médico	Não compareceu
Baixa	Não houve
Alta	Não houve
Falecimento	Não houve
Fornecimento	Houve para todo o estabelecimento
Penitenciária de Aracaju, 23 de Outubro de 1926	
Diretor	
Álvaro Lera	

Fonte: Livro de Parte Diária da Penitenciária, 1926 – APES/SP⁵.

⁶⁸ Estas expressões aparecem nos jornais locais e documentos oficiais que compõem o *corpus* documental da Penitenciária Modelo.

A nota do jornal traz uma forte propaganda do estado, certamente era necessário impressionar a sociedade e rotineiramente apareciam notas informando apenas os bons serviços do estabelecimento. Mas estas boas impressões de satisfação dos presos em relação –ao asseio, boa alimentação e estrutura da «Grande» não perduraram por muito tempo. Passados alguns anos, a estrutura não foi aprimorada e a situação não se manteve igual aos primeiros dias de funcionamento da «Grande.» A instituição prisional não comportava o quantitativo de detentos que recebeu no decorrer do tempo e eram constantes os relatórios produzidos no intuito de chamar atenção do poder público para as precárias condições de acomodações dos detentos.

As dependências necessitavam ser remodeladas a fim de preencher melhor as exigências da ciência sanitária. Cada presidiário habitava uma célula, provida de cama, aparelho sanitário, torneira água e alguns objetos destinados ao uso diário. As células no pavimento térreo, como as do primeiro andar, eram revestidas de cimento, tornando-se úmidas devido vazamento das torneiras. O teto do presídio necessitava de reparos urgentes, pois com as chuvas e as goteiras em abundância, as células e todas as galerias ficavam molhadas produzindo uma humidade insuportável e sobretudo prejudicial à saúde dos detentos.⁶⁹



Figura 4 - Ala –All da Penitenciária Modelo

Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950.

⁶⁹ LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C. 1937. p. 69-70.

Vinte anos após a inauguração, o relatório da Legião Brasileira de Assistência⁷⁰ noticiava que a Penitenciária Modelo possuía uma sala de cinco metros quadrados mais ou menos situada no segundo pavimento do edifício com suas janelas para o nascente. O forro era de madeira e piso de cimento, porém ambos estavam bastante estragados, notando-se neles alguns buracos. Junto àquele espaço, havia um pequeno compartimento onde se encontrava um aparelho sanitário e também um fogareiro que servia para o preparo de alimentos. Todo o ambiente deixava muito a desejar em relação à higiene propriamente dita. Os móveis que constituíam o mobiliário do aposento foram produzidos com um material tosco e insuficiente. Constava também uma mesa de tamanho relativo, duas camas, sendo uma de casal, três malas, alguns tamboretas e uma pequena banca. Como utensílios havia panelas de barro, pratos de louça, candieiro de lata, trouxas de roupas e ferro de engomar, etc.⁷¹

As verbas eram destinadas à realização dos reparos na estrutura física, sobretudo nas portas que estavam com sons de -vai e vemll, procurando manter o silêncio no estabelecimento, para além do conserto dos mastros, das bandeiras, dos forros, da capela e limpeza no estabelecimento, combustível para transportar os presos para as audiências e algumas emergências. Um dado importante na Tabela 2 é que as despesas com medicamentos eram altas em relação à dotação estabelecida para o ano, de onde se infere que muitos presos adoeciam (ou já chegaram ali doentes). E deve corroborar para este dado a ausência de um cardápio nutricional que suprisse com nutrientes necessários à boa saúde e alimentação. Nota-se na referida tabela que o valor do saldo com alimentação é alto em relação à dotação anual. O orçamento anual a ser gasto com gêneros alimentícios era de Cr\$ 460.000,00 e as despesas anuais era de Cr\$ 447.614,40, restando um saldo de Cr\$ 12.385,60, o que nos leva a questionar sobre o emprego da verba e o saldo registrado. Na análise do *corpus* documental, encontramos um comunicado da empresa Alfredo Leão Mendonça de vendas em grosso e a retalho, localizado na Rua Santa Rosa, em Aracaju, informando ao diretor da Penitenciária Modelo, José Melo, que era -desagradável levar ao conhecimento que eram forçados a cancelar o fornecimento de gêneros alimentícios e de igual modo um bilhete de autoria de João Bonfim com a seguinte descrição: -peço fineza mandar efetuar o pagamento do mel

⁷⁰ Segundo Decreto Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, a Legião Brasileira de Assistência (L.B.A) é uma associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundada com o objetivo de prestar, em todas as formas úteis, serviços de assistência social, diretamente ou com a colaboração com instituições especializadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14830.htm. Acesso em 4 jul. 2018.

⁷¹ Relatório da Legião Brasileira de Assistência. Comissão do Estado de Sergipe, Aracaju, 2 de janeiro de 1947. p. 1.

fornecido para a Penitenciária⁷². Certamente é complexo entender o fato de se ter saldo e não pagar os fornecedores, causando insatisfação para com a população carcerária e diversos problemas de saúde pela ausências de nutrientes, como já visto.

Tabela 2 - Situação financeira da Penitenciária Modelo, 1948

VERBAS	DOTAÇÃO	DESPESA	SALDO
Material permanente	Cr\$ 18.000,00	Cr\$ 15.398,00	Cr\$ 2.602,00
Combustível, lubrificante e material para veículos	Cr\$ 15.000,00	Cr\$ 14.654,30	Cr\$ 345,70
Drogas:produtos químicos e farmacêuticos	Cr\$ 18.000,00	Cr\$ 17.949,50	Cr\$ 50,50
Forragem, ferragem e medicamentos para animais	Cr\$ 3.600,00	Cr\$ 2.482,00	Cr\$ 1.118,00
Gêneros de alimentação	Cr\$ 460.000,00	Cr\$ 447.614,40	Cr\$12.385,60
Material de expediente, escolar, impressos	Cr\$ 4.800,00	Cr\$ 3.090,50	Cr\$ 1.709,50
Vestuário, fardamento, calçados, tecidos e artefactos	Cr\$ 48.000,00	Cr\$ 44.261,00	Cr\$ 3.739,00
Materiais diversos	Cr\$ 24.000,00	Cr\$ 23.986,10	Cr\$ 13,90
Consertos e reparos em geral, inclusive encardenação	Cr\$ 5.000,00	Cr\$ 3.700,90	Cr\$ 1.229,10
Gratificação a presos que trabalham nas oficinas	Cr\$ 15.000,00	-----	-----

Fonte: Relatório da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe⁷³.

Ainda sobre a estrutura física, o relatório aponta que o prédio onde funcionavam os banheiros estava bem conservado, necessitando de poucos reparos, como nas torneiras. As privadas, algumas quebradas por loucos, outras estragadas pelo tempo necessitavam de um reparo geral. O pavilhão dos alienados era destinado ao abrigo dos delinquentes pronunciados e ainda não condenados. Evitava-se misturar estes detentos, pois os alienados transitoriamente deveriam ser remetidos para outro pavilhão. Esse era o aspecto da tão esperada Penitenciária Modelo com algumas décadas de funcionamento: havia deficiência de funcionários e ausência de estrutura para desenvolvimento dos serviços, como produção agrícola nos arredores da penitenciária⁷⁴.

Sobre os aspectos internos, o relatório apresentado ao secretário de segurança pública expõe ainda que na Penitenciária não existia pavilhão feminino. As mulheres viviam no espaço da administração, em companhia de quatro crianças, duas do sexo masculino e duas do sexo feminino. Entre as mulheres, havia certo indiferentismo, uma mais jovem revelava entre seus hábitos ser muito vaidosa e gostava de andar decente, ou seja, mais arrumada; a outra

⁷² Correspondências emitidas e recebidas em 20 de dezembro de 1940 – APES/SP⁵

⁷³ Relatório apresentado no dia 10 de janeiro de 1949 ao Exmº Sr. Dr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe. APES/SP¹ - Correspondências. p. 14.

⁷⁴ Relatório da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe, apresentado em 10 de janeiro de 1948 ao Exmº Sr. Dr. Secretario da Segurança Pública do Estado de Sergipe. p. 4.

era esperta e faladeira, queixava-se do isolamento, da falta de conforto moral, espiritual e intelectual, gostava de ouvir a missa aos domingos; a terceira, e mais velha, era calada e muito fechada e nada informou sobre suas impressões. Eram poucas as oportunidades de integração dedicadas às mulheres: desempenhavam apenas os serviços de lavadeiras do manicômio e na cozinha, seus dias eram tristes, e muitas delas carregavam a dor da separação de sua família⁷⁵.

Este ambiente maltratava os indivíduos e não existia um projeto de integração e ressocialização, era algo contraditório para a tímida reforma prisional do estado. A missão da Penitenciária Modelo era de –reajustar, readaptar indivíduos divorciados dos princípios humanos e cristãos, despertando tendências e vocações⁷⁶. O diretor recém-nomeado falava nos relatórios que o objetivo de uma Penitenciária não era se apresentar –como um degredo, uma mera casa da punição ou prisão medievall. De acordo com sua perspectiva, a Penitenciária do Estado tinha um objetivo louvável, nobre e importante que interessava aos vários setores da vida administrativa, econômica e social do estado⁷⁷. O governo de Graccho Cardoso incluiu os detentos nas propostas modernizantes, a exemplo da utilização da mão de obra dos sentenciados nos trabalhos da estrada que ligava Aracaju a São Cristóvão, mediante o pagamento de diárias aos presos da cadeia pública⁷⁸.

No relatório expedido ao Tribunal da Relação de Sergipe, o Promotor Público oferecia detalhes sobre a Penitenciária Modelo e sinalizava que não estava de acordo com as determinações e prescrições das leis no que dizia respeito ao sistema penitenciário. Disse ele:

Não corresponde aos altos preços do seu custo, não preenche as condições necessárias do fim a que está determinado, não havendo mesmo preocupações pela higiene, pela moralidade, ou pela regeneração, não é, pois um estabelecimento sob o ponto de vista técnico e moral digno, nem é a altura do progresso e que têm chegado, no próprio Brasil, as prisões do Estado⁷⁹.

Apesar de tudo, a Penitenciária Modelo de Aracaju era dinâmica em suas relações. Mas nem sempre era tranquila. O relato expresso pelos vigias sobre as faltas cometidas e punições foi importante para percebermos as constantes instabilidades, indisciplinas e ausência de cumprimento do regulamento institucional, como vimos:

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Relatório apresentado no dia 10 de janeiro de 1949 ao Exm^o Sr. Dr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe. APES/Correspondências. p. 3.

⁷⁷ Idem, p. 3.

⁷⁸ DIÁRIO OFICIAL, 20 jun. 1923.

⁷⁹ Relatório do Tribunal da Relação do Estado de Sergipe. Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, 13 nov. 1930. p. 1.

Às 13 horas quando entrou no cubículo o detento alcunhado –Branco, para tomar água, foi-lhe dito que levasse a moringa para o serviço, mas o detento respondeu que não vinha para o presídio e sim para um boteco, desacatando o guarda em serviço⁸⁰.

A passagem registrada no Livro de Parte Diária mostra como eram comuns intrigas, rixas e desavenças, o conflito era sempre esperado entre detentos e guardas. Há tempos que o Estado de Sergipe não alcançava os requisitos necessários para execução de um sistema penitenciário que atendesse às questões legais. Os conflitos existentes nas prisões geralmente eram –[...] muitas coisas ao mesmo tempo, instituições que representam o poder e a autoridade do estado, arenas de conflitos, negociação e resistência⁸¹.

Mas afinal, a Penitenciária construída no início do século XX não atendeu à legislação, continuou recebendo mais detentos, ultrapassando o número de vagas disponíveis. No projeto, as vagas previstas eram para 250 detentos, mas, no ano de 1946, a instituição já estava abrigando 415⁸². As oficinas não possuíam estrutura, deixavam a desejar, e estavam inseridas em um –pavilhão aberto, de chão batido e poento, com ferramenta manual rudimentar, incapaz de treinar um ofício e orientar uma profissão, de fato não obedecia às regras aplicadas às penitenciárias modernas.⁸³

Aparentava estar longe do que se almejava na transição do Império para República. Esperava-se que os detentos encontrassem boas condições de estrutura e estadia, com cubículos limpos e bem arejados e com espaços equipados para a atuação do trabalho e consequente regeneração. Não foi o que ocorreu!

1.2 Os Modelos Prisionais e a –Grandell

A Penitenciária Modelo surgiu a partir dos debates da ciência penal com o fito de adotar as exigências do sistema penitenciário moderno, contribuindo para o progresso sergipano. Mas esse tão sonhado progresso não ocorreu e nem conseguiu solucionar as mazelas existentes no cenário penitenciário do estado. A lei de nº 943, de 9 de outubro de 1926, criou a Penitenciária Modelo, destinada ao cumprimento da pena e dos réus condenados à prisão celular com o objetivo de possuir trabalho em comum, segregação noturna e silêncio durante

⁸⁰ Livro de Parte Diária, 14 nov. 1945.

⁸¹ AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2. p. 35.

⁸² Livro de Parte Diária, 1946 – APES/SP⁵.

⁸³ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **O pensamento vivo de Carvalho Neto**. São Paulo, 1954. p. 92.

o dia⁸⁴. Estabelecia também que no artigo 7º que a sentença criminal fosse feita, discriminadamente, por períodos gradativos e sucessivos do seguinte modo:

- 1º. Primeiro período: preparação do condenado, com isolamento celular diurno e noturno.
- 2º. Segundo período: trabalho em oficinas, com isolamento celular durante a noite.
- 3º. Terceiro período: trabalho horticular de comunhão durante o dia e podendo cessar, sempre que possível, isolamento noturno.
- 4º. Quarto período: trabalho em liberdade condicional, de acordo com as prescrições da lei⁸⁵.

Como vimos, o projeto da reforma prisional, a partir da construção da Penitenciária Modelo, não deu muito certo. O processo se deu de forma lenta e a penitenciária de Sergipe veio depois em relação a outros estados, a exemplo de Pernambuco e Bahia⁸⁶. Entretanto, é necessário compreendermos como ocorreram os debates e quais os entraves para que não fosse executado tudo o que fora legitimado.

À época, o Estado de Sergipe contava com um dos maiores penitenciaristas militantes do país, o Dr. Manuel de Carvalho Neto, que atuou como deputado federal e na Assembleia dedicou-se a propor debates com o objetivo de implantar melhorias no cenário do sistema

⁸⁴ O decreto de nº 847, de 11 de outubro de 1890, estabeleceu que a prisão celular, a mais grave entre as penas cominadas no Código, fosse cumprida em estabelecimento especial, com isolamento celular e trabalho obrigatório. No primeiro período do cumprimento operava-se o isolamento e, nos seguintes, trabalhos em comum, com segregação noturna e *silêncio* diurno. Ver: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Rio de Janeiro, 1890. p. 1

⁸⁵ SERGIPE. Assembleia Legislativa. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Lei n. 943, de 9 de outubro de 1926**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1930. p. 4-6.

⁸⁶ Ricardo D. Salvatore discutiu que, durante o período de 1890 a 1910, a reforma carcerária na Argentina e no Brasil desenvolveram-se paralelamente aos novos desenvolvimentos da criminologia; no Brasil, prosseguiu através de ondas de entusiasmo e desilusão na década de 1830, quando a regência faz a primeira tentativa de modernizar as prisões. Neste período foi solicitado o estabelecimento de -Casa de Correção em todas as províncias do império, mas na prática não foi fácil implementar. As províncias careciam de recursos suficientes para substituir suas cadeias (prisões) por edifícios mais apropriados no Rio de Janeiro, o único lugar onde uma casa moderna de correção foi construída antes de 1860. As três penitenciárias construídas nas décadas de 1860 e 1870 (em São Paulo, na Bahia e no Recife), estavam repletas de dificuldades: nenhuma delas, concordavam os críticos, poderia ser considerada uma moderna penitenciária, muito por conta do sistema de classificação e um número limitado de oficinas. As prisões podiam compensar o uso extensivo de formas antiquadas de castigo (deportação, prisão perpétua e morte) ou pela ausência de separação entre internos Ver: SALVATORE, Ricardo. *Penitentiaries, visions of class and export economies: Brazil and Argentina Compared*. In: AGUIRRE, Carlos; AGUIRRE, Carlos; SALVATORE, Ricardo D. (org.). **The birth of the penitentiary in Latin America: essays on criminology, prison reform and social control, 1830-1940**. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 1996. p. 200. Sobre a reforma prisional é importante conhecer também o trabalho da historiadora Cláudia Trindade sobre a Casa de Prisão com trabalho da Bahia, ao abordar que a reforma prisional foi um processo complexo, pois exigiu mudanças profundas na legislação dos países que aderiram a ela. E, mesmo as pequenas cadeias, sofreram transformações e passaram a oferecer condições mais humanitárias, a exemplo da separação dos presos, a partir do critério do sexo, crime e outros. Mas não foi possível adaptar da forma que foi especificada, pois cada país possuía uma realidade. TRINDADE, Cláudia Moraes. **A Casa de Prisão com trabalho da Bahia, 1833-1865**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 11.

penitenciário no âmbito nacional, tendo esta atuação uma repercussão internacional.⁸⁷ Especificamente em 1950, traz uma contribuição importante, já que procurou indicar as Normas Gerais do Regime Penitenciário. Carvalho Neto era também o Presidente do Conselho Penitenciário em Sergipe. Em seus pronunciamentos, citava diversos clássicos penitenciaristas para explicar o –caos do sistema prisional, como exemplo, o discurso do Dr. Cesar Salgado, ao falar que –no Brasil não existia regime penitenciário e que havia uma contradição entre o código e a realidade penitenciária brasileira, que as medidas estabelecidas pela lei criminal desde 1940 continuavam sem execução e –que na prática eram letra morta⁸⁸.

A contribuição de Carvalho Neto alargou-se quando foi deputado por Sergipe: foi o responsável pela indicação do Projeto de Lei de nº 487 de 1950, que institui o curso de Direito Penitenciário nas Faculdades de Direito, para além de redigir as normas gerais do regime penitenciário⁸⁹. O então deputado por Sergipe foi aplaudido na Assembleia pela atuação de propositura das normas gerais do regime Penitenciário. Propôs melhorias no sistema prisional bem como: a classificação dos detentos, a individualização da pena, pagamento dos trabalhos nas oficinas, isolamento e tratamento de saúde, inserção das mulheres em espaços adequados, educação moral, intelectual física e profissional dos sentenciados, e a assistência social: eram estas as questões necessárias para proporcionar ao detento ações que pudessem regenerá-lo na opinião do penitenciarista. Sem dúvidas, a Penitenciária Modelo estaria longe destas atribuições; seria necessário acompanhar os debates da legislação e procurar colocá-la em prática⁹⁰.

⁸⁷ Antônio Manuel de Carvalho Neto nasceu em Anápolis, atual Simão Dias (SE), no dia 14 de fevereiro de 1889, filho de Joviniano Joaquim de Carvalho, médico e deputado federal de 1900 a 1914, e de Josefa Freire de Carvalho. cursou o primário em sua cidade natal, realizando os estudos preparatórios no Ateneu Sergipano, em Aracaju. Transferiu-se a seguir para a Capital Federal e em 1906 ingressou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, pela qual se bacharelou em ciências jurídicas e sociais em 1911. Foi presidente da seção sergipana da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Penitenciário de Sergipe, professor de direito constitucional, direito administrativo e direito civil, e diretor da Faculdade de Direito de Sergipe. Exerceu também a presidência do Instituto de Educação, Ciência e Cultura, seção de Sergipe, e da Academia Sergipana de Letras. Para além destes cargos, atuou como Juiz Municipal de Itabaiana, assumiu a instrução pública de Sergipe, candidatou-se a deputado federal, sendo o mais votado no Estado de Sergipe e, no Distrito Federal, integrou a Comissão de Constituição e Justiça. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO%20NETO,%20Ant%C3%B4nio%20Manuel%20de.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2019. p. 1.

⁸⁸ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Bases constitucionais do regime penitenciário**: projetos, discursos, anotações. Departamento da Imprensa Nacional, 1951. p. 9.

⁸⁹ Artigo 1º - Fica instituído nas Faculdades de Direito, oficiais, oficializadas, ou livres reconhecidas, em Curso de Direito Penitenciário em duas cadeiras, compreendendo as seguintes disciplinas. a) Direito Penitenciário Brasileiro e Comparado; Sociologia Criminal, Penologia e Técnica Penitenciária. b) Endocrinologia, Biotipologia e Biopsicologia Criminal.⁸⁹ Ver: Discurso do deputado senhor Antônio Manoel de Carvalho Neto, pronunciado na sessão do dia 27 de junho de 1950. p. 14.

⁹⁰ Projeto de Lei nº 847 de 1950: Art. 1º - São normas gerais do regime penitenciário reguladoras da execução das penas criminais e das medidas de segurança detentivas, em todo o território nacional:

Segundo Carvalho Neto, no processo de construção da Penitenciária Modelo, não houve a consulta de um técnico, não foram revistas as últimas conquistas arquitetônicas no traçado da construção e o dinheiro público foi gasto com cópia de modelos antiquados, repetindo a imagem das velhas cadeias pelo Brasil.

Em relação aos sistemas penitenciários, é necessário entender que o modelo pensado para execução na Penitenciária Modelo, conforme apontam as fontes, foi a junção de modelos norte-americanos, a exemplo do modelo de Auburn e Pensilvânico⁹¹. Tatiana Baptista, nos estudos sobre a solidão como pena, considerou o sistema pensilvânico o mais severo de todos os modelos em geral e caracterizado pelo isolamento solitário na cela nua nos três turnos, durante todo o tempo da pena. O confinamento celular se baseava na obrigação de silêncio, na meditação, na oração e na abstinência de bebidas alcoólicas, buscando possibilitar a reflexão do condenado e a sua reabilitação com Deus.⁹²

I – Classificação dos sentenciados, para efeito de cumprimento das penas.

II – A individualização das penas, de modo que a cada sentenciado – conhecida a sua personalidade – corresponda ao tratamento penitenciário adequado.

III – O trabalho obrigatório dos sentenciados segundo os preceitos da psicotécnica e a liberdade corretiva e educacional daqueles.

IV – A percepção de salário, conforme a espécie de trabalho executado, sua perfeição e rendimento levado em conta, ainda o procedimento do sentenciado.

V – A formação do pecúlio penitenciário, deduzindo-se do salário percebido no trabalho executado.

VI – O seguro contra acidentes no trabalho interno, ou externo, dos estabelecimentos penitenciários.

VII – A separação dos sentenciados em estabelecimentos adequados, consoante a natureza e gravidade das penas – prisão simples, detenção ou reclusão.

VIII – O isolamento e tratamento em estabelecimento adequados, dos sentenciados que sofrerem, ou revelarem começo, infiltração, ou contaminação, de tuberculose, ou de lepra.

IX – Separação das mulheres sentenciadas em estabelecimentos apropriados, tendo-se em vista o disposto VII e VIII.

X – A internação, em estabelecimentos apropriados, dos menores infratores que tiverem mais de 18 anos e menos de 21.

XI – A internação, em estabelecimentos adequados dos que forem atingidos por medidas de segurança detentivas.

XII – A internação, em estabelecimentos apropriados, dos que estiverem passíveis de prisão preventiva, ou provisória.

XIII – A educação moral, intelectual física e profissional dos sentenciados.

XIV – O livramento condicional, preenchidos os requisitos enumerados nas leis penais e processuais-penais.

XV – A assistência social aos sentenciados, aos liberados condicionais, aos egressos definitivos da prisão, às famílias dos mesmos e das vítimas. Ver: Discurso do Deputado Senhor Antônio Manuel de Carvalho Neto, proferido na sessão do dia 2 de agosto de 1950. p. 18-19.

⁹¹Sobre o modelo filadelfiano ou pensilvânico, criado em 1828/1829, era constituído por isolamento completo e separação total entre os internos. Trancafiados individualmente em suas celas, sem contato com o mundo exterior. O trabalho somente é realizado no interior de cada cubículo. Isolamento desta natureza acaba levando o interno (preso) a verdadeiro estado de loucura. Totalmente proibido de qualquer contato do preso com seus amigos e família, apenas é permitido o relacionamento com o diretor do estabelecimento, capelão e guardas. Trata-se de sistema ditatorial que visa única e exclusivamente o isolamento como o castigo. O objetivo da pena privativa de liberdade não possui qualquer fundamentação lógica para um tratamento recuperacional. Ver: MAIA NETO, Cândido Furtado. Modelos prisionais. *Justitia*, São Paulo, v. 51, n. 148, p. 64-71, out./dez. 1989. p. 67.

⁹²BAPTISTA, Tatiana Maria Badaró. A solidão como pena: uma análise dos sistemas penitenciários Filadélfico e Auburniano. *Revista do CAAP*, v. 1, n. 21, 2015. p. 81.

Segundo Michel Foucault, o modelo auburniano prescrevia a cela individual durante a noite, o trabalho e as refeições em comum, com outros prisioneiros, mas sobre as regras do silêncio absoluto, os detentos só poderiam falar com os guardas com a permissão destes e em voz baixa. Ainda sobre os sistemas da Filadélfia, ocorria o isolamento absoluto, não se pedia a requalificação do criminoso ao exercício de uma lei comum, mas a relação do indivíduo com sua própria consciência e com aquilo que pode iluminá-lo de dentro: o indivíduo sozinho poderia refletir acerca de suas vivências e com ajuda da religião⁹³.

Acerca do sistema auburniano, Cândido Furtado aponta que o objetivo central era a recuperação do preso feita através da divisão dos internos em relação à idade e ao estado perigoso. Em relação ao comportamento, eles ficavam recolhidos nas celas de um a três dias por semana a critério da direção, o trabalho era permitido durante o dia em total silêncio durante os serviços⁹⁴. Afirmar ainda Fernanda Amaral que o modelo auburniano surgiu em 1821, na cidade de Nova York, na prisão de Auburn. A principal diferença entre este sistema e o da Pensilvânia foi a adoção do trabalho como objeto regenerador do indivíduo. Os internos seguiam em silêncio absoluto e constante, trabalhavam no horário diurno em oficinas e à noite ficavam recolhidos em suas celas individuais. O silêncio era imposto na base do chicote⁹⁵.

Já para Michele Perrot, a pavorosa reclusão auburniana era geradora de loucura: a maioria preferia a prisão de forçados, a qual, do fundo de suas celas, os presos chegaram a celebrar como um paraíso perdido! Como exemplo, o caso que _Em Toulon, trabalhava-se duro, isso é verdade, mas bebia-se firme, e podia-se conversar e rir à força. Declarava nostálgico um antigo forçado, transferido para a prisão suíça de tipo filadelfiano⁹⁶.

⁹³ Em 1975, a clássica obra de Michel Foucault, para além de realizar uma descrição dos modelos prisionais e sua aplicação, aponta um novo horizonte aos debates sobre a história das prisões, realizando um panorama sobre a evolução histórica da legislação penal e os meios coercitivos e punitivos adotados pelo poder público para reprimir a delinquência desde o século XVIII, nos debates da construção do mundo moderno, tecendo críticas aos reformadores da época. Descreve ainda, as maneiras de organizar o poder de punir: Sobre o direito monárquico, a punição era um cerimonial de soberania, sendo aplicada com modos de vingança que se aplicava aos corpos dos condenados remetendo medo e temor aos espectadores; Já no projeto dos juristas reformadores a punição acontecia como processo para requalificar os indivíduos como sujeito de direitos, utilizando sinais, conjunto codificados de representações; Já a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processo de treinamento do corpo, não sinais, como traços que deixa, sob a forma do hábito, no comportamento, e supõe ainda a implantação de um poder específico de gestão da pena. Para aprofundar este debate indicamos a leitura do capítulo sobre as punições. Ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁹⁴ Ibidem, p. 67.

⁹⁵ OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. Os modelos penitenciários do Século XIX. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2007, Ouro Preto. **Anais** [...]. Ouro Preto: EDUFOP, 2007. Tema: Historiografia Brasileira e Modernidade. p. 4-7.

⁹⁶ PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 257.

Um dos maiores estudiosos da história das prisões, Carlos Aguirre, nos estudos sobre a *Disputed Views of Incarceration in Lima, 1890-1930: the Prisoners*, discutiu que, no início no século XIX, as prisões em toda a América Latina faziam o papel de instrumentos para transformação de internos em sujeitos –dóceis, diligentes e obedientes, prontos para serem inseridos ao mercado de trabalho, ao exército de consumidores e à comunidade de cidadãos permanentes. Para além destas questões, o estudioso inclui que as prisões deveriam realizar uma rotina de atividades diárias reguladas e monitoradas de perto, com trabalho, instrução, higiene, oração e recreação para alcançarem suas metas⁹⁷.

Carlos Aguirre chama atenção para o fato de que vários historiadores evidenciam a história das prisões sem incorporar as experiências, visões e o agenciamento da população carcerária, deixando de fora um aspecto essencial, o da opinião dos prisioneiros subalternos, aspecto que proporcionaria entender os efeitos e resultados do pacote da reforma do sistema prisional. Afirma ainda que:

[...] ler os próprios pontos de vista dos prisioneiros sobre a vida em geral e seu encarceramento [...] não é assunto fácil pela falta de fontes, em primeiro lugar, e depois todas as dificuldades de compreender textos produzidos sobre circunstâncias altamente opressivas complicam a tarefa do historiador. E, no entanto, só parece necessário que tentemos alcançar esse objetivo, pois recuperar a vida dos prisioneiros nos ajudaria a entender a marca real da prisão e seus súditos.⁹⁸

A Penitenciária Modelo de Aracaju não seguia um modelo específico, como os casos norteamericanos supramencionados. Segundo Carvalho Neto, a penitenciária foi construída fora do padrão de qualquer sistema conhecido: era a unificação dos sistemas de Filadélfia e o de Auburn, pois a base era a prisão celular para todos os crimes. Revela que, com –a promiscuidade da prisão sergipana, o encarceramento ficaria longe do sistema progressivo ou irlandês e o regime celular que o Código Penal de 1890 prescrevia ainda não estava sendo colocado em prática. E sobre o modelo da –Grandell expõe:

Sabe-se que a prática do sistema resulta principalmente, da adoção do tipo pensilvânico para a prisão celular, seguido das penitenciárias agrícolas. Nestas, o terceiro estágio; naquele, o primeiro. Ora, dúvida não há sobre a inexistência das penitenciárias, agrícolas, ligadas à prisão sergipana. E quanto propriamente ao regime celular basta uma simples vista de curioso para testemunhar o arremedo

⁹⁷ JOSEPH, Gilbert M; SALVATORE, Ricardo D; AGUIRRE, Carlos. Crime and Punishment in Latin America. In: AGUIRRE, Carlos. **Disputed Views of Incarceration in Lima, 1890-1930: the Prisoners** Agenda for Prison Reform. Durke University Press, 2001. p. 343.

⁹⁸ JOSEPH, Gilbert M; SALVATORE, Ricardo D; AGUIRRE, Carlos. Crime and Punishment in Latin America. In: AGUIRRE, Carlos. **Disputed Views of Incarceration in Lima, 1890-1930: the prisoners** agenda for prison reform. Durke University Press, 2001. p. 343.

grotesco ali praticado, com absoluta incompreensão da pena, seu objetivo, sua finalidade⁹⁹.

Nada do que estava escrito ocorreu. Como em outras prisões do Brasil, em Sergipe não iria ser diferente¹⁰⁰. Foi possível perceber a influência dos modelos citados nas regras estabelecidas pelo regulamento institucional, onde foi estabelecido que os presos na Penitenciária Modelo teriam que trabalhar nas oficinas meia hora após o café da manhã, sendo as atividades interrompidas às 11 horas e reiniciadas às 13 horas, e com encerramento às 17 horas¹⁰¹.

Ainda sobre a aplicação do modelo, Carvalho Neto nos dá pistas de como ocorria essa aplicação. Em umas das visitas, observou o asseio rigoroso, aspectos de boa higiene, mas não se dava importância para a execução das penas e o abandono era completo. Era precária a classificação dos criminosos, nem mesmo lhes era concedido o regime compatível às suas condições, como exemplo, do -grau psíquico|. Não havia também uma base científica para seriação onde se poderia cumprir penas; como afirmou Carvalho Neto, -a prisão sergipana era uma incubadora de crimes¹⁰². Era uma mistura de menores, criminosos primários, loucos, encarcerados como feras bravias, em células fechadas e impróprias|. Sem dúvidas, a ideia de regeneração, de readaptação ao meio social pelo trabalho, pela disciplina, pelo aproveitamento dos conhecimentos não era praticada¹⁰³.

O cronista Zózimo Lima escreveu no *Correio de Aracaju* em uma das visitas a penitenciária que houve preocupação com o castigo, não se tratou de educação, pretendeu-se a pena intimidativa, mas não a corretiva¹⁰⁴. Daí não ser surpresa o fato da rebeldia ser constante, como no caso do detento -Bola de Neve|, indivíduo estereotipado pela polícia sergipana como -desordeiro e desatencioso|, que vivia tecendo brigas e procurando barulhos, punido por jogar a penca de chaves pertencentes à penitenciária na privada e jogar dados a dinheiro, história narrada no quarto capítulo desta tese.¹⁰⁵

⁹⁹ CARVALHO NETO, Antônio. **Cinzas da Província de Aracaju**. Aracaju: Livraria Regina, 1949.

¹⁰⁰ A historiadora Marilene Antunes, nos estudos sobre a Casa de Correção no Rio de Janeiro no início do século XX, chama atenção para as questões sobre a ruptura entre os projetos e a prática prisional e alerta que os historiadores das prisões precisam continuar demonstrando a variedade de significados que os espaços das prisões produzem nas sociedades. Ver: SANTANA, Marilene Antunes. Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2, p. 311.

¹⁰¹ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 264.

¹⁰² CARVALHO NETO, Antônio Manoel. **O pensamento vivo de Carvalho Neto**. São Paulo: 1954. p. 92.

¹⁰³ Idem, p. 26-27.

¹⁰⁴ Idem, p. 92.

¹⁰⁵ Livro de Parte Diária, 1952.

Como observamos, a Penitenciária Modelo foi pensada para acompanhar os debates dos reformistas, mas não ocorreu dessa forma, nem sequer seguiu os modelos prisionais como estabelecia a lei. Foi pensada por Dr. Arthur Araújo e este não inseriu os debates prisionais discutidos nos finais do século XIX. O idealizador preocupou-se mais com o seu estilo e em mostrar sua operosidade. A Grandell, embora tenha sido projetada para suprir as demandas da cadeia velha, foi adaptada conforme a realidade local: nela os guardas teriam que manter silêncio absoluto durante a noite e poderia participar de conversas moderadas nos intervalos das oficinas; aqueles que infringissem o estabelecido teriam reclusão de um ou dois dias na célula, conforme especificava o regulamento institucional. A Penitenciária continuaria a ser a –reencarnação da cadeia velha, pouca coisa teria mudado.¹⁰⁶

1.3 —A Grandell e o seu Entorno

A Penitenciária Modelo de Aracaju ficava distante do centro da cidade, em uma área rural, –o local não passava de um deserto, poucas casas, sem água, sem luz e sem condução. Era o chamado Capucho, conhecido pelos populares por –Tamanco sem Salto, pois na época o bairro nos dias chuvosos se transformava em atoleiros e quando os moradores voltavam para suas casas, os calçados estavam abarrotados de lama.¹⁰⁷

O bairro América cresceu em torno da Penitenciária de Aracaju, construída no –Alto da Pindaíba, em 1926, para abrigar os novos e antigos presos. Naquele tempo, a ocupação do bairro se dava de forma desordenada, isso por conta das invasões que visavam os lotes próximos à penitenciária. Foi a movimentação constante dos parentes dos presos para residir nas proximidades do presídio que –tornou a região gradativamente povoada.¹⁰⁸

Lembra Jozana Santos, que a construção da Penitenciária ocorreu no Bairro América, por ser uma área rural, distante do centro e dos bairros já urbanizados, sendo isso uma prática

¹⁰⁶ Ver: CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 166.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Jorge Marcos; BITTENCOURT JUNIOR, Antônio. **História do Bairro América**. Aracaju: Fundação Cultural da Cidade de Aracaju, 1996. p. 11.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. **Conflitos socioambientais: o caso de uma fábrica de cimento em Aracaju (1967-2000)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. p. 86. A respeito do Bairro América, temos os estudos dos historiadores Emanuel Souza e Antônio Wanderley sobre o levantamento de fontes com o intuito de mapearem o espaço, da ocupação à urbanização. Neste período, as casas eram pequenas, mas possuíam uma área extensa de quintais e havia muitas fruteiras, as casas eram poucas e logo seguiram as edificações nas baixadas e pelos altos barreiros em —meio a matagais de velande, jurubeba, cansação e alecrim, cajueiros e coqueiros. Ver: ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 17.

recorrente com o fim de afastar a prisão do comércio comunitário, como vimos na Figura 5¹⁰⁹. Nos estudos sobre o Bairro América e seus estigmas, observou-se também que os homens e mulheres que ali residiam participavam da vida social da prisão, fazendo com que os presos se percebessem como parte da comunidade¹¹⁰.

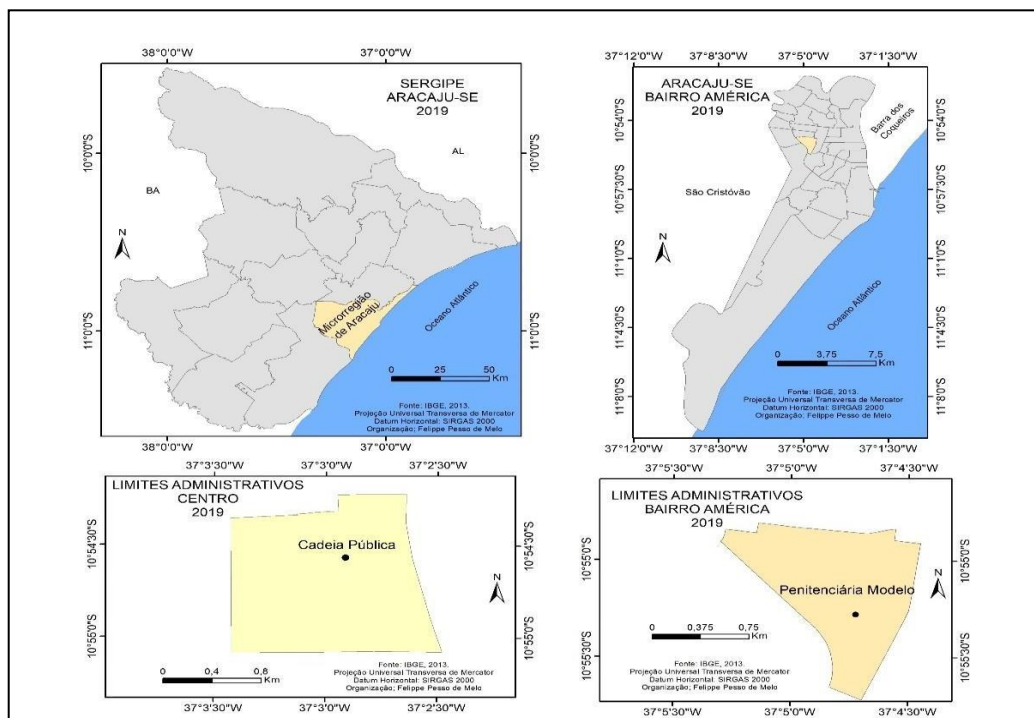


Figura 5 - Mapa da localização da Cadeia Pública e Penitenciária Modelo¹¹¹

Era comum entre os indivíduos ali presentes no entorno da –Grandell, o surgimento de uma permanente sociabilidade entre familiares e amigos. É possível notar essa interação no registro realizado pelo guarda de plantão Arnulfo Alves da Silva, em 23 de novembro de 1941, quando tomou nota da visita de 412 pessoas no estabelecimento, incluindo os familiares dos presidiários¹¹². É também reflexo do relacionamento com os moradores do bairro a celebração do casamento do detento Manoel Antônio Miguel com uma senhora moradora do bairro, fato descrito pelos guardas em serviço João Ferreira dos Santos e José Cerqueira no

¹⁰⁹ Ver: SANTOS, Jozana Glória dos; SANTOS, Najó Glória dos; MEDEIROS, Andressa Maria Machado. Bairro América: estigmas e a construção social juvenil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 10.; FÓRUM PERMANENTE INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL, 11., 2017, Aracaju. *Anais* [...]. Aracaju: UNIT, maio 2017. p. 12.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 4.

¹¹¹ Está anexa a versão ampliada do mapa da localização da Cadeia Pública no centro da cidade de Aracaju e da Penitenciária Modelo, na área rural de Aracaju.

¹¹² Livro de Parte Diária – APES/SP⁵-166, p. 174.

Livro de Parte Diária. A missa da cerimônia do casamento foi celebrada pelo reverendo Brandão e assistida por todos os detentos e as senhoras catequistas da Penitenciária Modelo.

Sergipe estaria sobre os reflexos do pensamento do Estado Novo e as perspectivas de remodelação da sociedade e da punição aos –desviantes‖, momento em que afastou-se do centro da cidade os ditos –delinquentes‖. Na época o bairro não era urbanizado, pois existia uma vasta área de terra ao alto, conforme vemos na Figura 6. Como já mencionado, a instituição foi o primeiro centro de atração de pessoas para a região do bairro, onde foi construída.¹¹³ Na época, não existia saneamento básico, faltava água, energia elétrica e outras questões de infraestrutura. Parentes de detentos e pessoas de outros estados, além de ex-detentos oriundos do interior foram ocupando, desordenadamente, o entorno do presídio. O que era uma área rural foi se transformando em um aglomerado de pequenas casas de taipas cobertas de palha e coqueiro ou de pindoba¹¹⁴.

O bairro possuía uma vasta aérea de terra a ser ocupada, contribuindo para a mobilidade migratória de indivíduos oriundos do interior do Estado de Sergipe e de estados circunvizinhos. A partir das leituras dos prontuários dos detentos, foram recolhidos exemplos dessa mobilidade na documentação, por exemplo, do detento Porfírio Leopoldino dos Santos, natural do município de Frei Paulo, trabalhador braçal e identificado pelo prontuário de nº 6, o qual contou com a presença da família morando nas proximidades do Bairro América: sua esposa Maria Julia de Jesus, filha Maria do Carmo, Maria Eunice e o filho José Leonardo dos Santos¹¹⁵. Essa localidade foi um caso peculiar, pois percebemos as relações mantidas entre os indivíduos do presídio e a população do entorno¹¹⁶. Aqui lembramos o que alertou Norbert Elias em *Os estabelecidos e os outsiders*:

as pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas e essas relações podem não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também estabelecem relações quando moram juntas num mesmo lugar, quando constroem seus lares no mesmo local.¹¹⁷

¹¹³ –[...] estudar a periferia reconstitui as relações universais presentes nos fragmentos da vida urbana. Essas relações podem ser apreendidas nas frações da metrópole em que vivem os pobres e são demonstradas pela falta de recursos monetários e exposição desses segmentos sociais a todo tipo de violência. Ver: CARRIL, Lourdes F. B. Quilombo, favela e periferia. In: OLIVEIRA, José de Reinaldo. **A cidade e o negro no Brasil**: cidadania e território. São Paulo: Alameda, 2013. p. 154.

¹¹⁴ ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América**: a saga de uma comunidade. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 145.

¹¹⁵ Prontuário de n. 659. Fundo de Segurança Pública do Estado de Sergipe. Pacotilha SP⁵-265. Penitenciária do Estado de Sergipe.

¹¹⁶ No bairro moravam lavradores, operários, funcionários públicos e vendedores ambulantes, questão em discussão no capítulo seguinte.

¹¹⁷ NOBERT, Elias. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 165.



Figura 6 - Primórdios do Bairro América

Fonte: OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. **Entre altos e baixos**: fontes para a história do Bairro América (1915/2005). São Cristóvão: 2005.

A luz das observações de Norbert Elias podemos inferir como foi estigmatizada e marginalizada a população que viva no Bairro América por conta da presença da Penitenciária Modelo. Em sua maioria estabelecia-se ali a camada pobre, conforme percebemos na entrevista do Frei Pecorari: –Aqui mesmo no bairro, então o Bairro América era sinônimo de Penitenciária, de violência, de presos e que as famílias, digamos, de bem, geralmente não procuravam vir aqui para o Bairro Américall.¹¹⁸

Em meados do século XX, –a moradia, o trabalho e a produção econômica continuavam no mundo rurall, salientou a historiadora Janaína Mello, ao enfatizar que a renda de operários, comerciários e empregados de categorias modestas não excedia a 420\$000 no ano de 1939; no Aracaju estaria vivenciando transformações principalmente no que concerne

¹¹⁸ PECORARI, Frei Francesco. Entrevista concedida em 27 nov. 2014. In: OLIVEIRA, Valéria Maria Santana de. **Entre altos e baixos**: fontes para a história do Bairro América (1915-2005). Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005. p. 2.

ao âmbito econômico e político¹¹⁹. A camada social do Bairro América era constituída de indivíduos pobres. Eles desempenhavam as seguintes atividades: empregadas domésticas, horticultores e roceiros, policiais de baixa patente, lavadeiras de roupa, cozinheiras, pedreiros, serventes, carroceiros, criadores de gado miúdo, operário, pequenos comerciantes, funcionários públicos de serviços de apoio, entre outros¹²⁰.

Sobre as primeiras décadas do século XX para o nordeste o historiador Fábio Sousa, aponta que foram décadas de –mudanças para a cidade e seus moradores, com o surgimento do trem, do cinema, automóveis, caminhão, áreas da cidade foram integradas, iluminadas passando a viver novos problemas, outros foram marginalizados e ao seu redor foram construídos estigmas e preconceitos¹²¹.

O historiador Waldefrankly Rolim, nos estudos sobre a modernidade e moradia em Aracaju no período republicano, debate sobre o processo da habitação popular e as propostas de modernização da cidade de Aracaju até os anos 1950 e pontuou ainda que:

A população com melhor poder aquisitivo residia nas áreas com melhores condições para construir, áreas não alagadas e aterradas cujas terras agora possuíam um alto valor de mercado. Para a população mais pobre, as terras mais baratas e menos policiadas sob o ponto de vista da legislação urbana não contavam com as mesmas vantagens estruturais. Alagadiços, mangues e dunas foram locais habitados por população com baixo poder aquisitivo, cujo processo de expansão da cidade e de valorização de novos espaços promovida entre a parceria público-privado ia afastando pouco a pouco, ou expulsando bruscamente. Encostas, morros, mangues e alagadiços foram espaços ocupados para habitação (e de certo modo ainda são).¹²²

Neste contexto, a Penitenciária Modelo estava edificada em ambiente tão atrasado que era chamado –caatinga da penitenciária¹²³ e as pessoas das demais regiões –temiam andar por lá devido a distância, ao isolamento e à falta de condições para moradia, bem como aos estigmas atribuídos à violência.¹²³ É o Decreto de nº 113, de cinco de fevereiro de 1947, no

¹¹⁹ MELLO, Janaína Cardoso de. Economia do consumo no preâmbulo da Segunda Guerra Mundial: os anúncios. Publicitários nos jornais sergipanos de 1939. **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**, n. 46, 2016. p. 240.

¹²⁰ ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 18.

¹²¹ SOUSA, Fábio Gutemberg. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande, 1920-1945**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001. p. 56.

¹²² SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Modernização centralizadora: território e desenvolvimento urbano na província de Sergipe (1855-1860)**. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. p. 176. Ainda sobre os estudos que aborda a modernidade na capital sergipana, o historiador Jeferson Cruz, sinaliza que os meios de locomoção como os bondes e os automóveis foram também os símbolos dessa modernização ocorrida em Aracaju. Ver: CRUZ, Jeferson Augusto da. **Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro: ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, 2016. p. 146.

¹²³ Jornal da AMABA, n. 154, maio de 1998.

artigo 1º, que o denominou Bairro América, área de terra no lugar denominado Capucho, município da capital, conforme planta aprovada pela prefeitura de Aracaju em 17 de novembro de 1944, de propriedade do Sr. José Zuckermam e sua mulher, cujos lotes foram doados à municipalidade, conforme escritura lavrada em seis de agosto de 1946. É interessante notar que as ruas e praças do bairro tinham denominação de países das Américas, em virtude de seus doadores, como Avenida Brasil, Avenida Estados Unidos, Rua Equador, Rua Colômbia, Rua Cuba, Rua México, Rua Goiana, Rua Paraguai, dentre outras¹²⁴. O memorialista Murillo Melis nos estudos sobre o roteiro de Aracaju no século XX, afirmou que o Bairro América era o mais novo, no oeste da cidade, e que as ruas desse bairro tinham nomes de repúblicas americanas¹²⁵.



Figura 7 - Intermediações da Rua Haiti com Canadá

Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público de Aracaju - APA¹²⁶.

¹²⁴ OLIVEIRA, Valéria Maria Santana de. **Entre altos e baixos: fontes para a história do Bairro América (1915-2005)**. Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005. Documento 4, Decreto-Lei n. 113, de 5 de fevereiro de 1947.

¹²⁵ CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Banese, 2002. p. 178.

¹²⁶ Sobre a temporalidade da imagem o que sabemos é que remete ao século XX, segundo informações concedidas pelo Arquivo Público de Aracaju. Mas as pesquisas pleiteadas nesta tese apontam que o saneamento básico só chegou no Bairro em 1960, logo esta imagem é pertinente ao período entre as décadas de 1930 a 1950.

É nótório que os laços de sociabilidade entre os moradores do bairro e presos se estreitavam e os muros da –Grandell já não eram os mesmos: o cotidiano da penitenciária era afetado pelas ações dos indivíduos da localidade, a exemplo de José Alves dos Santos, vulgo –Marretal, que cumpriu castigo disciplinar por ter sido encontrado dançando –xangôll.¹²⁷ A esta altura, importa frisar que os primeiros terreiros de candomblé de Aracaju foram edificados no então Bairro América. Cabe lembrar aqui o historiador Paulo Fontes, ao afirmar que –não são os bairros ou as localidades que por si só tornam-se comunidades, são as redes sociais construídas e articuladas por seus moradores que podem construí-las!¹²⁸ E assim foram tecidas as experiências dos homens e mulheres que viviam na Penitenciária Modelo e tinham relação com seu entorno.

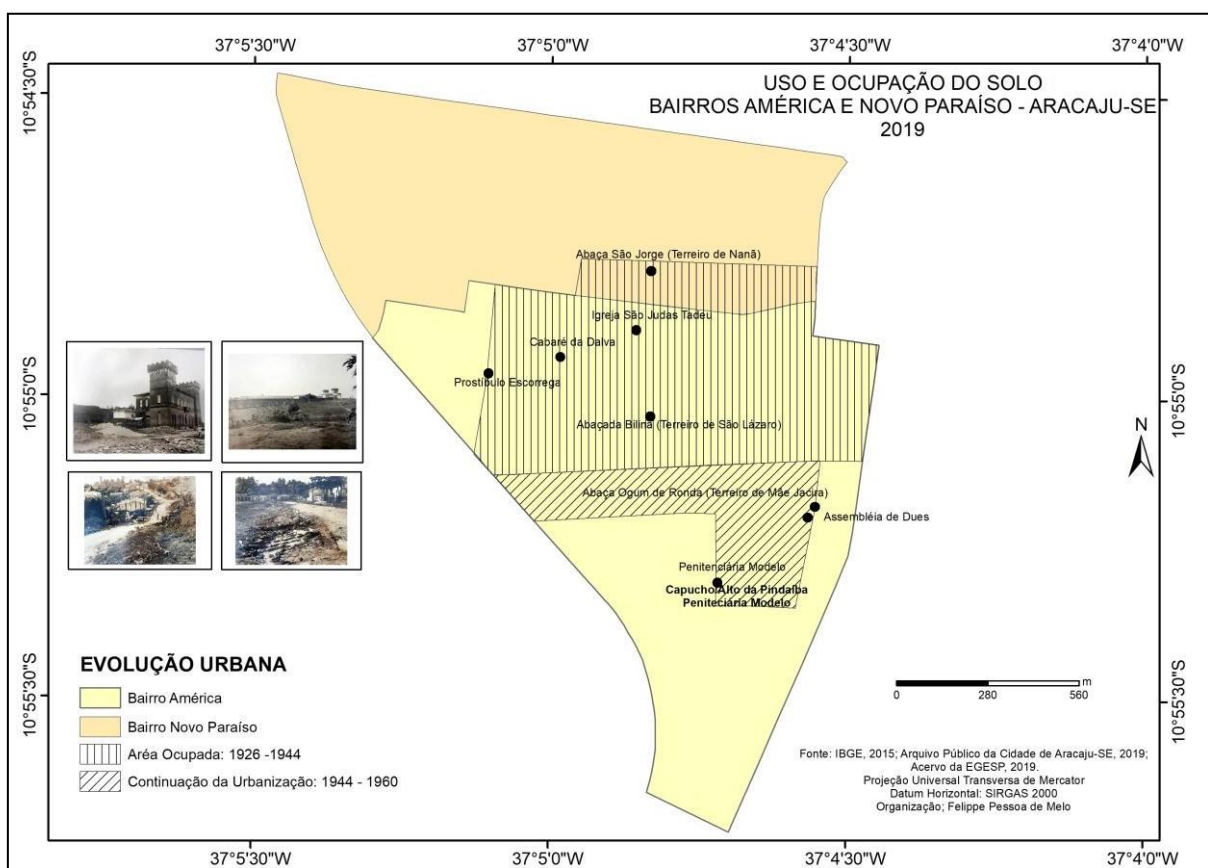


Figura 8 - Mapa da evolução do Bairro América

Fonte: IBGE, 2015; Arquivo Público da Cidade de Aracaju/SE, 2019; Acervo da EGESP, 2019; Projeção Universal Transversa de Mercator; Datum Horizontal: SIRGAS 2000.

¹²⁷ Relatório de Livramento Condicional – APES/SP⁵-167.

¹²⁸ FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2008. p. 25.

A partir da leitura do mapa da ocupação do Bairro América (2019), tomamos como base a sua área total de 134,1 hectares. Evidenciou-se que o processo de uso e ocupação do solo ocorreu em concomitância com o aumento da população prisional. *A priori* o crescimento da área no entorno da prisão se desenvolveu mais ao norte da Penitenciária. Entretanto, devido à topografia do ambiente, o conseqüente processo de ocupação transcendeu o Bairro América, adentrando o Bairro Novo Paraíso por mais de 100 metros, bairro este que possui 90,48 hectares dos quais 9,8 hectares estão ocupados pela população do Bairro América. E mesmo tendo ocupado o território do Novo Paraíso, o sentimento de pertencimento é ao Bairro América, como vimos no relato da moradora –quando eu cheguei aqui não existia o Novo Paraíso, tudo isso era Bairro América¹²⁹.

No caso da topografia, ao passo que o crescimento adentrou para o norte do bairro chegando ao topo da sua vertente, o processo de urbanização foi mitigado, pois implicava aos indivíduos um maior desgaste físico o –sobe e desce ladeiras¹¹. Ciente deste fenômeno de urbanização e das relações interpessoais no processo de assentamento urbano à área ocupada do bairro totalizou 67,48 hectares, o que demonstra um ritmo de crescimento urbano acelerado o qual tende a apresentar no ambiente uma série de mazelas sócio-espaciais.

No espaço temporal de 1944 a 1960 o processo de urbanização apresenta um reverso no que diz respeito à área ocupada. Outrora, as imediações da Penitenciária não eram percebidas como local adequado para fixar residências, mas com o conseqüente inchaço da urbanização do bairro, as pessoas começaram a construir suas casas e residir nas ruas que limitavam o entorno da Penitenciária Modelo, bem próximo de seus portões. Deve-se ressaltar que os terreiros de candomblé, os cabarés e as igrejas foram estabelecidos em seus primeiros momentos nos limites das zonas de expansão do bairro, fato este que é no mínimo inusitado.

Nos primeiros anos em que ocorreu o processo de urbanização, tomando como base o modelo geohistórico de ocupação do espaço, o ponto central que desencandeava o fluxo urbanizador seria a Igreja do Capuchinhos São Judas Tadeu. Mas no ambiente em questão ocorreu uma ruptura desse processo, passando a Penitenciária a funcionar como ponto difusor da ocupação. Esse fenômeno espacial proporcionou uma troca de práticas sociais entre a população que ocupou o bairro e os presos em seu entorno. Conjuntura essa que até a presente data traz estigmas para a população ali residente não sendo incomum relatos de violência extrema e descaso do poder público.

¹²⁹ ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América**: a saga de uma comunidade. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 81.

São pontos marcantes no mapa da evolução do bairro a edificação das igrejas São Judas Tadeu e a Assembleia de Deus e dos terreiros de candomblé: O Abaçá São Jorge, Abaçá de Bilina, Abaçá Ogum de Ronda, bem como os cabarés: Escorrega e de Dalva, em detrimento dos ares de modernidade que vivia Aracaju. Na época as classes populares iam em direção à periferia¹³⁰. Sobre os tipos populares, encontramos as mais conhecidas –Maria Homem e –Nega Liall prostitutas com fama de valentonas e de que batiam em homens, principalmente a –Buceta Militar e antiga prostituta que tinha taras por policiais.¹³¹

O sociólogo Goffman analisou a Penitenciária como uma instituição, ou seja, um local de resistência de trabalho onde grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade, por considerável período de tempo, levavam a vida fechada e formalmente administrada. E a tendência marcante nessas instituições era o exame das situações sob a ótica da vigilância e da disciplina, num quadro que tende a ser punitivo e impessoal.¹³² Não foi o que encontramos na Penitenciária Modelo: suas experiências carcerárias contrapõem-se às ideias de Goffman, pois havia interação social e não houve ausência de relações sociais entre a Grande e os detentos, como veremos a seguir:

Sr. Dr. E que ontem as 2 horas da tarde na hora que os detentos foram para o campo de futebol o detento Otoniel P. dos Santos abriu a gaveta da banca do presídio e tirou as chaves dos detentos que achasse de castigo e abriu a porta do cubículo do detento Edvaldo Santos que achava-se ali brincando, indo o mesmo para o campo brincar com os outros que achava-se ali brincando, imediatamente, chamei o referido detento, Otoniel P. dos Santos, e perguntei por que razão ele tinha feito aquilo, ele respondeu que fez por conta própria e disse-me que eu não conversasse muito com ele não, porque eu estava despeitado com o sr. Vigia José Correia [...].
Antônio O. Santos – o vigia.¹³³

É interessante frisar que aos domingos era comum os torneios de futebol entre os detentos e a comunidade do Bairro América, constituindo-se umas das formas de interação da comunidade prisional com o entorno, conforme Figura 9. É notória no relato a insatisfação do

¹³⁰ Neste período, o governo republicano queria retirar da cidade e afastar todos aqueles que subvertiam a ordem e não contribuíam para o embelezamento da cidade de Aracaju. Os terreiros de candomblé foram afastados para a zona periférica, o então Bairro América. São três os que mais se destacaram na época: a) O Abaçá São Jorge: Conhecido popularmente como terreiro de Nanã, existente desde a década de 1940 é o mais famoso e tradicional terreiro de candomblé de Aracaju e Sergipe; b) Abaçá de Bilina: Terreiro de São Iázaró é o nome oficial, também funciona desde a década de 40 e seus rituais ocorria esporadicamente pela noite. Esse terreiro era mantido pela própria ialorixá; c) Abaçá Ogum de Ronda, popularmente conhecido como terreiro de mãe Jacir, chegou ao bairro em 1952, é famoso por suas grandes festas em homenagem aos orixás. Ver: ROCHA, Emanuel Souza; ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009.

¹³¹ OLIVEIRA, Jorge Marcos; BITTENCOURT Jr., Antônio. **História do Bairro América**. Aracaju: Fundação Cultural da Cidade de Aracaju, 1996. p. 23.

¹³² GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

¹³³ Livro de Parte Diária, 16 dez. 1945 – APES/SP⁵-166.

detento Otoniel pela exclusão dos demais colegas dos jogos da tarde, a ponto de –pegar as chaves e soltar os colegas, desobedecendo os guardas de plantão. Nos dias de visitas, havia jogos de futebol no campo existente no interior do presídio à direita das alas. As partidas aconteciam entre os presos e os rapazes da comunidade, parentes e conhecidos dos primeiros. Não tinha briga, quem perdeu, perdeu, comentou um carcereiro antigo.¹³⁴ Percebe-se com o fato ocorrido que as redes de sociabilidades dos indivíduos sentenciados requer um olhar sobre os estudos Chalhoub quando discutiu o universo de conflitos como reflexo de uma forma de vida, cuja dinâmica cotidiana contribui para o ajuste das tensões estabelecidas no interior das relações sócio-culturais¹³⁵.



Figura 9 - Time de Futebol da Penitenciária Modelo

Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950.

O ambiente da Penitenciária Modelo era, portanto, dinâmico e ativo: o dia do presidiário, festejado em 24 de maio, era comemorado na Penitenciária, com atividades desportivas, almoço, bailes de confraternização envolvendo os detentos, seus familiares e amigos. Na época de São João, os sentenciados caíam no forró, revivendo os bons tempos juninos quando estavam fora das grades; os amores eram também revigorados no pátio da

¹³⁴ PECORARI, Frei Francesco. Entrevista concedida em 27 nov. 2014. In: OLIVEIRA, Valéria Maria Santana de. **Entre altos e baixos**: fontes para a história do Bairro América (1915-2005). Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005. p. 2.

¹³⁵ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Unicamp, 2001.

penitenciária, os detentos flertavam com as belas moças que viviam nas imediações do bairro e alguns alcançavam o enlace matrimonial. Os detentos organizavam, no galpão interno, uma feirinha com artesanatos fabricados por eles: brinquedos, mobílias, porta-retratos, cabides, mesas e cadeiras¹³⁶.

As atividades de integração eram diversas, precisamente nas décadas de 1940 e 1950; os presidiários oriundos do interior tinham permissão do diretor para cultivar roças nos terrenos baixos e úmidos, frontais, e à esquerda da Penitenciária. Assim, surgiram roças de macaxeira, feijão, milho, inhame, batata doce e verduras. Os produtos cultivados eram vendidos e usados na alimentação dos encarcerados¹³⁷. Trabalhavam à época, nos serviços de roças da Penitenciária Modelo, os detentos Paulo dos Santos e Firmino dos Santos¹³⁸; a prática do trabalho constituía uma das penas estabelecidas pelo Código Criminal no Brasil nas Penitenciárias Agrícolas e a Modelo tentava adequar-se às roças realizadas ao redor.

No período existia no Brasil a Penitenciária de Taubaté, em São Paulo, que contava com cento e cinquenta detentos, todos dedicados ao trabalho, uns nas obras e outros nos serviços internos. Estando a maioria no campo, as plantações surgiam em larga escala: hortas, jardins, pomares, plantio de laranjeiras, coqueiros e abacateiros¹³⁹.

-A Penitenciária não foi um corpo estranho inserido no organismo social do Bairro América. E sim o contrário, a comunidade surgiu a partir e em função daquela instituição prisional, assim a caracterizam os historiadores Emanuel Rocha e Antônio Corrêa¹⁴⁰. Esta relação se materializa na cerimônia de indulto ocorrida no pátio da Penitenciária Modelo, seguida da celebração de uma missa na capela, pelo padre Alberto Bragança de Azevedo e acompanhado por cânticos dos detentos. Logo em seguida, as autoridades e demais pessoas foram conduzidas para o salão principal onde foram servidos sanduíches, cafés e doces finos. A unidade prisional estava em festa com a presença de distintas senhoras embelezando a cerimônia¹⁴¹, relata o Sergipe Jornal.

A realização de visitas constituía uma opção de lazer e de interação social com os moradores do Bairro América. Até a década de 1960, os moradores afirmavam que os presos

¹³⁶ ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009.

¹³⁷ Ibidem, p. 27.

¹³⁸ Livro de Parte Diária, 1939 – APES/SP⁵-103, p. 65.

¹³⁹ BRITTO, Lemos. **Arquivos penitenciários do Brasil**. Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Ano II, nº 1, 1º trimestre. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1941. p. 9-10.

¹⁴⁰ ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 29.

¹⁴¹ SERGIPE JORNAL, 27 dez. 1930. p.1.

eram –perigosos, mas respeitavam a comunidade e bem conviviam com ela, surgindo até namoros das moças solteiras com os detentos. A vida no bairro era agitada, os moradores aos finais de semana gostavam de dançar, beber, namorar e ir aos bailes da gafeira –Cabelo-de-pau e –Macaca fêmea e nos forrós, jogar futebol e tomar banho nos riachos¹⁴². Para além de ir ao cinema na rua Chile, existiam também os prostíbulos que agitavam as noites do bairro. A religião de matriz africana foi a primeira a se instalar no Bairro América, o abacá mais frequentado na região era o São Jorge, conduzido pela Yalorixá Erundina Nobre Santos, conhecida como Mãe Nana, que prestou serviços de cunho cultural e social no bairro.

Todas as datas comemorativas eram festejadas na Penitenciária. A noite de Natal também foi festejada, com muita animação e distribuição de doces, precedida de missa. Neste dia, a refeição foi farta e estiveram presentes na solenidade o Exm^o Governador do Estado e Exm^a família, o Secretário da Segurança Pública e sua esposa, o secretário da Fazenda, o comandante da Polícia Militar, autoridades e várias senhoras da capital Aracaju. O capelão proferiu um discurso em alusão à visita do Dr. Maurício Graccho Cardoso:

Sr. Governador:

Somos muito gratos a V. Exa, Exma. Esposa e demais autoridades pelo honroso comparecimento às festividades do –Natal dos Detentos, neste grande dia em que veio ao mundo o divino Senhor Jesus, cuja história não começa com a sua existência, como a dos demais vultos, ainda os mais eminentes, porque já era conhecida, quatro milênios antes do seu humilde nascimento. Neste agradável ensejo, reiteramos a V. Exa. os votos sinceros de um governo de paz, probidade e trabalho. A paz é a vitória da ordem sobre a desordem. A probidade é o complemento de virtudes que caracterizam o homem de bem. O trabalho é operosidade, é produtividade; é direito da sociedade e dever do indivíduo que com ele se enobrece. Faz o progresso de uma comunidade, de um Estado, assim como contribuiu para a grandeza dos povos [...]. Faz juz aos agradecimentos cordiais dos humildes reclusos que o ilustre governante receberam um novíssimo e excelente rádio –Philips e da Exma. Presidente mui saborosos doces, além de significativas lembranças. Sejam minhas últimas palavras um pedido a V. Exa., Sr. Governador: não se esqueça dos nossos pobres presidiários, dando à direção desta Casa algo, além do indispensável, para que o nosso reformatório penal possa melhor atingir o seu objetivo – a reabilitação dos que perderam a Liberdade¹⁴³.

É notório no discurso que as autoridades queriam impor ao preso a obrigatoriedade de ser um homem trabalhador e que só assim a sociedade iria valorizá-lo. A religião era utilizada com o fito de instituir aos detentos os bons precedidos de um homem bom e

¹⁴² ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 21.

¹⁴³ FONSECA, Cônego Domingos. Discurso proferido pelo Capelão da Penitenciária do Estado, em nome da direção e dos presidiários, por ensejo da visita do Exmo. Sr. Governador Arnaldo Rollemberg Garcez e de sua esposa D. Maria Augusta Garcez, D. D. Presidente da L. B. A, no magno dia do natal de Jesus, em 1951.

trabalhador. Observou-se que o sistema penitenciário estava longe de suprir as necessidades dos indivíduos; no entanto, procurava meios necessários à recuperação do sentenciado por meio do trabalho, desempenhando atividades agropecuárias, industriais e de serviços.

Já a comemoração para o Ano Novo foi realizada durante a tarde do dia 31 do ano de 1951, com músicas, cantos, distribuição de doces e comparecimento de diversas famílias. Na parte da assistência aos detentos, contaram com confissões, pregações e a presença de cinco padres da Diocese e um grupo de senhorinhas. Tornou-se comum, na imprensa sergipana, notícias sobre a vida interna dos detentos e, assim foram descritos, em um dia de domingo, os pavilhões da Penitenciária Modelo:

Percorremos o edifício. Ao fundo de uma sala uns bancos de livros, aqui o estudo é facultativo. Corremos a ala esquerda [...]. A algaravia é enorme. Parece uma feira. Aqui e ali em alguns cubículos grupos tocam cavaquinho e violões, em bizzarros conjuctos orchestraes. Tudo na maior promiscuidade e camaradagem. [...] E o silêncio, o grave silêncio regenerador educativo das penitenciarias modernas? Em tudo aqui é barulho e algazarra. O quadro mais tétrico da penitenciária sergipana é o pavilhão dos loucos. [...] A penitenciária de Sergipe é uma grande decepção. Afasta-se muito das mais modernas aquisições da sciencia penitenciária. É um albergue de infelizes sequestrados da sociedade, sem nenhuma esperança de corrigenda e readaptação.¹⁴⁴

A notícia publicada no periódico questiona sobre o silêncio que deveria predominar nas penitenciárias modelos. É perceptível que a Penitenciária Modelo de Sergipe, não seguia as normas prescritas pela reforma prisional. Esta unidade prisional era o lugar da -algazarra, o quadro mais triste que ora pudesse ser visto, longe de seguir a normas estabelecidas para a regeneração dos detentos ali presentes.

Enfim, pesquisar a história da Penitenciária Modelo de Aracaju significou entender a história de uma instituição, não isoladamente, mas inserida na sociedade aracajuana. Ela contribuiu, como já foi dito, para o nascimento do Bairro América, emblemático na história da cidade. Como uma via de mão dupla, interessa traçar olhares para dentro e para fora da Penitenciária Modelo de Aracaju, onde homens e mulheres ditos como -marginais se tornaram sujeitos principais desta investigação.

¹⁴⁴ JORNAL A REPÚBLICA, 22 set. 1932. p. 1.

2. —OLHOS DE CIMA ABAIXO!: OS PERFIS

Segundo Sérgio Adorno a —prisão, como outras instituições de controle repressivo da ordem pública, não é transparente, sendo pouco acessível à visibilidade externa, ela só aparece em momentos festivos e ou problemas carcerários¹⁴⁵. —A Grandell foi citada na primeira página pelo jornal sergipano *A República* em uma manhã de quinta-feira do ano de 1932, em uma matéria intitulada —*Visitando a Penitenciária*”, a qual trouxe importantes questões sobre o perfil dos detentos daquela moderna instituição prisional. Residiam nela —uma centena de homens dos mais diversos crimes, das mais diferentes espécies de degenerescências psicológicas, em plena comunidade, deformando-se moral e socialmente cada vez mais!¹⁴⁶. De fato, a Penitenciária Modelo era apresentada como um —albergue de infelizes!; seus gestores não se preocuparam com o processo de regeneração dos indivíduos; era precária devido às péssimas acomodações; enfim, uma —grande decepção para os cronistas da época. O que era para ser um exemplo nos debates a partir dos modernos sistemas penais, não se consolidou como deveria ser, por falta de atributos exigidos pela ciência penal.¹⁴⁷

Era o ano de 1930, Sergipe sofria os impactos da Revolução de 30 e conseqüentemente das novas organizações partidárias. Foi um momento conturbado na história política do estado; criaram-se diversos sindicatos, além do Centro Operário, com diversos movimentos contra a exploração dos direitos trabalhistas. Em 1934, é fundada a Aliança Proletária de Sergipe e, no mesmo ano, o Partido Republicano de Sergipe, que tinha como programa de partido —[...] a defesa dos direitos dos trabalhadores, proteção à família, assistência sanitária às populações pobres!¹⁴⁸ O momento expunha que a população pobre

¹⁴⁵ ADORNO, Sérgio. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas**: itinerário de uma pesquisa. Tempo Social, Revista Social. USP, São Paulo, 1991. p. 27.

¹⁴⁶ JORNAL A REPÚBLICA, 22 de setembro de 1932. p. 1. Neste mesmo aspecto a historiadora Marilene Antunes ao relatar que —pelas visitas dos repórteres, pelas cartas de denúncias enviadas aos jornais, as prisões acabam por entrar de forma reservada. As prisões e seus prisioneiros aos poucos vão chamando a atenção dos leitores da cidade. Ver: SANT’ANNA, Marilene Antunes. O trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa; SÀ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2. p. 308.

¹⁴⁷ A historiografia sobre a História das Prisões para o século XX, mostra que é recorrente os problemas que ocorreram na tentativa de adequarem as unidades prisionais ao que a ciência penal prescrevia como afirma Joana Cortês nos estudos sobre a Penitenciária Barreto Campelo, era comum despontarem problemas crônicos como —superlotação, insalubridade, péssima alimentação e torturas. CÔRTEZ, Joana. **Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo - Pernambuco, 1973-1979**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

¹⁴⁸ DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe, 1889-1964**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 114.

estava atravessando um período onde os preços dos alimentos eram elevados, a carestia castigava e a massa de medingos nas ruas aumentava. Como afirmou Ariosvaldo Figueiredo: –Aracaju era pequena, graciosa e também tensão, tumulto e arruaça, era raro o dia em que não era brindada com murros e tiros¹⁴⁹.

O período era também de mudanças nas esferas políticas; o presidente do estado, Manuel Dantas, ao assumir o governo, inaugurou a seção de estatísticas, levantando dados numéricos, mapas criminais, armas apreendidas, número de meretrícios, bem como reorganizou a estatística criminal que estava em abandono e procurou também organizar a mendicância¹⁵⁰. Em 1932, já sob gestão de Eronildes de Carvalho¹⁵¹, continuava-se a realização das estatísticas criminais. Em uma das mensagens enviadas à Assembleia Legislativa em 20 de julho do ano de 1936, destacou-se que a população carcerária era de 141 pessoas, sendo 119 criminosos de vários graus e 22 loucos. Estes detentos foram classificados da seguinte forma:

Tabela 3 - Classificação dos detentos

QUANTIDADE	SITUAÇÃO
62	Sentenciados
30	Processados
17	Apelados
10	Sob o regime de investigação e à disposição da justiça
22	Loucos
TOTAL: 141	

Fonte: Mensagem enviada à Assembleia Legislativa¹⁵².

Estes detentos eram subdivididos em três subclasses. Os de bons comportamentos, aqueles que eram indisciplinados e os de péssimo comportamento.¹⁵³ Neste período foram organizados os prontuários de que trata o Decreto Federal nº 16.665. Esses documentos trazem um resumo descritivo do crime cometido pelos penitenciários, das atividades

¹⁴⁹ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 182.

¹⁵⁰ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1930, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 17ª Legislatura pelo Presidente do Estado, Manuel Corrêa Dantas. p. 9.

¹⁵¹ Eronildes Ferreira de Carvalho no final de 1932, realizou melhorias na Biblioteca Pública e reaparelhou a imprensa oficial, além de construir escolas, estradas, pontes, a cidade dos menores –Getúlio Vargas, o quartel do corpo dos bombeiros. Suas ações eram sobretudo ligadas à saúde pública. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eronides-ferreira-de-carvalho>. Acesso em: 30 de março de 2019.

¹⁵² CARVALHO, Eronildes Ferreira. Mensagem à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1936, Aracaju, Imprensa Oficial, 1936. p. 113.

¹⁵³ É importante salientar que a Penitenciária Modelo nesse ano não possuía o regulamento institucional. Ele só surge no ano de 1935, seis anos depois da inauguração.

desenvolvidas nas oficinas, nas escolas; os castigos e os antecedentes pré-carcerários¹⁵⁴.

Conforme vimos no capítulo anterior, o método Penitenciário Sergipano estava estruturado em três bases: a instrução, o trabalho e a religião católica. O governo acreditava que os indivíduos seriam readaptados e inseridos na sociedade através destes pilares¹⁵⁵. Nas dependências da Penitenciária Modelo, as oficinas, a capela e a escola, mesmo com uma precária estrutura, tentavam cumprir este papel de tornar eficaz o método imposto¹⁵⁶.

Atendo-se à rotina, quanto à indumentária, os detentos usavam uniformes de [...] mescla preta com listras escuras, denominado João Riscão, constando de camisa de manga curta e calça. Cada um dos presos recebia duas mudas de roupa que eram confeccionadas por um detento que era alfaiate¹⁵⁷. Naquele ambiente prisional, os portões eram abertos às sete horas [...] saindo os reclusos para o pátio, mas não havia classificação. Todos se misturavam: primários e reincidentes, adultos e menores; de fato, não havia nenhuma organização, todos eram tratados como iguais naquele ambiente prisional¹⁵⁸.

Agravava o fato de o departamento de identificação criminal não ser dos melhores. Diversos serviços eram realizados de forma falha: não havia fotógrafo permanente na penitenciária, as identificações não eram realizadas constantemente, ocorriam apenas quando aparecia servidor. Decorre disso, o fato de muitas fichas não possuírem fotografias. Em algumas havia rabiscos ou desenhos. No ano de 1948, foi encaminhado um ofício ao Exmº Senhor Secretário da Segurança, solicitando uma remessa de pessoal habilitado para a realização de serviços relativos ao preenchimento dos prontuários e livros. Era necessário um

¹⁵⁴ O Decreto Federal de nº 16.665, de 6 de Maio de 1924 em seu artigo 1º, decreta que poderá ser concedido livramento condicional a todos os condenados as penas restritivas da liberdade por tempo não menor de quatro anos de prisão, de qualquer natureza, desde que se verifiquem as condições seguintes: 1º cumprimento de mais da metade da pena; 2º Ter sido condenado, durante o tempo da prisão, bom procedimento indicativo da sua regeneração; 3º Ter cumprido pelo menos uma quarta parte da pena em penitenciárias agrícolas ou em serviços externos de utilidade pública. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16665-6-maio-1924-505793-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 fev. 2019

¹⁵⁵ SANTOS, Ruth Conceição Farias. **Representações sociais de aprisionados (as) e técnicos (as) sobre programas de ressocialização (atividades de educação e trabalho) no sistema prisional no Estado de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

¹⁵⁶ Conforme já exposto no capítulo anterior, a Penitenciária Modelo foi projetada para suprir todos os problemas da cadeia velha, mas com o tempo trouxe consigo sérios problemas por não possuir manutenção e uma estrutura adequada para colocar em prática tudo que fora instituído pelo Código da República. É possível vislumbrar o descaso na mensagem enviada pelo governador, a qual aponta a vistoria realizada pelo Departamento de Obras Públicas e notificou que o Reformatório Penal estaria em péssimas condições de conservação e o departamento de obras não se achava em condições de enfrentar as obras orçadas em mais de CR\$ 4.000.000. Já no serviço de pintura exigido para a conservação do prédio custaria acima de CR\$ 500.000.00. Ver: MACIEL, Leandro Maynard. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1957. Aracaju: Imprensa Oficial, 1957. p. 31.

¹⁵⁷ ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 28.

¹⁵⁸ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 41.

fotógrafo que deveria fazer os retratos de 40 presos que estavam à espera dele.¹⁵⁹ Este comunicado mostra o descaso público com a instituição, pois a estrutura não era organizada, não seguia o que legitimava o regulamento no que concerne à entrada dos presos na Penitenciária Modelo.



Figura 10 - Detentos / uniforme

Fonte: Prontuários – APES/SP⁵-270.

Para Carvalho Neto — político, jurista e crítico do sistema penitenciário sergipano —, o preenchimento das fichas e dos prontuários era realizado através do momento que os detentos adentravam a unidade prisional. Em seguida, era iniciado o processo, sem nenhum parâmetro, nenhum processo científico de identificação. Segundo ele, “[...] o prontuário do detento continuava como dantes, com indicações rápidas de mero palpite do Secretário. Nada que denotasse um sinal de estudo científico, um breve rudimento de biopsicologia carcerária¹⁶⁰, distando em muito do que estabeleciam as normas gerais do Conselho Penitenciário nos discursos proferidos pelo então deputado Federal Carvalho Neto em suas mensagens na Câmara Federal¹⁶¹.

¹⁵⁹ Relatório da Penitenciária Modelo, escrito por Dr. Canuto Garcia Moreno, enviado ao Secretário de Justiça em janeiro de 1948 – APES/SP⁵-51, p. 17.

¹⁶⁰ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 146.

¹⁶¹ As normas gerais do Conselho Penitenciário estabelecia em seu artigo 7º - Classificação, processar-se-á em três fases: a) a primeira sumária e provisória – a entrada dos sentenciados no estabelecimento penitenciário, para averiguar, em fase da guia de recolhimento, se trata de primário ou reincidente e qual natureza da pena que lhe foi imputada; b) a segunda – de observação para com base no estudo das circunstâncias ambientais, reveladas pelo processo crime e no exame psíquico-somático realizado pelos órgãos técnicos (Artigo. 36, letra H e I), conhecer se o índice de periculosidade dos sentenciados firmando-se lhes o diagnóstico e o prognóstico que orientem o tratamento individualizado; c) a terceira, final – de revisão – para verificar se esse tratamento esta correspondendo ou não à sua finalidade e alterá-lo quando necessário. Ver: CARVALHO NETO, Antônio

Mas quem eram estes indivíduos que tiveram passagens na Penitenciária Modelo? Eram homens ou mulheres? Onde residiam? Quais eram suas ocupações? Qual seu sexo, sua idade e sua cor? São estas questões que interessam mais de perto ao presente capítulo. Serão analisados o perfil e a classificação dos presos da Penitenciária Modelo de Aracaju a partir de um leque de fontes diversas, tais como fichas de detentos, cartas de livramento condicional, correspondência oficiais, mensagens enviadas à Assembleia, relatórios institucionais e jornais. Estas fontes elencadas nos darão subsídios para discutir questões relativas ao âmbito econômico e à condição social dos detentos.

Utiliza-se 1076 fichas de presos com informações precisas em relação à naturalidade, estado civil, instrução, tipologias de crimes e as profissões, aqui subdivididas em: transporte, agrária, comércio entre outras. Estas fontes diziam muitos dos indivíduos e de seus perfis, bem como das vivências naquele espaço.

2.1 Nas Grades da _Grandell: Identificar e Classificar

O ponto de partida para conhecer minuciosamente a identificação dos detentos da -Grandell foi o encontro com as pacotilhas pertencentes ao Fundo de Segurança Pública, localizadas no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Encontramos diversos livros contendo inúmeras folhas, com fotografias e/ou desenhos ilustrativos, pertencentes aos homens e mulheres pobres ali detidos. Os acervos do Arquivo Público do Estado de Sergipe e do Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe, constitui o coração desta pesquisa. Neles encontram-se fontes inéditas sobre a história de presos e da instituição, ou seja, uma teia de documentos que nos darão informações acerca das suas experiências carcerárias que serão historicizadas.

Os documentos permitiram olhar questões a partir da história social das prisões, como por exemplo, pensar sobre as características físicas dos indivíduos, a diversidade da cor da pele, seus trajés e a tipologia dos crimes constantes nas fichas e prontuários¹⁶².

Manoel de. Discurso, proferido na sessão do dia 2 de agosto de 1950. p. 21. O discurso ocorreu quando ele era Deputado Federal em Brasília, a fonte não identifica o local com exatidão, mas deve ter sido na Câmara Federal.

¹⁶² Sobre os prontuários, é importante lembrar Borges e Sala, ao evidenciarem as minúcias que o historiador poderá encontrar e como problematizá-las, e recolher as informações que dão lugar à vida dos indivíduos e as dificuldades de análise desta fonte. Para a compreensão de como funciona uma instituição de confinamento, é muito importante pesquisar em que momento se produziu o laudo médico, quem foi o seu autor, ou então quando e porque foi feito um registro de uma infração disciplinar e por quem. Os prontuários são verdadeiros dossiês das vidas dos sujeitos confinados, preenchidos ao longo de anos, por vezes décadas. Ver: SALA, Fernando; BORGES, Viviane. Prontuários de Instituições de confinamento. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 120-121.

As fichas eram compostas dos seguintes itens: a) nome, alcunha, nacionalidade, naturalidade, lugar, local, filiação, sexo, idade, nascimento, estado civil, profissão, instrução, residência e motivo do crime. b) notas cromáticas: cor, bigodes, barba, cabelos, olhos c) filiação morfológica e exame descritivo, estatura, peso, fronte: inclinação, largura e altura; sobrancelhas, pálpebras, nariz, dorso, base, boca, lábios, queixo e orelhas; d) marcas particulares e cicatrizes, cabeça, mão direita, mão esquerda; tatuagem, etc. O senhor Pedro Alexandrino de Jesus, por exemplo, foi identificado como: de cor -brancal, com -74 anos, nascido em 1 de janeiro de 1872, -casado, -agricultor, preso pelo crime de -homicídio. Fichado com o registro de matrícula nº 72, prontuário de número 345, conforme Figura 11.

PENITENCIARIA DO ESTADO DE SERGIPE
SERVICO DE IDENTIFICACAO

Registro N. 72 Matrícula nº 52 Prontuario nº 345

Nome Pedro Alexandrino de Jesus Alcinha _____
 Nacionalidade Brasileiro Natural de Sergipe
 Lugar Zapiranga Local Caldas
 Filiação Manoel José Alexandrino
Barbara Alexandrina de Jesus
 Sexo masculino Idade 74 anos Nascido em 1 de Jan. de 1872
 Estado civil Casado Profissão Agricultor Instrução primaria
 Residência Zapiranga
 Identificado em 2 de Maio de 19 46.
 Motivo Homicidio

FILIAÇÃO MORFOLOGICA E EXAME DESCRITIVO
 Estatura 1,61,5 Peso 57 K
 Fronte | inclinação _____
 | largura reba
 | altura _____
 Sobrancelhas pretas e arqueadas
 Palpebras em capeladas
 Nariz | dorso _____
 | base apilado
 Boca reba Labios finos
 Queixo quadrado Orelhas destacadas

Notas Cromáticas
 Barba branca (leucodermis) Bigodes grisalhos
 Cabelos grisalhos
 Olhos cast. medios
 F. D. | série E 333
 sessão 5888

Pedro Alexandrino de Jesus
 Assinatura do Identificado

Fotografia tirada em _____ de _____ de 19 _____

CHEFE DO SERVIÇO

MARCAS PARTICULARES E CICATRIZES
 Cabeça Oral (Hiper-bronquielaf)
 Mão direita _____
 Mão esquerda _____
 Outras Curvas sanguinas: B.
Pielips: macrobravilinas e
mucositas.
 Tatuagem Não possui

Figura 11 - Ficha do detento Pedro Alexandrino de Jesus

Fonte: Ficha de identificação do sentenciado – APES/SP⁵-264.

Os prontuários eram compostos por 17 páginas e davam conta das especificações das fichas com dados pessoais, bem como da movimentação dos processos e informações sobre os parentes¹⁶³. Dentro do próprio prontuário estavam ainda as fichas dos sentenciados, contendo os dados morfológicos, tais como -[...] tórax, abdômen superior e inferior, membros, medidas, cefalometria, espirometria, dinamometria, pressão arterial e tatuagens, a identificação de -[...]polegares, indicadores, médios, anulares mínimos, conforme Figura 12.¹⁶⁴ O fichamento

¹⁶³ Os dados foram extraídos do prontuário n. 345, Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES/SP⁵-271.

¹⁶⁴ Banco de Dados. Prontuários – APES/SP⁵.

era elaborado a partir de uma série de informações detalhadas sobre a vida do detento, com uma breve descrição do crime, da história carcerária, notas de comportamento, castigos e, ainda, continha informações sobre o -[...] mês, dia, ano, causa, pena disciplinar e o aproveitamento na escola do detento¹⁶⁵.



Figura 12 - Sistema Bertillon-Vucetich

Fonte: Prontuários 345 – APES/SP⁵-271.

Os detentos da -Grandell eram registrados em fichas e prontuários pelo Serviço de Identificação, como estabelecia o regulamento institucional, que seguia os sistemas criados por Alphonse Bertillon, reconhecido como um dos fundadores da moderna polícia científica¹⁶⁶. Para facilitar a identificação dos reincidentes nos tribunais franceses, Bertillon criou e experimentou um método baseado nas medições corporais dos detidos. Sob influência

¹⁶⁵ A historiadora Olívia Cunha, utiliza informações deste tipo para os estudos sobre o Rio de Janeiro ao percorrer os indícios dos ditos -vadios e dessa cidade na segunda metade do século XX. Dentre as histórias discutidas a partir da documentação policial, Maria Olívia, conta a história de Maria, conhecida por -Jovell, presa por vagar pelo centro do Rio de Janeiro e em seu ato de qualificação traz algo que chamou atenção sobre sua vida civil, disse que vivia -pernoitando em casa de mulheres na zona de meretrício. Por esse crime era a primeira vez que -Jovell inaugurava sua ficha criminal no Gabinete de Identificação e Estatística. A história de -Jovell não para por aqui, ela continuou a perturbar pelas ruas da cidade, até que foi presa como -vagabunda e qualificada como -meretriz na ficha datiloscópica. É solta, mas a história continua, dessa vez foi presa totalmente bêbada, causando escândalos em vias públicas. A história de -Jovell teve diversas faces e foi contada pelos registros nas folhas de antecedentes e demais documentos que geraram os processos. Ver: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto**: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. p. 90.

¹⁶⁶ FERRARI, Mercedes García; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do Rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. dez. 2016. p. 173.

da antropologia física e da estatística social, buscou uma forma de classificar o corpo humano, mais conhecido por sistema antropométrico. Outro sistema utilizado na identificação de presos sergipanos foi criado na Argentina pelo imigrante Juan Vucetich. Ao perceber as irregularidades na tomada de medidas previstas por Bertillon, no Gabinete Antropométrico local, incorporou o registro das impressões digitais dos dez dedos para a identificação com fins policiais, como verificamos na Figura 12.¹⁶⁷

Ainda sobre o processo de identificação, o historiador Petrônio Domingues, ao considerar as informações sobre as instituições de identificação do Estado, citou que, à luz dos métodos positivistas, a instituição realizava exames nos indivíduos considerados de tendências anômalas e perigosas, a fim de produzir laudos científicos para subsidiar decisões sobre suas vidas por parte do aparelho administrativo-repressor do Estado¹⁶⁸.

Após o processo de identificação, os agentes conduziam o detento para a [...] célula, e para ele liam o regulamento e demais instruções disciplinares, inclusive o modo de utilizar os objetos que lhes eram confiados. Os pertences com que os presidiários entravam na -Grandell eram entregues na secretaria, ou se o presidiário preferisse eram entregues aos familiares, a exemplo das suas roupas e de dinheiro¹⁶⁹.

O dossiê de informações que contempla o prontuário nos permite também explorar situações relacionadas à vida pregressa do detento e até mesmo condição social dos indivíduos sentenciados. É curioso notar, na ficha do detento (Figura 12), que Pedro Alexandrino de Jesus, nasceu na segunda metade do século XIX, no ano de 1872. Na oportunidade do fichamento carcerário, o preso estava aos 74 anos de idade e deu entrada na -Grandell, respondendo pelo crime de homicídio, condenado a 30 anos de prisão. Interessante neste caso é que Pedro Alexandrino envolveu-se com seu filho João Alexandrino de Jesus no crime, também preso nessa unidade prisional. O senhor Pedro ingressou no reformatório em 4 de setembro de 1935. Trabalhou nas oficinas de confecção de objetos de madeira, cabides, caixas, porta-toalhas e etc. Alguns meses depois, trabalhou em companhia do seu filho na confecção de objetos de palha, espanadores, cestas e vassouras. Mesmo velho, matriculou-se na escola com a finalidade de aprimorar seus conhecimentos; Pedro era o recluso mais idoso da Penitenciária; segundo prontuário, era um sentenciado [...] bom, honesto, dócil e de

¹⁶⁷ Idem, p. 180. Baseados na obra de Garcia Ferrari, os autores defendem que a —invenção de um dos grandes sistemas de identificação datiloscópica difundidos no mundo no início do século XX (o denominado -sistema Vucetich, —sistema argentino, ou também —sistema sul-americano segundo alguns criminologistas europeus), surgiu desse impulso por adaptar, misturar e inovar procedimentos para ajustá-los às instituições locais.

¹⁶⁸ DOMINGUES, Petrônio. Op. Cit, p. 28.

¹⁶⁹ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 262.

vergonhal, tinha uma característica que divergia dos demais presos, era um conselheiro do cárcere, costumava orientar os companheiros sobre problemas da vida, participava das reuniões do Grêmio Literário dos Presidiários e se interessava pelo desenrolar dos acontecimentos da –vida lá de foral.¹⁷⁰ Estas características favoreceram para que ele alcançasse a tão sonhada liberdade, conforme parecer:

Continua disciplinado e dócil, ordeiro e trabalhador na primeira linha dos sentenciados de exemplar comportamento. Recluso há mais de 10 anos sem ter sofrido qualquer castigo sem ter chamado atenção sequer, vivendo do seu trabalho perfeitamente integrado nas obrigações regulamentares, Pedro Alexandrino de Jesus, merece sem dúvida alguma, a benemerência do Conselho Penitenciário. Diretor José de Melo¹⁷¹

No parecer do Diretor José de Melo, são ressaltadas as características de um homem lutador e que vivia há muitos anos dedicado à vida de agricultor –dócil, ordeiro e trabalhador. Tornou-se uma boa companhia, sempre a aconselhar e direcionar a vida dos reclusos na –Grandell.

Na Figura 13, no prontuário do Pedro Alexandrino, vemos a identificação tomando como base os caracteres lombrosianos, assinados pelo médico Dr. João Batista Perez Garcia Moreno e o Psiquiatra Dr. Canuto Garcia Moreno¹⁷². O preso é qualificado com 75 anos de idade, registrado como indivíduo de cabelos grisalhos, de 1,61 m, 57 quilos, não há anotações de marcas de tatuagens em seu prontuário e foi fotografado de frente e perfil. Cumpre dizer que, no início do século XX essa questão era foco de estudo de médicos, focalizando as penitenciárias e suas reações comportamentais¹⁷³.

¹⁷⁰ Prontuário n. 345. Arquivo Público do Estado de Sergipe/SP⁵-271.

¹⁷¹ Ibidem, p. 19.

¹⁷² O departamento de Biotipologia do Estado de Sergipe, seguia os debates lombrosianos, cabendo ressaltar os estudos do renomado médico Cesare Lombroso, em sua obra –O homem delinquentel, descreve as características da fisionomia do homem criminoso, pontuando que os famosos delinquentes reproduziriam quase todos os caracteres do homem criminoso, dotado de mandíbulas volumosas, assimetria facial, orelhas desiguais, falta de barba nos homens, fisionomia viril nas mulheres, ângulo facial, orelhas desiguais, falta de barba nos homens, fisionomia viril nas mulheres, ângulo facial baixo. Ver: LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Tradução e Seleção: Sebastião José Roque. São Paulo: Ed Ícone, 2007. p. 1-2.

¹⁷³ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999. p. 112.

Nome <i>Pedro Alexandrino de Jesus</i>		Carateres cromaticos, etc	
Qualificação		Cabelos <i>Branco Leucoderma 1</i>	
Filho de <i>Manoel José "Alexandrino"</i>		Gabelos <i>Grisalhos</i>	
e de <i>Barbara Alexandrina de Jesus.</i>		Barba <i>Rapa</i>	
Nacionalidade <i>Brasileira.</i>		Bigodes <i>rapado</i>	
Naturalidade <i>Sergipano</i>		Sobrancelhas <i>Pretas e arqueadas</i>	
Local <i>Irapiranga.</i>		Olhos <i>Castanhos medios</i>	
Idade (declarada ou aparente) <i>75</i> anos		Estatura <i>1,61,5</i>	
Nascido em <i>1º de janeiro</i> de <i>1872.</i>		Peso <i>57 K.</i>	
Estado civil <i>Casado</i>		Instrução <i>Rudimentar.</i>	
Profissão <i>Agricultor</i>		Aspecto Social na vida ordinaria <i>-</i>	
Sabe ler e escrever <i>sim.</i>		Residencia declarada <i>-</i>	
Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens			
Mão direita <i>-</i>			
Mão esquerda <i>-</i>			
Gabeça <i>Oval (Hiper-branquicéfalo)</i>			
Outras <i>Grupo sanguinario: B. Sietipo: Microbrevelinea e muscular.</i>			

Figura 13 - Prontuário do detento Pedro Alexandrino de Jesus

Fonte: Prontuários 345 – APES/SP⁵-271.

As figuras a seguir mostram os indivíduos da -Grandell sendo examinados pelo Serviço de Identificação. A Figura 14 traz o -mestiço||, Joviniano José dos Santos, alcunhado de Tourinho e a Figura 15 apresenta João Francisco dos Santos (o mestiço), vulgo Fogoso, um homem -negroll. Cabendo aqui lembrar Olívia Cunha, ao afirmar que -[...] a cor estereotipa desigualdades, pois é inscrita nos corpos dos indivíduos, eclipsando diferenciadas concepções de valores sociais atribuídos às pessoas||¹⁷⁴.

Sandra Pesavento demonstra que a fotografia fornece um retrato do criminoso e que nele era possível divisar -[...] os detalhes fisionômicos, indicadores do caráter||¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Ver: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto**: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. p. 169. Sobre esta questão temos também os estudos da historiadora Sandra Pesavento, ao mostrar que a foto é um ritual e tem ainda um caráter de excepcionalidade, sobretudo para os detentos, implicando uma disciplina ameaçadora do corpo e a necessidade de encarar a máquina e o fotógrafo. Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ordem, limites da desordem: violência e sensibilidade no sul do Brasil, final do século XIX. In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra Jantahy (org.). **Sociabilidades, justiça e violências**: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX). Porto Alegre: UFRG, 2008. p. 50.

¹⁷⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ordem, limites d desordem: violência e sensibilidades no sul do Brasil, final do século XIX. IN: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Sociabilidades, justiça e violências**: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX). Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008. p. 41.



Figura 14 - Fotografia do detento Joviniano José dos Santos

Fonte: Ficha de detento – Prontuário 155 – APES/SP⁵-115.



Figura 15 - Fotografia do detento João Francisco dos Santos

Fonte: Ficha de detento – Prontuário 410 – APES/SP⁵-115.

Sobre o processo de identificação, o historiador Carlos Aguirre, em seus estudos sobre o cárcere, mostra que os presos eram constantemente visitados por médicos, psiquiatras e antropólogos que buscavam matéria-prima que lhes oferecessem interpretações sobre os

criminosos e a questão social.¹⁷⁶ De igual modo, vimos os estudos de Sílvia Capanema, utilizando as fichas de identificação dos marinheiros para traçar o perfil dos indivíduos e as causas de sua prisão, que em sua maioria se deu por vadiagem¹⁷⁷.

Para o caso da -Grandell, vamos em busca de saber quem eram os indivíduos alcunhados de -Corisco Negro, -Capador, -Galo Cegol, -Fogosol, -Coquitall, -Manecall e tantos outros que foram perseguidos pela polícia por suas atitudes consideradas desviantes e enviados à -Grandell¹⁷⁸. Quem eram essas pessoas? Trabalhadores braçais? Negros? Brancos? As fontes revelam dados interessantes sobre o perfil social dessa população carcerária. No entanto, para iniciar tal qualificação, seria necessário compreender como essa população carcerária vivia à margem do governo republicano.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe visava, através de suas ações, trazer garantias individuais de segurança aos indivíduos e velava pela tranquilidade coletiva. Qualificava como *desordeiras e vadias* as pessoas que viviam vagando nas ruas e nos espaços públicos. A mensagem enviada à Assembleia Legislativa Estadual, pelo Dr. José Rollemberg Leite, Governador de Sergipe, faz menção à deficiência que o estado possuía em relação ao departamento de polícia, o que implicava o elevado índice de criminalidade mesmo sendo o menor estado da federação. Sergipe não tinha um instituto de Polícia Técnica, o que modernamente constituía a base da organização policial. Sobre essas questões, é possível observar no relato do Governador do estado¹⁷⁹:

Apesar das deficiências de meios para atender a complexidade da tarefa policial, entretanto, deu essa Secretaria o mais cabal e eficiente desempenho aos seus múltiplos encargos, cumprindo e fazendo cumprir todas as leis em vigor nos diferentes setores em que imprescindível era a sua colaboração, prova inequívoca de que muito se preocupou com o bem estar da coletividade. Agindo mais preventiva do que repressivamente, a polícia deve mostrar de que a tolerância é sempre a norma mais eficiente de vigilância social. Embora achando mais acertada a prevenção, procurou, no entanto, reprimir o jogo de azar, o roubo, o furto, o crime comum, a

¹⁷⁶ AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2. p. 56. Sobre esta questão temos também os estudos de Augustin Haro, que a partir de sua pesquisa em Tucuman, observamos que a inclusão de fotografias pela polícia gerou uma mudança nos assuntos retratados, uma vez que permitiu a personificação da imagem do delinquente por parte do leitor e a encarnação desses atores que muitas vezes eram simplesmente descritas e construídas por meio de artigos de jornal. Ver: HARO, Agustín. La -Nueva Criminalidadel tucumana a partir de un análisis de los diarios El Orden y La Gaceta entre 1917-1923: el caso de Andrés Bazan Frías. Claves. **Revista de História**, v. 3, n. 4, Montevideo, Enero-Junio 2017. p. 233.

¹⁷⁷ ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de Almeida. Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e liderança da revolta de 1910. **Revista Antíteses**, v.3, n. esp, p. 90-114, dez. 2010.

¹⁷⁸ Alcinhas atribuídas aos detentos da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe. Banco de Dados. Ficha de detentos, 1926/1950 – APES/SP⁵.

¹⁷⁹ LEITE, Dr. José Rollemberg. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa. Aracaju, 1949.

falsa mendicância, o porte de arma clandestina, a malandragem, etc., tanto por meio de inquéritos policiais que logo concluídos eram enviados à justiça para o devido julgamento, como por diligências outras achadas convenientes¹⁸⁰.

Estas foram medidas que tentaram prevenir a delinquência nos arredores do estado. Segundo o relatório citado, a Penitenciária Modelo era uma repartição que vinha agindo num gênero complexo e delicado, que era reparar homens egressos da sociedade por motivos de penas impostas pelo Poder Judiciário, cumprindo satisfatoriamente com o seu dever, valendo-se sempre da –ciência moderna e dos preceitos legais¹⁸¹. Procurou, ainda segundo o relatório, –[...] com louvável atuação, readaptar a sociedade os indivíduos divorciados dos princípios humanos e cristãos. Contudo, o historiador Antônio Lindvaldo aponta para a –[...] ineficiência das autoridades das comarcas, das delegacias e das penitenciárias no mesmo propósito de garantir o sossego público¹⁸². O aparelho governamental não conseguiu suprir o que necessitava; os recursos eram escassos e frágeis.

O governo, na época liderado por Manoel Corrêa, produziu um relatório, enviado à Assembleia, sobre a situação do estado. No documento, foi possível verificar importantes dados estatísticos. A partir das tabelas elencadas abaixo temos uma visão dos detentos internados. É notável o elevado número de homicídios, em sua maioria premeditados, e cometidos por indivíduos solteiros e maiores de 18 anos. A Tabela 4 mostra que o número de homicídios chegava a 44 casos; quinze anos após, esse número aumentou para 74 (Tabela 5): o crime de homicídio é o mais comum dentre os cometidos pelos detentos da –Grandell.

Tabela 4 - Estatística dos internos referente ao ano de 1930

CRIMES	QUANTIDADE
Homicídios	44
Tentativa de morte	02
Ferimentos	02
Roubos	14
Furto	06
Defloramento	01
Estupro	01
Atentado ao pudor	01
TOTAL	71

Fonte: Mensagem de Governo apresentada à Assembleia¹⁸³.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 33.

¹⁸¹ Ibidem, p. 36.

¹⁸² SOUSA, Antônio Lindvaldo Sousa. A manutenção da ordem pública e as relações de poder em Sergipe (1889-1930). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 32, p. 155-172, 1999. p. 155.

¹⁸³ DANTAS, Manoel Corrêa. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, 7 set. 1930. p. 10.

Tabela 5 - Estatística dos internos referente ao ano de 1948

Número de reclusos	Vindo dos anos anteriores (1947)	143 e 9 loucos
	Entradas durante no ano (1948)	50
	Falecidos durante o ano (1948)	4
	Saídas durante o ano (1948)	50
	Passados para o ano seguinte (1-1-49)	139
	Alienados no Manicômio	12
Segundo o estado civil	Solteiros	87
	Casados	43
	Viúvos	6
	Ignorados	3
Segundo a instrução	Alfabetizados	70
	Analfabetos	69
Segundo a idade	Maiores de 18 anos a mais	139
Segundo os antecedentes	Primários	127
	Reincidentes	12
Crimes	Defloramento	2
	Estrupo	4
	Homicídio	74
	Lesões Corporais	10
	Furto	36
	Roubo	6
	Latrocínio	4
	Outros crimes	3

Fonte: APES/SP⁵-251.

A mensagem de governo retrata também os aspectos de anormalidade que perturbaram a ordem pública de modo a –alterar a vida laboriosa e tranquila dos sergipanos, um povo empreendedor, pacífico, animoso e ao mesmo tempo, obediente à lei, dedicado à família e ao trabalho, de índole ordeira e confiante nas autoridades¹⁸⁴. Para o governo, eram preocupantes as ações desviantes e transgressoras daqueles que queriam tirar a paz social; os elevados índices de criminalidade revelavam esse fato¹⁸⁵.

Aspecto importante para o período foi o fenômeno do banditismo que assolava a região e era causa de preocupação para o Governo do Estado¹⁸⁶. No nordeste a calamidade estava atrelada à criminalidade sertaneja. Os cangaceiros atuavam causando –misérias,

¹⁸⁴ DANTAS, Manoel Corrêa. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1930. p. 8-9.

¹⁸⁵ O historiador Jeferson Cruz afirma esta questão ao mencionar que a circulação de pessoas das classes menos favorecidas em determinados lugares como praças e ruas já era o suficiente para deixar os demais transeuntes em pânico e as autoridades policiais em vigília. Ver: CRUZ, Jeferson Augusto da Cruz. **Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro**: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. p. 171.

¹⁸⁶ O Governo do Estado de Sergipe, outorgou o Projeto de nº 42, que organiza o plano de combate preventivo contra o banditismo nos sertões de Sergipe, propondo estratégias para sanar a problemática e elencando ações voltadas a criação de grupos escolares, açudes, campos de fumos e subvenções para a instalação de fábricas ou indústrias de laticínios. Ver: LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C., 1937.

deprecação, roubos, latrocínio, incêndios, mutilações e atentado ao pudor.¹⁸⁷ Essa questão é evidente no caso de Manoel Luiz de Jesus, vulgo –Corisco Preto, condenado por ser chefe de uma quadrilha de –malfeitores responsável por inúmeros crimes de ofensas físicas acompanhados de espancamentos e roubos.¹⁸⁸ O então –Corisco Preto acompanhado de outros comparsas, roubavam casas, saqueavam, roupas, argolas de ouro, matavam animais e levavam quantias em dinheiro e apresentava-se sempre dizendo ser –empresário de Corisco e –embaixador de Lampião.¹⁸⁹

As campanhas contra o banditismo eram realizadas pelos governos dos estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas. Mencionou-se ainda que a luta fosse persistente, posto que os grupos de Lampião e Corisco continuavam organizados em bandos, a intranquilizar as populações dos sertões longínquos da Bahia, com aparecimento periódico em algumas localidades de Sergipe. No ano de 1930, o relatório sinaliza que deram entrada, no registro geral 73 indivíduos, foram matriculadas 393 pessoas, discriminadas como: *chauffeurs*, 153; carregadores, 68; carroceiros, 119; engraxates, 33; e condutores de animais, 12. Tratava-se de uma população carcerária diversa¹⁹⁰.

A partir da compilação dos dados foi possível tratar da heterogeneidade da população carcerária. A Tabela 6 mostra o item *natural de* e observa-se que a maioria dos indivíduos era oriunda do próprio estado 73,42%, sendo 11,43% do Estado de Alagoas, seguidos de 6,23% de Pernambuco e 5,30 % do Estado da Bahia, de um total de 1076. Os números mostram que havia muitas migrações e os detentos tinham origem nas regiões mais próximas, sobretudo limítrofes com o Estado de Sergipe. Na década de 1940, a população do estado começava a crescer, aumentando o contingente da concentração urbana em relação à rural¹⁹¹.

¹⁸⁷ LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C. 1937. p. 7.

¹⁸⁸ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do Estado sobre o pedido de livramento condicional do sentenciado, Manuel Luiz de Jesus – APES/SP5-181.

¹⁸⁹ É possível conhecer a trajetória de Manuel Luiz de Jesus, alcunhado por –Corisco Preto no artigo publicado pelo historiador Petrônio Domingues. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119973>. Acesso em: 20 maio 2018.

¹⁹⁰ DANTAS, Manoel Corrêa. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1930**. p. 10.

¹⁹¹ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. **Textos: para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 121.

Tabela 6 - Naturalidade

ESTADOS	N.º DE PRESOS – TOTAL POR ESTADO	%
Alagoas	123	11,43
Bahia	57	5,30
Rio de Janeiro	2	0,19
Ceará	4	0,37
Maranhão	1	0,09
Pará	1	0,09
Paraíba	8	0,74
Pernambuco	67	6,23
Rio Grande do Norte	1	0,09
Santa Catarina	1	0,09
Sergipe	790	73,42
Não informado	21	1,95
TOTAL	1076	100

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.¹⁹²

O historiador Antônio Lindvaldo observou que muitos dos indivíduos que chegavam a Aracaju eram ex-escravos, que ocupavam parte do centro da cidade e os morros de areia que ficavam à margem do perímetro urbano.¹⁹³ Afirmou ainda que os –homens pobres migraram para Aracaju, influenciados pelas mudanças que se processavam e, respectivamente, por questões emergenciais que sofrem o campo¹⁹⁴.

Tabela 7 - Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	N.º DE PRESOS	%
Não informado	235	21,8
de 0 a 10	0	0,0
de 11 a 20	126	11,7
de 21 a 30	372	34,6
de 31 a 40	214	19,9
de 41 a 50	93	8,6
de 51 a 60	25	2,3
de 61 a 70	5	0,5
de 71 a 80	6	0,6
TOTAL	1076	100

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

¹⁹² Neste capítulo, as Tabelas 3, 4, 5, 10, 12 e 20 trazem informações oficiais do movimento da Penitenciária Modelo e dados populacionais do IBGE, já as demais utilizadas para a análise deste capítulo foram construídas a partir do banco de dados de 1076 fichas de presos identificados entre os anos de 1946 e 1954.

¹⁹³ SOUSA, Antônio Lindvaldo. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do século XX. *Revista Ponta de Lança*, ano 4, n. 8, abril-out. 2011. p. 51.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 51.

Em relação à Tabela 7, verifica-se que a grande parte dos detentos que cometeram delitos possuía entre 21 e 30 anos, constituindo 34,6%, uma jovem população carcerária. É curioso notar que 11,7% permeavam a faixa etária de 11 a 20 anos; os menores abandonados constituíam um problema para o poder público: “[...] os menores abandonados e delinquentes não foram recolhidos a um reformatório, onde fosse proporcionada uma educação convenientell.¹⁹⁵ Esse fato aponta para um elevado índice de indivíduos na fase da adolescência envolvidos em contravenções¹⁹⁶.

Sobre a delinquência de menores, faz nota o *Correio de Aracaju* sobre as –astúcias‖ da ré Avelina Jesus, qualificada como –preta, de 16 anos, natural de Alagoas e que muito trabalho tem dado à polícia‖. Segundo notícia:

Acostumada à vida de surrupiar o alheio, Avelina emprega astucias de **finá ladra**. Assim é que ontem-hontem [sic], às 11 horas, dirigindo-se a rua Pacatuba, a residência do desembargador Loureiro Tavares Pediu colocação como ajudante de Copeira. Entrementes Avelina pede água, e nesta ocasião pé ante pé entrou no quarto da família do desembargador Loureiro Tavares, roubou cautelosamente, um relógio de pulso de ouro e dois anéis de brilhante. Retirando-se horas depois foi descoberto o roubo, tendo sido apresentada queixa á delegacia de polícia. Pela manhã de hoje, foi presa a ladra Avelina que vai responder pelo seu crime.¹⁹⁷

A ajudante de copeira, Avelina Maria de Jesus, é encaminhada à Penitenciária Modelo pelo Juizado de Menores do Estado, em 18 de janeiro de 1929, conforme sentença do Juiz Olympio Mendonça:

[...] não existindo escola de reforma ou outro qualquer estabelecimento apropriado para os condenados de menor Idade, de acordo com o artigo 87 do Código de Menores¹⁹⁸, mando que seja a referida menor recolhida á prisão comum, desta capital, com separação dos condenados de maior Idade, sujeito a regime disciplinar e educativo não penitenciário‖¹⁹⁹.

¹⁹⁵ LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C. 1937. p. 65.

¹⁹⁶ O crítico da história sergipana, Ariosvaldo Figueiredo, trouxe informações de que há menores contra determinação frequentando cabarés: —Aracaju não é grande, mas o moralismo é enorme, moralismo que só se tranquiliza quando a polícia proíbe o trânsito das decaídas na cidade de Aracaju antes das 22 horas‖. (Tribuna 13/4/1931) As decaídas, são na linguagem da época, —meretrizes‖, —raparigas‖, —putas‖, ou no deboche da classe dominante, —mulheres de vida fáçill. Ver: FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 235.

¹⁹⁷ CORREIO DE ARACAJU, 3 de abril de 1928. Importante salientar que a ortografia do jornal foi mantida.

¹⁹⁸ Ver: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 5.083, de 1º de dezembro de 1926**. Código de Menores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5083-1-dezembro-1926-503230-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 abril 2019.

¹⁹⁹ COSTA, Kátia Regina Lopes. **Disciplinar, regenerar e punir**: os caminhos do menor delinquente sergipano (1891-1927). Dissertação de Mestrado em Educação. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013. p. 99.

O que chama atenção no despacho é que a Penitenciária Modelo não teria estrutura para atender a deliberação do caso, não possuía um pavilhão específico para menores como atesta o escrivão Felino Tavares da Mota –[...] o estabelecimento não é apropriado à internação de menores delinquentes²⁰⁰. Avelina certamente foi mais uma das menores injustiçadas pela falta de aparato social à população pobre e negra; os indícios não nos foram claros a fim de sabermos o paradeiro da Avelina de Jesus. Este caso lembra os estudos da historiadora Natália Peçanha sobre as –criadas ladras²⁰¹ cariocas, ilustrada nas páginas da Revista Criminal, quando afirma que –[...] a imprensa foi um elemento fundamental para a associação das criadas às criminalidades, sobretudo do furto de casas²⁰¹; menciona ainda que a maioria destas mulheres eram de cor e recebiam alcunhas de –infiéis, –ratas²⁰¹ ou –ladras²⁰¹. O que não é equidistante da nossa realidade, pois a ré Avelina de Jesus, fora alcunhada de –fina ladral e condenada por furto.

No quesito sexo, observa-se que a grande parte dos presos era do sexo masculino, conforme Tabela 8, número que chega a 97,2%. As mulheres não ficaram de fora destes números: 1,58% viveu na Penitenciária Modelo. Foi o caso de Maria Arlinda da Silva, natural de Sergipe, alcunhada de Coquita, do sexo feminino. Segundo sua ficha, ela era –[...] solteira, meretriz, com instrução rudimentar, de cor morena e homicidal. Outro exemplo é o de Joventina Maria da Conceição, de Sergipe, –[...] solteira, operária, instrução nula, homicida, de cor preta, natural de São Cristóvão²⁰².

Tabela 8 - Sexo

SEXO	N.º DE PRESOS	%
Masculino	1046	97,2
Feminino	17	1,58
Não definido	13	1,21
TOTAL	1076	100

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

²⁰⁰ Fundo Aracaju 1ª Vara Criminal. Registro Geral 2531, Cx: 15. AC: 01, Módulo IV – Série: Penal, subsérie inquérito policial, período: 1929-1935. Acervo do Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe.

²⁰¹ PEÇANHA, Natália Batista. Que liberdade? Uma análise da criminalização das servidoras domésticas cariocas (1880-1930). **Revista dos Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, 2019. p. 295. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/77603>. Acesso em 18 de abril de 2019. Ainda sobre o mundo do trabalho carioca é importante o visitar o trabalho da historiadora Caetana Damasceno, ao analisar o uso da categoria de –raça²⁰¹ e –cor²⁰¹ atribuídas ao mundo do trabalho carioca com ênfase ao trabalho doméstico feminino. Ver: DAMASCENO, Caetana. **Segredos da boa aparência**: da –cor²⁰¹ à –boa aparência no mundo do trabalho carioca (1930-1950). Seropédica: UFRRJ, 2010.

²⁰² Banco de Dados. Fichas de Detentos – APES/SP⁵-1926-1954.

Quanto ao estado conjugal, conforme a Tabela 9, 57,1% dos indivíduos eram solteiros. A solteirice era característica da população carcerária da Penitenciária Modelo (57,1%). Da população total, observa-se que, entretanto, o casamento perfazia um número de 36,1% da população carcerária. Os dados são perceptíveis quando verificamos o censo do IBGE do ano de 1940, o número de homens e mulheres casados e solteiros.

Tabela 9 - Estado Civil

ESTADO CIVIL	N.º DE PRESOS	%
Não informado	13	1,2
Casado(a)	388	36,1
Solteiro(a)	614	57,1
Viúvo(a)	60	5,6
Divorciado(a)	1	0,1
TOTAL	1076	100

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

De acordo com a Tabela 10, quase todas as mulheres declararam ser dos serviços domésticos, algo comum para o contexto de Aracaju na época; elas desempenhavam atividades voltadas à agricultura e à pecuária.

Tabela 10 - Sexo e estado conjugal

Regiões fisiográficas e unidades da federação	Solteiros		Casados		Separados Desquitados Divorciados		Viúvos		Pessoas de estado conjugual não declarado	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sergipe	180.395	189.299	71.775	74.235	6.291	18.523	213	474	73	1.048

Fonte: Recenseamento Geral de 1940 da população de fato por sexo e cor, segundo as regiões fisiográficas e unidades da federação.

No que diz respeito à instrução, conforme mostra a Tabela 11, 54,4% não a possuíam, ou seja, mais da metade da população carcerária não tinha acesso à leitura. É possível cruzar os dados também da Tabela 12 que mostra dados de censo do IBGE, indicando um elevado número de pessoas que não sabia ler. Isso coaduna com o que a historiadora Janaína Cardoso de Melo, nos estudos sobre as fontes judiciais do Estado de Sergipe, afirma:

“Todavia, mesmo com tal —modernidade, o grau de analfabetismo ainda era muito grande e a exclusão social relegava os sergipanos pobres aos serviços prestados a terceiros como lavradores e farinheiros (homens), parteiras, domésticas, lavadeiras

ou fiandeiras (mulheres), embora houvesse também negociantes ou pessoas que viviam de suas -agências e aquelas que deveriam manter a ordem, como por exemplo, os policiais, delegados, promotores, advogados e juízes²⁰³.

Afirmou Ariosvaldo Figueiredo que a maior parte da população escolar estava fora das escolas, em contraste com o significativo crescimento demográfico do estado²⁰⁴. A preocupação com a instrução dos detentos foi retratada pelo poeta Zózimo Lima, na visita à -Grandell, -homens de todas as idades outrora analfabetos, motivo primordial que os fizeram enveredar pela estrada do crime, atentos, segurando a carta de ABC ou desenhando as primeiras letras na anciã de amanhã assignarem com as próprias mãos o recibo de liberdade²⁰⁵. A população carcerária carecia de ações que elevassem o nível de escolaridade, para isso foi posta em funcionamento a Escola.

Tabela 11 - Instrução

INSTRUÇÃO	N.º DE PRESOS	%
Não informado	13	1,2
Nula	585	54,4
Rudimentar	477	44,3
Não	1	0,1
TOTAL	1076	100

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

Tabela 12 - Sexo e Instrução

Regiões fisiográficas e unidades da federação	Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever			Pessoas de 5 anos e mais de instrução não declarada		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Sergipe	124136	62063	62073	331819	153406	178413	868	428	440

Fonte: Recenseamento geral de 1940 da população de fato, por sexo e cor, segundo as regiões fisiográficas e unidades da federação.²⁰⁶

²⁰³ MELLO, Janaína Cardoso de. Os crimes contra mulheres nas fontes do Arquivo Geral do Poder Judiciário em Sergipe (1873-1930): cotidiano de poder, denúncias e impunidades. **Albuquerque**: Revista de História, v. 1, n. 16, jul.-dez. 2016. p. 12.

²⁰⁴ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 273.

²⁰⁵ LIMA, Zózimo. Uma visita à Penitenciária Modelo. **Correio de Aracaju**, ano XXI, n. 755, 3 abril 1928. 1 CD ROM.

²⁰⁶ O dados referentes às Tabelas 10, 11 e 12 foram retirados do Recenseamento Geral do ano 1940, sendo realizado um recorte em relação ao Estado de Sergipe, no que concerne ao número de solteiros, casados, separados, desquitados, viúvos e pessoas de estado conjugal não declarado. Os itens foram observados na análise da Tabela 10. Já na Tabela 12 observamos a instrução da população na época em estudo. Trabalhar com estas

Em relação aos motivos da prisão, organizaram-se em quatro tabelas por categorias: 1) crime contra a pessoa, que ocorria em sua maioria por desavenças, rixas e intrigas, ocasionando ofensas físicas e verbais;²⁰⁷ 2) crime contra honra em evidência, para prática de defloramento e atentado ao pudor²⁰⁸; 3) crime contra a propriedade, com predominância de práticas de furtos em propriedades alheias²⁰⁹; 4) e os diversos que chamam atenção para a prática da embriaguez, vagabundagem, prostituição e logo eram qualificados com atitudes desviantes²¹⁰.

Para melhor compreensão das análises das tabelas a seguir, é pertinente mencionar que elas foram construídas tomando como base o banco de dados levantado a partir de 1076 fichas de identificação dos sentenciados, que foram registrados pelo Departamento de Biotipologia Criminal da Penitenciária Modelo entre 1946 e 1954. É importante salientar que o serviço de identificação era precário e em muitas das vezes ocorria o fato de o preso dar entrada no ano de 1930, mas era identificado em sua maioria uma década depois.

Os crimes contra a pessoa representavam a maior incidência no *corpus* documental desta pesquisa. Estas questões trazem diversas inquietações, dentre elas, a de se pensar como ocorreu o envolvimento das pessoas nestes conflitos e porque aconteciam tantos casos de homicídios e lesões corporais.²¹¹ Cabe aqui lembrar Maria Sylvia Franco, quando afirmou que o padrão de comportamento é a violência, correspondendo, como se verá, a todo um sistema

tabelas foi importante para cruzar os dados com a população prisional e percebermos que a maioria da população era solteira e sem instrução.

²⁰⁷ Como exemplos existem os casos mencionados a seguir: A ré Adalgisa Santos simulou uma briga com seu irmão Maurício, com o intuito de atrair a atenção de Humberto Santos, conhecido como —Queixadall, para entrar na —contendall. Humberto entrou na briga e advertiu Adalgisa, dizendo que ela não bateria em seu irmão e logo ela retrucou, com as seguintes palavras “*não bato nele, mas bato em você, seu filha da peste!*” E logo em seguida pegou um cacete e o atirou no couro cabeludo de Humberto e de Marivalda que tentou socorrer a vítima. Carta de Livramento Condicional – APES/SP⁵-181, p. 1.

²⁰⁸ Em 7 de outubro de 1944, no município de Tobias Barreto, Ana Maria de Jesus, mais conhecida por Anita e José Olímpio dos Santos, alcunhado de —Zequinhal, dançavam animadamente, quando de repente —Anita sentiu vontade de urinar e procurou o quintal da casa que estavam. Ao chegar no local, acorrou-se sem pressentir que estava sendo seguida por Dede de Sérgio e ao vê-lo censurou o procedimento —indecorosoll. Mas no ato aproximou-se Zequinha, que mais afoito pede-lhe um beijo e Anita indignada e ferida, aconselha-o ao sair, pois é um homem casado e seria melhor que lhe —desse o respeitoll, no ato Zequinha saca uma arma e atira na face de Anita que de imediato chega a falecer. Carta de Livramento Condicional – APES/SP⁵-169, p. 1.

²⁰⁹ O réu Manoel Vieira dos Santos foi denunciado pelo Dr. Promotor Público da Comarca de Neópolis, incurso nas penas do artigo 155 do Código penal, por ter furtado um animal que pertencia a Lucindo Gomes. Manoel Santos foi preso em flagrante. Carta de Livramento Condicional – APES/SP⁵-169, p. 1.

²¹⁰ O *Correio de Aracaju* noticiou, em 21 de maio de 1930, que foram recolhidos ao xadrez por motivos de embriaguez, quatro homens e as mulheres de vida fácil, Maria Leopoldina e Maria, mas conhecida como —Coquitall.

²¹¹ Fato como este prevalece nos estudos do historiador Boris Fausto, sobre a criminalidade em São Paulo entre 1880 a 1924, o autor faz um estudo sobre os índices de homicidas. Ver: BORIS, Fausto. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: EDUSP, 2001.

de valores centrados na *coragem pessoal*.²¹² Questão que se materializa no caso de Jaime Aguiar, abandonado por sua mulher Maria, que foi para companhia de seu avô materno, no povoado Fazendinha, do termo de Siriri. Jaime, possuído de ódio, procurou sua esposa na casa de parentes e pediu insistentemente que voltasse para casa, ela respondeu com firmeza –que não voltaria. No ato, discutiram e os ânimos foram exaltados, Maria estava armada de um espeto que estava na mão para assar um pedaço de carne de sol e dirigiu-lhe as seguintes palavras: –Peste, quando eu estiver em casa de meus parentes, você não venha que eles não gostam de você. Jaime, para se defender, rebate com uma faca e fere Maria, que replicou: –Você me cortou pesto. Naquele momento, Jaime golpeou-a brutalmente com a foice e os ferimentos foram de natureza mortal.

O acusado assumiu o homicídio e afirmou que, *“quando ela disse que não voltaria mais para casa e começou a mim descompor eu perdi a cabeça e também disse palavras pesadas a ela”*.²¹³ Nos estudos sobre localidades no interior baiano, o historiador Luiz Alberto constatou que nos conflitos sexo-afetivos, desenvolvidos no âmbito doméstico, há presença de códigos sociais que identificam os sexos, especialmente, as mulheres, a partir de valores ligados ao privado, de –mães dedicadas, –indivíduos frágeis e sensíveis.²¹⁴

Na Tabela 13, podemos conferir o elevado índice para a prática de crimes contra a pessoa, sendo 49,22% detentos qualificados como homicidas, os homicídios eram seguidos do crime de lesão corporal. Em segundo plano, temos os crimes contra a propriedade, constituindo 16,2% qualificados como furtos e roubos. Dentre a documentação analisada, a elevada incidência dos crimes praticados contra a pessoa ocorre em muitos dos casos por –motivos frívolos, nos quais estavam em jogo as relações amorosas, rixas ou brigas motivadas pelo estado de embriaguez²¹⁵. Assim foram os casos noticiados na coluna intitulada –Pela Policial, em que foram mencionadas as –decaídas Maria Cecília dos Santos, Elze Menezes de Souza, Anita Gomes da Silva, Lindalva da Conceição e Antonieta Lima dos

²¹² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. p. 51. Na clássica obra da socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco, analisa as relações dos homens livres e pobres que vivem no Vale do Paraíba. Evidencia como os homens livres e pobres lidavam com a violência institucionalizada na sua cotidianidade e suas relações sociais com os familiares, no lazer e no trabalho.

²¹³ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do Estado sobre o pedido de livramento condicional do sentenciado Jaime Aguiar – APES/SP⁵-181, p. 1.

²¹⁴ O historiador Luiz Alberto, estuda o cotidiano feminino nas camadas populares em Feira de Santana nas décadas de 1930 a 1948, analisa os processos crimes e as matérias dos jornais Folha do Norte. LIMA, Luiz Alberto da Silva. **Mulheres ocultas: cotidiano feminino e as formas de violência em Feira de Santana, 1930-1948**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010. p. 81.

²¹⁵ Cartas de Livramentos Condicionais no período de 1930-1950 – APES/SP⁵.

Santos, sendo a primeira por embriaguez e as demais por estarem embriagadas, proferindo palavras obscenas²¹⁶.

Tabela 13 - Crime contra a pessoa

TIPOLOGIA	N.º DE PRESOS	%
Ferimentos	3	0,3
Homicídio	529	49,2
Latrocínio	6	0,6
Lesão corporal	115	10,7
Loucura	1	0,1
Tentativa de homicídio	1	0,1
Tentativa de morte	16	1,5
TOTAL ²¹⁷	671	62,5%

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.²¹⁸

O historiador Cléber Santana, nos estudos sobre as práticas culturais e a sociabilidade em Aracaju, mostrou a preocupação do governo em acabar com a –chaga social‖ daquele momento. Tratava-se da situação de indivíduos do sexo masculino, categorizados como turbulentos, ébrios, vagabundos, vadios, malfeitores, gatunos, desordeiros e habitantes noturnos, indivíduos pobres e comuns que ficavam sob a vigilância das rondas policiais²¹⁹.

Sobre os sentenciados da –Grandell, notou-se que a cultura da violência se desenrolava de forma natural, banalizada. Ocorria desde o âmbito familiar, nos bares, nas ruas e eram casos motivados por amores, rixas e outros relacionados aos valores prevaletentes no ambiente dos presos. Foi o que observamos nos estudos do historiador Sidney Chalhoub, quando procurou compreender o universo dos conflitos como reflexo de uma forma de vida, cuja dinâmica cotidiana contribuiu para ajuste das tensões estabelecidas no interior das relações sócio-culturais²²⁰.

A Tabela 14 aponta que o maior número equivale aos detidos por crime de estupro e os menores por difamação, seguidos pelos crimes de infanticídio e sedução. A preocupação

²¹⁶ CORREIO DE ARACAJU, 2 jul. 1930. p. 4.

²¹⁷ Todas as tabelas construídas a partir das fichas dos sentenciados foram divididas em categorias, levando em consideração as tipologias criminais, a qualificação profissional, a instrução e outros dados do perfil do indivíduo, em um universo de 1076 presos. Os totais mencionados são parciais em sua proporção aos 1076 presos identificados na —Grandell.

²¹⁸ Sobre o crime contra a pessoa, a Tabela 13 traz um dado que remete à forma como os agentes policiais descreviam na época os fatos ocorridos. As anotações deixam dúvidas sobre exatamente que tipo de crime os detentos cometeram.

²¹⁹ SANTANA, Cleber de Oliveira. **É gente que samba!** Práticas culturais e sociabilidades na cidade de Aracaju/SE. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 51.

²²⁰ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Unicamp, 2001.

com a honra era uma questão predominante na região. Os resquícios do patriarcalismo eram evidentes e a preservação da honra familiar era algo preocupante.

Tabela 14 - Crime contra a honra

TIPOLOGIA	N.º DE PRESOS	%
Atentado ao pudor	6	0,6
Defloramento	11	1,0
Desvirginamento	13	1,2
Difamação	1	0,1
Estupro	21	2,0
Infanticídio	1	0,1
Sedução	2	0,2
TOTAL	55	5,2

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

Curioso é o caso da menor Maria dos Santos, recolhida à Penitenciária do Estado e desvirginada no cubículo do raio sul, pelo detento Waldemar, vulgo Conde de Pirajá, e por este ato esteve a moça em estado de gravidez²²¹. Segundo a testemunha Luiz Esteves Barbosa, o recolhido chamou o guarda em exercício e entregou uma carta, que foi lida pelo detento José Ferreira, contendo –lindas as palavras amorosas, referente a Maria dos Santos, e logo soube que tinham –encontrado a menor Maria copulando com Waldemar. O que podemos extrair do processo é que possivelmente Maria tenha sido seduzida pelo detento Waldemar e caído em seus galanteios²²².

A Tabela 15 mostra que 16,2% dos crimes contra propriedade ocorreram por furto. Os crimes mais comuns eram os delitos que envolviam a terra e a luta diária pela sobrevivência, uma população pobre que, sobretudo, queria garantir a propriedade, um pedaço de terra. Em 18 de fevereiro de 1942, no lugar denominado –Oiteiro do capim, Pedro Rufino, conhecido por Pedro de Severo, vibrou uma cacetada violenta no mendigo Estácio Sebastião, conhecido por Velho Estácio. Segundo Testemunhas do processo, a –[...] morte se deu porque o velho Estácio queria *arrancar umas mandiocas do sítio que vendeu a Pedro Severo*, o que fora organizado pelo próprio acusado.²²³ Aqui cabe lembrar Cleber, em seus estudos sobre a

²²¹ AJES. Fundo Aracaju, 1ª Vara Criminal. Registro Geral, caixa nº 15, nº geral: 2531, 1929-1935. O Inquérito Policial está incompleto, não sendo possível compreender os indícios do –desfecho do caso.

²²² Ibidem.

²²³ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do estado sobre o pedido de livramento condicional do sentenciado Pedro José Rufino – APES/SP⁵-181, p. 3.

sociabilidade em Aracaju, a Mendicância recebia restrições por meio do artigo 136, do Código de 1926, e os artigos 225 e 236 do Código de 1938, onde era “[...] proibido mendigar tanto na cidade, entendido como núcleo central, e no restaurante do território do Município, bem como não teriam entrada nos jardins públicos os ébrios, maltrapilhos e mendigos”.²²⁴

Tabela 15 - Crime contra a propriedade

TIPOLOGIA	N.º DE PRESOS	%
Arrombamento	3	0,3
Desfalque	1	0,1
Furto	174	16,2
Gatunagem	1	0,1
Roubo	54	5,0
TOTAL	233	21,7

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

A luta pela terra foi notável também nos relatos de Cirilo Bispo dos Santos, que residia em Pastos Novos, no município de Nossa Senhora das Dores. Ele possuía a sua roça e dela tirava seu sustento. Mas, em um certo dia, o bode de João Alves de Pacheco, seu vizinho, entrou na propriedade e causou estrago em sua plantação. Cirilo, com um tiro certo de espingarda, abateu o animal. Desde então, aqueles dois sertanejos tornaram-se inimigos. Tanto João Alves como Cirilo foram a Nossa Senhora das Dores à procura de quem ouvisse as queixas. Mas ao invés de procurarem a autoridade competente, procuraram um tal de João Almeida que nesse tempo comandava uma volante que se batia pelos sertões em busca do temido Lampião e nada sério foi resolvido. Algum tempo depois, Cirilo vê pelas janelas de sua casa umas cabras de João Alves que estavam a pastar em suas roças e novamente observa um certo tiro em uma cabra. Cirilo atira em João Alves e ele é gravemente ferido²²⁵.

A Tabela 16 traz à tona os indivíduos que desempenharam uma diversidade de qualificações, dentre elas tivemos os presos que se qualificaram por desempenhar atividades relacionadas à -vagabundagem|. Importante frisar que o desejo de enviar às cadeias e penitenciárias, os indivíduos que eram estereotipados como vadios e malandros, estava relacionado às medidas de vigilância e punição para retirar das ruas os desviantes, como foi o

²²⁴ SANTANA, Cleber de Oliveira. **É gente que samba!** Práticas culturais e sociabilidades na cidade de Aracaju/SE. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 49.

²²⁵ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do Estado sobre o pedido de livramento condicional do sentenciado Cirilo Bispo dos Santos – APE/SP⁵-181, p. 1.

caso de Armando Vieira, natural de Sergipe, alcunhado de -Peixell, com 22 anos, de cor -pretall solteiro e qualificado como -vadio||, pelo crime de furto²²⁶.

Tabela 16 - Crimes diversos

TIPOLOGIA	N.º DE PRESOS	%
Averiguações	1	0,1
Boicotagem	1	0,1
Chantagem	1	0,1
Comércio de entorpecentes	1	0,1
Contravenções	8	0,7
Deserção do Exército	5	0,5
Desfalque	1	0,1
Falsificação de notas	2	0,2
Peculato	2	0,2
Porte de arma proibida	2	0,2
Vagabundagem	1	0,1
Vigarista	1	0,1
Não informado	92	8,6
TOTAL	118	11,1

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

Aprofundando o que fora iniciado anteriormente, ao que se refere às atividades dos detentos, antes de cometerem delitos, as dividimos em oito categorias: transporte, agrário, comércio, serviços, construção civil, indústria, profissionais liberais, serviços públicos e outros. Para melhor observarmos a categorização, na Tabela 17 destaca que os detentos estavam empregados nas atividades de transporte e de subsistência; nessa época, a agricultura era a base da economia. Podemos auferir que 1,8% eram vaqueiros, seguidos de 1,3% com desempenhos de carregador, 11,1% motoristas, 0,9% marítimo e 0,7% almocreve²²⁷. Essas ocupações eram em suma desenvolvidas no ramo do setor primário que era o mais tradicional da economia sergipana. As produções de cana-de-açúcar, laranja e coco, em seguida as produções ligadas à subsistência com feijão, mandioca e milho²²⁸.

²²⁶ Banco de Dados. Fichas dos sentenciados – APES/SP⁵, 1946-1954.

²²⁷ Indivíduo que tem por ofício conduzir bestas de cargas.

²²⁸ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro. **Textos:** para a história de Sergipe. São Cristóvão: Editora: UFS; Aracaju; IHGSE, 2013. p. 80.

Tabela 17 - Presos trabalhadores nos transporte

PROFISSÕES	N.º DE PRESOS	%
Ajudante	4	0,4
Ajudante de caminhão	2	0,2
Ajudante de comércio	1	0,1
Ajudante de motorista	1	0,1
Almocreve	7	0,7
Camboeiro	1	0,1
Canoeiro	1	0,1
Carroceiro	6	0,6
Carregador	14	1,3
Carreiro	5	0,5
Carreteiro	1	0,1
Cesteiro	1	0,1
Condutor	1	0,1
Ferroviário	1	0,1
Marinheiro	1	0,1
Marítimo	10	0,9
Motorista	12	1,1
Traçador de animais	2	0,2
Tropeiro	1	0,1
Vaqueiro	19	1,8
TOTAL	91	8,7

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

É importante notar, na Tabela 18, que os indivíduos estavam trabalhando no meio rural, desempenhando atividade de subsistência, como plantações e criação de animais. Os roceiros constituíam 22,2%; lavradores, 14,9%; os que desempenhavam atividades braçais, 10,1%, e agricultores, 0,9%. Se somarmos todas as qualificações, veremos que mais de 50% dos presos atuavam na mesma área. Como afirma a historiadora Janaína Mello, a moradia, o trabalho e a produção econômica continuava no mundo rural.²²⁹

²²⁹ MELLO, Janaína Cardoso de. Economia do consumo no preâmbulo da Segunda Guerra Mundial: os anúncios publicitários nos jornais sergipanos de 1939. **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**, n. 46, 2016. p. 240.

Tabela 18 - Presos trabalhadores nos serviços agrários

PROFISSÕES	N.º DE PRESOS	%
Motivação	Quantidade	%
Agricultor	10	0,9
Braçal	109	10,1
Camboeiro	1	0,1
Capuzeiro	1	0,1
Coqueiro	1	0,1
Feitor	1	0,1
Garimpeiro	9	0,8
Jardineiro	4	0,4
Lavrador	160	14,9
Roceiro	239	22,2
TOTAL	535	49,7

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

No Estado de Sergipe, o setor primário era o mais tradicional. Entre os produtos que exportava, a cana-de-açúcar, a laranja e o coco, estes últimos ocupam uma posição de destaque no quadro da produção regional²³⁰. Para além da predominância na agricultura de subsistência, em meados do século XX, Maria da Glória faz referências às pequenas fábricas de transformação de matérias primas vegetais, decorrentes da produção agrícola local, como cana-de-açúcar, algodão, gado, mamona, arroz, coco, fumo etc. Sinaliza ainda que esta realidade não difere da existente na segunda metade do século XIX; logo, Sergipe continuava agrícola e as atividades do setor secundário eram derivados da produção do campo. Precisamente na década de 30, o coco foi aproveitado industrialmente para a fabricação da farinha e do leite.²³¹

Nas primeiras décadas do século XX surgiu em Sergipe a primeira fábrica ou estufa de coco do Brasil, na Barra dos Coqueiros, precisamente em 1916. Essa fábrica tinha como objetivo a compra do coco produzido. O produto era reaproveitado, como exemplo vimos que

²³⁰ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. **Textos:** para a História de Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: IHGSE, 2013. p. 82.

²³¹ Ibidem, p. 113. O historiador Ibarê afirma que entre os demais produtos agrícolas, o arroz também apresentava contribuição significativa na receita do estado. Cultivado, sobretudo às margens do Rio São Francisco, provavelmente, grande proporção em sistema de parcelar. Além desses produtos agrícolas, outros podem ser citados como a mandioca, milho coco. Embora não se destinassem ao mercado externo, desempenhavam destacado papel na economia interna do Estado. Ver: DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe:** República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 99.

a fibra de cocos, que servia para o fabrico de cordas.²³² O coco reaproveitado era utilizado nas oficinas pelos presos da Penitenciária Modelo, como podemos observar no caso do detento Arlindo dos Santos, de 28 anos de idade, que na Penitenciária Modelo trabalhava nas oficinas frequentando-a com assiduidade e entre as atividades desenvolvidas auxiliava no preparo de cocos, por produção.²³³

Tabela 19 - Presos trabalhadores do Comércio

PROFISSÕES	N.º DE PRESOS	%
Barbeiro	5	0,5
Borracheiro	1	0,1
Cabelereiro	1	0,1
Carpinteiro	10	0,9
Comerciante	14	1,3
Comerciante Ambulante	1	0,1
Comerciário	23	2,1
Comércio	10	0,9
Mercador	1	0,1
Negociante	9	0,8
Padeiro	7	0,7
Serralheiro	1	0,1
Vendedor	2	0,2
TOTAL	85	7,9

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

As qualificações referentes à Tabela 19, comerciante, ambulante, comércio, comerciário, comércio, mercador, negociante e vendedor, referem-se a um único segmento, o das negociações. Depois das atividades ligadas à agricultura, o comércio é a que prevalece entre os indivíduos sentenciados. Nesse período, –[...] o êxito nas exportações, em especial o açúcar, tecidos, sal e arroz, não evitou a carestia que castigava a gama dos assalariados, os preços de produtos não eram baixos, conforme Tabela 20.²³⁴

²³² Memórias de Aracaju. Governo do Estado de Sergipe. Secretaria do estado e da Cultura FUNDESC, p.127.

²³³ Relatório e laudo psiquiátrico apresentado, respectivamente, pela Diretoria e Gabinete de Biologia Criminal do Reformatório Penal, para instruir o pedido de livramento condicional do sentenciado Arlindo Santos. Fundo de Segurança Pública – APES/SP⁵-210.

²³⁴ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989, p 417.

Tabela 20 - Preços dos alimentos

PRODUTOS	PREÇO	
	1935	1937
Bacalhau (quilo)	3\$500	3\$950
Charque (jabá) quilo	2\$400	3\$130
Ovos (dúzia)	1\$600	1\$630
Arroz (quilo)	1\$200	1\$300
Carne verde (quilo)	1\$200	1\$780
Açúcar (quilo)	1\$000	1\$190
Leite (litro)	\$900	\$980
Feijão (litro)	\$600	\$750

Fonte: O Estado de Sergipe em 1935. Departamento Estadual de Estatística. Imprensa Oficial, Aracaju, 1940²³⁵.

Ariosvaldo afirmava que –o assalariado geme e chora, recebe, na maioria dos municípios, 1\$000 por dia, trabalha o dia inteiro para comprar um quilo de bacalhau, quase um dia e meio para comprar um quilo de jabá, etc, etc²³⁶. Sem dúvidas, eram agravadas as condições de vida –[...] dos operários que trabalhavam, habitualmente, 12 horas diárias²³⁷.

Ainda sobre os aspectos do contexto para época, o historiador Rafael Cerqueira sinaliza que, na Primeira República, as secas abalaram a produção açucareira no Estado de Sergipe, aumentando significativamente o número de retirantes que buscavam melhores condições de vida em Aracaju, engrossando o número de habitantes e aumentando a massa de pobres que não tinha o mesmo acesso à saúde que os abastados financeiramente²³⁸. Antônio Carlos Campos, sobre esse mesmo fato, aponta que na década de 1930, a cidade de Aracaju se expandiu em função das ferrovias e rodovias, fato que contribuiu decisivamente para o fortalecimento da cidade como capital regional de uma ampla extensão que ultrapassa as fronteiras estaduais²³⁹.

As ocupações desempenhadas pelos presos que deram entrada na –Grandell, como observamos na Tabela 21, são diversas, apresentando maior ênfase para o desempenho de atividades informais, como os serviços de pesca, que equivalem a 24%, seguidos das

²³⁵ Ibidem, p. 417.

²³⁶ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

²³⁷ Ibidem, p. 79.

²³⁸ CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. **Nos domínios de Hades: a representação da social da morte em Aracaju/SE durante a primeira república**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFAL, 2014, p. 19.

²³⁹ CAMPOS, Antônio Carlos. O Estado e o urbano: os programas de construção de conjuntos habitacionais em Aracaju. **Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 34, 2005. Edição comemorativa do sesquicentenário de Aracaju. p. 208.

atividades de sapateiros que eram desenvolvidas na zona urbana (21%), e o de magarefe, que era o trabalho com o abate e corte de carnes bovinas, perfazendo o total de 16% de fazeres da comunidade prisional. Com menos impacto estão as atividades que não têm muita saída no mercado sergipano, como é o caso da dos serralheiros (1%) e dos tipógrafos (1%). As ocupações ligadas à subsistência eram as que prodoninavam. O segmento da perspectiva econômica da qualidade de vida dos mais carentes não melhorava; segundo levantamento do Departamento Estadual de Estatística, o salário médio mensal do operário têxtil é de 76\$721 e o da construção civil, 159\$034, sendo que, em média, por dia, já em 1936, o trabalhador de enxada ganha 3\$, o pedreiro 7\$3 e o menor, 1\$.²⁴⁰ Observamos na Tabela 22 que a atividade de pedreiro tinha maior expressividade na época, totalizando 3,4% da ocupação dos presos, esse dado é importante pois nesta época o administração da Penitenciária Modelo, em parceria com o Departamento de Obras, coloca os detentos para os serviços de obras estaduais. Os ganhos com a construção civil estavam em alta na época.

Tabela 21 - Presos que atuam em serviços diversos

PROFISSÕES	N.º DE PRESOS	%
Alfaiate	1	0,1
Almocreve	7	0,7
Costurador	1	0,1
Coveiro	2	0,2
Cozinheira	2	0,2
Doméstica	17	1,6
Embalador	1	0,1
Encarregador	2	0,2
Engraxate	4	0,4
Ferrador	1	0,1
Ferreiro	5	0,5
Fundidor	2	0,2
Machante	1	0,1
Magarefe	16	1,5
Maleiro	1	0,1
Marceneiro	11	1,0
Mecânico	10	0,9
Oleiro	12	1,1
Pescador	26	2,4
Polidor	1	0,1
Sapateiro	21	2,0
Serralheiro	1	0,1
Tipógrafo	1	0,1
TOTAL	146	13,8

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

²⁴⁰ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 264.

Tabela 22 - Presos trabalhadores na Construção Civil

PROFISSÕES	N.º DE PRESOS	%
Eletricista	7	0,7
Encanador	2	0,2
Ladrileiro	1	0,1
Pedreiro	37	3,4
Pintor	11	1,0
TOTAL	58	5,4

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

Evidencie-se ainda que –o salário do pedreiro era de 6\$000, do operário têxtil 3\$000 e do trabalhador da enxada, 2\$500 (dois mil e quinhentos reais) por dia. Assim, um dia de serviço do trabalhador de enxada dá para comprar um quilo de charque (jabá)²⁴¹. Os trabalhadores sofreram os estigmas da carestia e da exploração dos patrões constantemente. Este fato foi registrado pelo Memorialista Murillo Melins:

O homem fraco acordou-se cedo para o barulho
 Infernal das máquinas,
 Enquanto os ricos dormiam sobre leitos perfumados,
 O homem da fábrica seguia para o trabalho sob o céu de estrelas,
 Tendo no cérebro um turbilhão de pensamentos vagos –
 A Rússia glacial, revolução, Lenine!
 Reivindicações proletárias, tudo enfim!...
 O homem que se acordou cedo fez um ar de riso nos cantos dos lábios
 E escarrou e tossiu, tossiu e escarrou
 Que, afinal deixou cair na calçada do burguês
 Um pedaço de pulmão²⁴².

Importante trazer à tona que as fábricas foram palcos de diversos conflitos entre operários, o que transparece da documentação analisada nesta tese, como veremos mais a frente. O número de presos operários era de 4,4%, conforme Tabela 23. Neste cenário, o Estado de Sergipe no censo de 1900 apresentou 3.900 operários, para uma população total de 356.264 habitantes²⁴³. O censo do ano de 1920 mostra que, das 102.929 pessoas, 100.690

²⁴¹ Ibidem, p. 418.

²⁴² MELINS, Murillo. **Aracaju**: pitoresco e lendário. Aracaju: EGBA, 2015. p. 444

²⁴³ OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasses do Federalismo Brasileiro**: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2014. p. 52.

estão integradas nas atividades da agricultura e 2.239 em atividades voltadas à criação de animais²⁴⁴.

Tabela 23 - Presos trabalhadores na Indústria

PROFISSÕES	N.º DE PRESOS	%
Tecelão	1	0,1
Operário	47	4,4
TOTAL	48	4,5

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

O recenseamento do ano de 1940 ilustra que 21.845 indivíduos da população do Estado de Sergipe eram integrados nas atividades voltadas à indústria de transformação; deste número, 14.104 são homens e 7.741 são mulheres, com idades que variam de 10 a 29 anos²⁴⁵.

O comércio era diversificado, com destaque maior para atividades relacionadas à indústria. Em seguida, vêm as atividades como as de pedreiro, pescador, sapateiro, doméstica e magarefe²⁴⁶. O historiador Ibarê Dantas mostra a partir dos censos do IBGE que o estado era predominantemente rural, com atividades produtivas direcionadas ao comércio externo (nacional e internacional) e ênfase na produção do açúcar. O autor trata ainda de outros aspectos importantes, como ora se vê:

É possível observar então, no setor rural da Primeira República, duas tendências. Enquanto, de um lado, havia índice de modernização dos meios de produção para a transformação da cana, no que se refere ao cultivo de outros produtos, sobretudo de subsistência, permaneciam relações de produção com traços pré-capitalistas. É certo que o algodão era visto por um duplo aspecto. De um lado, plantado e colhido, em grande parte, sob a forma de parceria, mas sua transformação geralmente se enquadrava no sistema capitalista, representando, sobretudo, pelas fábricas de tecidos que se disseminavam pelo Estado. Enquanto, em 1900, existia uma fábrica, em 1910 já seriam cinco, e em 1919 passariam para oito. Em janeiro de 1930, esse total de fábricas alcançaria 11, distribuídas através de sete municípios, onde trabalhava um operariado relativamente numeroso em relação às demais indústrias. [...] É certo que daqueles 237 estabelecimentos industriais, os de maior porte eram justamente as fábricas de tecidos, que geralmente possuíam mais de 100 operários cada²⁴⁷.

O citado autor adianta também que a classe dominante abrangia diversos segmentos, tais como: proprietários rurais, envolvendo grandes agricultores e pecuaristas, além daqueles

²⁴⁴ O censo de 1920 fornece informações do número de pessoas que exercem profissões agrícolas e pastoris no ano de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920. Volume III (3ª parte).

²⁴⁵ Recenseamento Geral de 1940. População de fato, por sexo e grupos de idade segundo as principais características individuais. p. 73.

²⁴⁶ Indivíduo que trabalha nos matadouros e açougues.

²⁴⁷ DANTAS, José Ibarê Costa. **Imprensa operária em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2016. p. 18-19.

comprometidos com a agroindústria canavieira. Não ficaram de fora desta qualificação os serviços públicos, que constituíam uma pequena porcentagem da população carcerária. Verifica-se, na Tabela 24, que 0,9% era a representatividade de funcionários públicos, como foi o caso de José Pereira de Almeida, natural de Sergipe, alcunhado de -Zecall, com 34 anos, de -cor morena, cabelos castanhos, casado, funcionário público de instrução nula, autor do crime de peculato, conforme consta na ficha do detento²⁴⁸.

Tabela 24 - Profissionais liberais e servidores públicos

PROFISSÕES	N.º DE PRESOS	%
Bancário	2	0,2
Escriturário	3	0,3
Ex-soldado de polícia	1	0,1
Funcionário Público	10	0,9
Funcionário Público Federal	1	0,1
Militar	4	0,4
Sargento	1	0,1
TOTAL	22	2,1

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

A partir da análise das fichas dos sentenciados, verificamos descrições equivocadas em relação às profissões de alguns detentos, tais como: -indigente, -malandragem, -vadiagem, constituíam de fato uma classificação “olhos de cima abaixo”.²⁴⁹

Tabela 25 - Outros tipos de profissão

PROFISSÕES	N.º DE PRESOS	%
Emissora de Rádio	1	0,1
Não Tem	4	0,4
Curandeiro	2	0,2
Meretriz	2	0,2
Músico	1	0,1
Garimpeiro	9	0,8
Não Informado	39	3,6
Vadiagem	12	1,1
TOTAL	70	6,5

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

²⁴⁸ Banco de Dados. Ficha de sentenciados, 1946-1955 – APES/SP⁵.

²⁴⁹ Foi assim descrita a classificação dos presos da -Grandel pelo Secretário Apolinário Lisboa nas páginas do romance *Vidas perdidas*. Ver: CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933.

2.2 —Vários Tons de Cor

Na nossa contemporaneidade o encarceramento de pessoas negras ainda constitui o maior índice registrados nos mapas do levantamento de Informações Penitenciária Nacional - INFOPEN e muitos destes sofrem pelos estigmas atribuídos a sua cor e por representar as desigualdades sociais entre a população carcerária. Destacamos que, da distribuição da população referente à raça e cor, por unidade da federação, o Estado de Sergipe, possui uma porcentagem de 65,62% de negros, pretos e pardos e 34,05% de brancos para o século XXI e, para o século XX, somam 66,11%, (moreno, pardo e preto); passou-se um século e é oportuno dizer que continuamos a seguir as mesmas questões em relação aos estigmas do preconceito e da propagação do racismo²⁵⁰.

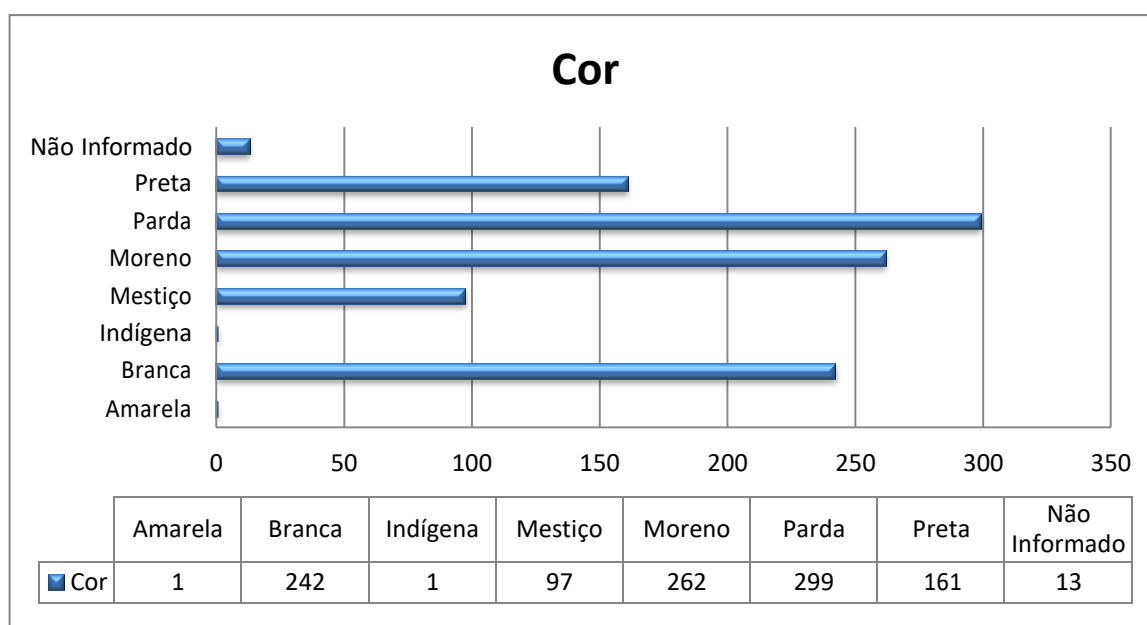


Gráfico 1 - Cor da pele dos sentenciados

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

²⁵⁰ INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Relatório descritivo e analítico produzido através do Termo de Parceria nº 8167/2015, firmado entre o Departamento Penitenciário Nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dez. 2014. p. 37. Continuamos essa discussão sobre as -cores| no Capítulo IV desta tese.

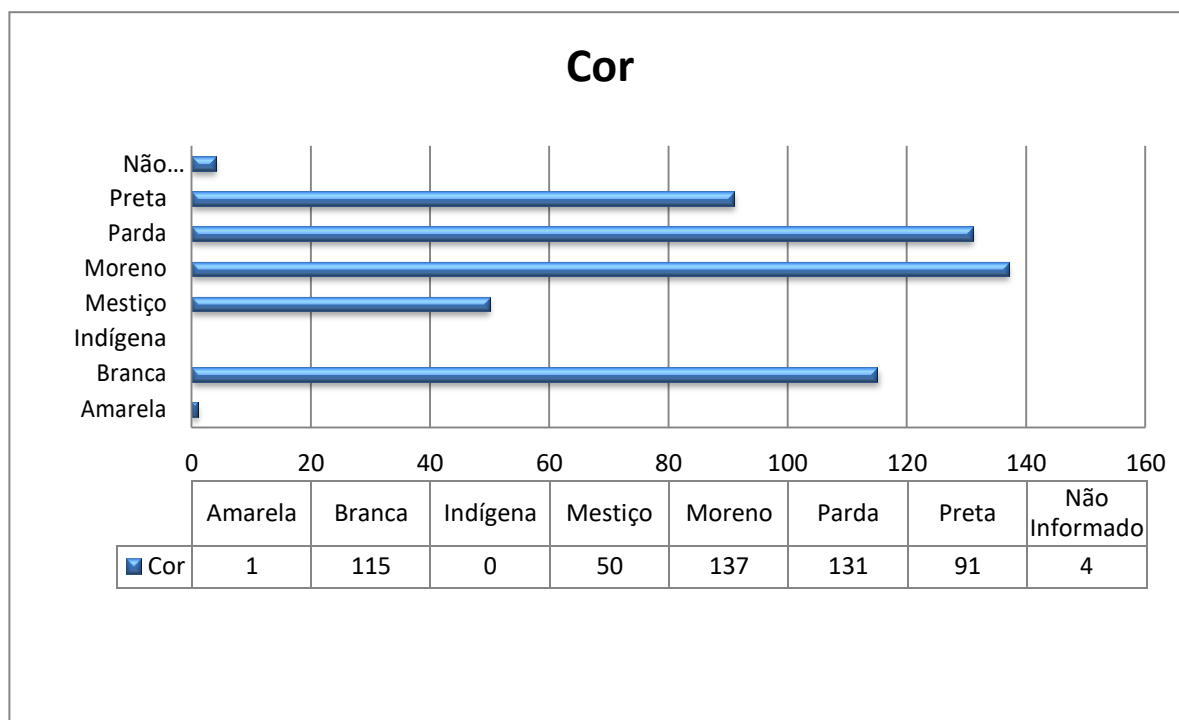


Gráfico 2 - Relação homicídio x cor da pele

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

No tratamento do *corpus* documental, verificou-se um elevado número de homens de -corll preta (Gráfico 1) que se somados aos pardos e morenos totalizaram 722 indivíduos de um universo de 1076. Deste universo, 529 cometeram as transgressões homicidas e, se somarmos os pardos, pretos e morenos, somam-se 359 delitos (Gráfico 2). Logo percebemos que na análise das fontes da -Grandell as -coresll dos indivíduos em sua grande maioria não foram ocultadas das fichas dos sentenciados, mas apareceu esta lacuna nos obituários que fez parte do cruzamento dos dados.²⁵¹

A ausência da referência da filiação dos presos de -cor preta|| foi retratada com traços em branco e muitas vezes os preenchimentos apareciam com descrições incompletas. De igual modo, a historiadora Hebe Matos constatou que a ausência de sobrenomes é indicadora -de uma passada experiência escraval||²⁵².

²⁵¹ O dados referentes à -corll dos presos devem ser mensurados como direcionadores de uma diversidade de questões. Como exemplos, temos a existência do racismo exposto através da incidência de castigos aplicados pelas autoridades policiais às pessoas de cor e, ainda, os insultos atribuídos aos presos no cotidiano da -Grandell. Este fato foi trabalhado pelo historiador Boris Fausto nos estudos sobre a criminalidade em São Paulo, constatou que a -corll em regra não constava das folhas de qualificação dos indiciados com indicações impressas, o qualificativo -negro||, -pardo|| as vezes era introduzido, em letras nítidas nas margens das páginas. Ver: BORIS, Fausto. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 67.

²⁵² A autora trata ainda sobre a noção de -corll, adiantando que se -buscava definir lugares sociais, como o -preto|| e o -negro||, quando usados para pessoa livre, assinalando alguém socialmente próximo ao cativo e,

A descrição do oficial do registro civil era escassa e incompleta quando se referia aos presos de –cor||; como exemplos, temos os óbitos de Cantionila Pereira da Silva, do sexo –feminino||, cor “PRETA”, com –42 anos|| de idade, solteira e de *pais ignorados*. O obituário foi atestado pelo Dr. Carlos Menezes, acometida por uma uremia e enterrada no Cemitério da Cruz Vermelha; o de –Maria de Tal||, com –25 anos de idade||, de –pais ignorados||, enterrada também no Cemitério da Cruz Vermelha e acometida de uremia. Chama nossa atenção que na descrição das cores, os escrivães aumentaram o tamanho da letra, dando ênfase à cor do preso. Os formulários de óbito dos detentos de cor branca eram preenchidos respeitando todos os dados que apareciam na folha de registro civil dos obituários²⁵³.

O registro de óbito era algo preocupante, pois o governo categorizava as pessoas de cor preta e atribuía uma carga de preconceito sobre elas. Destas histórias, citamos o fato que ocorreu com dois trabalhadores da Fazenda Cantagalo, no dia 9 de maio do ano de 1946, no município de Divina Pastora. Adelson dos Santos, depois de ligeira altercação com José Tenório, de cor –preta||, descarregou pelas costas, um tiro de espingarda e em seguida fez vários ferimentos com um facão. O fato se deu porque Tenório –[...] teria pegado o serviço de limpa na terra que era de Adelson, e este reclamou, chamando-o de –negro velho||. Tenório sentiu-se ofendido e no ato discutiu com Adelson, levando-o ao crime. É notório nas análises das fontes que as experiências cotidianas dos negros nesse espaço ficaram às margens e foram-lhes negados os direitos comuns para traçar uma vida livre da carga de –insultos||.²⁵⁴

Ainda observando a documentação, podemos destacar nas alcunhas dos detentos atribuídos em virtude da cor de sua pele, conforme Quadro 2. Se olharmos para o peso que possui cada alcunha, percebemos que sua diversidade está relacionada a estigmas do preconceito. O –Bombom|| era o operário Manoel Bomfim da Silva, que deu entrada na Grande pelo crime de –roubo|| e tinha a –cor morena||. O –Negro Cão|| era o detento José Francisco dos Santos, com –26 anos||, –preso por haver furtado|| e por ser de cor –preta||²⁵⁵. Como vimos, as fontes que denotam –racismo|| não silenciaram nos arquivos da –Grandell; as alcunhas do quadro abaixo mostram como os sentenciados eram estereotipados.

pardo indicando alguém distanciado dessa condição. Ver: MATOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Campinas: Unicamp, 2013. p. 21-300.

²⁵³A historiografia traz estudos que abordam o –racismo|| discutido a partir das fontes judiciais. Ver: BORIS, Fausto. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: EDUSP, 2001. FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês**: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto**: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

²⁵⁴ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe, sobre o sentenciado Adelson dos Santos, 1946 – APES/SP⁵-181.

²⁵⁵ Prontuário – APES/SP⁵-278.

Quadro 1 - Cor/Alcunha

NOME	COR	ALCUNHA
Manuel Luiz de Jesus	Parda	Corico Negro
Adolfo dos Santos	Preta	Nôda
Orlando Martins	Parda	Morcêgo
José Francisco dos Santos	Preta	Negro cão
José Eufrásio dos Santos	Parda	Caçulo Preto
José Bispo dos Santos	Parda	José Pretinho
Manoel Bonfim da Silva	Moreno	Bonbom
Aurelino Rodrigues Santos	Preto	Neguinho
Edvaldo Silva	Preta	Dida do negão

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

Diante do exposto, e tomando como base as fichas dos detentos localizadas no Arquivo Público do Estado de Sergipe, constatamos que a maior parcela da população carcerária da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe é composta de homens pobres de instrução nula, que desempenhavam atividades ligadas à subsistência, condenados por homicídios e de cor negra. De acordo com a análise das fichas dos sentenciados com entrada registrada no período de 1930 a 1955, não há mudanças no perfil de presos para o Estado de Sergipe.

2.3 As –Gírias||, –Alcunhas|| e –Marcas||

A historiadora Michelle Perrot, observou que “[...] para manter a comunicação a qualquer preço, os prisioneiros inventaram expedientes: uma gíria dissimuladora²⁵⁶. Estas atuações foram notadas nos pavilhões da –Grandell, levando-nos a desvendar os mistérios da linguagem do mundo carcerário, sempre dotado de códigos e ressignificações, pois “[...] dos cubículos, vinham vozes abafadas, reclamações, gemidos! era uma linguagem que causava espanto e estranheza, sem dúvida, –uma gíria variadíssima, complicada de vários dialetos²⁵⁷.

- Tomaram a bicuda do arrombado.
- Outro acrescentou, do cubículo ao lado:
- Ora, ontem mesmo me tiraram as peles, fiquei sem aço:

²⁵⁶ Ver: PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 256.

²⁵⁷ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 7.

Ao que um terceiro noticiou:

- Você sabe, Bola Preta, o fragado do Aribé bateu pala depois da bascuda.²⁵⁸

Inusitada era a linguagem! Só a comunidade prisional compreendia, como exemplo gritava-se em alto tom: -Tomaram a bicuda do arrombadol, referia-se a tomar a faca de ponta de uma pessoa maltrapilha, de um vagabundo sem eira e nem beira; -tirar as peles e -fiquei sem açoll, expressões usadas quando queriam retirar o dinheiro de alguém; -fragadol seria uma pessoa presa em flagrante; -bateu palall, por ter conseguido escapar; e -bascudall referia-se às pancadas recebidas desferidas nos presos pelos guardas. Para todos os acontecimentos cotidianos os presos criavam expressões de linguagem, que não eram reconhecidas nem pelos guardas. O termo que mais circulava nos cubículos era -rançoll, que os internos diziam quando sentiam fome, -os presos sentiam fome, havia ranço na sua linguagem de subsolo social²⁵⁹.

Sobre os cargos administrativos, o Quadro 2 mostra como eram tratados os denominados -calças-curtas, como chamavam os comissários de polícia. A hora mais esperada era quando recebiam notícias do -alívio, referindo-se ao advogado que acompanhava o processo. Neste sentido, o sociólogo Erving Goffman afirmou que nas instituições cria-se uma -gíria institucional, através do qual os internados descrevem os acontecimentos decisivos em seu mundo específico. Adquirem conhecimentos dos vários postos e funcionários, um conjunto de lendas sobre o estabelecimento²⁶⁰.

Mas o que é inusitado de fato é a ocorrência na variação da linguagem relacionada ao uso do -baseadol - cigarro de maconha; -cartucho - cigarro grande, comprido de maconha; -chifradall - embriagada pela maconha, entorpecida; -fininho - cigarro fino de maconha. Os presos eram enquadrados regularmente pelo uso dos entorpecentes. A maconha era a que se destacava entre os [...] entorpecentes do presídio, era um contrabando semi-oficializado²⁶¹. As fontes consultadas apontaram questões relacionadas à entrada da maconha na -Grandell, na década de 30, como mostra o Romance Vidas perdidas, conforme Quadro 2, sobre o vocabulário utilizado pelos presos. Já nas fontes oficiais como prontuários, cartas de livramento condicional e Livros de Parte Diária, aparece o preso sendo castigado por consumir este entorpecente nas décadas de 40 e 50.²⁶²

²⁵⁸ Ibidem, p. 10.

²⁵⁹ Ibidem, p. 35.

²⁶⁰ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 53.

²⁶¹ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 41.

²⁶² É importante salientar que o autor do Romance Vidas Perdidas Carvalho Neto foi diretor da Penitenciária Modelo e esteve a todo tempo inserido nas discussões penitenciárias do Estado. Em relação a existência da

Quadro 2 - Vocabulário da Penitenciária Modelo

VOCABULÁRIO	
Gírias	Significado
Afanar	Furtar, roubar
Arrombado	Maltrapilho, sem dinheiro
Alívio	Advogado. Carrega-se a tônica do i no final
Bagúio	Carne seca
Bancar o cadeado	Não confessar, guardar sigilo
Bascuda	Pancada, entrar na bascuda – apanhar
Baseado	Cigarro de maconha
Besouro chato	escrivão de polícia
Bicha	Cachaça
Bonitinho	Delegado de polícia
Cartucho	Cigarro grande, comprido de maconha
Chifrada	Embriagada pela maconha, entorpecida
Fazer a caridade	Matar, assassinar
Fininho	Cigarro, fino de maconha
Grande	A Penitenciária em oposição as cadeias pequenas
Loiota	Farinha
Marvada	Cachaça
Morcegos	Guarda – noturno
Morrões	Cigarros grossos de maconha
Queimar o cheio	Fumar a maconha
Ranço	Fome
Segundo distrito	Casa da rapariga, da amante
Trabalhar	Furtar, roubar
Calça-curta	Comissário de Polícia

Fonte: CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 239-244.²⁶³

Ainda sobre no nível da linguagem, da leitura das fichas podemos extrair detalhes importantes sobre a atribuição das alcunhas. Alguns detentos traziam como apelidos, a referência ao nome do pai. Foi o caso de Antônio Esteves, alcunha -Antônio de Aginoll e outros apelidos que infamavam a imagem, tais como -capadorll, -dente de ursoll, -morcego, -lerdãoll, entre outros²⁶⁴, como apresentado abaixo no Quadro 3 das alcunhas atribuídas aos indivíduos na -Grandell.

circulação da maconha na -Grandell, sabemos que o romance é uma ficção porém é um indício de que a entrada da maconha tenha ocorrido já na década de 30, o que diverge das fontes oficiais da Penitenciária Modelo, aparecendo apenas em 1940 e 1950. Salientamos que alguns documentos das primeiras décadas de 1930 como Livros de Parte Diárias que apresentam o cotidiano da comunidade prisional não constam nos Arquivos, podendo terem sido extraviados e/ou perdidos. É comum encontrar relatos como estes nos documentos do movimento diário da Penitenciária Modelo.

²⁶³ Seleção do vocabulários mais utilizado, consultar notas nos anexos.

²⁶⁴ Livro de Fichas de Identificação, 1946-1955 – APES/SP⁵-115. Nos trabalhos de Dirceu Ferreira sobre os presídios de Ilha Grande no Estado de São Paulo, faz-se um estudo sobre os jargões de exclusão dos indivíduos ali sentenciados: -desajustados sociaisll, -indivíduos transviadosll, -presos de inqualificáveis desajustamentosll, na visão do secretário, a maioria dos presos é formada por batedores de carteira e vigaristas. Ver: FERREIRA, Dirceu Franco. **Rebelião e reforma em São Paulo: aspectos socioeconômicos e desdobramentos políticos** da

Ainda sobre essa linguagem prisional, a historiadora Sandra Pesavento menciona que —o vocabulário dos presos remete-nos diretamente ao mundo cotidiano da prisão, onde somos levados a visualizar seu lazer, suas práticas, seus delitos, suas estratégias, jogo e bebida são centrais, gerando toda uma sorte de palavras para atores, práticas, objetos e situações. ²⁶⁵

Quadro 3 - Alcunhas

ALCUNHAS	
Antônio de Agino	Carneiro
Corno	Nezinho
Capinha	Maneca
Chiquinho	Morcego
Corde de roda	Carangueijo
Quebra queixo	Alagoas
Grossinho	Lerdão
Limbo	Pururuca
Maxinho	Coquita
Olhinho	Curicas
Roceiro	Fogoso
Samba	Sete Cravos
Teteu	Barrelo
Toutinho	Cherise
Zequinha	Dida
Bebe água	Mão de Lola
Caborge	Mascarado
Caga no Pau	Mata Onça
Olho de Ferro	Morcego
Pedrinho Xangozeiro	Paturê
Cravinho	Perigoso
Galo Cego	Zé Rola
Leproso	Sete Cravo
Malha de Ferro	Tranca Rua
Maneca	Vida Torta

Fonte: Ficha de identificação dos sentenciados, 1946-1954 – APES/SP⁵.

Inusitadas eram as alcunhas, -Fogoso, -Morcego e -Dente de Ursol, extraídas da documentação, vimos também o -Capador João Batista dos Santos, 38 anos de idade, do sexo masculino, casado e marceneiro de cor parda, que entrou na Penitenciária por ter cometido o crime de latrocínio. Temos também Adonias Ferreira da Silva, natural de Sergipe, de cor -preto, alcunhado de -Tranca Rua, com 25 anos, masculino, casado, trabalhador

primeira fuga em massa de um presídio brasileiro/Ilha de Anchieta, 1952. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2016. p. 84.

²⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatay. **Visões do cárcere**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2009. p. 91.

braçal, com instrução rudimentar e passagem na penitenciária devido a furto. Já Cícero Martins dos Santos, alcunhado de -mascaradoll, de 19 anos, solteiro, de cor -pardall, pedreiro, cometeu crime de furto. É possível notar que as alcunhas atribuídas ou adotadas pelos detentos diziam muito de sua história pessoal e de sua vida cotidiana. O trabalho de Paulo Fontes ao expor que os apelidos, em muitos dos casos, ofendiam, provocavam brigas e desentendimentos, mas na maioria das vezes era um código de aproximação e formação de relacionamentos.²⁶⁶ Como exemplo, tivemos a história de Joventina Maria da Conceição, a qual ofende Balbina Luiza, afirmando que esta -era alagoana e não era papa-piada²⁶⁷. Era predominante também as alcunhas em que a religiosidade seria como aspectos de -gozaçãoll a exemplo das alcunhas -Pedrinho Xangozeiroll e -Tranca Ruall.

No Livro de Registros dos presos da Penitenciária Modelo de Aracaju, era comum encontrar anotações de marcas (sinais particulares). Assim, observamos os detentos José Jacinto de Barros, -pretoll, com 25 anos, casado, agricultor, morador da cidade de Propriá, que tatuou no lado esquerdo do braço as iniciais -A Ill. Já o operário José da Costa, moreno e detido por ter furtado, é identificado com marcas do lado direito do braço -A J Cl e no esquerdo -F. C .F. e I.J.Cl. De igual modo, o mestiço Moisés Celestino dos Santos, alagoano, -pescadorll e preso por furto, foi identificado no braço direito com várias tatuagens, entre elas o nome -Norméiall e no lado esquerdo -Alagoasll. As tatuagens apresentadas suscitam curiosidades, com as iniciais, entretanto, não foi possível compreender suas relações, embora as de Moisés Celestino tenham a ver com suas relações afetivas, familiares e de origem. De modo geral, as tatuagens apresentam o indivíduo com estigmas degenerativos à luz lombrosiana²⁶⁸.

É possível observar na Figura 16 mostra as marcas tatuadas na pele de Manoel Antônio Miguel, sergipano, preso com 67 anos de idade, solteiro, lavrador e mestiço. Tatuou no braço direito, o nome Maria e, no braço esquerdo, a imagem de uma estrela e a inscrições -8 ACll e outros símbolos ilegíveis, já na face dorsal da mão o símbolo de Salomão e, no antebraço, as iniciais -M.A.M B.Jll e a imagem de uma cruz rodeada de 8 pontos. Há uma variação de significados, como observamos na figura. Já a Figura 17 mostra as marcas do

²⁶⁶ FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 124-125.

²⁶⁷ Carta de Livramento Condicional - APES/SP⁵.

²⁶⁸ Cesare Lombroso, em seu clássico estudo sobre o homem delinquente, traz uma abordagem a partir do estudo das tatuagens, cuja caracterização é mais psicológica que anatômica. Ao analisar os símbolos nos indivíduos, verificaram-se alusões ao amor, religião, guerra e profissão. Essas tatuagens diziam muito do cotidiano dos indivíduos. Ver: LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Tradução e Seleção: Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.

detento João Soares da Silva, que teria tatuado no antebraço direito as letras: -ACS e no esquerdo uma cruz. Fatos relacionados à religiosidade e possivelmente alguém querido do seu laço familiar.

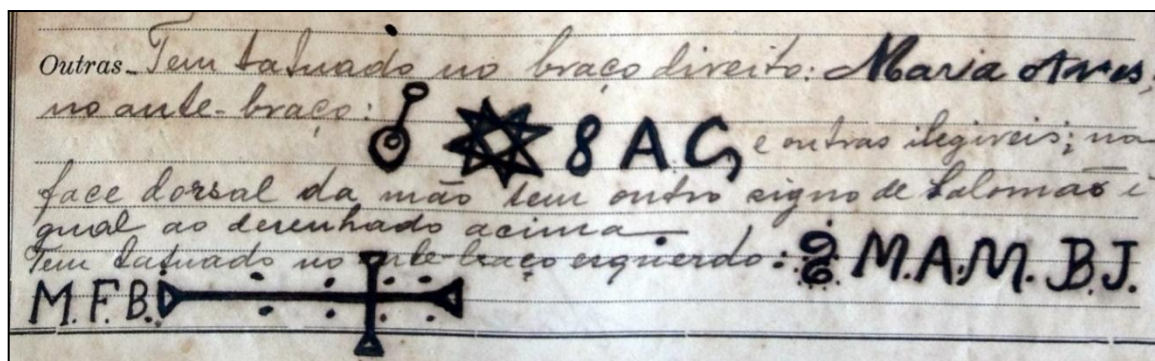


Figura 16 - Marcas de Manoel Antônio Miguel

Fonte: Prontuário – APES/SP⁵-270.

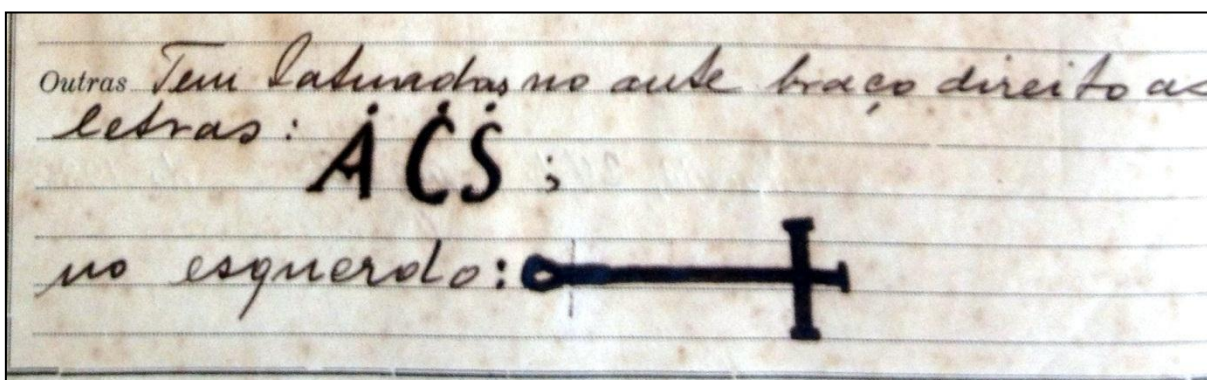


Figura 17 - Marcas de João Soares da Silva

Fonte: Prontuário – APES/SP⁵-270.

Nos estudos sobre a Penitenciária do Estado de São Paulo notou-se que as tatuagens mais comuns eram de pontos localizados no dorso da mão, identificando pertença a um grupo ou a tipo de delitos em específico. Para além dos pontos, eram comuns abreviaturas de nomes, emblemas, cruzes, num universo bastante restrito e limitado, como vimos no mapa de tatuagens da Figura 18²⁶⁹.

²⁶⁹ OLIVEIRA, Rodrigo Toffoli de. *Corpos tatuados: preliminares a uma abordagem semiótica. Estudos Semióticos*, São Paulo, n. 1, 2005, p. 4. O autor utilizou um banco de dados com análise do acervo fotográfico de tatuagens do Museu Penitenciário Paulista, onde foram registrados de 1800 fotos de tatuagens nos corpos dos presos, no período de 1920 a 1940. As imagens foram reunidas em 28 volumes pelo psiquiatra José de Moraes Melo. É importante frisar que nesta época este presídio era tido também como Modelo e possuía uma — gama de indivíduos multifacetados!.

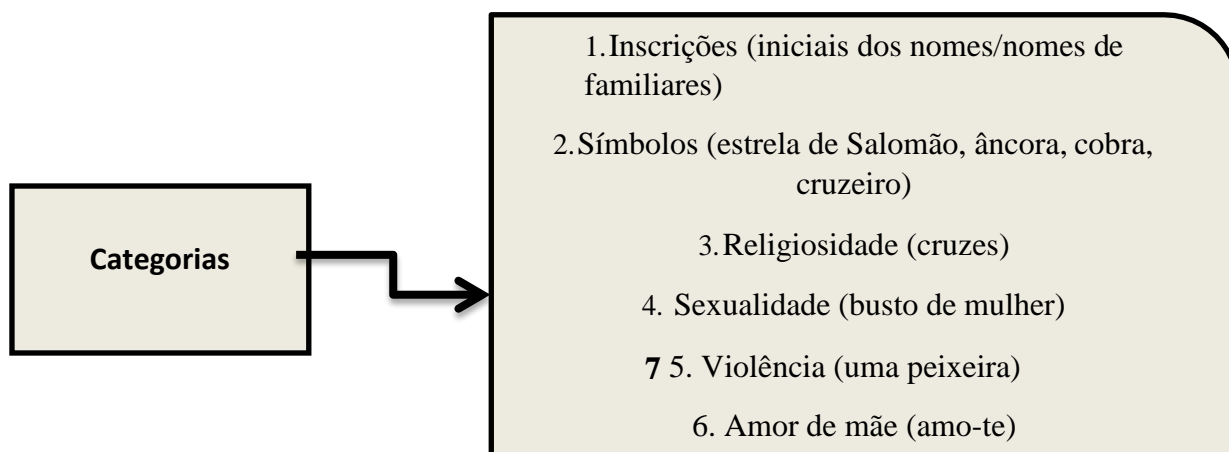


Figura 18 - Mapa das tatuagens elaboradas pelos detentos

Fonte: Prontuários – APES/SP⁵.

Um bom exemplo das categorias que envolvem as inscrições e a simbologia é o caso de João Batista de Menezes, natural de Estância, de 43 anos, solteiro, carpinteiro, condenado pelo crime de furto, de cor morena, tatuou –um busto de uma mulher no peito esquerdo e outra no peito direito, as palavras Iraci Santa Maria, dois cruzeiros e a palavra Jesus²⁷⁰. Ao que se refere à categoria violência, vimos que foi representada, no caso do detento registrado sobre o número 482, Valdemar Francisco Teixeira, alagoano, de 38 anos, casado, marceneiro, de cor parda, que tatuou uma cobra cujo desenho se alongava por todo o braço direito; cinco pontos e um –Jl; no braço esquerdo –uma cobra, uma peixeira²⁷¹, a palavra –Hildal e um cruzeiro nas costas.²⁷¹ Já o amor materno aparece esboçado por Valter José dos Santos, pernambucano, casado, comerciário, praticante do crime de furto e de cor branca. Ele tatuou no braço direito as palavras –amor de mãe e um cruzeiro no antebraço²⁷². No braço esquerdo, a –figura de uma mulher; no antebraço, a declaração Amo-te²⁷².

Segundo cartilha de orientação policial, a descrição –Amor de mãe ou amor só de mãe, acompanhado de um nome feminino trata-se de uma homenagem e/ou pedido de

²⁷⁰ Ficha de sentenciados, registro nº 349 – APES/SP⁵-118.

²⁷¹ Ficha de sentenciados, registro nº 482 – APES/SP⁵-119.

²⁷² Ficha de sentenciados, registro nº 576 – APES/SP⁵-120.

desculpa à mãe, e razão de ter desapontado²⁷³. Carlos Aguirre notificou que os presos forjavam suas próprias –subculturas carcerárias²⁷⁴. Dessa forma, era comum o uso de gírias e tatuagens com o intuito de estabelecerem condutas associadas à homossexualidade, ao desenvolvimento da masculinidade conectadas às condutas criminosas e ao emprego exagerado da violência para marcar diferenças. Tudo isso eram práticas culturais que se desenvolviam no interior da prisão, embora tivessem origem no mundo exterior.

2.4 —Meu Desejo é Matar Outrol: os Homicidas

Aracaju nesta época vivia um processo de –embelezamento da cidadell: os logradouros públicos multiplicavam-se belos e imponentes –²⁷⁵. Surgiram também novos bairros que foram acompanhando seu crescimento, como o Bairro América, e os proletários, a exemplo do Industrial e do Aribé, constituído de uma gama de proletários e de pequenos proprietários. Por outro lado, havia os frequentadores do cafés e bares de requinte, como era o famoso –Ponto Chicll, da rua João Pessoa, e O Bar Brahma, famoso pelo comércio das –decaídasll e tantos outro botecos que alegravam as noites aracajuanas²⁷⁶.

Nem sempre esse clima era tranquilo: condutas vistas como desviantes pela sociedade eram logo denunciadas e publicadas na imprensa sergipana. Dessa vez, ocorreu em –uma linda noite de São João, no famoso Batuque de seu Salvadorll, assim citado pelo periódico: –Não é possível que em pleno centro de residências de famílias a polícia consinta, até altas horas na noite, zabumbas e batuques ensaiando para o São João sem pararll. A população solicitava providências em nome da tranquilidade das inúmeras famílias e, ainda, estava registrado na nota: –*Se seu Salvador quiser batucar, vá batucar na Rua Vitória, no Bonfim*”.²⁷⁷ Foi no embalo, dos batuques, da diversão e das elevadas horas de trabalho que ocorreram os conflitos e tensões que originaram o elevado número de homicídios praticados pelos presos da –Grandell.

²⁷³ SILVA, Alden José Lázaro da. **Tatuagem desvendando segredos**. Cartilha de Orientação Policial. Salvador: Magic Gráfica, 2011. p. 34.

²⁷⁴ AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1. p. 63.

²⁷⁵ JORNAL FOLHA DA MANHÃ, 25 jan. 1939. p. 1.

²⁷⁶ –Mancha negra no coração de Sergipe, cabaré de 5ª classe, ressoam gritos de mulheres portadoras de prazeres fáceisl — assim é adjetivado na imprensa sergipana o Bar Brahma, em 13 de maio de 1938. O NORDESTE, Aracaju, 13 maio 1938. p. 4.

²⁷⁷ JORNAL FOLHA DA MANHÃ, 10 jun. 1939. p. 1.

-Matar alguém é assim descrito o homicídio pelo Código Penal²⁷⁸, delito praticado por 49,2% da população carcerária. O que interessa aqui é investigar, através dos dados inventariados nesta tese, a relação expressa no quantitativo dos crimes de homicídio e quais suas possíveis causas. Estas indagações levam-nos a perceber na análise a ampla representatividade de homens envolvidos com o objetivo de resolverem seus -desafetos. Percebemos a presença do estigma da -valentia, e que, para se chegar às -vias de fato, tudo era resolvido com golpes de -faca, -peixeira ou -facão. As fontes aferidas demonstraram que os crimes de homicídio remontaram a um padrão cultural, materializados pelas rixas entre familiares, vizinhos e amigos, bem como no envolvimento em fatos amorosos²⁷⁹. Importante é salientar o que diz Durval Muniz sobre o nordeste brasileiro, -[...] uma sociedade onde a coragem, o destemor e a valentia pessoal ainda influenciaram no *status* dos indivíduos, no respeito que este teria do grupo, daí a necessidade permanente de provar a sua masculinidade, sua macheza, pela realização de atos ditos de coragem²⁸⁰, como demonstrado no Quadro 4:

Quadro 4 - Motivações/Instrumentos

HOMICÍDIOS	
Motivações	Instrumentos
Desentendimentos	faca de marinheiro
Brigas na aula	cacete e faca
Roubo de CR\$ 3.500,00	faca peixeira
Revolta e vingança	revólver Taurus 32.
Envolvimento com mulheres das -multidões	faca
Embriaguez	peixeira
Envolvimento com -decaídas	faca grossa
Ultrapassagem dos limites do sítio (plantações)	facão

Fonte: Relatório de Livramento Condicional e Prontuários de Sentenciados – APES/SP⁵.

Algo curioso chama atenção no Quadro 4: os crimes cometidos eram, em sua maioria, aqueles onde estavam em jogo as questões culturais e por isso eclodiam as ocorrências de conflitos pessoais, motivados por -revolta e vingança. Em relação aos instrumentos utilizados para o -acerto de contas, os de menor poder aquisitivo utilizavam desde -cacetes

²⁷⁸ Ver: BRASIL. Leis e Decretos. **Código Penal - Decreto Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

²⁷⁹ Aspectos como esses levantou a historiadora Mariza Corrêa, nas varas criminais do Palácio de Justiça em Campinas, selecionou casos de homicídios e tentativa de homicídio ocorridos entre casais. Ver: CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Importante também o trabalho do historiador Boris Fausto, nos estudos sobre o crime e o cotidiano em São Paulo, constatando o autor como evidência a prática do homicídio. Ver: BORIS, Fausto. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: EDUSP, 2001.

²⁸⁰ ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. -Quem é frouxo não se metel: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História**, São Paulo, n. 19, p. 173-188, nov. 1999. p. 182.

a -facas e os mais abastados, o -revólver Taurus, calibre 32. A historiadora Denise Sant'Anna sinalizou que era habitual que indivíduos possuissem armas em casa, não só na cidade, mas também na zona rural, afirmou ainda que -o receio dos mais abastados de conviver, sem muita distância, com numerosos homens pobres, fomentava preconceitos, aversões e vários tipos de preocupações.²⁸¹

Com o aparecimento da modernidade nas primeiras décadas do século XX, os costumes foram se modificando e a cultura da violência foi adquirindo hábitos citadinos. Mas ainda era bastante predominante a utilização de instrumentos relacionados aos hábitos de casa, no caso da -facal e suas derivações, era sem dúvida a -peixeiral a marca da virilidade no nordeste. Cabendo lembrar o que nos diz o historiador Durval Muniz, -ser cabra macho requer ser destemido, forte, valente, corajoso. Nesta sociedade, o frouxo não se mete, não há lugar para homens fracos e covardes.²⁸²

A partir destas reflexões sobre estes padrões -viris, decidimos ilustrar fatos com três casos pertencentes ao *corpus* documental da pesquisa, são eles: a) o que relata um assassinato por falta de pagamentos de serviços prestados; b) o de brigas envolvendo valentia; c) e o de maus tratos ocorridos em uma fábrica.

2.4.1 —Rixas de roças

O crime ocorrido na Usina Jurema, no município de Rosário do Catete de autoria do senhor Manoel Calazans Guimarães, alcunhado de -Manecal, qualificado como -trabalhador braçal, -solteiro, com -21 anos e seu comparsa, o senhor Hercílio Monteiro, conhecido por -Cigal, -solteiro, com de -22 anos, também -trabalhador braçal. O fato se deu quando -Cigal voltava de uma festa no Povoado Oiteiros com seu sobrinho -Manecal e, no caminho, por -motivos frívolos, como consta na documentação em análise. -Cigal pede e, em seguida, ordena a -Manecal que execute Acelino Moura, vaqueiro da mencionada usina. Tendo conhecimento que Acelino se encontrava em um lugar sozinho e difícil de ser visto. -Manecal foi até o local levando um -machado em punho e desferiu golpes, causando ferimentos e

²⁸¹ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013. p. 253.

²⁸² Ver: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. —**Quem é frouxo não se metel**: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História**, São Paulo, n. 19, p. 173-188, nov. 1999. p. 175.

morte imediata de Acelino. O cadáver ficou no local, até que os familiares o encontrassem. Os documentos arrolados atestaram que ninguém testemunhou o fato narrado.²⁸³

O exame cadavérico de Acelino Moura, de –cor morenall, –estatura medianall, com –45 anos de idade, –trajando calça cáqui, bastante estragada, camisa de cor azul com frisos brancos e calçado de rolós de couro comum, foi realizado no Hospital da Caridade. Segundo o trabalhador, o senhor José Francisco, testemunha que residia na Usina Jurema, disse ser Acelino “[...] um rapaz conformado, pacato, uma boa pessoa, não tendo inimigos em Jurema, todos gostavam dele e de repente souberam que Acelino na terça-feira pela manhã foi trabalhar consertando uns buracos de cerca, levando “[...] um martelo e uns grampos, e passou todo dia e não voltou para casa. Ao anoitecer não tinha chegado em casa. Francisco, ao ir para o tanque situado atrás do Engenho, não sabia o lugar onde Acelino trabalhava. Na quarta-feira, viu um rapaz passando com um machado, era o –Manecall, que ia tirar umas estacas, mas não sabia onde e, finalmente, procurando por Acelino, o encontrou “[...] no mato, morto, cheio de talhos grandes pelo pescoço, pela cabeça e no local, muito sangue. Acelino foi encontrado por um senhor de nome Ernesto, que trouxe a notícia o cadáver e logo a polícia soube do ocorrido²⁸⁴.

No mandato de prisão preventiva contra –Manecall, vimos questões que chamaram nossa atenção. Segundo o –Pretor, Doutor Leopoldo Antunes Lins, –Manecall “[...] não criava barba nem bigode, possuía cabelos atirados e castanhos, estatura quase baixa de compleição mediana, olhos castanhos, trabalhador braçal e que não se trajava bem, acusado de matar Acelino, na usina Jurema²⁸⁵. No relato do Pretor, é importante notar que ele qualifica Maneca como trabalhador braçal e relata que o indivíduo não se vestia bem: este item seria informado pelo fato do réu desenvolver atividades braçais? São os indícios que nos levaram à uma possível qualificação do crime.

A chegada de Maneca à Penitenciária Modelo ocorreu em novembro de 1942, para cumprir a pena de oito anos de reclusão. Matriculado na escola, aprendeu sem dificuldades a

²⁸³ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do Estado sobre o pedido de livramento condicional do sentenciado, Manoel Calazans Guimarães – APES/SP⁵-186. p. 10

²⁸⁴ Ibidem, p. 11. Para conhecer mais sobre os aspectos culturais do nordeste em que estão em jogo os códigos da violência, visitar o importante estudo sobre a luta como exercício de virilidade, de Joana Novaes. A autora aponta que a definição da representação social da masculinidade nas sociedades tradicionais sustenta-se no conceito de virilidade. Para além de afirmar que a perda de posses e da honra eram diretamente vistas como um ataque à condição masculina e que resultava a sensação de humilhação, que antecede a situação de violência. Ver: NOVAES, Joana de Vilhena. —Aqui tem homem de verdade!: violência, força e virilidade nas arenas de MMA. In: SANT’ÁNNA, Denise Bernuzzi de. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: PRIORE DEL, Mary; AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora: Unesp, 2013. p. 253.

²⁸⁵ O termo –Pretor era utilizado pelos romanos ao fazer referência aos magistrados.

ler e a escrever. Nas oficinas, entrou como aprendiz de marceneiro, dedicando-se à confecção de cadeiras. Ganhava o suficiente para os seus gastos pessoais e ainda lhe sobrava algum dinheiro, para todos os meses, ajudar os pais. Desenvolveu atividades como secretário do Grêmio Graccho Cardoso, fundado por sentenciados, e prestava bons serviços como auxiliar dos professores Massilon Costa e Jugurta Franco. Como sentenciado, pode ser considerado exemplar a sua conduta, pois no seu prontuário, nenhum castigo foi anotado, valendo ressaltar também a correção do seu trato com os companheiros e funcionários do estabelecimento²⁸⁶. Em julho de 1947, solicitou o pedido de livramento condicional e o conselho ao dar o parecer, relatou que –Maneca|| tornou-se suspeito na autoria da morte de Acelino Moura do Bomfim, chegando por fim a confessar o crime. Depois que –[...] amolou bem o machado e foi de encontro à vítima que estava no momento consertando uma cerca no entorno da Usina.|| No momento se encontraram e conversaram e, em seguida, atingiu com um machado o infeliz vaqueiro. Importante mencionar que a vítima e o assassino viviam na maior –camaradagem|| e cordialidade, realizavam várias vezes refeições em comum, na mesa da residência da vítima!

Os fatos não são claros, há notícias de que o tio de –Maneca||, uns quinze dias antes do assassinato, numa embriaguez de cachaça, pediu ao sobrinho a supressão de Acelino. Ou seria alguma rixa antiga que explodia? Ou o caso estaria um tanto ligado ao desaparecimento do 180\$000, que o vaqueiro carregava?

Na contramão dos adjetivos atribuídos ao homicida, –Maneca|| foi um menino –sem vícios||, obediente aos pais e por todos estimados na Usina Jurema. Era rapaz bem visto, muito trabalhador e de bom comportamento. O que se sabe é que –Maneca|| cometeu o crime previsto no artigo 121, assassinou o vaqueiro da Usina Jurema, utilizando-se de instrumento cortante, por motivos de –rixas de roças||.²⁸⁷ Este fato aponta que os crimes em que estava em jogo as –rixas|| e os estigmas da valentia no mundo rural, refletiam tensões que preenchiam o cotidiano da vida dos trabalhadores braçais no período pós-abolição sergipano.

2.4.2 —O amor e a valentia||

As histórias dos –Manecas|| não pararam por aqui, Manoel Moura, também alcunhado por –Maneca||, –pescador||, –solteiro||, com residência incerta, –de cor morena|| e condenado

²⁸⁶ Ibidem, p. 4-5.

²⁸⁷ Dos crimes contra a vida. Homicídio simples, artigo 121 – Matar Alguém: pena de reclusão de cinco a seis anos. Ver: BRASIL. Leis e Decretos. **Código Penal - Decreto Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 146.

porque desconfiava que sua amante Maria das Dores mantivesse relações sexuais com outro além dele. Separaram-se e Maria foi para cidade de Rosário do Catete e –Manecall para a cidade de Aracaju²⁸⁸. Separado e concentrando ódio, o que passava na sua mente era assassinar o homem que teve relações com sua amante. Depois de 45 dias separados, –Manecall vai procurar a mulher no município de Maroim e não a encontra. Ali mesmo compra uma faca, da marca –Estrela e guarda. Dias depois vai à casa de Maria, pernoita na mesma cama e no dia seguinte, com pretexto de ir a ao povoado –Marcação buscar uns inhames para jantar; em um lugar completamente despovoado faz ferimentos na vítima, que no ato vai a óbito.²⁸⁹

Segundo as alegações da promotoria, –Maria das Dores era desventurada mulher que a desgraça de cedo lhe bateu à porta da vida para mostrar-lhe a estrada da infelicidade. De mão, em mão, andou na sua triste vida de mulher sem dono e sem nome.²⁹⁰ Alegava-se ainda que ela não acreditava que poderia ter um afeto sincero e por isso —negociava o corpo em troca do miserável pão que a alimentava, e no ilícito comércio, foi vivendo humilhada e que não havia providência social dos administradores nas grandes e pequenas cidades brasileiras. As alegações da promotoria expuseram o desejo de –Manecall, que era de –esquecê-la, tentava procurar outras mulheres, mas nenhuma possuía as –características daquela que a serviu como amante e escrava.²⁹¹

Algo que chama atenção no relato da promotoria é a desqualificação que faz à Maria das Dores ao mencionar –de mão em mão, andou na sua triste vida de mulher sem dono e sem nome, negociando o corpo em troca do miserável pão de que se alimentava. Era comum atribuir como causa da prostituição a vulnerabilidade²⁹².

²⁸⁸ –Manecall era apelido comum de quem se chama Manoel.

²⁸⁹ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do Estado sobre o pedido de livramento condicional do sentenciado, Manoel Moura, APES/SP⁵-186.

²⁹⁰ Os autores Waldefrankly Rolim e Eudorica Leão escreveram um importante artigo sobre a prostituição em Aracaju no século XX, retratam que nessa época os bordéis, os cabarés, os cassinos, os territórios da prostituição, eram constituídos como redutos da —Arraia Miúda findavam assim compreendidos enquanto espaços importantes na dinâmica da sociedade aracajuana durante a era Vargas. SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida; LEÃO, Eudorica Luciana Almeida. Prostituição, cidade e imprensa: um ensaio sobre Aracaju na era Vargas (1937-1945). *Cordis: História, Corpo e Saúde*, n. 7, p. 311-336, jul./dez. 2011. p. 325.

²⁹¹ Esta questão foi observada nos estudos sobre as mulheres e as disputas na sociedade patriarcal do Ceará, os historiadores Ernesto Pimentel e Raquel Caminha constataram que as mulheres eram vítimas prediletas dos homens, a mulher lhe pertencia sob todos os aspectos, inclusive o da honra feminina. Ver: PIMENTEL FILHO, José Ernesto; CAMINHA, Raquel. Mulheres, disputas e direitos numa sociedade patriarcal: surra e honra feminina no Ceará Imperial e republicano. *Verba Juris: Anuário da Pós-Graduação em Direito*, João Pessoa v. 5, n. 5, p. 127-158, jan./dez. 2006.

²⁹² Sobre essas questões ver: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

O Promotor Honório Barreto mencionou as seguintes questões: que o réu estava dotado de –perfeita virilidade e que em Aracaju havia uma grande expansão no mercado de –mulheres de vida livre e, por essa facilidade, deveria esquecer a –inditosa Maria das Dores. Os memorialistas Mário Cabral e Murillo Melins descrevem passagens dos cabarés em Aracaju. O famoso –Pinga Sífilis, localizado no curral do Bonfim: as mulheres ali usavam vestidos –berrantes de cores vivas, nos lábios possuíam muito batom e se vendiam por qualquer preço.²⁹³ Melins afirma ainda que o –Bonfim foi uma parte importante da vida boêmia de Aracaju, tornando-se palcos de prazer, romantismo, luxúrias, crimes, brigas e fatos curiosos. Assim foi definida a territorialidade das ditas –decaídas, –mulheres de vida airada, –mulheres das multidões, na zona da boemia aracajuana.²⁹⁴

No ato do depoimento, –Maneca informou que morava com uma mulher há mais de um ano. Estava pescando em Maruim, mas lá estava ruim para arrumar o sustento e mudou-se para Aracaju, onde começou a pescar toda semana. Em uma sexta feira, não podendo retornar, enviou um rapaz para levar 10 cruzeiros para sua mulher. Ao chegar, o rapaz falou para ele que a mulher teria procedido mal. Depois de uns dias foi ao povoado Marcação, passou em Rosário e encontrou-se com ela. Saíram e dormiram juntos. Na volta, não sabendo quais teriam sido os amantes dela, fez a pergunta para que ela dissesse os nomes dos sujeitos. Ela respondeu que não dizia, mencionou ainda que se ela tivesse dito não teria acontecido. –Aí foi a morte.²⁹⁵

Sobre sua vida pregressa de –Maneca, apuramos que nasceu no lugar denominado Marimbondo, município de Japarutuba, Sergipe. Seu pai era carpinteiro e também trabalhava no campo; sua mãe se ocupava dos afazeres da casa. –Maneca criou-se em Marimbondo sem ter frequentado jamais uma escola. Menino, já ajudava o pai no plantio da roça. Aos dezesseis anos começou a fumar, aos dezoito anos deu início à sua vida sexual. Contaminou-se com doenças venéreas e se tratou com remédios do mato. Também bebia por vezes. Já homem feito vem com seus pais para Santo Amaro das Brotas tentar melhorar sorte. Viveu da pesca, suas duas irmãs prostituíram-se e os irmãos casaram-se e deixaram o lar dos pais. Aos 29 anos, mais ou menos, passou a morar com uma rapariga, não esquecendo, porém, das necessidades dos pais. Um ano e tanto viveu com essa mulher em boa harmonia.

²⁹³ CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Banese, 2002.

²⁹⁴ MELINS, Murillo. **Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50**. Aracaju: UNIT, 2007. p. 293.

²⁹⁵ Importante lembrar aqui o que o historiador Durval Muniz expõe: —O nordeste desenhado como território da revolta, como território do homem insubmisso, brigão, orgulhoso, mesmo na miséria, parece ser um contraponto imaginário para o lugar de submissão que a região ocupa cada vez mais no país. Ver: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. –Quem é frouxo não se metel: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História**, São Paulo, n. 19, p. 173-188, nov. 1999. p. 179.

A vida carcerária de –Manecall se iniciou em agosto de 1948, condenado à pena de 21 anos de reclusão. Serviu como ajudante de cozinheiro. Em 14 de novembro de 1946, foi requisitado para responder a novo júri, na cidade de Rosário, ficando então reduzida a sua pena para quatro anos e oito meses de reclusão. Voltando à Penitenciária, passou a frequentar as oficinas como aprendiz de marceneiro, mostrando-se assíduo ao trabalho e revelando aptidão para o ofício. Começou a trabalhar por sua própria conta, especializando-se na confecção de cabides e espanadores. Esteve matriculado na escola primária desse estabelecimento e frequentava assiduamente as aulas de instrução moral e cívica.

Como vimos, a Promotoria lançou um olhar preconceituoso sobre o fato, conferindo estereótipos que retrataram uma visão machista dos aparatos judiciários em que a mulher –seria sem dono e sem nome, o que não é equidistante das atitudes de –Manecall que para solucionar as intrigas com a sua amada Maria das Dores, qualifica-a como –uma mulher das multidões, despontando sua masculinidade. Lembrando o que Denis Sant’Anna afirmou, —a atividade sexual com mulheres comprovava a masculinidade, fossem elas esposas ou meretrizes.²⁹⁶

Não foi possível conhecer a vida pregressa de Maria da Dores, mas os autos deixaram pistas ao afirmar que ela entrou no mundo da prostituição por questões de sobrevivência, sendo mais uma das mulheres pobres deste mundo rural que saiu do interior e migrou para capital com o objetivo de sobreviver²⁹⁷. O caso de Maneca e de Maria das Dores, a –mulher das multidões, não passa de mais um –acerto de contas caracterizado por uma brusca virilidade atribuída à condição feminina, ou seja uma masculinidade hegemônica.²⁹⁸

2.4.3 —Um operário indignado

²⁹⁶ Denisa Sant’Anna, realizou um importante estudo sobre a Masculinidade e a virilidade entre a Belle Époque e a República, tecendo os estilos do ser –macho e perpassando pelas mudanças que a modernidade trouxe com o desenvolvimento urbano e a dequação de um novo perfil de —virilidade metropolitana. Como exemplo mostrou que era comum os homens casados manterem das mulheres e frequentarem o que se chamou de —Zona do Meretício. Ver: SANT’ÁNNA, Denise Bernuzzi de. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: PRIORE DEL, Mary; AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013. p. 255.

²⁹⁷ SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana – 1890/1920. 1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

²⁹⁸ O historiador Durval Muniz, nos estudos sobre as masculinidade no nordeste, constatou que a violência era um componente de sociabilidade no nordeste, uma característica da própria forma de ser nordestino, e que comprova os atributos da masculinidade na região. Ver: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. –Quem é frouxo não se metel: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História**, São Paulo, n. 19, p. 173-188, nov. 1999. p. 175.

Nas primeiras décadas do século XX, Sergipe estava vivendo um período de organização dos sindicatos operários. A luta era intensa contra a hegemonia do patronato, sendo comum nos diversos cantos do estado as tensões entre operários e patrões. O jornal A Tribuna noticiava uma reunião na Fábrica Sergipe Industrial para discutir questões importantes para os proletários daquela instituição. Uma das pautas da reunião foi a reivindicação das duras horas de trabalho na fábrica e nas oficinas.²⁹⁹ Era comum circular na imprensa sergipana anúncios como a seguir:

-O nosso operário deseja e quer viver em paz com seus patrões, respeitando-os e sendo respeitado. Quer viver sob o amparo da lei, gozando os direitos sociais, civis e políticos que ela lhe assegure e confere. Quer respeitar o capital do patrão exigindo, porém que este respeite o seu salário, quer que o patrão se convença de que o operário é um cidadão igual a ele e que não existe entre o capital e o trabalho as relações que existiam entre senhores e escravos!³⁰⁰

A Voz do Operário, tentava a todo custo publicizar a vivência do operariado sergipano, nem que para isso tivesse que denunciar as tensões com a liderança operária. Caso como esse ocorreu no solo da Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial, uma das maiores produtoras de tecido do estado nas primeiras décadas do século XX, que foi palco do conflito que ocorreu aos 12 dias do mês de setembro de 1945, às 14h35min, quando o operário Aureliano Francisco dos Santos, servindo-se de uma faca de ponta assassinou barbaramente, por motivos relacionados com o trabalho, o Mestre de Seção, senhor Aníbal Madureira³⁰¹.

Após ter cometido o crime, o réu chamou seu companheiro e disse para procurar o mestre Gonçalves para tomar conta da *-máquina e da carniça*” que estava ali no local. Em seguida trocou de roupa e apresentou-se espontaneamente à prisão, sendo lavrado o auto de flagrante delito. Informou à polícia que cometeu o crime por causa dos *-[...]* maus tratos de que era alvo por parte do seu chefe, o senhor Madureira, tendo-o chamado de *-[...]* ladrão e insultado com palavras de *-baixo calão*. Na véspera do crime, a vítima teria dirigido a

²⁹⁹ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 258.

³⁰⁰ Voz do Operário, 21 de fevereiro de 1932. Sobre a voz do Jornal Operário Sergipano o historiador Ibarê Dantas, proporcionava mais animação ao movimento operário com suas vastas matérias, que em sua primeira página informava ao leitor sobre problemas de destaque da época, textos de conferências e questões de natureza ideológica. O periódico trazia nas páginas internas notícias sobre os problemas da classe na seção chamada Movimentos Sociais, nesta eram resumidas atas de reuniões do mês, mostrando o que ocorria com os operários das fábricas e publicizando suas queixas. Ver: DANTAS, Ibarê. **Imprensa Operária em Sergipe (1891-1930)**. Aracaju: Editora Criação, 2016. p. 86.

³⁰¹ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do Estado sobre o pedido de livramento condicional do sentenciado Aureliano Francisco dos Santos, 1947. APES/SP⁵-169. Cabe aqui lembrar a fala da historiadora Fabiane Popinigi sobre os processos-crimes: *-[...]* são bons lugares para encontrar as classes populares, vistas como perigosas. Ver: POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007. p. 169.

Aurelino palavras injuriosas, na presença de seus companheiros de trabalho. Diante disso, e por –julgar-se diminuído nos seus sentimentos de homem e de chefe de família, o acusado resolveu acertar as contas, servindo-se de uma faca de ponta, dando-lhe repetidos golpes, chegando a óbito, conforme constatou o auto de exame cadavérico.

Fatos semelhantes ocorreram também no Rio de Janeiro no decorrer da Primeira República. A obra clássica do historiador Sidney Chalhoub, analisa narrativas da relação patrão x empregado, sinalizando que esta imagem estava vinculada às classes dominantes, para ele o patrão era uma espécie de –juiz doméstico que procurava guiar e aconselhar o trabalhador que em troca deveria realizar suas tarefas com dedicação e respeitar seu patrão.³⁰²

O ambiente da Fábrica Sergipe Industrial não era dos melhores –sempre saturado de intrigas, de fuxicos, de invenções, de conversas fiadas, assim sinalizou o historiador Ariosvaldo Figueiredo em seus estudos sobre os aspectos políticos do Estado de Sergipe. Para além de enfatizar que os sindicatos de Aracaju estavam unidos ao –Centro Operário Sergipano e estaria condenando a Sergipe Industrial por obrigar seus operários a trabalharem jornadas de 10 horas de trabalhos exaustivos.³⁰³

Nessa época uma das formas de sociabilidade dos aracajuanos eram as reuniões nos botequins, espaço onde os operários geralmente se reuniam pós jornada árdua de trabalho, para dialogarem sobre as lutas por diversos direitos e iniciavam as organizações sindicais em todo o estado. As noites, no fim do expediente de trabalho, eram agitadas, –tudo no estado era tristeza, uma das poucas coisas alegres em Sergipe, era o –Bar Cinco de Julho, aberto diariamente no centro de Aracaju, desde 9 horas da manhã até 2 da madrugada³⁰⁴.

Retornando aos relatos e partindo da leitura minuciosa das falas de testemunhas envolvidas no processo, constatamos que o senhor Madureira era –um chefe mau e que sempre tratou os seus subordinados de maneira ríspida e inconveniente. Os operários salientaram que Aureliano era um –homem ordeiro, trabalhador, amiguel e honesto³⁰⁵. O que se pode extrair dos relatos é que o fato de o operário ter passado por situações difíceis e de extrema pobreza, não teria a obrigação de também suportar as ofensas físicas promovidas

³⁰² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Unicamp, 2001. p. 115.

³⁰³ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 293.

³⁰⁴ Ibidem, p. 288. A historiografia dispõe de importantes trabalhos sobre os trabalhadores e suas relações de sociabilidades, importante destacar o que o historiador Sidney Chalhoub sinalizou, ao afirmar que o botequim era quase sempre o ponto de abrigo preferido dos populares que procuravam a ação dos agressores. Ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Unicamp, 2001. p. 265.

³⁰⁵ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do Estado sobre o pedido de livramento condicional do sentenciado Aureliano Francisco dos Santos, 1947. SP⁵-169.

por seu patrão. Os operários –trabalhavam muito e ganhavam baixos salários, além disso podiam ter a prisão como destino. O historiador Wagner Santos afirmou ainda que inúmeros trabalhadores eram enviados à penitenciária e em alguns casos furtavam os próprios tecidos, por não terem roupas para suas esposas.³⁰⁶

A história do crime na Fábrica de Tecidos Sergipe/Industrial mostra os conflitos e tensões vivenciados pela classe operária sergipana, ao reivindicarem as duras jornadas de trabalho, almejando melhores condições de vida³⁰⁷.

As histórias tratadas neste capítulo desembocam sempre na assertiva de que a violência fazia parte do cotidiano dos indivíduos e que, indubitavelmente, era a resposta de uma vida de exclusão, motivada pelos maus tratos no trabalho, pela carga de preconceitos atribuídos às pessoas de cor e aos ditos –desviantes, constantemente perseguidos pela elite republicana, a fim de executar o controle social sobre a população, em especial as classes populares. Foram histórias como estas que serviram de –pivô para os indivíduos adentrarem a –Grandell e serem privados de liberdade, mas nem por isso deixaram de resistir. É o que narraremos nas cenas do próximo capítulo.

³⁰⁶ SANTOS, Wagner Emmanoel Menezes. A polícia de ronda a fábrica: punição do operariado na Fábrica de Sergipe Industrial (1950-1953). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal, jul. 2013. Tema: Conhecimento histórico e diálogo social. p. 7.

³⁰⁷ A historiografia traz trabalhos importantes sobre esta questão. Ver: POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca. Campinas: UNICAMP, 2007; SOUZA, Robério S. **Tudo pelo trabalho livre!**: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA, 2011. PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2017. BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucila de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Para a historiografia sergipana, importante citar o romance *Os Corumbas*, que narra a história dos operários nas fábricas têxteis em Aracaju no século XX. Ver: FONTES, Amando. **Os Corumbas**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2001.

3. —ENTRE GRADES‡: ALGAZARRAS, GEMIDOS E O SONHO DALIBERDADE

Uma visita à Penitenciária Modelo

Era um passeio inédito para mim.
Acompanha-me o delegado e confrade de ilustre Xavier de Oliveira.
O auto arrancou, célere, numa trepidação agradável, rumo ao presídio do Estado.
A estrada de rodagem era um convite a disparadas vertiginosas. Mando diminuir a marcha do auto para melhor contemplar os encantos naturais dos arrabaldes da capital de minha terra.
Marginam a estrada modestas habitações de operários e trabalhadores rurais.
Era pelo ambiente um cheiro agradável e salutar dos estábulos.
Com intervalos ouve-se o balido das cabras e ovelhas que pastam nos pastos e mataciais.
Rumina pacientemente o gado.
Nos sítios em torno, desafiando a tortura caustica da secca, realçam as copas mui verdes das mangueiras carregadas de frutos em plena sazão.
Não fosse a impiedade do sol não estariam estas arvores de ramaria secca chorando a nostalgia da chlorophia e das flores!
O automóvel aumenta a marcha. A semelhança de um castello surgem, crescendo sempre que nos aproximamos, os torreões e guaritas do magnifico presidio que a inconteste operosidade de um administrador construiu para a satisfação de nossa vaidade patriótica.
Tenho a impressão de que me encontro diante de uma fortaleza com as suas barbacãs, seteiras e ameias.
Paramos, afim, à porta.
O tenente Benilde Cunha, administrador da Penitenciária Modelo, recebeunos gentilmente.
Visitamos todas as dependências do edificio, desde a portaria à cosinha, observando a ordem e o asseio existentes.
Lindos canteiros de flores, sempre verdes, amenizam a tristeza daquele ambiente.
As oficinas bem montadas, movidas a eletricidade, funcionavam no momento, vendo-se dezenas de presos manejarem a ferramenta na factura de trabalhos diversos. [sic]³⁰⁸

Zózimo Lima

Dois anos após a inauguração do edificio que marcou a modernidade para o sistema carcerário sergipano, o cronista sergipano Zózimo Lima expressou, em mais uma de suas crônicas publicadas no *Correio de Aracaju*, as experiências de *uma visita à Penitenciária Modelo*, salientando que no percurso deparou-se com as –modestas habitações de operários e trabalhadores rurais‡, o que representou a gama de indivíduos que caracterizava a população prisional da –Grandell. É interessante perceber que, nos relatos, o cronista encontrou o prédio

³⁰⁸ LIMA, Zózimo. Uma visita à Penitenciária Modelo. *Correio de Aracaju*, ano XXI, n. 755, 3 abril 1928. 1 CD ROM.

na mais perfeita ordem –desde a portaria à cozinha, observando a ordem e o asseio existente, embora não tenha sido o que relataram os detentos nos longos dias de espera ao cumprimento da pena. Este último testemunho coaduna com o diagnóstico publicado pelo Procurador do Tribunal da Relação do Estado de Sergipe: a –Grandell não era um estabelecimento carcerário que estivesse seguindo [...] os ensinamentos dos mestres, muito menos as prescrições das leis, como legitimava o Sistema Penitenciário. Conforme já visto, o orçamento para construção do prédio não preenchia as condições necessárias; não havia preocupações pela higiene, pela moralidade e pela regeneração de forma necessária. O procurador enfatizou ainda [...] que não era um estabelecimento sob o ponto de vista técnico moral e digno a altura do progresso a que teria chegado, no próprio Brasil às prisões do Estado.³⁰⁹

Cabe-nos aqui retornar à pergunta: em que medida, portanto, constituir-se-ia a –Grandell uma Penitenciária Modelo? Até que ponto não seria ela a reprodução da cadeia velha com adaptações? Algo se constata: a prisão descrita no Código Criminal era distante da apresentada na época. Veremos detalhes sobre o cotidiano na –Grandell³¹⁰. O que se adianta é que este estabelecimento prisional era também o lugar das –algazarras, das insubordinações, das revoltas, das festinhas, dos baseados (os ditos –fininhos), das cachaças e do aflorar da sexualidade, como vimos no fato ocorrido com o detento Marinho de Queiroz, que, no período noturno, havia quebrado o cadeado do cubículo para invadir o pavilhão e ter relações sexuais com uma –alienada.³¹¹ Aspectos como estes manifestaram a cotidianidade do sistema carcerário sergipano, remetendo aqui aos estudos do sociólogo Sérgio Adorno sobre a prisão, ao evidenciar o que não é divulgado pela esfera pública e o que não merece atenção, tais como [...] os espancamentos, torturas, maus tratos, a violência sexual, a qualidade da alimentação, a baixa habitabilidade das celas, tudo isso envolto em névoas³¹².

Para garantir seu funcionamento, a –Grandell seguia as normativas do Regulamento Institucional; era administrada por um diretor, um escriturário, um auxiliar da administração, um médico, dois professores, um eletricista, um enfermeiro, um auxiliar datilógrafo, dois guardas de primeira classe, quatro de segunda, um motorista, um carroceiro e um bombeiro. O

³⁰⁹ Relatório do Tribunal da Relação do Estado de Sergipe. Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, 1930. p. 13.

³¹⁰ Este trabalho tem sustentação teórica no que Agnes Heller acredita sobre a cotidianidade. Para ela a vida cotidiana é em grande medida, heterogênea; isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e a significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Ver: HELLER, AGES. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 36.

³¹¹ Livro de Parte Diária, 30 jan. 1942 – APES/SP⁵-166.

³¹² ADORNO, Sérgio. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas**: itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social, Revista Social**, São Paulo, 1991. p. 28.

regulamento institucional estabelecia também que nenhum empregado sob pena de demissão poderia: a) associar-se os fornecedores do estabelecimento; b) empregar algum sentenciado em serviço particular, sem conhecimento destinado ao uso diferente; c) empregar em uso próprio objetos do estabelecimento destinados a uso diferente; d) aceitar de sentenciados, de parentes ou amigos de sentenciados, presente proposta ou promessas; e) tomar dinheiro emprestado; comprar ou vender objetos aos sentenciados; f) encarregar-se, sem permissão especial do diretor, de levar ou trazer objetos pertencentes aos presidiários, servindo-lhes de intermediário entre si ou com outras pessoas, das notícias, favorecer correspondentes, etc³¹³. Dentre os diversos cargos, a função do diretor constituía a peça principal para o desenvolvimento das políticas prisionais; ele organizava a atribuição dos demais cargos e era o responsável imediato por fazer as normas acima se cumprir.³¹⁴

Os detentos acordavam com o toque do despertador que ocorria, de outubro a março, às 05h30min da manhã, e, de abril a setembro, às 6 horas, seguindo imediatamente para executarem uma hora de ginástica sueca, marcha militares e banho obrigatório³¹⁵. Às sete e meia, ocorria o café e, logo após, seguiam para a rotina do trabalho nas oficinas, conforme especificava o regulamento da instituição.³¹⁶ Notamos que, nos meses correspondentes às estações do outono e do inverno, os detentos acordavam mais cedo e, no período da primavera e verão, acordavam um pouco mais tarde, embora não seja comum é o que consta nas normas do regulamento citado³¹⁷. A rotina da -Grandell era regulada a partir do isolamento das

³¹³ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 257.

³¹⁴ Ainda sobre as atribuições do cargo de diretor, cabiam as seguintes questões: a) orientar de forma técnica e cientificamente a aplicação do sistema penitenciário; b) velar pela ordem e disciplina do estabelecimento, pelas disposições do serviço econômico e direção dos trabalhos, percorrendo sempre que forem conveniente as oficinas e mais dependências do estabelecimento; c) classificar os sentenciados e lhes designar as células que devem ocupar e logo recomendar o trabalho a que se deva aplicar o sentenciado, atendendo à vocação de cada um e sua organização; d) recomendar a vigilância do estabelecimento e dos detentos ao tenente e aos guardas da Penitenciária; e) aplicar as penas disciplinares previstas neste regulamento e presidir aos inquéritos administrativos, que julgar necessários para apurar faltas dos funcionários ou indisciplina dos detentos; f) autorizar as despesas necessárias ao estabelecimento, fazendo as requisições mensais, de acordo com as dotações orçamentárias, juntando a documentação comprobatória das mesmas, por ocasião da prestação de contas mensal; g) oficiar ao Governo do Estado acerca da necessidade urgente de se efetuarem obras necessárias à conservação do prédio da Penitenciária. Ver: SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 259-260.

³¹⁵ A historiadora Sílvia Capanema, nos estudos sobre a Marinha de Guerra Brasileira, mostrou que a ginástica sueca fazia parte das atividades desenvolvidas na Marinha e era recebida com resistência pela marujada. Os exercícios da ginástica eram realizados pela manhã, em seguida ao banho da guarnição, e durava um quarto de hora e à tarde, ao pôr do sol, durante uma hora. Ver: ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. Corpo, saúde e alimentação na Marinha de Guerra brasileira no período pós-abolição, 1890-1910. **Revista de História, Ciência, Saúde**, v. 19, supl, dez. 2012. p. 20.

³¹⁶ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 257.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 257.

pessoas e do trabalho como algo regenerador, mas possuía alguns problemas, pois –houve preocupação do castigo; não se tratou da educação. Pretendeu-se a pena intimidativa, mas não corretiva.³¹⁸ O Sistema era muito precário, pouco era ofertado para diminuir o grau de ociosidade dos detentos.

A documentação analisada forneceu subsídios para identificarmos que os discursos produzidos pelos magistrados, vigias e diretores remetiam a conflitos que ocorriam no interior da instituição prisional, quiçá muito incentivada pela falta de ocupação e das questões necessárias para sobrevivência naquele espaço: alimentação e a higiene. Podemos observar o caso que envolveu o vigia Joselio de Cerqueira, que, no horário do almoço, passou a ordem para todos os detentos que tivessem cuidado com o asseio de seus cubículos; outro detento, não conformado com as ditas ordens, revidou e disse que –ali só se reparava preso, acusando o vigia por achar-se muito alcoolizado e que não podia nem trancar a sua portall. No ato do ocorrido, o vigia Joselio o repreendeu e disse: —que não adiantava preso ir falar de guardal³¹⁹.

Na –Grandell, as insubordinações constituíam um acontecimento comum, o descaso no cumprimento das normas que regulavam a rotina dos detentos aparecia constantemente nos livros de movimento de parte diária. São fatos descritos pelos guardas em exercício, conforme Quadros 5 e 6³²⁰, ao mostrar o quantitativo da população prisional da Penitenciária Modelo e do Manicômio Judiciário, distribuídos em sentenciados, processados, apelados, à disposição do juizado de execuções criminais, à disposição da secretaria de segurança pública e os ditos como –loucos, perfazendo um total de 159 detentos. Na mesma página dos registro no Livro de Parte Diária há relatos sobre o movimento da enfermaria, a forma como foram –pagas as refeições, distribuição de água, luz e revistas dos guardas, bem como o movimento das oficinas e o registro de objetos como cadeados e chaves. Estes detalhes da vida cotidiana dos

³¹⁸ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **O pensamento vivo de Carvalho Neto**. São Paulo, 1954. p. 92.

³¹⁹ Livro de Parte Diária, 27 jul. 1945.

³²⁰ Na historiografia sobre a história das prisões encontramos estas questões nos estudos de: SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo, 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999. LIMA FILHO, Pórfirio de. **No tempo dos látigos e dos grillhões: fatos históricos e perfis de criminosos**. Fortaleza: Tipografia Progresso, 1931. AGUIRRE, Carlos; SALVATORE, Ricardo D. (org.). **The birth of the penitentiary in Latin America: essays on criminology, prison reform and social control, 1830-1940**. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 1996. CANCELLI, Elizabeth. **Carandiru: a prisão, o psiquiatra e o preso**. Brasília: Ed. UnB, 2005. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do Nascimento. **Cidadania, cor e disciplina: na revolta dos marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008. CÔRTEZ, Joana. **Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, Pernambuco, 1973-1979**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

presos eram registrados diariamente, mesmo que não ocorressem mudanças na rotina prisional.³²¹

Quadro 5 - Livro de Parte Diária do movimento da Penitenciária Modelo

População Carcerária	Sentenciados		Processados		Apelados		A disp. do Juiz das Exec/criminais		A disp. da S. de Seg. Pública		Loucos		Total
	Na penitenciária	No Manicômio	Na penitenciária	No Manicômio	Na penitenciária	No Manicômio	Na penitenciária	No Manicômio	Na penitenciária	No Manicômio	Na enitenciária	No Manicômio	Geral
Existiam	75	3	0	0	2	1	58	11	0	0	0	9	159
Entraram							1						1
Saíram							1						1
Existem	75	3	0	0	2	1	58	11	0	0	0	9	159

Quadro 6 - Serviços Diários na Penitenciária Modelo

Apontamentos diários	Descrição
Enfermaria	Registro de 11 detentos na enfermaria
Refeições	Fornecimento nas horas regulamentares
Faxinas	Realizadas em todo estabelecimento
Água	Fornecimento normal
Luz	Funcionamento regular
Revistas	Sem anotações de faltas
Ronda de guardas	Normal
Oficinas	Funcionamento com 48 operários
Isolados na tranca	Situação de 6 detentos
Pavilhão Feminino	Registro referente à presença de 2 mulheres
Cadeados dos cubículos	Em perfeita ordem
Chaves dos cubículos	Sem registro de faltas

Fonte: Livro de Parte Diária – APES/SP⁵-103, p. 11³²².

³²¹ Na compilação do banco de dados, encontramos o primeiro livro de parte diária, datado do ano de 1926 e os demais se apresentaram de forma lacunar. Não seguem uma sequência cronológica estão entre os anos de 1926 e 1955. Como estes livros possuem em média 500 páginas, optamos por realizar uma amostragem dos anos e dias dos fatos ocorridos na -Grandell, para ilustrar seu funcionamento.

³²² A tabela foi reorganizada pela autora desta tese, para melhor entendimento das descrições diárias, pois os guardas prisionais da época registravam informações incompletas e dispersas nos livros de parte diária.

Eram comuns os atos de rebeldia individuais ou coletivos que se manifestavam contra qualquer ato que implicasse –ordem e estes surgiam à medida que os presos iam convivendo no cotidiano tenso, repleto de conflitos, perseguições e injustiça. Por exemplo, foi evidenciado no Livro de Parte Diária o recolhimento ao cubículo dos detentos Miguel Luiz dos Santos, Aurelino Rodrigues e José Luiz dos Santos: os dois primeiros, por brincadeiras ofensivas, que acabaram por atingir um colega, furando-lhe a cabeça, o terceiro por maltratar o seu colega de nome José Paulo, com palavras ofensivas e pornográficas. Todos foram recolhidos ao cubículos e encaminhados aos castigo disciplinar. São estas tramas que veremos na seção a seguir. A partir das amostragens documentais, conheceremos os apontamentos diários que circundaram os longos dias na –Grandell, ladeados de aventuras e desenvolturas, que se materializaram, muitas das vezes, em estratégias de resistências³²³.

3.1 Apontamentos Diários

O cotidiano e suas tramas de poder foram estabelecidos pelos detentos em suas experiências diárias, cabendo lembrar Michel de Certeau, ao propor que o cotidiano –[...] é constituído de rupturas e não apenas de regularidades normativas esperadas. São as maneiras de fazer aparecer como constitutivas de mil práticas usuárias que se apropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural³²⁴. O multifacetamento do cotidiano é evidente nas tramas do cotidiano prisional da –Grandell: –Entramos. Aberto um grande portão, estamos num pequeno pateo. E domingo o reboliço enorme. O vozeiro colossal, homens de zuarde azul conversavam em grupo. A nossa chegada desperta curiosidade³²⁵. Assim é caracterizada a cotidianidade da –Grandell, causando espanto aos leitores dos jornais sergipanos que circulavam na imprensa local na metade do século XX.

Nos estudos sobre a violência e a imprensa, o historiador Francisco Linhares sinalizou que –[...] as páginas dos jornais que antes destacavam questões basicamente políticas,

³²³ Fernando Salla, nos estudos sobre as Prisões em São Paulo, apontou que as descrições de algumas faltas cometidas e das punições que foram impostas serviam para dimensionar as constantes instabilidades e resistências que os presos opunham-se ao sistema da Penitenciária, bem como a arbitrariedade pela qual algumas ações eram transformadas em infrações e, portanto passíveis de penalidades. Ver: SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume, 1999. p. 297.

³²⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 41.

³²⁵ JORNAL A REPÚBLICA, 22 de setembro de 1932. p. 1.

passaram a abordar fatos mais urbanos, concedendo maior espaço ao crime.³²⁶, não ficando equidistante deste fato a cidade de Aracaju e o imaginário do crime. Algo curioso a se questionar é por que interessava noticiar a Penitenciária Modelo e seus detentos?³²⁷ Certamente, estes fatos chamariam atenção do poder público e dos leitores, pois eram comuns denúncias relacionadas aos laços que estabeleciam os poderes políticos locais na época. Os jornais eram utilizados para tornar público os casos oriundos das intrigas da velha política dos coronéis³²⁸. Foi uma época que evidenciou também os inúmeros conflitos da classe operária sergipana e do elevado número da criminalidade existente.³²⁹

Os dias na -Grandell corriam na mais perfeita desordem; embora procurasse viver da melhor forma, a precariedade do sistema era mais que notória. A Penitenciária abrigava ainda alienados que, para além de perturbarem [...] os serviços do estabelecimento, viviam numa condenável promiscuidadell, como foi narrado pelo diretor da unidade prisional o bacharel Francisco Neto³³⁰. Em seus primeiros anos de funcionamento não havia um Manicômio Judiciário: seriam necessários dois pavilhões para receber os ditos como -loucosll³³¹ e

³²⁶ NETO FONTELLLES, Francisco Linhares. O lugar do crime na imprensa brasileira. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André (org.). **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais**. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 89.

³²⁷ Encontramos referência à Penitenciária Modelo no *Diário Oficial*, em 14 de junho de 1923; no *Correio de Aracaju*, -Uma visita à Penitenciária Modeloll, em 3 de abril de 1928; no *Diário da Manhã*, -Vozes do cárcerell, em 31 de julho de 1926; no *Sergipe Jornal*, -A solenidade de ante-hontem na Penitenciária do Estadoll, em 27 de dezembro de 1930, e -Orgias e atentados criminososll, em 4 de dezembro de 1930; *A Tribuna*, -Na defesa de um amigoll, 31 de março de 1932; *A Tribuna*, -O caso do Dr. Oscar Lacerdall, 21 de janeiro de 1932; *A República*, -Visitando a penitenciária, em 22 de setembro de 1932.

³²⁸ Consultar as obras do historiador Ibarê Dantas, que traz um estudo sobre as organizações políticas sergipanas e o surgimento de jornais sergipanos que serviram de -objeto ll de defesa e acusações a depender das agremiações partidárias. Neste capítulo veremos o caso publicado no Jornal *A Tribuna*, do Dr. Oscar Lacerda, diretor da Penitenciária Modelo denunciado por mandar maltratar os presos. Ver: DANTAS, José Ibarê Costa. **Imprensa Operária em Sergipe (1891-1930)**. Aracaju: Editora criação, 2016. DANTAS, José Ibarê Costa. **A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

³²⁹ Sobre a historiografia do tema, nos estudos sobre a imprensa, o historiador Francisco Linhares mencionou o desenvolvimento da imprensa e o crescimento das cidades brasileiras, as notícias se ampliaram, construindo os periódicos, a imagem de um -desordenamento urbanoll, que foi propiciado a partir do crescimento das cidades, tornando-se perigosas, causando sensação de insegurança, medo da violência e da delinquência, que favoreceram as notícias da imprensa. Ver: NETO FONTELLLES, Francisco Linhares. O lugar do crime na imprensa brasileira. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André (org.). **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais**. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 91.

³³⁰ Memorial apresentado ao Governo do Estado de Sergipe pelo advogado Francisco Leite Neto, Diretor da Penitenciária Modelo. In: LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C., 1937. p. 79.

³³¹ Doze anos após a notificação deste relatório, o Livro de Parte Diário, informou que -os maloqueiros ll se encontravam recolhidos no pavilhão de loucos, já não queriam obedecer o encarregado do respectivo pavilhão. O vigia do plantão para tentar calar os -maloqueiros ll precisou colocar os exaltados nos cubículos, isolados e prometer castigos mais rigorosos. Livro de Parte Diária, 7 maio 1942, p. 258.

enviados à -Grandell, um local para colocar os casos que exigiam isolamento e um edifício para reclusão dos menores delinquentes.³³²

Os detentos protestavam por diversas questões, dentre elas a distribuição da má alimentação. Em relação à refeição, foi observado que era distribuída ao [...] meio dia com uma concha regular de feijão, 150 gramas de xarque e 400 gramas de farinha de mandioca.³³³ O alimento era ainda um -bocado exíguo, carne verde, poluída afogada em caldos desvitaminados, café raso, de borra mexida e remexida, não davam o teor necessário de substâncias alimentícias.³³⁴ A fala dos presos aparecia como alerta, [...] o cardápio Penitenciário era uma miséria falta de albuminas, falta de cálcio, falta de ferro. Os detentos não comiam peixe, nem ovos, não bebiam leite, não provavam manteiga, nem doces. Não tinham frutas, nem leites, davam legumes³³⁵. Denúncias como estas eram comuns no cotejamento das fontes analisadas, são exemplos os relatórios de governos e os livros de partes diárias que traziam os relatos dos presos insatisfeitos com a precária alimentação oferecida, dotada de baixo teor de proteínas, o que ocasionava sérios problemas de saúde, como desintéria, infecção intestinal e gastroenterite em grau agudo, atestado pelos obituários firmados pelo médico Dr. Carlos Menezes. Como foi o caso de João Celestino de Souza, de cor parda, com 50 anos, que faleceu em virtude de uma gastroenterite hemorrágica, tendo sido enterrado no Cemitério da Cruz Vermelha na cidade de Aracaju³³⁶.

Essa realidade da precariedade da alimentação foi também vivenciada pelo célebre Madame Satã, -o malandro mais temido e respeitado na Lapall, nos anos 20, quando deu entrada no Presídio de Ilha Grande no Rio de Janeiro. Lá, no período da manhã, os presos recebiam [...] uma caneca de café, com pão ou pedaço de aipim, e, à tarde, um sopa de abóbora ou aimpim com farinha, às vezes com um osso. À noite, dormiam nos barracões, em esteiras ou folhas de bananeiras.³³⁷

Retomando à -Grandell, conforme consta no relatório, os prisioneiros recebiam a comida e iam uns para suas células, outros comiam no corredor e os demais no salão. Notou-se, ainda, a inexistência de refeitório apropriado para os presidiários realizarem suas refeições. Pela manhã e à noite, era distribuído o café, com pão no custo de R\$ 200 réis. Às quintas

³³² Mensagem apresentada à Assembleia, em 7 de agosto de 1930, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária pela 17ª legislatura do Presidente Manoel Correa Dantas. p. 13.

³³³ Relatório do Tribunal da Relação do Estado de Sergipe. Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, 13 abril 1930. p. 13.

³³⁴ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 38.

³³⁵ Ibidem.

³³⁶ Atestado de Óbito de João Celestino Prata, Aracaju, 3 de agosto de 1932.

³³⁷ DURST, Rogério. **Madame Satã**: com o diabo no corpo. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 36.

feiras e aos domingos, a –carne de charque era substituída pela carne verde de boi. Notou-se ainda que o serviço de cozinha era regular, havendo falhas de conservação e retoque no fogão. O cozinheiro era um carcereiro, que há muitos anos vinha desenvolvendo as atividades com mais dois detentos³³⁸. Para além destas questões, faltava luz nos raios e na cozinha; no livro de parte diária, foi registrado um pedido ao eletricitista para consertar os raios da cozinha e do refeitório, pois –[...] estavam fazendo refeições com um candeeiro emprestado pelo mestre da cozinha³³⁹.

A Penitenciária Modelo era também o lugar propenso à tuberculose, sífilis e uremia, conforme descrição dos registros de óbitos. É importante frisar mais uma vez que, muitas destas enfermidades, se deram em virtude da má alimentação e péssima estrutura de atendimento carcerário. A saúde dos encarcerados passava por momentos tensos: as epidemias se alastravam, sobretudo pela devastação do paludismo³⁴⁰ e da malária que acometeram diversos presos, –[...] há todos os dias registro de dois ou mais casos de paludismo agudo e recidivas de casos crônicos, conforme ofício enviado à direção pelo serviço médico. O referido ofício informou também que os estoques de medicamentos estavam escassos e assim não teria o que se fazer³⁴¹. As visitas médicas na Penitenciária Modelo eram escassas; seria necessária uma atenção maior do poder público em –prol da saúde dos penitenciários³⁴².

O relatório do tribunal da relação, conta que não havia farmácia no estabelecimento, apenas uma sala com camas velhas, um armário com alguns medicamentos, quase sem aplicação e na época o serviço de enfermagem era feito por um presidiário, conforme Figura 19. A enfermagem estava sempre superlotada, –[...] homens febris, queimados, suando, batendo os queixos, em abandono pelas camas, pelas esteiras, pelo chão. Nos cubículos o mesmo espetáculo de sofrimento e de penúria. Febre e frio³⁴³. Embora precário o acesso à saúde, os presidiários contavam com serviços do gabinete dentário como extrações e obturações.

³³⁸ Relatório do Tribunal da Relação do Estado de Sergipe. Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, 13 nov. 1930. p. 2.

³³⁹ Livro de Parte Diária do movimento do dia 21 de maio de 1955 – APES/SP⁵-103, p. 19.

³⁴⁰ Segundo a clássica obra de Manuel Fernandes, o paludismo como uma doença endêmica em muitas regiões, é produzida por um parasita o Hematoário de Laveran, que vive nos glóbulos rubros do sangue do homem e é transmitido por um mosquito – o Anopheles. O paludismo também é conhecido pelo nome de febre palustre, febre intermitente, febre do pântano, febre da quinina, impaludismo, malária e, em Portugal, por sezão e maleita. Ver: FERNANDES, Manuel de Jesus. **Paludismo**. Faculdade de Medicina do Porto. Escola Tipográfica da Oficina de São José. Porto: 1919. p. 17.

³⁴¹ Ofício expedido pelo Manicômio Judiciário – APES/SP⁵-144.

³⁴² LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C. 1937.

³⁴³ Ofício enviado ao Diretor do Reformatório Penal, pelo médico Canuto Garcia Moreno, em 21 de setembro de 1946.

O relatório médico elaborado pelo Dr. Garcia Moreno confirma as informações expostas acima sobre a ausência dos serviços básicos de saúde, a higiene incipiente e a má alimentação dos presos. Dois dados chamam a atenção no Quadro 7 é o elevado número de injeções, com um registro de aplicações em torno de 779, administradas para sanar dores sem que fossem procedidos os exames necessários para a detecção das causas, também não era fornecido o diagnóstico minucioso sobre o quadro de saúde do detento, em virtude da má estrutura da enfermaria, observamos que os serviços de radioscopia foram apenas 13, o aparelho quebrava constantemente. Embora não tenham sido eficazes os serviços de saúde ofertados, o número de óbitos é baixo. Salientamos também que havia assistência às famílias dos presos. Supõe-se que a -Grandell estreitava as relações com seu entorno, a população do Bairro América.



Figura 19 - Enfermaria da Penitenciária Modelo

Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1940.³⁴⁴

³⁴⁴ A Escola de Gestão Penitenciária não soube como precisar as datas das fotografias, sendo mencionado pelo corpo administrativo que teria sido entre a década de 1930 e 1950. Importante frisar que esta dificuldade em relação à temporalidade acompanha as demais imagens utilizadas nesta tese.

Quadro 7 - Relatório do Serviço Médico do Gabinete de Biologia Criminal e do Manicômio Judiciário Lemos Brito³⁴⁵

SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO PRESÍDIO/1948	
Tipos de serviço	Total
Consultas	583
Aplicações de injeções	779
Radioscopias	13
Exames de sangue	50
Atendimentos odontológicos	14
Operações cirúrgicas no Hospital de Cirurgia	3
Registros de baixas na Enfermaria	54
Atendimentos às ocorrências de óbito	3
Assistência Médica a família de presos (consultas)	18
Assistência Médica à guarnição militar (consultas)	26
Serviços de atendimento no Gabinete de Biologia Criminal	
Fornecimento de laudos periciais	42

Fonte: Relatório do Serviço Médico.

Sobre a rotina diária dos guardas da Penitenciária, vê-se que exerciam a vigilância sobre os detentos, observando com exatidão o cumprimento dos seus deveres e comunicando ao diretor e ao tenente comandante da guarnição qualquer alteração ocorrida durante as vinte e quatro horas. Segundo o artigo 16º do regulamento da Penitenciária Modelo, o vigia deveria seguir o previsto no documento³⁴⁶. Entretanto, nem sempre era o que ocorria; tudo parecia perfeito apenas para quem está de fora, os dias neste estabelecimento eram tensos e sombrios³⁴⁷.

Ainda sobre a rotina, fora criado o Grêmio Literário e Esportivo Graccho Cardoso, com o objetivo de contribuir com a organização da Penitenciária Modelo, em especial, para auxiliar o corpo administrativo e propor atividades recreativas para os presos. O Grêmio atuava junto com a diretoria do presídio, objetivando ajudar na regulamentação das ações diárias. No dia quinze de fevereiro de 1947, foi publicado pelo Presidente do Grêmio, o senhor Manoel C. Guimarães, vulgo Maneca, o edital de nº 01, que estabelecia as seguintes questões:

³⁴⁵ Relatório do Serviço Médico, realizado pelo Médico do Reformatório Penal, Dr. Canuto Garcia Moreno, 1948.

³⁴⁶ b) Manter o respeito devido junto aos sentenciados advertindo-os com docilidade, quando estes porventura infringirem as normas disciplinares do estabelecimento, vigiando sempre no sentido de que seja mantido silêncio absoluto durante a noite e demais horas previstas por este regulamento. c) Fiscalizar rigorosamente o asseio do estabelecimento, comunicando ao diretor qualquer irregularidade no serviço de abastecimento de água. Ver: SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 260.

³⁴⁷ O guarda Arnulfo Alves da Silva, registrou no Livro de Parte Diária, que o detento José Francisco, vulgo -Mata Onçãll, foi recolhido ao cubículo por conduzir cachaça para o estabelecimento prisional. E mencionou as peripécias do detento José Amâncio por esta com excesso de loucuras, tendo rasgado roupas e entrando despido na ocasião do pagamento do café. Livro de Parte Diária, 7 maio 1942, p. 258.

De ordem do sr. Presidente do Grêmio Literário e Esportivo Graco Cardozo no uso de suas atribuições e tendo em vista as suas finalidades resolveu baixar a seguinte portaria:

- 1º Nenhum dos socios poderá abater a moral do seu colega.
- 2º Nenhum dos socios tem o direito de discutir sobre qualquer assunto.
- 3º Como também todos os socios, deve se comportar, na abertura da seção e no encerramento com o maximo silêncio.
- 4º Nenhum tem o direito de levantar-se dos seus lugares antes das ordens do guarda.
- 5º Nenhum dos socios tem o direito de dirigir-se à porta dos trancados, quer seja de castigo que não seja durante a seção, se por um motivo qualquer, o trancado tenha necessidade de alguma coiza, chamará uns dos fiscais e este atenderá.
- 6º Nenhum dos socios tem o direito de afastar-se do salão, durante a seção sem que não participe os fiscais.

Declarações das faltas: 15 dias na primeira falta sendo suspenso, na segunda 30 dias de suspensão, na terceira falta eliminação.

Ficará sobre a direção do Ilm. Dr. Diretor deste Estabelecimento.[sic].³⁴⁸

Penitenciária do Estado, em 15/02/1947.

Manoel C. Guimarães

Comportar-se bem era um dos requisitos para integrar o Grêmio Literário e Esportivo Graccho Cardoso, para além de seguir as normas da unidade prisional e do próprio Grêmio. Todas as informações eram atreladas ao prontuário do detento, sua conduta era observada e levada à discussão pelos pares para a inserção no Grêmio da -Grande||.

As atividades oferecidas aos detentos nos primeiros anos de funcionamento eram quase que escassas: não dispunham de um plano de atividades diversificadas; as oficinas se achavam instaladas em barracões, dirigidas por um detento e necessitavam de ampliação e melhoramentos, conforme aponta a mensagem enviada a Assembleia sobre a estrutura do prédio³⁴⁹. O fato das atividades se resumirem às oficinas e aulas na capela favorecia a ociosidade e os conflitos entre a comunidade prisional e os funcionários da unidade prisional. É exemplo desta relação o detento Manoel Bomfim da Silva, preso no cubículo por ter entrado pela segunda vez na cela destinada ao detento Manoel Messias e ter levado -[...] dois sabonetes, duas pastas de dentes, duas bolas de papel para vaso, um vaso de flor e um retrato de mulher [...]|| e ter escondido os objetos no cubículo do detento José Antônio de Freitas.³⁵⁰ Importante salientar que o detento subtraiu objetos de uso pessoal, o que leva a crer que não teria condições de comprar esse item para suprir suas necessidades e de sua família que

³⁴⁸ Edital do Grêmio Literário e Esportivo Graccho Cardoso lançado em 15/02/1947. Importante frisar que a ortografia desse e de outros documentos apresentados respeitam a escrita oficial da época e como se encontra na fonte consultada.

³⁴⁹ Mensagem apresentada à Assembleia, em 7 de agosto de 1930, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária e a 17ª Legislatura pelo Presidente Manoel Corrêa Dantas. p. 13.

³⁵⁰ Livro de Parte Diária, 8 ago. 1955 – APES/SP⁵-103.

morava nos arredores do presídio: o ganho no trabalho das oficinas era curto. Não foi possível apurar os valores dos benefícios atribuídos e pagos aos detentos.

Os produtos fabricados nas oficinas eram vendidos no galpão interno do presídio, onde os detentos organizavam uma feirinha na qual eram comercializados itens artesanais, a exemplo de –brinquedos como mané-gostoso e mobília doméstica em miniatura, molduras de espelhos, porta-toalhas, cabides, mesas, cadeiras, guarda-roupa e até camas³⁵¹. Para além destas atividades, eles assistiam às aulas e eram alfabetizados. O Quadro 8 contém detalhes sobre o elevado número de comparecimento às aulas. Na –Grandell, os presos tinham a oportunidade de melhorar o nível de escolarização, cuidado educacional reservado apenas para a população mais abastada na época. A maioria dos presos realizava atividades braçais para se manter e auxiliar seus familiares, todos situados na faixa da pobreza.

Quadro 8 - Relatório do Serviço Médico do Gabinete de Biologia Criminal e do Manicômio Judiciário Lemos Brito³⁵²

DESCRIÇÃO	TOTAL
Matriculados	45
Eliminados	0
Dispensados	0
Faltas	119
Comparecimentos	241
Frequência média mensal	301
Porcentagem da frequência	66
Média do aproveitamento	494
(Alunos brasileiros)	45
(Alunos estrangeiros)	0

Fonte: Boletim Mensal da Escola da Penitenciária – APES/SP⁵ - Diversos.

Funcionava na Penitenciária Modelo a Escola Olegário Dantas, dirigida pelo Cônego Carlos Costa e pelo Prof. Massilon Costa Dias, a qual funcionava no edifício da igreja. Nos estudos de Leite Neto sobre o sistema penitenciário, ele informou que –não poderia haver porventura lugar mais apropriado³⁵³. Foi também professora da Escola da –Grandell, na década de 50, a Prof^a Maria Bernadete, que desenvolveu trabalhos de alfabetização para os

³⁵¹ ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América**: a saga de uma comunidade. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 30.

³⁵² Relatório do Serviço Médico, realizado pelo Médico do Reformatório Penal, Dr. Canuto Garcia Moreno, 1948.

³⁵³ LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C. 1937. p. 74.

presos bem comportados [...] eles obedeciam à gente, mesmo os que eram obrigados. Sabíamos como lidar como eles. Nunca me trataram mal!³⁵⁴.

Aos domingos, ocorriam as missas e o capelão aproveitava para falar sobre a conduta dos detentos, proferindo no ato uma reflexão sobre as reais necessidades daqueles indivíduos:

Na verdade, senhores, eles precisam de terapêutica, isto é, assistência moral, de caridade, não aconselhar, no encorajar os espíritos abatidos e humilhados, não guiando-os para o bem que deve ser animado pelos bons exemplos da nossa vida social – cristão em concordância a regeneração de cada um deles, para o êxito da qual muito há de contribuir a escola, o trabalho e a religião.³⁵⁵

Nos discursos do cônego era sempre reforçada a efetivação da execução de ações que envolvessem no ambiente prisional a –escola, trabalho e religião, sendo este o tripé necessário para o desenvolvimento da regeneração na carceragem, para que assim pudessem ser colocados em prática os ensinamentos de uma vida regrada. Para eles, as atividades serviam como –terapêutica criminal, com o auxílio da escola e das oficinas, os reformadores conseguiam –educar e reeducar o delinquente, escudando-lhes as aptidões observando-lhe as tendências, os desvios morais e as perturbações psíquicas³⁵⁶. Mas será que ocorria isso, de fato?

Na epígrafe que origina este capítulo, o poeta Zózimo, na visita à –Grandell, observou os presos –manejarem, a ferramenta na feitura de trabalhos; afirmou, ainda, que era uma esplêndida escola do trabalho, onde o encarcerado encontrava também o –derivativo para as suas torturas morais, como adquirir uma profissão, que no amanhã, quando fossem abertas as portas da liberdade lhe daria um meio honesto de ganhar a vida³⁵⁷. Cumpre dizer, entretanto, que os visitantes só viam o prédio por outro ângulo, não sabiam da precariedade da Penitenciária Modelo, posta à margem pelos administradores, os quais faziam vistas grossas a muitas irregularidades que ali ocorriam.

³⁵⁴ ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 39.

³⁵⁵ FONSECA, Cônego Domingos. Discurso proferido pelo capelão da Penitenciária do Estado em nome da direção e dos presidiários, por ensejo da visita do Exmº Sr. Governador Arnaldo Rollemberg Gracez e de sua esposa D. Maria Augusta Garcez, Presidente da LBA, no magno dia de natal de Jesus de 1951. Aracaju: Imprensa Oficial, 1952. p. 5.

³⁵⁶ Ibidem, p. 5.

³⁵⁷ LIMA, Zózimo. Uma visita à Penitenciária Modelo. **Correio de Aracaju**, ano XXI, n. 755, 3 abril 1928. 1 CD ROM.



Figura 20 - Oficinas da Penitenciária Modelo

Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1940.

A ciência penitenciária atribuía ao trabalho das oficinas um dos atos que contribuiriam para a regeneração. Entretanto, as oficinas da Penitenciária consistiam numa série desconexa de ferramentas e pequenos utensílios, sob um vasto toldo erguido no prédio. O trabalho lá não era obrigatório: ficava ao –sabor do detento disse-nos o guia³⁵⁸. Os pavilhões das oficinas não possuíam calçamento; a seção tentava cumprir o papel de –readaptar pelo trabalho o delinquente encarcerado. O material utilizado era primitivo, embora estejamos falando de uma penitenciária, dita como modelo. As oficinas possuíam algumas máquinas destinadas aos trabalhos de marcenaria que teve uma repercussão maior ao confeccionar todo o mobiliário escolar necessário às escolas do estado. Era, sem dúvida, uma fonte de renda para o Estado de Sergipe, pois constituía uma mão de obra barata e proporcionava aos detentos uma forma de sustento próprio e da família. Salientou-se a criação de uma seção de sapataria para que os detentos pudessem confeccionar calçados para a polícia³⁵⁹.

Já no –repouso tético dos cubículos, a maioria dos detentos –ficavam na indolência, vegetando como planta de estufa na imobilidade dos ares confinados, como foi definido por Carvalho Neto, nos estudos sobre a História Social, tratando do cotidiano dos presos nas páginas do romance *Vidas perdidas*:

Apodrecia na ociosidade, é bem a expressão dessa vida marasmática, contaminada de vícios. Porque ainda que desejasse trabalhar, não havia onde o conseguir. [...] O pavilhão, a que se dava o nome pomposo de oficinas, não comportava além desse número reduzido de trabalhadores. Tudo ali era

³⁵⁸ JORNAL A REPÚBLICA, 22 set. 1932, p. 1.

³⁵⁹ LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C. 1937.

rudimentar, primitivo. Nada organizado, nada tecnicamente dirigido. Indústria paupérrima de cabides, vassouras de pindoba, espanadores, cestas de palha, cavaquinhos, violas, violões, cocos de cabo, brinquedos de pau, artefatos de chifre, pentes de osso, trabalhos manuais, em suma, de rendimento econômico miserável.³⁶⁰

Tecendo críticas sobre a carceragem sergipana, expôs ainda que o prisioneiro não movimentava o corpo; ficava sentando por várias horas em um –tamborete de pinho, ou em um cepo redondo de bandolal e executava as tarefas apenas com os braços e estes movimentos realizados ao longo dos anos traziam prejuízos a saúde, pois, ao fim do dia, ao –levantar tinha as pernas arqueadas como se houvesse os ossos entortados. No trabalho das oficinas não existiam orientações técnicas, não havia educação nem readaptação social. Passavam ao longe deste objetivo as oficinas, não havia maquinário suficiente, nem espaço: os presos —definhavam num sedentarismo enervante³⁶¹.

Apenas no governo de Leandro Maciel é que ocorre uma melhoria no serviço das oficinas e na diversidade de atividades desenvolvidas pelos presos. Era quatro o número de oficinas em que executavam os serviços de marcenaria, mecânica, alfaiataria e sapataria, conforme Quadro 9. Havia destaque para as atividades da sapataria, pois o governo investiu visando uma maior produção de calçados para comercialização e concorrência no mercado.

Quadro 9 - Produção nas oficinas da Penitenciária Modelo

FUNCIONAMENTO DAS OFICINAS	
MARCENARIA (confeção)	TOTAL DE PRODUÇÃO
Carteiras escolares	17
Mesas	40
Quadro-negro	40
Cavaletes	40
MECÂNICA (confeção)	TOTAL DE PRODUÇÃO
Estais	7
Retrancas	43
Suportes	52
Bizagas	1
	/
ALFAIATARIA (confeção)	TOTAL DE PRODUÇÃO
Roupas	655
Forros de cama	194
Fronhas	21
Aventais	11
SAPATARIA	Não informada a produção (grifo nosso)

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa³⁶².

³⁶⁰ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 158.

³⁶¹ Ibidem, 163.

³⁶² MACIEL, Leandro Maynard. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Apresentada por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1957. Aracaju: Imprensa Oficial, 1957. p. 33.

Retornando às críticas feitas no romance *Vidas perdidas*, vimos que a maioria dos indivíduos da –Grandell eram oriundas da roça, com hábitos diferentes dos cidadãos: –Pegar no machado ou na foice, derribar matos, atear fogo às queimadas, coivará-las, preparar o terreno, sulcá-lo com a enxada, revolvê-lo, abrir covas, plantar, limpar, colher-eis o que se havia aprendido deste menino [sic]||. Embora nos arredores do presídio houvesse área de cultivo, os administradores não compreendiam que através da agricultura fosse possível atribuir atividades para que os presos fossem regenerados||³⁶³.

Em tom irônico, Carvalho Neto teceu críticas ainda sobre a ausência dos aprendizados oriundos da vida pregressa do detento e da dificuldade de inserção nas atividades laborais, tendo –perdido, no cárcere, os hábitos da roça||, a exemplo cita a história do preso velho Olímpio que deixou a Penitenciária Modelo e passou muito tempo perambulando, batendo de lugar em lugar, procurando trabalho até que encontrou –vaga no corte de cana||, era o que conseguira, mas já estava velho e teria desaprendido as habilidades com o corte, sendo –chacoteado pelos amigos, ó leseira||: não sabia mais trabalhar o velho Olímpio.

Como consequência, o que vinha do interior, das fazendas, das usinas ou dos campos, tinha que sofrer uma transmutação completa no regime de trabalho. Tudo o que lá aprendera havia de ser abandonado definitivamente. Quer dizer: - incapacitava-se para a vida ativa, útil, produtiva. Quer dizer: - incapacitava-se para a vida ativa, útil, produtiva. O resultado inevitável era a ociosidade forçada, desaparelhando o homem para o regresso ao meio social, donde saíra com uma profissão e aonde volvia como vagabundo.³⁶⁴

Estudiosa da produção intelectual de Carvalho Neto, a historiadora Maria Socorro Lima intitulou o romance *Vidas perdidas* como um –romance penitenciário pedagógico||; nele, afirmou que o autor tece uma crítica ao sistema carcerário, através das histórias dos personagens. Augusto, estudante de Direito e duas professoras normalistas dão cor à narrativa: a educação e o direito penitenciário como alvo principal.³⁶⁵

Na trama, aparecem relatos que denunciam os péssimos serviços da carceragem, a ausência da gestão prisional e de uma política educacional, bem como as relações de privilégios políticos na escolha dos gestores do aparato prisional e da difícil inserção dos pobres no mercado de trabalho, ladeados por uma política de resquícios dos coronéis. São

³⁶³ Ibidem, p. 159.

³⁶⁴ CARVALHO NETO, Antônio Manuel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 160.

³⁶⁵ LIMA, Maria do Socorro. **Proposta de educação na produção intelectual de Carvalho Neto (1926-1948)**: Formação ética do Advogado, Educação Prisional e exercício do magistério e Educação para o Trabalho. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação. Doutorado em educação pela Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2016. p. 383.

também pontos importantes deste escrito, a passagem que demonstra a visita de governantes na unidade prisional, que, neste momento, chamava atenção para o cumprimento das -medidas acessórias do plano de reforma esboçado³⁶⁶.

Dentre as diversas histórias de presos retratadas no célebre romance *Vidas perdidas*, recorta-se a passagem do preso Luiz Beriba, conhecido como -perigosol, com 40 anos, -magricelal, com estatura mediana e -saliente; era temido pela população por ser um arrombador noturno que -para roubar, não hesitava em matar. As peripécias nas quais estava envolvido ocorriam sempre no trajeto de viajantes que saíam do município de Macambira para as feiras das regiões circunvizinhas nos assaltos, uma indumentária característica do cangaço: [...] chapéu de couro, enfeitado em moedas, lenço vermelho em laço no pescoço, com anel de ouro, presilhado à altura da gravata, rifle papo amarelo, cartucheira entupida de balas e um punhal com uma ponta afiada. Beriba certamente utilizou vestes de cangaceiros para causar temor nos arredores por onde andava.

Beriba, preso, continuou com suas aventuras na Penitenciária Modelo; uma delas ocorreu nas oficinas, -caracterizada por ser o melhor lugar para as comunicações e as fugas. Foi nas oficinas que o autor de latrocínios, Beriba, apresentava bom comportamento. Com intuito de articular sua possível liberdade, Beriba não saiu do cubículo para revista, os guardas foram encontrá-lo na cama -gemendo, queixando-se de reumatismo. -Doíam-lhe as pernas, dobradas pelos flexores endurecidos. Não aguentava que lhe tocassem nos joelhos, sentia dores agudíssimas³⁶⁷. O médico foi consultá-lo e realizou [...] uma breve anamnese e sucinto exame somático dos membros inferiores. O Dr. Arruda diagnosticou -reumatismo articular agudo. Como a enfermaria não possuía uma variedade de remédios, foi receitado o -ioduretol: Beriba fingia engolir o medicamento e logo simulou estar parálítico, com as -pernas encolhidas, imobilizadas. Eram os guardas ou companheiros que o retiravam ou deitavam na cama. Beriba, para encobrir a farsa, -começou a andar de cócoras.

Andava de forma que dava pena pelos pavilhões da grande -era um alejado inofensivo, gatinhando com o auxílio das mãos metidas em tamancos assim corria todo o presídio, ia aos pátios, às oficinas, e até gozava de permissão de dar o seu giro por fora, visto que não havia quem duvidasse de que realmente estivesse alejado.³⁶⁸

Todos ficavam com sentimento de pena, ao ver engatinhar, sentado nos pés, com as mãos em patas batendo no chão. Considerava ele incapaz de ofender -a quem quer que fosse.

³⁶⁶ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. *Vidas perdidas*. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 220.

³⁶⁷ Ibidem, p.170

³⁶⁸ Ibidem, p.170.

Digno de compaixão, Beriba requereu o indulto, sendo deferido em pouco tempo. Todos sentiriam saudades de Beriba, ao receber a ordem de saída: –com as mãos pretas, telépo, telépo, batendo os socos no chão, telépo, telépo, rumo à cidadell. Beriba foi solto em virtude de um ato do Governo; no caminho, a poucos metros da Penitenciária, Beriba –jogou no mato os tamancos e levantou-se, firme e perfeitamente sã, caminha desembaraçado, normalmente, e os que o vê andando ficam assustados, sem ação e questionam: como fora possível aquilo?!³⁶⁹

Beriba, –hábil farsante, com poderosíssima força de vontadell, conseguiu lubrificar a vigilância de todos que atuavam na administração da Penitenciária Modelo. A administração fora incapaz de descobrir tamanha farsa, histórias dissimuladas como estas eram comuns nos registros diários da Penitenciária Modelo. A liberdade constituía o objetivo de todos os presos ali presentes: –Há moças, ali, que perderam a esperança da liberdade e velhos condenados a 30 anos que a esperam como o cavalheiro enamorado espera a noiva no balcão florente do castelo medievall³⁷⁰.

O livramento condicional já era praticado em vários estados.³⁷¹ A liberdade condicional permeava os sonhos dos presos da –Grandell: após cumprir longos dias de penas e demonstrar bom comportamento era possível solicitar ao Conselho Penitenciário a concessão do livramento condicional. Esse Conselho Penitenciário atuava na organização administrativa e tinha o intuito de diminuir a superlotação da Penitenciária Modelo. Surgiu como um órgão responsável pela concessão do Livramento Condicional. Em alguns casos, os familiares dos detentos procuravam o Conselho para suplicar ajuda, como foi o caso de Ana Felícia, mãe do sentenciado Manoel Calazans Guimarães, em carta ao conselho penitenciário, solicitando a concessão do livramento de seu filho Manoel Calazans Guimarães, presidente do Grêmio Literário Graccho Cardoso³⁷².

O livramento condicional ocorria a partir do envio do pedido ao Conselho Penitenciário e da comissão solicitando as informações minuciosas sobre a vida pregressa e carcerária do detento à direção da Penitenciária para conseqüente discussão em reunião com a

³⁶⁹ Ibidem, p. 171.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ LIMA, Zózimo. Uma vista à Penitenciária Modelo. **Correio de Aracaju**, ano XXI, n. 755, 3 abril 1928. 1 CD ROM.

³⁷² O livramento condicional era concedido mediante requerimento do sentenciado, de seu cônjuge ou de parente em linha direta, da proposta do diretor do estabelecimento penal ou por iniciativa do Conselho Penitenciário. Para este fim, o diretor do estabelecimento emitiria ao Conselho Penitenciário minucioso relatório sobre aspectos da vida e as relações sociais do detento. O livramento condicional consistia na liberdade antecipada, concedida ao sentenciado que já tivesse cumprido uma parcela de sua pena, exigida pela lei. O livramento tentava efetuar a reeducação do preso. Sua importância consistia na ressocialização por meio do tratamento carcerário e na sua conduta na Penitenciária, pois futuramente havia de devolvê-lo à sociedade como um indivíduo reintegrado. Pedido de Livramento Condicional – APES/SP⁵-144.

comissão. Sendo agraciado com o deferimento do Livramento Condicional, o detento passaria a ter obrigação com a *cardeneta do liberado* e ter outra conduta fora da prisão. Os sentenciados tidos como liberados eram condicionados à atuação do Patronato de Liberdade em Sergipe.

O criminalista Evaristo de Moraes abordou que essa instituição teve caráter apenas teórico. Este patronato era composto de um advogado, um médico distinto pelo saber e pela moral, um comerciante e de dois industriais de reconhecido prestígio e probidade.³⁷³ Segundo o relatório do bacharel Francisco Leite Neto, Diretor da Penitenciária do Estado, a função deste patronato era prestar assistência aos sentenciados que fossem beneficiados pelos sursis e pelo Livramento Condicional³⁷⁴. O egresso da prisão enfrentava dificuldade para arranjar trabalho e este era o papel do patronato: facilitar a reinserção social do egresso.³⁷⁵

Além da concessão do livramento condicional, ocorria também o pedido do indulto. Os indultados estariam livres para passar os festejos natalinos com seus familiares. Em uma das cerimônias, o diretor do estabelecimento, o Dr. Álvaro Silva, dirigiu palavras de animação, conselho e estímulo aos detentos, pedindo-lhes:

[...] que não festejassem a aleluia de sua liberdade com uma gota sequer de álcool, e se lhes faltassem os primeiros recursos que não se aventurassem às sortidas traiçoeiras das solicitações de jogos e que não os deixassem atrair pelas más companhias: que lhes fossem guardados com avareza o tesouro que tanto representava a liberdade que alcançavam.

Ainda na mesma cerimônia, o Coronel Augusto Maynard aproximou-se dos detentos e cumprimentou-os com palavras carinhosas e, em nome dos agraciados, falou eloquentemente o detento Waldemar Lima, um dos mais -faladores|| da Penitenciária Modelo³⁷⁶. Sem dúvidas, pleitear a liberdade era o sonho de todos os detentos, a vida do lado de fora era esperada em

³⁷³ É uma instituição que concede assistência médico-social aos egressos da prisão, em geral um grupo constituído por pessoas da comunidade. LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C. 1937. p. 81.

³⁷⁴ O Livramento Condicional em Sergipe foi instituído pela Lei nº 397, de 30 de outubro de 1900, e sancionado pelo Pe. Olympio Campos.

³⁷⁵ Nos estudos de Carlos Aguirre sobre os pontos de vista controversos do encarceramento em Lima/Peru, vimos as primeiras menções sobre o surgimento do Patronato como a primeira sociedade fundada em Lima no início de 1890 pelo Professor de direito da Universidade de San Marcos, Ricardo Heredia e seus alunos. Nos anos posteriores a sociedade participava ativamente visitando prisioneiros, ouvindo suas queixas, certificando-se de que eram pagos por seu trabalho e ajudando-os no final de suas penas de prisão. Foi apenas em 1910 e 1920 que essa questão foi revisada pelas novas gerações de criminologistas e uma tese escrita em 1919 insistia na importância dessas organizações como o único meio de impedir a reincidência. Ver: AGUIRRE, Carlos. *Disputed Views of Incarceration in Lima, 1890-1930: The Prisoners Agenda for Prison Reform*. In: JOSEPH, Gilbert M; SALVATRONE, Ricardo D; AGUIRRE, Carlos. **Crime and Punishment in Latin America**. Durke University Press, 2001. p. 343.

³⁷⁶ SERGIPE JORNAL, 27 dez. 1930. p. 1.

todos os dias que ali viviam.³⁷⁷ Mas, até que esta agracie os detentos da –Grandell, restava-lhe a rotina árida, com o ócio relatado e castigos, item sobre o qual esta tese se debruçará a seguir.

3.2 —Remédio de Preso é Paul: os Castigos

Corriam os primeiros anos da República, a escravidão já havia sido abolida. Aracaju vivenciava o período pós-abolição, era comum a polícia perseguir os indivíduos que viviam embriagados e conseqüentemente puniam os –perturbadores da ordem, eram corriqueiras as –algazarras, correrias, gritos e palavrões³⁷⁸. As ruas eram certamente os lugares mais vigiados e frequentados pelos ditos populares condenados à prisão e que carregavam estigmas em relação ao gênero e à raça. Esse era o perfil da população prisional da –Grandell em seus dias sombrios.

O cotidiano prisional da Penitenciária Modelo era regulado por um Livro de Parte Diária, onde o guarda prisional escrevia em seu plantão todas as informações que ocorriam naquele ambiente –solitário e sombrio, porém, ao mesmo tempo, em que ocorriam trocas de alegrias e experiências. O regulamento institucional especificava cada item de atuação dos presidiários³⁷⁹. Na Penitenciária Modelo, os presos desobedeciam constantemente esse regulamento. Lá era o lugar da sublevação, onde o regime impunha diversas questões como manter o silêncio evitando algazarras, limpar as dependências, obedecer aos guardas, seguir as ordens impostas, para além de mostrar-se educados sujeitando-se aos funcionários e às pessoas que visitavam o estabelecimento e trabalhavam nas oficinas, conforme regra do dia.

O regulamento instituía a disciplina, embora não se efetivasse. Nesse sentido, Michel Foucault observou que a disciplina construía um conjunto de fórmulas gerais de dominação, utilizando um método que permitisse um controle minucioso das operações dos corpos, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impunha uma relação de docilidade-

³⁷⁷ A concessão do Livramento Condicional, foi pleiteada também por Madame Satã. Importante recordar aqui as desenvolturas através das quais Madame Satã passou para alcançar a sua liberdade. Ao chegar no presídio de Ilha Grande, soube que o diretor da prisão necessitava de um cozinheiro, logo Satã realizou um teste e preparou um –arroz soltinho com feijão, salada bem temperada e um gostoso rosbife; estes dotes culinários lhe garantiram o cargo de cozinheiro, favorecendo-lhe ótima estadia no presídio e futura liberdade. Ver: DURST, Rogério. **Madame Satã: com o diabo no corpo**. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 37.

³⁷⁸ O memorialista Murillo Melins, nos relatos sobre as décadas de 40 e 50, aponta em crônica intitulada *As queixas da nossa gente*, as práticas de vandalismos ali existentes na cidade de Aracaju, na primeira metade do século XX. Ver: MELLINS, Murilo. **Aracaju: pitoresco e lendário**. Aracaju: Empresa Gráfica da Bahia, 2015. p. 321.

³⁷⁹ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES.

utilidade³⁸⁰. Independentemente da disciplina, ações de rebeldia eram comuns entre os condenados. Como exemplo, temos a passagem do trabalhador braçal José Reginaldo dos Santos, de um [...] 1,64 metros, natural de Riachão do Dantas, com 25 anos, pardo e solteiro, condenado pelo crime de homicídio³⁸¹. Ele chegou à penitenciária por ter matado o tio de sua esposa, o qual não lhe tinha pago o valor que merecia pelos dias trabalhados em sua terra. Receberia o valor de 10\$000, mas a vítima só pagara 3\$000. O prontuário traz alguns detalhes do crime: –Discutimos, eu peguei a foice e dei-lhe um golpe no braço, outro que pegou na cabeça e outro no pescoço. Ele custou a morrer³⁸². Ao chegar à Penitenciária Modelo, foi notificado pelos peritos e em seu prontuário foram descritos os castigos, por desobediência ao guarda e fuga pelo portão. Desse modo, o detento foi penalizado pelo artigo 16³⁸¹, item c do regulamento interno da instituição³⁸².

Quando tudo parecia perfeito, tendo sido aplicadas as regras institucionais, algo inusitado ocorria: os detentos chamavam atenção a todo custo, atitudes de desobediência ocorreram envolvendo o detento Evaristo José dos Santos, que tocou fogo no cubículo e, no decorrer do ato, o guarda observou uma nuvem de fumaça no raio oeste³⁸³, que revestia todo o cubículo do detento, de número 124. O fogo incendiou o colchão e se alastrou pela coberta e o lençol; o motivo do ocorrido teria sido o fato de o detento fumar, mas, na verdade, queria protestar contra as ordens estabelecidas, com o intuito de chamar atenção³⁸⁴.

A Penitenciária Modelo era um espaço de interação, sublevação e conflitos diários, como foi observado no caso de Cícero Vieira da Rocha, filho de Manoel Rocha e Maria Rocha, natural de Aquidabã, com 26 anos, –solteiro³⁸⁵ e –engraxate³⁸⁶, de cor –moreno³⁸⁷. Ele ingressou no Reformatório Penal em 22 de março de 1949. Fez o primeiro estágio regulamentar, saiu e baixou à enfermaria com febre de paludismo. Em 1950, começou a frequentar as oficinas sem trabalho certo. Matriculou-se na escola do estabelecimento e assistia às aulas de educação moral e cívica. Para além dessas atividades, era sócio do Grêmio e exercia as funções de engraxate. Lemos no prontuário de Cícero Vieira da Rocha, que a Penitenciária era também lugar do uso frequente de bebidas alcoólicas, de jogos proibidos, de instrumentos e constantes altercações entre os detentos e os administradores do presídio. Em

³⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 118.

³⁸¹ Artigo 16. Dos presidiários: c) –Devem mostrar-se polidos e educados, quando tratarem com os funcionários do estabelecimento e com as pessoas que lhes visitarem no estabelecimento³⁸¹. SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 – APES. p. 261.

³⁸² Prontuário do Sentenciado de nº 433 – APES/SP⁵-262.

³⁸³ Raio é o termo cujo significado se refere às divisões em que se localizam os cubículos.

³⁸⁴ Livro de Parte Diária, 1 ago. 1955 – APES/SP⁵-103.

15 de novembro do ano de 1945, começaram a ser registrados no prontuário de Cícero os castigos e punições, pois ele foi surpreendido ingerindo bebida alcoólica, sendo penalizado por 4 dias de confinamento em cubículo. É curioso notar que os castigos foram frequentes desde sua entrada no estabelecimento, porém não deixou de praticar desordens e, por isso, era punido no castigo disciplinar, o que podemos observar no Quadro 10³⁸⁵.

Quadro 10 - Castigos³⁸⁶

MÊS	DIA	ANO	CAUSA	PENA DISCIPLINAR
Novembro	15	1949	Uso de bebidas alcoólicas	4 dias de cubículo
Janeiro	21	1950	Luta com companheiro	24 horas de cubículo
Março	11	1950	Luta com companheiro	7 dias de cubículo
Setembro	7	1950	Oferta de dinheiro (suborno) a um soldado da guarda para trazer aguardente	4 dias de cubículo
Novembro	21	1950	Desrespeito à moral	2 dias de cubículo
Junho	1	1951	Uso de bebidas alcoólicas	3 dias de cubículo
Agosto	10	1951	Uso de bebidas alcoólicas	3 dias de cubículo
Setembro	5	1951	Uso de bebidas alcoólicas	3 dias de cubículo
Setembro	14	1951	Jogo proibido	1 dia de cubículo
Dezembro	10	1951	Uso de bebida alcoólica	5 dias de cubículo
Março	17	1952	Jogo proibido	7 dias de cubículo
Abril	14	1952	Tentativa de fuga	30 dias de cubículo
Maiο	17	1952	Desrespeito ao comandante da guarda	2 dias de cubículo
Junho	19	1952	Compra de maconha	2 dias de cubículo
Julho	16	1952	Uso de bebida alcoólica	10 dias de cubículo
Agosto	8	1952	Luta corporal com um colega	24 horas de cubículo
Agosto	21	1952	Luta corporal com um colega	4 dias de cubículo

³⁸⁵ Nem sempre as penas disciplinares eram impostas como descrevia o regulamento, nos prontuários aparecem divergências do quantitativo de dias que os detentos passavam no cubículo. Sobre as penas aplicadas ao castigo vimos os seguintes artigos:

Art. 44. Todo sentenciado que infringir o silêncio noturno, ou disposições regulamentares, será advertido pelo guarda que estiver em serviço. Se porém o sentenciado não atender, será punido com a reclusão de um ou dois dias na célula.

§1º. Se a desobediência for acompanhada de clamor, ou insulto ao funcionário do estabelecimento, ou a outro presidiário a pena será de reclusão por cinco a quinze dias.

§ 2º. Se o sentenciado procurar evadir-se, a pena será de um a três meses de reclusão na célula, sofrendo o dobro da pena se procurar aliar companheiros.

§3º. Quando o sentenciado procurar agredir a outro companheiro, ou a qualquer funcionário do estabelecimento, a pena será a do parágrafo anterior, aplicando-se-lhes algemas, se necessário.

Ver: SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 – APES/ SP⁵. p. 265.

³⁸⁶ Prontuário da Penitenciária do Estado de Sergipe de Cícero Vieira da Rocha, 20 de novembro de 1956.

MÊS	DIA	ANO	CAUSA	PENA DISCIPLINAR
Setembro	13	1952	Arremesso de uma lata de querosene vazia em um colega, a fim de provocar luta	3 dias de cubículo
Fevereiro	22	1953	Desobediência às ordens do guarda	5 dias de cubículo
Abril	20	1953	Jura de bater no guarda de serviço	5 dias de cubículo
Agosto	19	1953	Uso de bebida alcoólica, precisou intervenção da polícia.	3 dias de cubículo
Dezembro	12	1953	Jogo proibido	7 dias de cubículo
Dezembro	19	1953	Uso de bebida alcoólica	30 dias de cubículo
Fevereiro	8	1954	Luta corporal com outro	7 dias de cubículo
Março	20	1954	Uso de bebida alcoólica chegando no Manicômio, tentou ferir o guarda por ser encontrado uma faca no seu cubículo.	5 dias de cubículo
Dezembro	1	1954	Detecção de uma faca no seu cubículo	5 dias de cubículo
Julho	7	1955	Uso de bebida alcoólica	7 dias de cubículo
Mai	27	1955	Discussão com outro detento durante a aula	5 dias de cubículo
Novembro	13	1955	Jogo proibido	Advertido.
Junho	9	1956	Ordens do Diretor	Advertido
Junho	11	1956	Discussão com outro colega	10 dias de cubículo
Junho	16	1956	Uso de bebida alcoólica	15 dias de cubículo
Agosto	3	1956	Desobediência ao guarda de serviço	5 domingos visitas
Novembro	12	1956	Jogo proibido	4 dias de cubículo
Janeiro	23	1957	Ameaça ao colega com uma faca	4 dias de cubículo
Abril	21	1957	Ingestão de verniz; extração de 1 botão do fardamento do policial e uso de força contra a polícia	10 dias de cubículo
Junho	8	1957	Uso de bebida alcoólica	5 dias de cubículo
Junho	11	1957	Desacato ao cozinheiro do dia	24 horas de cubículo
Julho	17	1957	Discussão com um colega, alcoolizado	7 dias de cubículo
Fevereiro	23	1958	Uso de bebida alcoólica	10 dias de cubículo
Junho	1	1958	Ingestão de verniz	7 dias de cubículo
Agosto	9	1958	Desobediência às ordens da Diretoria
Abril	5	1959	Desrespeito ao seu colega	5 dias de cubículo
Junho	28	1959	Censura ao guarda de serviço	Advertido

Fonte: Prontuário do detento Cícero Vieira da Rocha – APES/SP⁵.

Como se pode ver, o prontuário de Cícero mostra que a sua estadia na Penitenciária Modelo era permeada por animosidades. O regulamento da instituição legitimava que era atribuição dos presidiários mostrarem-se polidos e educados, ao tratarem com funcionários do

estabelecimento e com pessoas que lhes visitassem³⁸⁷. Contudo, não foi isso que Cícero compreendeu: a –Grandell não ficou tranquila em presença Cícero, certamente não se relacionou bem com a comunidade prisional e nem com a administrativa. Em sua passagem, desacatou o cozinheiro, por não querer o cardápio oferecido no dia e, como se não bastasse, discutiu nas aulas com os colegas e logo se envolveu numa tentativa de fuga. As artimanhas de Cícero são típicas de um indivíduo que procurava subverter a ordem estabelecida e que nem mesmo os castigos e as disciplinas mudaram sua conduta. Na –Grandell, conforme vimos anteriormente, aplicava-se o isolamento da cela, segundo o sistema da Filadélfia, mais o regime de trabalho obrigatório acrescido da segregação noturna e o silêncio pelo dia, oriundo do sistema de Aurburn.

A clássica obra do filósofo francês Michel Foucault, *Vigiar e punir*, aborda o surgimento da punição aplicada no Ocidente, durante o século XVIII, à luz do Antigo Regime, e faz uma abordagem sobre os debates acerca dos castigos trilhando suas diversas formas. Dentre elas as punições físicas que eram realizadas nas praças públicas, mostrando todo o poder soberano da vigância e punição. Nas palavras de Foucault –Castigos secretos e não codificados pela legislação, era um poder de punir que se exercia na sombra de acordo com os critérios e instrumentos que escapam ao controle³⁸⁸, estes castigos tinham uma certa técnica corretiva como afirmou o autor.

Passando séculos podemos afirmar que a aplicabilidade dos castigo na –Grandell era procedida de forma aleatória. São exemplos destes fatos a análise dos castigos no livro que descreve minuciosamente os motivos do recolhimento dos presos no cubículo. Foi possível depreender da observação das fontes que não existia ao certo uma legitimação do quantitativo de dias nos quais os detentos cumpriam os castigos; em muitos dos casos, ocorriam esporadicamente e ao –bem querer do corpo administrativo em execução. Nem sempre eram cumpridas as regras disciplinares instituídas pelo capítulo VI, artigo 42 das penas disciplinares.³⁸⁹

³⁸⁷ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES.

³⁸⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 107

³⁸⁹ Das penas disciplinares - artigo 42. As penas disciplinares serão impostas aos sentenciados na seguinte ordem, sem prejuízo das penas criminais em que incorrem pelo mesmo fato: a) privação de visitas, correspondência ou outra concessão; b) degradação de classe; c) redução, ou privação temporária do salário; d) reclusão na cellula; e) em casos de extrema necessidade, quando o detento houver cometido falta gravíssima, insubordinando-se contra os guardas, poderão ser aplicadas algemas, que não prejudiquem a saúde do delinquente, mas lhe impossibilitem uma violência, ou desforço pessoal. Ver: SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 264.

Quadro 11 - Livro dos Castigos³⁹⁰

Motivo do recolhimento ao cubículo	Consumo de maconha
	Censura/crítica à -Grandell
	Furto de verniz
	Embriaguês causada por ingestão de verniz e sedução/assédio ao colega (pederastia)
	Consumo de maconha e álcool
	Ataque verbal à moral do guarda
	Embriaguez
	Desobediência ao regulamento da Penitenciária
	Detecção de uma faca (arma branca) em poder do detento
	Ausência à revista – 24 horas
	Abandono do serviço/atividades
	Recusa ao serviço de roça
	Ataque ao guarda com água
	Destruição da vidraça do refeitório
	Envolvimento em planos de fuga
	Descumprimento da ordem do guarda
	Furto da <i>japonesa</i> (sandália) do colega
	Respostas grosseiras
	Destruição do teto do cubículo
	Uso de bebidas alcoólicas
	Ofensas verbais dirigidas à mãe do guarda
	Furto de uma jarra de verniz
	Desprezo ao alimento
Participação em jogos com baralho	
Relações sexuais com um louco (pederastia)	

Permaneciam nos castigos disciplinares por faltar respeito ao carcereiro, transgressão à ordem médica, descumprimento das ordens do regulamento, lutas corporais nos cubículos, abusos sexuais, insubordinações e gritos quando o silêncio deveria imperar. A exemplo das insubordinações temos o caso do preso Manoel Dantas, que foi castigado por tentar transmitir por meio de cartas notícias falsas do estabelecimento e por isso recebeu pena disciplina de 8 dias de cubículo³⁹¹. E, de igual modo, o preso João Santos, burlando a vigilância para enviar cartas ao Deputado Albino Silva da Fonseca, não sendo possível identificar qual pena disciplinar foi aplicada³⁹². Citamos aqui o autor Carlos Aguirre, ao afirmar que os castigos eram vistos como um privilégio e um dever em mãos dos grupos dominantes dentro de seus

³⁹⁰ Livro de Castigos da Penitenciária Modelo – APES/SP⁵.

³⁹¹ Prontuário da Penitenciária Modelo – APES/SP⁵-61.

³⁹² Relatório apresentado pela Diretoria do Reformatório Penal, sobre o pedido de livramento condicional, formulado pelo sentenciado João dos Santos – APES/SP⁵-169.

esforços por controlar os grupos turbulentos e que não mereciam proteção dos direitos civis e legais.³⁹³

Dante disso, o que foi possível auferir é que os presos subvertiam as ordens estabelecidos na -Grandell, criando estratégias de sobrevivências no espaço prisional e burlando o regulamento, a exemplo da venda da maconha, que constituía um comércio amplamente instituído no espaço prisional, para esta prática eram aplicados até 10 dias de pena disciplinar aos detentos que vendiam o entorpecente, como já visto no capítulo II desta tese.

Na -Grandell, para além da pena disciplinar, existia também a aplicação dos castigos corporais, com -chicote e cipóll que continuaram a ser usados mesmo depois da abolição da escravatura. É o que veremos a partir de agora³⁹⁴.

3.3 O Caso do —Chicote de Borrachal e do —Cipó Caboclo

Vozes do Cárcere

Ilmº Exmº Senhor Dr. Redactor do Diário da Manhã – saudações – peço publicar esta carta no vosso estimado jornal - Nós Detentos da Penitenciária do Estado de Sergipe, estamos sem garantia, pois acha-se na frente como Diretor o conhecido Dr. Oscar Lacerda. Este homem vive maltratando os presos, e diz que veio com ordem de espancar por conta própria. O Dr. Oscar Lacerda quando foi scientificado do artigo publicado no Jornal o Norte, que dizia o Sr. Getirana ter sido tratado com generosidade pelos presos que não trabalhavam nas officinas, nas cellas, de castigo; existem 23 presos trancados incomunicável, sem terem cometido nenhuma falta. Pedimos pelo amor de Deus que a imprensa sergipana trabalhe para aliviar os sofrimentos dos que sofrem desde quando aqui chegou o Dr. Lacerda Ilmº Sr. Redactor, em nossas veias corre também o sangue brasileiro somos criminosos, mas não perdemos o amor da pátria, nem também estamos na escravidão estamos numa época de liberdade. V. Ex. peça para o governo mandar abrir um inquérito a fim de apurar as irregularidades que constantemente se desenrolam no presídio. Peço de joelhos prostado misericórdia em favor dos

³⁹³ AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na America Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1. p. 71.

³⁹⁴ A historiografia apresenta importantes trabalhos sobre a aplicação dos castigos, dentre eles temos a clássica obra do historiador Álvaro Nascimento, uma abordagem importante acerca dos sentidos dos castigos corporais aplicados na Marinha de Guerra, enfatizando que a aplicação dos castigos não estava somente atrelada à origem social dos marinheiros, mas ligada ao preconceito racial dos oficiais, pois a maioria dos marinheiros era mestiça e negra. Em pleno período republicano eram aplicadas chibatadas nos oficiais. Ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina: na revolta dos marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008. Não podemos deixar de citar as Memórias de Madame Satã, de Sylvan Paezzo e sua importância para o conhecimento do sistema prisional carioca através das narrativas construídas do —mito da Lapal, o homossexual e travesti que viveu no Rio nas primeiras décadas e, dentre os crimes cometidos, citamos a perseguição por ter baleado um guarda e ter chamado-o de -veadoll. Ver: PAEZZO, Sylvan. **Memórias de Madame Satã**. Rio de Janeiro: LIDADOR, 1972.

oprimidos encarcerados, se a imprensa não nos valer estamos desgraçados por toda vida.

Um detento³⁹⁵.
(Preso a meses, incomunicável).³⁹⁶

Era época de Revolução e de transições no cenário político sergipano³⁹⁷. Neste contexto, é publicada em primeira página na manhã de 31 de julho de 1930, uma carta no periódico *Diária da Manhã* com o título “*Vozes do cárcere*”. O conteúdo dessa carta foi escrito por um detento incomunicável que denunciava sofrer os maus tratos a que eram submetidos os presos na Penitenciária Modelo a mando do Dr. Oscar Lacerda³⁹⁸. É curioso notar no relato do periódico o modo como o detento se expressou, ao afirmar ser criminoso, mas que não havia perdido o amor à pátria e nem estava –nos tempos da escravidão, mas de liberdade. Por que esse detento toca na questão do patriotismo? E o que teria levado ele a comparar a época em que vivia com a permanência da escravidão? Pelo que vimos, o preso tinha conhecimento dos direitos atribuídos à população carcerária e à preservação dos direitos humanos, bem como a noção de que a escravidão já havia sido abolida. Assim, contestava o fato de serem trancados incomunicavelmente por diversos dias, sem nada terem feito, a não ser buscar seus direitos de cidadãos: sem dúvida era a voz de um detento no período pós-

³⁹⁵ DIÁRIO DA MANHÃ, 31 jul. 1930. p. 1.

³⁹⁶ A historiografia sobre as prisões e prisioneiros traz bons textos sobre o cotidiano prisional e as estratégias pretendidas no espaço prisional. A historiadora Marielene Sant’Anna mostrou que os jornais da cidade do Rio de Janeiro denunciavam escândalos de desvio de dinheiro e omissões dos diretores. Fugas, castigos e visitas de jornalistas também chegavam aos leitores da cidade, que pareciam se interessar pelas histórias, dada a frequência com que continuavam suas narrativas na imprensa. E com a chegada da República, a –Correção passou a aparecer nas páginas dos jornais. Revoltas coletivas, desordens, denúncias de presos, escândalos da direção, histórias mais enredadas de presos demonstravam um nova face do estabelecimento. Ver: SANT’ANNA, Marielene Antunes. Existem boas almas atrás das grades? Representações de prisões e prisioneiros na imprensa do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ROSEMBERG, André; BRETAS, Marcos Luiz; CARNEIRO, Deivy Ferreira. **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 277.

³⁹⁷ Para conhecer sobre a participação do Estado de Sergipe na Revolução de 1930 é importante visitar a obra do historiador Ibarê Dantas. Ver: DANTAS, José Ibarê Costa. **A Revolução de 1930 em Sergipe**: dos tenentes aos coronéis. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

³⁹⁸ A historiadora Marielene Sant’anna, nos estudos sobre os prisioneiros na imprensa no Rio de Janeiro, apontou que as Casas de Detenção e Correção tornaram-se espaços privilegiados para pensar a relação da imprensa com o governo republicano. Salienta ainda que, –os jornais denunciavam espancamentos, privações, a diminuição da boia, a chicotada com vara de marmelo, fugas, revoltas, utilizando algumas vezes as próprias denúncias dos presos e familiares que chegavam, por meio de correspondências, às redações. Ver: SANT’ANNA, Marielene Antunes. Existem boas almas atrás das grades? Representações de prisões e prisioneiros na imprensa do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ROSEMBERG, André; BRETAS, Marcos Luiz; CARNEIRO, Deivy Ferreira. **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 269.

abolição, reivindicando melhores condições de vida no presídio e rebelando-se contra o abuso do poder do corpo administrativo da Penitenciária Modelo³⁹⁹.

Como vimos no enunciado da carta, não há assinatura; afinal, quem seria esse detento? São estas as questões que iremos descortinar no decorrer da leitura desta seção. É importante salientar que a denúncia faz parte de uma rara documentação, pois é a única carta de presos que encontramos no emaranhado de papéis corroídos pelo tempo, mas ricos em informações sobre as estratégias de resistências que os detentos empregavam⁴⁰⁰. O estudo sobre prisões mostra que havia estas características em outros estados, como foi o caso detectado pela antropóloga Débora Diniz, nos estudos sobre a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, no qual mostrou que haviam [...] cartas de amor, cartas de saudade, cartas de filhos, cartas eróticas e cartas bandidas⁴⁰¹.

As histórias de violências permeavam o cotidiano da então –Casa de Regeneração do Estado de Sergipe e tais fatos eram constantemente citados nas páginas dos jornais sergipanos e notificados pelas autoridades locais. As notícias denunciavam que o capitão Milton, espancava barbaramente, por qualquer motivo, os detentos ali recolhidos e que o fazia por ordem do diretor da Penitenciária. Segundo os detentos, eles eram surrados até virem a óbito e o diretor, apesar de médico, os deixava morrer –comidos de bichos⁴⁰². O diretor era também acusado de chefiar as farras e cachaçadas no estabelecimento no período noturno com mulheres⁴⁰³. Neste período, o diretor residia na Penitenciária e eram animadas as noitadas em companhia de amigos e mundanas que lhe chegavam da cidade, [...] nas horas mortas, juntando-se-lhes, em farra bocante e pornográfica, as criminosas do presídio⁴⁰⁴.

Em virtude das matérias publicadas na imprensa sergipana, o Governo instaurou uma inspeção no prédio da Penitenciária Modelo. Os presidiários traziam à tona a voz daqueles que viviam no ambiente prisional, excluídos e à mercê das ações dos mandatários do governo,

³⁹⁹ Enviar cartas pedindo socorro era prática comum nas cadeias durante o século XIX. A historiadora Cláudia Trindade trabalhou com documentos produzidos no interior da prisão, a partir de cartas de presos. TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser preso na Bahia no século XX**. 2012. 304 f. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

⁴⁰⁰ Nos estudos sobre a vida dos homens infames, Michel Foucault falou sobre a importância das fontes. —Não é uma compilação de retratos que lerá aqui, são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram instrumentos. Vidas reais foram desempenhadas nestas poucas frases⁴⁰⁰. FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Ética, estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

⁴⁰¹ DINIZ, Débora. **Cadeia**: relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 18.

⁴⁰² SERGIPE JORNAL, 4 dez. 1930.

⁴⁰³ O historiador Edvaldo Neto Souza, nos estudos sobre o pós-abolição em Sergipe, a partir do trato com as fontes judiciais e jornalísticas, enfatizou que, –a vigilância moral existente no seio da sociedade aracajuana era constantemente registrada na imprensa. Ver: NETO SOUZA, Edvaldo Alves. **Saindo das senzalas, mas não da história**: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900). São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p. 54.

⁴⁰⁴ Relatório do Tribunal do Estado de Sergipe. Procuradoria Geral do Estado de Sergipe. p. 14

como podemos observar no relato que viviam sofrendo e recebendo os maiores e mais cruéis maus tratos, não só por parte do Dr. Oscar Lacerda, ex-diretor, como também por parte do tenente Miguel Pereira, que, obedecendo a ordens daquele, espancava barbaramente os presidiários, conforme vimos nas declarações e reclamações:

[...] na administração passada, viviam sofrendo e recebendo os maiores e mais cruéis maltratos, não só por parte do Dr. Oscar Lacerda, ex-diretor, como também por parte do tenente Miguel Pereira, que, obedecendo ordens daquele, espancava barbaramente os presidiários, que o presidiário de nome José Ferreira levou trez surras formidáveis, vindo a morrer, em consequência do último espancamento, em 30 de dezembro de 1929; que foram espancados barbaramente os presidiários de nomes Luiz Manoel dos Santos, José Francisco, vulgo Xixiu, Antônio Nunes, João Dantas e outros; que o réu José Mendes morreu comido de bichos, sem socorros médicos; que o sentenciado Antônio Nunes não morreu assassinado porque o soldado de nome José Francisco não obedeceu às ordens recebidas, que, por falta de guardas e defeitos no raio sul, vários presidiários fugiram. Estas declarações foram confirmadas por mais de 100 detentos.⁴⁰⁵

No relatório do tribunal, encontramos algo em comum com a carta enviada pelo preso mencionada no início da presente seção. As denúncias publicadas no *Jornal Diário da Manhã* propiciaram a tão sonhada e esperada inspeção, solicitada pelo detento que estava no isolamento há meses nas dependências da Penitenciária Modelo. O Ministério Público realizou uma minuciosa inspeção na Penitenciária Modelo, até então dirigida pelo doutor Oscar Peixoto de Lacerda, auxiliado por uma guarda comandada pelo capitão Miguel Rodrigues Pereira, alcunhado de Miguelzinho. O processo foi instaurado e o Capitão Miguel foi preso na Penitenciária, já o Dr. Oscar Lacerda desapareceu, como consta no processo, —[...] achava-se ausente deste termo em lugar incerto e não sabido e deixou um advogado para defendê-lo, mas a justiça foi clara ao sinalizar que o Dr. Oscar deveria aparecer em –carne e ossol. O motivo que gerou o processo foi o espancamento do detento José Ferreira da Silva, que ocorreu na noite sinistra de 31 de julho de 1929, quando foi conduzido ao Necrotério da Penitenciária e lá padeceu suplício gerado por duros chicotes. E, logo depois, o Dr. Oscar firmou o óbito do detento, acometido de tuberculose pulmonar e conduzido ao cemitério dos Cambuís e sepultado em terra rasa dos indigentes⁴⁰⁶.

Tentamos descortinar o motivo pelo qual o detento José Ferreira da Silva fora espancado até vir a óbito. E o pior: os documentos afirmavam que no processo de exumação do cadáver de José Ferreira havia uma impertinência, pois 12 meses haviam se passado da sua morte, até o dia em que o fato chegou ao conhecimento das autoridades, chegando à

⁴⁰⁵ Ibidem.

⁴⁰⁶ Relatório do Tribunal do Estado de Sergipe. Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, 13 de novembro de 1930. p. 5.

conclusão de que a morte decorreria de um bárbaro espancamento e não das doenças expostas no óbituário. Seriam os presos espancados por denunciarem na imprensa os maus tratos, expondo os detalhes dos momentos do episódio da –noite sinistral? É o que veremos a partir deste momento.

O documento produzido pelo Tribunal da Relação traz o nome dos cinco detentos envolvidos, mas que só foi exposto depois que o diretor e o capitão deixaram o estabelecimento, pois se tivessem denunciado antes iria resultar em intensos espancamentos. O diretor era chamado de –bravo|| pelos presos e ele chamava os detentos de –gente irada|| e falava ainda que, além do –cipó caboclo||, eles deveriam inaugurar na prisão o tormento do –chicote de borracha com arame de ferro!||⁴⁰⁷. As surras tiveram origem em 31 de julho de 1929 e só em 13 de novembro de 1930 foram arrolados os fatos que originaram o relatório do Exmº Sr. Dr. Procurador Geral do Estado.

O parecer do Ministério Público mostrou as provas, sendo arguindo o sargento Marcelino:

Estava dormindo em sua casa próxima à Penitenciária, quando às onze horas da noite foi chamado pelo Tenente Miguel Pereira para chegar até o presídio, no que prontamente atendeu, que ao chegar o tenente Miguel lhe perguntou se possuía algum cipó caboclo, tendo o depoente lhe dito que não possuía, que o tenente Miguel deu uma volta e momentos depois voltou trazendo dois cipós e dando um ao respondente e outro ao cabo Zeca, ordenou que entrassem para o interior do presídio, que isto feito o tenente Miguel, mandou que o respondente e o cabo ficassem em um certo lugar, enquanto ele mandava buscar o detento Waldemar, que ao chegar esse detento o tenente Miguel perguntou se tinha sido ele Waldemar quem havia escrito uma carta para o Diário da Manhã, acusando o Dr. Oscar Lacerda, Diretor da Penitenciária e como Waldemar tivesse negado o tenente Miguelzinho ordenou que o espancassem a cipó, que com dez minutos mais ou menos de cipoadas desse que a carta tinha sido escrita por um outro preso, que chamado declarou ter sido por José Ferreira. Que imediatamente o tenente Miguel mandou retirar da célula o detento José Ferreira e mandou surras, e que após dez minutos de **ciporadas, terminou confessando que tinha sido ele o autor da carta, ordenando o tenente que o mesmo fosse recolhido**.⁴⁰⁸ [grifo nosso]

Ainda sobre os fatos, o cabo Zeca relatou que, no ato do ocorrido, –o tenente Miguel acordou e mandou que fosse chamar o sargento Marcelino e ao chegar o tenente perguntou se tinha algum chicote e como não tinha, foi lhe dado um *cipó caboclo* e tirado da gaveta um pedaço de borracha de pneu de automóvel com um arame por dentro⁴⁰⁹. O tenente seguiu acompanhado do sargento, dirigindo-se para o necrotério. Na chegada a esse local, entrou o sargento e o tenente ficou esperando do lado de fora, momento em que Raul trouxe Waldemar

⁴⁰⁷ Parecer do Ministério Público, 27 fev. 1930. p. 9.

⁴⁰⁸ Ibidem, p.11

⁴⁰⁹ Ibidem, p.10.

que iria apanhar por ordem do tenente Miguelzinho para descobrir o autor de um artigo publicado no Jornal Diário da Manhã, 31 de julho de 1930, desfazendo das ordens do Dr. Oscar Lacerda e que Waldemar, depois de oito a dez -lamporadas, disse ter sido José Ferreira. De imediato, Raul foi buscar José Ferreira, a mando do tenente Miguel e, entrando no necrotério. José tomou uma surra e, ao apanhar um bocado, o preso disse:

Não me matem, não, que eu descubro;
- Pois então diga logo.
- deixe descansar um pouco;
- que se levantando e descansando um pouco encostado na parede, disse que foi ele quem fizera o artigo;
- que apanhou umas gramas das que os presos enchem colchão e limpou o sangue do rosto de José Ferreira, e corria de um talho aberto na cabeça.⁴¹⁰

Para comprovar os fatos, o capitão Miguel Rodrigues Pereira, declarou que foi o referido José Ferreira, disciplinado pelo sargento Marcelino e um soldado, que não lembrava o nome, que o instrumento foi um fino cipó, que o preso foi tirado da célula por dois dias e disciplinado por um guarda. No período noturno, depois que havia chegado o Dr. Oscar Lacerda com um jornal *Diário da Manhã*, que no periódico se encontrava uma carta de um detento contra o Dr. Oscar Lacerda e por isso e pelo modo insubordinado com que Waldemar e José Ferreira trataram o diretor, foram disciplinados para descobrirem qual o autor da carta, o que logo confessou Waldemar que foi José Ferreira. É importante ressaltar que o detento José Ferreira contrariou o diretor do presídio e descumpriu o regulamento no artigo 33, que estabelecia que os sentenciados podiam escrever cartas, entretanto nenhuma poderia ser expedida, ou recebida, pelo menos sem ser revisada pelo diretor⁴¹¹.

Corroborando aqui com o pensamento de Fernando Salla, vimos que as descrições de algumas faltas cometidas e das punições que foram impostas serviam para dimensionar as constantes instabilidades e resistências que os presos opunham ao sistema da Penitenciária, Modelo bem como a arbitrariedade pela qual algumas ações eram transformadas em infrações e, portanto, passíveis de penalidades⁴¹². Retomando as informações postas no parecer do Ministério Público, é importante destacar que a inspeção na Penitenciária Modelo só foi autorizada após a mudança do regime político, de 24 de outubro de 1930, pelo General Augusto Maynard, Governador Provisório do Estado. Naquele estabelecimento prisional,

⁴¹⁰ Ibidem, p. 12.

⁴¹¹ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 263.

⁴¹² SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume, 1999. p. 297.

ocorreram diversas coisas –estranhas‖ para que não fosse proposta a minuciosa inspeção, conforme parecer:

Quiseram matal-a asfixia, antes do baptismo, e carregaram-na d'aquí para o Tribunal Especial, no Rio de Janeiro, mas eis que de lá voltou chismada ou confirmada para se crear conosco. Nesse interim quiseram matá-la, esganando-a, mas, bem aleitada que estava, resistiu aos dedos que lhe cumprimiam o pescoço e mau grado os olhos grossos com que a encaram ella cresceu e chegou a seu termo natural.⁴¹³

Como vimos anteriormente, os cargos públicos em Sergipe eram influenciados por relações pessoais. Tentaram engavetar o processo e não dar prosseguimento às acusações que originaram as denúncias publicadas pelo detento. Por sua vez, o Capitão Miguel Rodrigues Pereira teve o intuito de criar documentos para sua defesa perante o Tribunal Especial do Rio de Janeiro e arquitetou um plano para conseguir declarações assinadas por detentos, que desmentissem as acusações do inquérito policial. A fim de conseguir o intento, o Capitão Miguel dizia que –seria a felicidade para quem assinasse‖ e em busca dessa felicidade assinaram até detentos que não estavam presos na época de sua estadia no presídio⁴¹⁴.

Não se soube o paradeiro do Dr. Oscar Lacerda e do Capitão Miguel Rodrigues. Foi possível auferir da documentação analisada que as relações de poder na Penitenciária Modelo eram constantes e permeavam todas as esferas hierárquicas da unidade prisional. E, por estas questões, os detentos resolveram subverter a ordem estabelecida e entonarem suas –vozes‖, através das práticas de resistências cotidianas. Neste espaço prisional, o cotidiano desenrola-se pelas experiências dos detentos com a própria comunidade prisional e os administradores.

Esse caso foi motivo de escândalo na sociedade aracajuana: os jornais noticiaram protestos contra as surras e torturas na Penitenciária Modelo. Os presos foram surrados com o –cipó caboclo‖ e o –chicote de borracha‖. O teor das informações constantes era alarmante e deixou as esferas políticas e judiciárias inquietas; vimos, como exemplo, a publicação do Jornal *A Tribuna*, de 31 de março de 1941, ao afirmar que a gestão do Dr. Oscar Lacerda foi a mais –nociva e criminoso‖; na oportunidade, cita o Código da Organização judiciária em vigor na época, ao mencionar que era papel do promotor visitar mensalmente as prisões, requerendo o que interessava aos detentos sobre o livramento condicional, o tratamento, a higiene e as condições de vida. E para apimentar mais ainda a denúncia relatou-se que –ora o doutor promotor público é ainda o mesmo da Velha República. Porque nas visitas mensais à

⁴¹³ Parecer do Ministério Público, 27 fev. 1930. p. 1.

⁴¹⁴ Denúncia, Aracaju, 21 jul. 1931. p. 12.

Penitenciária Modelo, o promotor não coibiu os excessos da administração do Dr. Oscar Lacerda?⁴¹⁵

Esse questionamento tem muito a ver com os pensamentos do historiador Ibarê Dantas, ao alegar que “[...] a história da Primeira República está repleta de conflitos intergrupais que se realizam sob a chefia de elementos representativos do coronelismo, envolvendo vastos segmentos das camadas subalternas⁴¹⁶. É possível notar na publicação do jornal *A Tribuna* um trecho como a seguir:

Num meio pequeno, apertado como o nosso marca-se, sempre nas lutas políticas um indivíduo para pagar pelo seu partido. Geralmente o adversário se volta furioso para aquele que mais se destaca pela lealdade ou pelo valor pessoal. É esse o caso do Dr. Oscar. Ele não responde pelo que fez na Penitenciária e sim pela sua indiscutível dedicação ao ex Presidente Coronel Manoel Dantas.⁴¹⁷

O historiador Arisovaldo Figueiredo enfatizou que “[...] o regime de violência na Penitenciária do Estado, só foi denunciado com a queda do Presidente Manoel Dantas⁴¹⁸. O governo do usineiro Manoel Dantas foi o primeiro governo deposto no período da Revolução de 1930; ele representava também a liderança dos partidos políticos dos –decaídos. Este grupo foi agredido através da imprensa e de correspondências as autoridades locais ou nacionais, tendo como solução para defender-se a criação do Jornal *A Tribuna*; era comum em Sergipe a criação de jornais com o fito de resistir às acusações dos grupos partidários em ascensão. Em uma de suas edições, Leandro Maciel assinou o texto intitulado “*Em defesa de um amigo*”, tentando exaurir a culpa do Médico Oscar Lacerda pelos maus tratos ocorridos na Penitenciária Modelo⁴¹⁹.

O caso do –chicote de borracha e do –cipó caboclo, ocorrido na noite sinistra de 31 de março de 1930, em pleno momento da Revolução de 30, se materializou nos resquícios das aglomerações partidárias da provinciana política sergipana da segunda metade do século XX, que afetava todas as esferas do serviço público, perpassando pela ausência de investimentos

⁴¹⁵ A TRIBUNA, 31 mar. 1931. p. 1.

⁴¹⁶ DANTAS, José Ibarê Costa. **A Revolução de 1930 em Sergipe**: dos tenentes aos coronéis. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 77.

⁴¹⁷ A TRIBUNA, 31 mar. 1931. p. 1.

⁴¹⁸ FIGUEIREDO, Arisovaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 240.

⁴¹⁹ DANTAS, José Ibarê Costa. **A Revolução de 1930 em Sergipe**: dos tenentes aos coronéis. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 80.

na Penitenciária Modelo e ausência de uma política de gestão penitenciária mais contundente: era escancarada a calamidade nos serviços penitenciários.

4. —ARTIMANHAS DE HOMENS E MULHERES...⁴²⁰

Este capítulo dedica-se a perscrutar as trajetórias dos homens e mulheres, perpassando pelos debates da raça a partir dos agitados anos 30, que aparece como —um divisor de águas na história do país. Essa questão se reporta à aceleração das mudanças sociais e ao processo político, trazendo transformações mais acentuadas nos direitos sociais. Esse foi também o período em que se discutia a identidade nacional, campanha esta encabeçada pelo Estado Novo⁴²¹. Para além desses pontos é importante lembrar que neste período o Brasil suspirava —o corpo do texto da lei da jovem República de 1889, que se garantia o direito à cidadania⁴²². Mas que cidadania seria essa? Quais direitos eram pretendidos pela e para a população, em especial a de —cor, são as abordagens que veremos a seguir.

Sergipe estava vivendo a plenitude da ditadura varguista, segundo relatórios de governo, a polícia procurava reprimir —o jogo de azar, o roubo, o furto, o crime comum, a falsa mendicância, porte de armas clandestino e a malandragem⁴²³ e logo os indivíduos que tinham envolvimento com esse tipo de contravenção eram encaminhados para cumprir pena⁴²⁴. Como lembra o historiador Edvaldo Souza Neto, Sergipe vivenciava uma situação repressora, —os modos de lazer dos libertos e populares eram duramente reprimidos. Sob o pretexto de embriaguez, muita gente foi literalmente recolhida do tabuleiro e encaminhada ao xadrez⁴²⁵. Homens e Mulheres passaram por momentos como esses no pós-abolição sergipano. É com base neste contexto, que trataremos aqui das histórias conflituosas dos indivíduos dos diversos —tons de cor, que foram autuados pela justiça em suas andanças e

⁴²⁰ —Artimanhas é um termo utilizado pelos escrivães que consta na documentação judiciária, ao referirem-se aos homens e mulheres que possuíam diversas estratégias para —cometerem delitos e/ou escaparem dos olhos da polícia e dos guardas prisionais.

⁴²¹ Nessa obra, o historiador José Murilo de Carvalho faz um estudo panorâmico sobre o processo de discussão da cidadania no Brasil. Ver: CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 87-88.

⁴²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (org.). **Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 160.

⁴²³ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, por ocasião da abertura da sessão legislativa pelo Governador do Estado de Sergipe José Rollemberg Leite. Aracaju, Imprensa Oficial, 1949. p.34.

⁴²⁴ Nesta mesma perspectiva, o estudo do historiador Carlos Alberto revela que a *fatalidade biológica* expõe que as elites, especialmente dos médicos e dos bacharéis, apontavam que nas ruas se reproduziam os futuros delinquentes, prostitutas, degenerados, vagabundos, bêbados, desordeiros, anormais e loucos de todos os gêneros. A sociedade temia as desordens e o governo começava a pensar estratégias de proteção e mecanismo de controle dessa população que era uma ameaça. Logo o período em estudo foi tomado pela tese de —branqueamento, que segundo seus estudiosos, cria um ideal de —arianização do povo brasileiro e o desaparecimento dos negros no Brasil. Ver: MIRANDA, Carlos Alberto Cunha Miranda. *A fatalidade biológica: a medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas*. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2. p. 300.

⁴²⁵ NETO SOUZA, Edvaldo Alves de. **Saindo das senzalas, mas não da história: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p. 45.

ficaram -vagando|| nas ruas por motivos -frívolos|| ou sem condições de sobrevivência e cumpriram sentença na Penitenciária Modelo, conforme trazem as fontes judiciais. Nesta Perspectiva este estudo contribui para pensarmos sobre as estratégias de sobrevivência destes sujeitos históricos, em um espaço onde predominava o discurso de exclusão de pobres e dos homens e mulheres que não seguiam as normas dos bons costumes, estabelecidas pelo governo na época.

Cabe aqui enfatizar que o gênero poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça e a etnia e seria ainda uma maneira de indicar -construções sociais||⁴²⁶. Tudo isso nos é perceptível ao adentrarmos os espaços internos da -Grandell e percebermos que o ambiente da Penitenciária Modelo era agitado, nas noites havia o hábito das trocas de -bilhetinhos de amor, de desenhos e estampas excitantes, de cubículo a cubículo, sem nenhuma distinção de sexo||.⁴²⁷ As celas, bem arrumadas, eram decoradas com imagens que sugeriam estímulos, fantasias, fetiches para as cenas de amor, como podemos observar na Figura 21.



Figura 21 - Cella em um pavilhão

Fonte: Acervo do EGESP - Escola de Gestão Penitenciária, 1940-1950.

⁴²⁶ SCOOT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista de Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1990. p. 16.

⁴²⁷ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 281.

Sobre as estratégias aplicadas às relações de gênero, citamos o exemplo que ocorreu na tarde de três de março de 1943, precisamente às 14 horas, deixando os pavilhões da -Grandell em um tremendo -reboição. O fato se deu quando o guarda em exercício, Astério Braga, realizava o pagamento da -boiall e foi surpreendido pelo auxiliar de cozinha, o detento Antônio Dias e a detenta Maria Arlinda de Jesus ao praticarem atos proibidos na privada da polícia: -tendo relações sexuais de forma escandalizadora⁴²⁸. Ao serem surpreendidos foram levados à diretoria com o objetivo de ser solucionado o caso, mas não foi possível saber que tipo de castigo fora aplicado há ambos. O que nos restou auferir foi se a vida na prisão era inusitada e o fato de o estado não possuir na época um presídio feminino, favorecia a prática de atos como esses⁴²⁹. As mulheres circulavam livremente pelos pavilhões inclusive masculinos, era difícil privar a libido dos detentos⁴³⁰.

O mais interessante do relato acima foi o de perseguir a trajetória da detenta Maria Arlinda e descobrir que a ré era uma -meretrizll e os detentos usavam seu corpo para saciar o desejo sexual, eram dias perturbados nos pavilhões da -Grandell. O que chama atenção no corpo documental são os indícios sobre a vida pregressa de Maria Arlinda e a descoberta de que ela teve passagem em vários municípios sergipanos, entre os anos de 1915 e 1925, viveu em Cumbe; no ano de 1930, em Aquidabã e Capela; em 1933, na capital Aracaju; e 1941, em Japoatã. O fato ao qual se atribui a mobilidade de moradia de Maria Arlinda justifica-se em virtude de a mesma ter o meretrício por profissão.⁴³¹ Vale salientar que em Aracaju existiam

⁴²⁸ O pagamento da -boiall diz respeito ao devido pelo fornecimento da alimentação. Livro de Parte Diária, 17 fev. 1947 - APES/SP⁵-182, p. 16.

⁴²⁹ Na Penitenciária Modelo as mulheres encabeçavam o -comércio da carne ll entre os guardas e os presos a -preço de tabelas ll. O que restava para o encarceramento das mulheres era um pequeno pavilhão, sem células reservadas. Os administradores colocavam as mulheres em um quarto do pavilhão superior, ao lado da administração da Penitenciária Modelo, sem as acomodações necessárias. Ver: CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 178.

⁴³⁰ Na inspeção realizada pela Legião Brasileira de Assistência, as mulheres reclamavam da -falta de conforto moral, espiritual e intelectual, tinham vontade de estudar ll. Consultar: Relatório da visita feita pelo Serviço de Planejamento e Organização da Legião Brasileira de Assistência do Estado de Sergipe em 10 de outubro de 1947 - APES/SP⁵-191.

⁴³¹ A historiografia traz à tona a história da prostituição associada ao retrato da mulher pública que é construída em oposição ao da -mulher honesta, casada, boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada ll. Além de contribuir para o papel civilizador na sociedade, como aponta a historiadora Margareth Rago, a iniciação sexual dos rapazes era realizada com prostitutas, pois a sexualidade masculina deveria ser desenvolvida durante a juventude, para que depois o homem se dedicasse ao lar e dos negócios. Interessante foi notar que em todos os prontuários analisados do banco de dados da Penitenciária Modelo, aparece a informação de que os detentos iniciaram sua vida sexual com prostitutas. Ver: RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 197. RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 122.

diversos prostíbulo, especialmente no Bairro América, onde se localizava a Penitenciária Modelo, em especial o –Escorregal⁴³².

As noites no interior do estado eram mais pacatas que na capital, especificamente nas intermediações das zonas vigiadas pela polícia, que eram mais agitadas, em especial as ruas onde localizavam-se as –mulheres de vida livre⁴³³. Outros termos usados eram –mulher dama, vadia, mulher da vida. A imprensa aracajuana noticiava constantemente sobre as regiões impróprias e que constituíam uma afronta ao –decoro público, incomodavam as famílias de bem. Qualificada como esquinas do pecado recomendava-se –nem cruzar a esquina. Eram os locais onde viviam as –meretrizes e estar próximo dali poderia –soar como uma consequente difamação pela sociedade. Mais quem eram essas mulheres? Quais as condições atribuídas às suas vidas? Economicamente, o meretrício certamente seria a melhor condição e/ou mais fácil para sua sobrevivência e da família, pela ausência de inserção ao trabalho e exclusão social. O historiador Luiz Alberto, estudou o envolvimento de mulheres pobres através dos processos-crimes instaurados no município de Feira de Santana/Bahia, e constatou que elas constituíam sociabilidades marginais, interagindo entre navalhas, socos e bebedeiras, com os farristas que enchiam os cabarés onde predominavam as –decaídas e –mundanas, com risadas escandalosas⁴³⁴.

O memorialista Mário Cabral descreveu que era quase nula a vida noturna da cidade de Aracaju. Às 22 horas, quando o cinema fechava, o movimento da capital sergipana diminuía, mas os cafés, os bilhares e os restaurantes situados nas ruas João Pessoa e Laranjeiras continuavam. E até altas horas continuava a turma da boemia nos Bares Antártica,

⁴³² O –Escorregal localizava-se na Rua Groelândia (Ver Figura 8 no Capítulo I desta tese), era o prostíbulo mais frequentado por moradores do Bairro América. O Escorrega era afamado pelas brigas que ali ocorriam, era comum os homens baterem em mulheres. Ver: ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América**: a saga de uma comunidade. Aracaju: Info Graphics, 2009. p. 21.

⁴³³ O chefe de polícia Pedro Vieira de Matos, em 1943, encaminhou um relatório ao secretário de governo informando sobre o combate ao meretrício e a repressão à mendicância, afirmando serem problemas policiais e não sociais. Ver: FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 97. Sobre os lugares –desviantes em Sergipe, Amando Fontes escreveu no ano de 1937, um romance intitulado Rua Siriri, que narra a zona de prostituição na cidade de Aracaju e denuncia as péssimas condições de vida das prostitutas. Ver: FONTES, Amando. **Rua do Siriri**. Rio de Janeiro: Editora de Ouro, 1968.

⁴³⁴ LIMA, Luiz Alberto da Silva. **Mulheres ocultas**: cotidiano feminino e as formas de violência em Feira de Santana, 1930-1948. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010. p. 47. Sobre a prostituição no Nordeste temos também o trabalho do historiador Ricardo Batista, que discorre acerca da história das mulheres livres em Jacobina, moradoras na zona da prostituição e que faziam parte de uma rede de sociabilidade. Ver: BATISTA, Ricardo dos Santos. **Mulheres livres**: uma história sobre prostituição, sífilis, convenção de gênero e sexualidade. Salvador: EDUFBA, 2014.

Ideal; Petisqueira, de Fenelon; e no Cassino da Brahma, de Oscar⁴³⁵. Reafirmando essa questão, o historiador Cleber Santana, através da análise dos Diários de Ronda, chegou à conclusão que as prostitutas recolhidas das ruas, dos bares ou de ambientes festivos eram conduzidas para os distritos policiais. Constantemente, a polícia alegava motivos de perturbação à ordem pública, –balbúrdia, embriaguez, algazarra ou contravenções⁴³⁶.

Retomamos os indícios sobre a vida pregressa da ré e descobrimos que seus pais eram humildes lavradores e casados religiosamente. Maria Arlinda nunca frequentou escola, porém aprendeu a assinar o nome. Aos 13 anos começou a ajudar os pais no cultivo de terras. Aos 14 anos namorou um rapaz que a desvirginou e a abandonou em seguida. Deixando a casa paterna, passou a viver com outro homem, de quem se separou seis meses depois. Daí por diante, levava a vida irregular, ligando-se –ora a um, ora a outro, até cair no baixo meretrício do Aracajul. Suas irmãs eram viúvas gozaram sempre de boa reputação; do irmão não tinha notícias há muitos anos, porém informou que era rapaz trabalhador e de bons costumes⁴³⁷. A referida carta de livramento condicional dá pistas da passagem de Maria Arlinda no baixo –meretrício de Aracajul, nas proximidades da –Grandell, na década de 1940, momento de expansão do bairro, fato esse já citado no primeiro capítulo desta tese.

Nessa época o governo procurava os indivíduos desviantes, de condutas que não eram aceitas pela moralidade pública. O historiador Wanderfrankly Rolim, nos estudos sobre a prostituição na imprensa, mencionou que os bordéis, os cabarés, os cassinos, os territórios da prostituição, eram os redutos da "arraia miúda" findavam constituídos enquanto espaços importantes na dinâmica da sociedade aracajuana.⁴³⁸ Ainda sobre esse fato, os historiadores Luiz Cruz e Lina Aras, concluíram que –armazéns, barbearias, bares, bodegas e botequins eram espaços masculinizados de sociabilidades, locais úteis para o propósito de ficar por dentro literalmente das coisas.⁴³⁹

O contexto de vigilância a atos ditos como irregulares pouco importavam para Maria Arlinda, por que o que desejava era prover a sua sustentabilidade através do seu corpo. O fato

⁴³⁵ CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Banese, 2002. p. 139. Em Aracaju, na época o meretrício mais famoso era o Bar Brahma, constituía a —mancha negra do coração sergipano, um cabaré de quinta classe, de onde ressoavam gritos de mulheres de afazeres fáceis! Ver: O jornal *O Nordeste*, 13 maio 1938. p. 4.

⁴³⁶ SANTANA, Cleber de Oliveira. **É gente que samba!** Práticas culturais e sociabilidades na cidade de Aracaju/SE. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 64.

⁴³⁷ AGJES/Processo-crime. Diversos Penais, nº cx. 03. Período 1930-1965/Acervo 01-módulo IV, n. geral: 2524.

⁴³⁸ SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida; LEÃO, Eudorica Luciana Almeida. Prostituição, cidade e imprensa: um ensaio sobre Aracaju na era Vargas (1937-1945). **Cordis: História, Corpo e Saúde**, n. 7, p. 311-336, jul./dez. 2011. p. 8.

⁴³⁹ CRUZ, Luiz Antônio Pinto; ARAS, Lina Maria Brandão de. Os malafogados: memória e guerra na Costa do Brasil (1942). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade de Brasília**, Dossiê Museologia e Interdisciplinaridade, v. 7, n. 14, jul./dez. 2018. p. 46.

que levou Maria Arlinda para a –Grandell ocorreu em 17 de outubro de 1941 às 15 horas na roça São José, no município de Neópolis. Maria Arlinda foi denunciada pela promotoria pública, por ter assassinado com um “*cutelo de fazer cigarros de marca estrela*” a senhora Elvira Cardoso de Oliveira, produzindo-lhes os ferimentos cortantes, constatados no exame corpo de delito. A ré foi incurso no artigo 121, § 2ª da Consolidação das Leis Penais do Brasil.⁴⁴⁰ Importante salientar que ela foi envolvida em um processo no município de Aracaju, tendo sido recolhida à Penitenciária, por ter atirado um caco de telha em uma mulher e, ainda, haver atingido uma criança.

A ré Maria Arlinda de Jesus foi processada pela justiça por sustentar haver dito a expressão de –molell, insultando a vítima provocando-lhe –irall incontrolável. Na peça judicial a ré assume o fato, não trazendo detalhes do ocorrido. O que afirma é que houve apenas um encontro com a vítima e uma pergunta simples e sem a característica de uma possível defesa de honra. A vítima apenas perguntou se era sustentável a palavra –molell que lhe haviam atribuída? Respondeu que –até o momento, não existia honra em jogo e se por ventura houvesse, seria a pessoa da vítima, pois foi cognominada pela acusada de –molell⁴⁴¹.

Não podemos deixar de destacar os estudos do historiador Durval Muniz ao sinalizar que a coragem, a valentia e o destemor faziam parte da sociedade nordestina, inclusive das mulheres⁴⁴². Sem restar dúvidas, Maria Arlinda era uma mulher valente, não levava desaforo para a casa. Não foi à toa que no termo de interrogatório a ré Maria Arlinda de Jesus disse ter –28 anosl, ser de cor –morenall, –solteirall, tinha como profissão a de “*mulher de vida livre*”; trabalhava nos serviços de roça e que residia na –Fazenda São José em Neópolisll, conforme

⁴⁴⁰ Código Penal - Capítulo I- Dos crimes contra a vida. Artigo 121 - Matar alguém: § 2º Se o homicídio: I- mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivo torpe; II – por motivo fútil; III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV- à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V- para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime: Pena de reclusão de doze a trinta anos. Ver: BRASIL. Leis e Decretos. **Código Penal - Decreto Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 146.

⁴⁴¹ AJES. Processo-crime. Diversos Penais, nº cx. 03. Período 1930-1965/Acervo 01-módulo IV, nº geral: 2524. p.55. Importante lembrar do que trata a historiadora, que realizou um estudo sobre as mulheres pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade fortalezense da primeira metade do século XX, através de um leque de diversos de processos-crime de mulheres que tiveram sua honra atingida, e com pretexto de legítima defesa, não hesitaram em –entrar na brigall. Ver: ROCHA, Raquel Caminha. –**Aparta que é brigall**: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919-1948). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

⁴⁴² Na obra –Nordestino: a invenção do _falo_ell, o historiador Durval Muniz realiza um importante estudo para a historiografia sobre a construção dos códigos de gênero no Nordeste, dando ênfase à virilidade e à sexualidade. Mostra exemplos de mulheres que se –desviavam dos padrões sociaisll impostos pelo patriarcado. Ver: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do –fallo, uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

Figura 22⁴⁴³. Interessante notar que não era natural a mulher qualificar-se como -meretriz, em virtude da extrema vigilância que passavam. Como alertou a historiadora Cristiana Schettini, ao revelar que a prostituição era um problema que preocupava os chefes de polícia e delegados das distintas cidades.⁴⁴⁴

PENITENCIARIA DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

Número N. 121 Matrícula n. 82 - Portuario n. 393

Nome *Maria Arlinda de Jesus* Aleunha *Cumbé*
Naturalidade *Masipé* Natural de *Sergipe*
Local *Cumbé*
Nome do pai *Jose Luiz de Fauce*
Nome da mãe *Maria Lafira*
Idade *20* Nascido em *13 de Maio* de 19 *46*
Estado civil *Solteira* Profissão *meretriz* Instrução *rudimentar*
Residência *Japoatã*
Motivo *Homicidio*

CLASSIFICAÇÃO MORFOLÓGICA E MARCAS PARTICULARES
Estatura *1,41* Peso *88K*
Inclinação *reta*
Fronte largura *reta*
altura *reta*
Sobrancelhas *frases e apiladas*
Palpebras *encapeladas*
Nariz dorso *apilado*
basilar *(platinaro)*
Boca *reta* Labios *finos*
Queixo *finos* Orelhas *estecadas*

MARCAS PARTICULARES E CICATRIZES
Cabeça *Oval (Hiper-Encefalo)*
Mão direita *—*
Mão esquerda *—*
Outras *Empas sanguinolento; Próprio: microbriolus e...*
Tatuagem *Não tem.*

Notas Cromáticas
Cabelos *pretos*
Olhos *Cast. esc.*
F. D. série *V444X.* sessão *V4444.*

Maria Arlinda de Jesus
Assinatura do Identificado

Fotografia tirada em de de 19

CHEFE DO SERVIÇO

Figura 22 - Ficha de identificação de Maria Arlinda

Fonte: APES/SP⁵-264.

A acusada procurou a autoridade policial e confessou, na presença de várias testemunhas, ter ferido Elvira com -cutelo de marca Estrela, que usava para fazer cigarros, alegando, porém, em sua defesa, que a vítima, depois de -insultá-la com palavras grosseiras, vibrou uma cacetada. Todavia, em Maria Arlinda nenhum ferimento é constatado no corpo de delito realizado no dia seguinte ao do crime. Conforme declararam os peritos, -no corpo da indiciada Maria Arlinda de Jesus, de cor -morena, não existia lesão corporal ou contusão de espécie alguma, sem vestígio de sangramento. Por outro lado, nos autos não ficou esclarecido

⁴⁴³ Ibidem.

⁴⁴⁴ A obra da historiadora Cristina Schettini traçou um estudo sobre a história social das prostitutas no Rio de Janeiro nas primeiras décadas da Primeira República. Utilizando fontes diversas, a autora chegou à conclusão de que a prostituição fez parte da vida social carioca. Ver: SCHETTINI, Cristina. —**Que tenhas teu corpo!**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p.10.

se realmente a vítima dirigia à acusada palavras insultuosas, pois o fato delituoso por ninguém fora presenciado. Em depoimento, Maria Arlinda disse as autoridades ter –recebido pesados insultos e uma cacetada da vítima de quem há muito era inimiga.⁴⁴⁵

No prontuário da –meretriz letrada Maria Arlinda (ver Figura 23), percebemos que as imagens de frente e perfil revelam uma mulher franzina, pele clara, cabelos finos e ondulados. Ela estava trajando vestido de bolinhas, usando brincos e apresentava postura equilibrada e com alguma elegância, apesar de ter apresentado na fotografia de perfil traços menos delicados. De todos os prontuários analisados neste estudo, o de Maria Arlinda é um dos poucos cuja fotografia para o Laboratório de Biotipologia Criminal⁴⁴⁶ não apresenta a detenta trajando a farda listrada da Penitenciária Modelo.



Figura 23 - Prontuário de Maria Arlinda

Fonte: Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe. Prontuário n. 393 – APES/SP⁵-261.

⁴⁴⁵ Ibidem.

⁴⁴⁶ Os presos eram identificados através das fotografias providenciadas pelo laboratório do Instituto de Biotipologia Criminal, criado em 1944 junto com o Manicômio Lemos Britto, a partir deste momento aqueles que cometiam crimes eram imediatamente submetidos a exames periciais. Ver: CRUZ, João Paulo Pinto. — **O doloroso espetáculo dos loucos encarcerados**: a cadeia, a loucura e o hospital Psiquiátrico em Aracaju (1940-1943). Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 65.

Sobre a vida carcerária da ré, soubemos que foi recolhida a Penitenciária Modelo em 17 de outubro de 1941 e cumpriu mais da metade da pena que lhe foi imposta. Na –Grandell, ela desempenhava o ofício de lavadeira, tendo o ganho suficiente, para suas pequenas despesas. Recebia cartas e visitas de parentes e conhecidos. Não conseguiu juntar nenhum dinheiro. Algo curioso foi percebido quando juntamos as pistas dos autos criminais e percebemos que o nome dela foi notificado no Livro de Parte Diária, envolvida num episódio de –sexo na privadall que contamos no início deste capítulo. E nos dados constantes no prontuário, ao afirmar que ela era sem –pudorll. Segundo parte apresentada pelos guardas de serviço, Maria Arlinda foi repreendida por manter relações com um preso⁴⁴⁷.

Não obtivemos informações quanto ao desfecho da história de Maria Arlinda após sua saída da Penitenciária, o que nos foi possível auferir foi que ela era uma dentre as diversas mulheres pobres do interior sergipano que migraram para capital aracajuana em busca de sobrevivência, pois seus serviços de roça já não lhe proviam o sustento. Era –vigiadall e caiu nas malhas da polícia por comportar-se de maneira desimpedida, ignorando qualquer –regrall. Tornar-se –mulher de vida livrell, como a sociedade da época denominava mulheres insubmissas e de comportamento desregrado, foi a alternativa que Maria Arlinda abraçou com a intenção de atender aos apelos de sua personalidade autônoma. Por esse motivo, era vista como uma ameaça à sociedade.⁴⁴⁸

4.1 —Antro da Depravação

Em uma de suas viagens, ao percorrer o Brasil com o fito de conhecer o sistema carcerário, Lemos Brito constatou que em uma das prisões viu uma –saleta próxima à guarda, uma rapariga do povo, de notável belezall. Aproximou-se e soube que os guardas das prisões transformavam-nas em –antros de perdiçãoll.⁴⁴⁹ Não foi diferente na Penitenciária Modelo sobre as questões sexuais, foi a presença de mulheres de –vida livrell, o que mais chamou

⁴⁴⁷ Como alerta Sidney Chalhoub, o importante é estar atento às –coisasll que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência. Ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Unicamp, 2001. p. 41.

⁴⁴⁸ A presença de pessoas de conduta irregular como bêbados, mendigos e —mulheres de vida airadal (geralmente assemelhadas às prostitutas) era percebida como causadora de desordens. Irritava e assustava a muitos a possibilidade de manutenção de contatos entre —meretrizesl e clientes por aquelas bandas da cidade. Ver: SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida; LEÃO, Eudorica Luciana Almeida. Prostituição, cidade e imprensa: um ensaio sobre Aracaju na era Vargas (1937-1945). **Cordis**: História, Corpo e Saúde, n. 7, p. 311-336, jul./dez. 2011. p. 9-10.

⁴⁴⁹ BRITTO, Lemos. **Relatórios dos Arquivos Penitenciários do Brasil**. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Inspeção Geral Penitenciária. Ano II, n. 1. Imprensa Nacional Rio de Janeiro, 1941. p. 49.

atenção, além da existência da homossexualidade, que estava atingindo tamanha –depravação e em escala tão vastal, era o verdadeiro –comércio da sexualidade desviadal, em muitos dos momentos com o consentimento dos guardas, que fragilizavam a vigilância.⁴⁵⁰ A –Grandell sofreu um incômodo com a chegada de um preso correcional acusado de –uma série de ultrajes públicos ao pudor, e que durante duas semanas colocou a penitenciária em uma ambiência –espasmódica de erotismo homossexual:

Ainda moço, a sua predisposição gênito-sexual se manifestara para as inversões mais grosseiras. Retilíneo, sorriso cheio de tiques nervosos, era o gozo pervertido do rapazio vadio da localidade. Era Afrodite requisitada dos cubículos na sodomia noturna e silenciosa, que a ausência de vigilância propositadamente alcovitava. Deram-lhe o apelido de Fulô – fulô de urubu – pelo tresandar do aroma poluído de suas atividades estercoreárias. Deixando a prisão, Fulô ainda ali se conserva em memória, como símbolo da sublimação do complexo erótico que despertara naquela população de recalçados.⁴⁵¹

A narrativa acima mostra que na Penitenciária Modelo a chegada do –rapazio vadio, destoava de todo e qualquer perfil esperado pelos presos⁴⁵², servindo de chacota para a comunidade prisional. Maria Olívia ao citar os estudos do médico legista, Leonídio, sobre o comportamento dos indivíduos, frisa o fato de se notar nos exames que eles apresentavam sinais ou traços de distúrbios sexuais que chamavam a atenção dos delegados locais no ato de identificação no Laboratório de Biotipologia. Eles eram chamados de –invertidos sexuais, tomando-se por base fundamental o discurso médico-legal sobre a homossexualidade elaborado pelo médico espanhol Gregório Mananôn. Leonídio realizou uma pesquisa destacando exames individuais, acompanhados de fotografias e fichas antropológicas de homossexuais negros e mestiços, chamando atenção dentre os indivíduos examinados de casos de –pederastia passiva⁴⁵³.

As relações homossexuais tinham lugar na Penitenciária Modelo, como ficou anotado em ocorrência pelo guarda em exercício, no dia três de março de 1942, quando o detento Joaquim Silva Santos chamou seu colega Manoel Silva de –pederasta na presença de um grupo de outros presos. Joaquim afirmou no ato que Manoel não prestava e Joaquim Silva desfechou um grande soco no dito Manoel da Silva e, depois, –puxando um cutelo e

⁴⁵⁰ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 184. Importante frisar que as abordagens relacionadas aos debates de gênero mencionados neste item do capítulo, foram inspiradas na ficcionalidade do romance *Vidas Perdidas*. Outras abordagens se originam dos documentos oficiais da Penitenciária Modelo, citadas nesta tese, bem como as fotografias que expõem cenas –excitantes.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 186.

⁴⁵² A homossexualidade não era criminalizada pelo Código Penal, mas era atuada nos crimes de atentado ao pudor e o lenocínio.

⁴⁵³ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto**: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

ameaçando o seu próprio colegall. Joaquim foi recolhido ao cubículo, não foi possível saber por quantos dias ficou incomunicável.⁴⁵⁴

4.2 —Não é Tempo de Escravidão, é de Liberdade

A vontade de conhecer a história dos homens –de corll da –Grandell surgiu a partir de uma inquietação através das leituras sobre a historiografia do pós-abolição no Brasil⁴⁵⁵, atreladas ao processo de preenchimento do banco de dados, construído com a análise dos documentos policiais do fundo de Segurança Pública do Arquivo Público de Sergipe e do Arquivo Judiciário.⁴⁵⁶ Faz sentido lembrar a crítica que o historiador Álvaro Nascimento fez aos historiadores que culpam as fontes, por não expressarem a qualificação da cor dos indivíduos e não buscarem entender essas questões, para além da falta de diálogos entre os pares para pontuar em seus trabalhos esta importante abordagem, utilizando-se de fontes e ferramentas teóricas e metodológicas que descrevam conflitos provocados pelo preconceito racial⁴⁵⁷. E sobre os estudos do pós-abolição, provocou-nos a atentar não apenas ao risco de ocultar as –coresll destes indivíduos, mas também de não explorar as consequências deste fato dentro das trajetórias diferenciadas dos homens –de corll da Penitenciária Modelo. Este foi um ponto essencial para despertar um novo caminho a seguir a partir de todas aquelas imagens de

⁴⁵⁴ Livro de Parte Diária, 3 mar. 1942. Não foi possível verificar o número de páginas, devido à má conservação do documento, localizado no fundo de Segurança Pública do Estado de Sergipe – APES/SP⁵. Importante salientar as aventuras na Lapa do Madame Satã, taxado de —valente, malandro e homossexual que viveu na Lapa nas primeiras décadas do século XX. Foi qualificado pela polícia como –desordeiroll, –pederasta passivo, dissimulado por índole e propenso ao crime pela polícia carioca. Homem negro que viveu no período pós-abolição e sofreu os duros reflexos provenientes do que era vida de um homossexual negro na república brasileira. Ver: DURST, Rogério. **Madame Satã, com o diabo no corpo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

⁴⁵⁵ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan.-jun. 2004. GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). **Políticas da raça: experiências e legados negros da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014. MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: significados da liberdade no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. NASCIMENTO, Álvaro. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de história. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). **A República e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Unicamp, 2006. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. HÉBRADR, Jean M; SCOTT, Rebecca J. **Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Campinas: Unicamp, 2014.

⁴⁵⁶ Documentos de polícia constituem por sua vez registros da ação repressora do Estado e formam um rico acervo composto de livros de ocorrência, fichas de arquivos, prontuários de indivíduos, instituições, sindicatos e partidos, entre tantos outros, que definem práticas de ações criminosas e/ou contravenções. Ver: SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 111.

⁴⁵⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o –Paradigma da ausênciall: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Revista dos Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016. p. 609.

papéis envelhecidos levantados na pesquisa. Atentar na análise dessas fontes e voltar-se para um olhar mais preciso à questão da cor da pele dos sujeitos foi um desafio. Uma das fotografias mais provocativas pelas expressões de que está impregnada foi a de um preso com um olhar assustador que se mostrava –bravo. Era a ficha do réu, o –carregador Manuel Albertino de Souza, conhecido como –Bola de Neve, preso por homicídio⁴⁵⁸.

Durante a revista na –Grandell, –quando um negro era observado, ou ia dizer algo, logo aparecia a repressão demonstrada através do uso de expressões preconceituosas como –um calça-curtal e levavam-no aos trancos, para o cubículo⁴⁵⁹. Na descrição, constatamos a forma como era tratado um homem de cor, os adjetivos atribuídos denunciavam o preconceito para com suas atitudes, o –calça curta mencionado seria o comissário de polícia. Voltamos à inquietação que fica mais clara quando trazemos à luz as passagens cotidianas dos indivíduos negros no espaço penitenciário. Será que os maus tratos e os vários dias na tranca dos cubículos eram intensificados por conta da sua cor? São questões como estas que veremos no decorrer deste capítulo.

O abandono a que estava relegada a população negra, sua falta de instrução e seus costumes arcaicos são responsáveis pela situação de –degenerescência dos negros⁴⁶⁰. Nos estudos sobre a historiografia sergipana, a historiadora Camila Avelino afirmou que o cotidiano de discriminação racial e social foram cenas corriqueiras na vida de –homens e mulheres de cor após a abolição.⁴⁶¹ Ações como essas são evidenciadas no caso do –Bola de Neve.

Entre tantas histórias, citamos a da –cozinheira negra Benedita, descrita como –alcoviteira e feiticeira, e a do atleta negro Matheus, com –olhos pequenos e desconfiados, rosto redondo, boca regular e lábios delgados.⁴⁶² É notório na análise das fontes que as experiências cotidianas dos negros no espaço prisional ficaram relegadas, postas às margens da sociedade e foram-lhes negados os direitos comuns para uma vida livre da carga de –insultos sofridos em um ambiente que foi pensado para reinserção social, afinal tratava-se

⁴⁵⁸ A ligação nominativa oportunizou percorrer os indícios da vida pregressa e carcerária deste detento, viabilizando o encontro com suas –artimanhas, relatadas nos documentos expedidos pela Penitenciária Modelo, através da carta de livramento condicional e do inquérito administrativo aberto contra o guarda da instituição prisional por ter atirado no Bola de Neve. Ver: AJES – AJU/1ª V. Processo Crime: Ofensas Verbais e Físicas, n. 23, 1941-1951, n. geral 2601.

⁴⁵⁹ CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 14.

⁴⁶⁰ Mensagem proferida por Manoel Passos, Presidente da União Nacional dos Homens de Cor. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p. 147-162, 2001. p. 149.

⁴⁶¹ AVELINO, Camila Barreto Santos. **Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidades e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba 1888-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) — Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010. p. 57.

⁴⁶² CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 42

de uma Penitenciária Modelo. Uma das questões norteadoras do capítulo é problematizar essa carga de preconceitos atribuídos aos personagens mencionados, os quais foram perseguidos pelo discurso da época e não tiveram o direito de tecer estilos de vida próprios naqueles espaços, o que lhes foi negado por sujeitos que margearam suas experiências cotidianas e a todo tempo incriminaram suas ações e atuações ao longo do período pós-abolição.

Este estudo ocorre numa época em que, no Brasil, oportuniza-se os debates sobre raça, propondo diversos caminhos e levantando problemáticas de pesquisas, que vêm sendo pontuadas nos últimos anos por historiadores, antropólogos e sociólogos, os quais começaram a suscitar novas perspectivas acerca das documentações. Os historiadores Flávio Gomes e Petrônio Domingues, sinalizaram que:

Para driblar, portanto, o –silêncio das fontesll acerca da experiência histórica dos negros na era pós-escravista, não existem fórmulas mágicas. Faz-se necessário desenvolver procedimentos novos (e rever os antigos) de tratamento do corpus documentais, ousar, ser criativo, faz uso de –descrições densasll, paradigmas abduativos e indiciários, cultivando um faro detetivesco e não desperdiçando nenhuma pista; manejar as estratégias e ferramentas de pesquisa com sensibilidade e uma dose de intuição, além obviamente, de muita perseverança e paciência. São muitas as fontes que podem ser exploradas: desde as mais tradicionais – como as de caráter governamental, cartorial, judicial, registros paroquiais, civis policiais, anais, atas, viajantes, cronistas, jornais, revistas – até as menos tradicionais, como literatura (romances, contos, poesias), iconografia (...).⁴⁶³

Silva, ao analisar como se reproduziram as desigualdades sociais e raciais de paulistas afrodescendentes que viveram no Rio de Janeiro no pós-abolição, destacou que não houve incentivos governamentais para apoiá-los na vida em liberdade, perpetuando-se os estereótipos negativos remanescentes da escravidão que os desqualificam da condição de trabalhador preferencial e quase único por tantos séculos⁴⁶⁴.

O contexto das experiências de homens e mulheres detidos na Penitenciária Modelo permeia uma época em que o branqueamento da população brasileira era uma questão de Estado. George Andrews mostra o amorenamento e o enegrecimento da população latino-americana como pautas dos governos latino-americanos, que tomaram maior impulso na segunda metade do século XIX, adotando o princípio das políticas nacionais para buscar a imigração europeia e –branquearll as populações nacionais⁴⁶⁵.

⁴⁶³ GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 71.

⁴⁶⁴ SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1988-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 21.

⁴⁶⁵ Os governos latino-americanos adotaram como base o princípio fundamental de a política nacional buscar a imigração europeia e –branquearll suas populações nacionais. Desde 1890 no Brasil explodem os movimentos

Lilia Schwartz, ao discutir a questão racial no Brasil, percebeu que ela surge de diferentes maneiras e constitui um tema fundamental na definição da identidade nacional. Está presente pela sua afirmação exótica, na versão romântica de inícios do século XIX, por meio das teorias realistas e mais negativas de finais do século passado, seja na –visão idealizada dos anos 30; ou na interpretação mestiça e mulata dos nossos dias – o fato é que –a raça|| já deu muito que falar⁴⁶⁶.

A abordagem da –cor|| da pele nos documentos oficiais da Penitenciária Modelo era bastante problemática. Mais uma vez reforçando a tese de que os castigos aplicados pelo corpo administrativo da instituição foram responsáveis pelo enraizamento de um racismo institucional. Ângela Davis aponta para uma violência ritualística, isto é, o sistema carcerário torna natural a violência decretada contra as minorias raciais ao institucionalizar uma lógica circular viciosa: os negros estão presos porque são criminosos; eles são criminosos porque são negros.⁴⁶⁷

Tomemos como exemplo o caso registrado pelos guardas Arthur Fernandes Moraes e José Correa Cerqueira, em 1 de dezembro de 1945, quando foram recolhidos aos cubículos os detentos Orlando Oliveira Cezar e Elias Alves dos Santos, ambos por faltarem com a verdade aos senhores diretor e médico. Após a prisão do Orlando, todos os detentos da Penitenciária Modelo foram formados atrás da barbearia a fim de o diretor expor mais uma vez os deveres dos presidiários. No ato, aproveitou para mandar quebrar umas garrafas de bebidas alcólicas que a família de um sentenciado –incorrigível|| havia trazido, sob os olhos apreensivos dos presidiários, que poderiam estar lamentando a bebida derramada no chão. Orlando faltara mais uma vez o respeito ao diretor, gritando: *Mim der uma garrava destas!* Era uma prática comum nos cubículos da –Grandell o uso de bebidas alcólicas, a embriaguez era umas das diversas causas de penalidades no ambiente prisional. Voltando ao caso, vimos que o diretor falou aos demais presos que o castigo do Orlando era de 15 dias, mas como ele faltou com o

–jacobinos|| nativistas para protestar contra a presença de imigrantes –nos ofícios especializados e no comércio varejista. Já no século XX, precisamente nas décadas de 1920 e 1930, surgem as –ligas patrióticas|| e –ligas nacionalistas|| e partidos de direita com base no fascismo europeu, tendo impulso na Argentina, Brasil, Chile e outros países, apoiando a xenofobia antimigrante como base fundamental do apelo popular. O autor mostra ainda um dado importante na análise dos censos da composição racial do Brasil e de Cuba, o de que a imigração europeia –branqueou|| a população nacional entre 1890 e 1940, embora com maior impacto no Brasil, onde os imigrantes tinham a probabilidade de vir em unidades familiares e se estabelecerem permanentemente no país. Já em Cuba eram constituídos de homens solteiros jovens que vinham sazonalmente, trabalhar nas colheitas de cana e depois regressavam. Ver: ANDREWS, George Reid. **América afro-latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 187-188.

⁴⁶⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (org.). **Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 153.

⁴⁶⁷ DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do Império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2019. p. 14.

respeito passaria a ser de 30 dias⁴⁶⁸. Analisando este caso percebemos mais uma vez as implicações do racismo, o preso Orlando Oliveira era -pretoll, -operárioll e de -instrução rudimentarll. Já o Elias Santos era de cor -brancall, -vaqueiroll e de -instrução rudimentarll, ele esteve envolvido no conflito, mas não teve sua pena elevada.⁴⁶⁹ Uma análise mais detalhada sobre a existência do racismo na -Grandell, tomando como base as penas aplicadas veremos mais à frente.

O quesito -corll foi notificado em todas as páginas amareladas do livro de identificação, embora apresentasse divergências em relação às fotografias registradas pelo Departamento Criminal do Estado. Sobre o processo de descrição, Maria Olivia Gomes Cunha relaciona o fato ao de a -corll aparecer como metonímia da -raçall, impregnando singularmente cada corpo com marcas que as ideais racialistas atribuíam aos grupos⁴⁷⁰. Ao estudar o uso da cor como qualificação Kabengele Munanga, considera que no Brasil a classificação é racial cromática, ou seja, baseada na marca e na cor da pele, e não na origem ou no sangue⁴⁷¹. Veremos a naturalização deste preconceito nos episódios narrados a seguir.

Concluimos sobre o quesito cor, aplicado às fichas dos detentos, que os indivíduos negros em sua grande maioria constituíam uma gama de trabalhadores rurais e urbanos, dentre eles operários e agricultores que eram homens pobres dotados de evidências de uma agência negra e para conhecermos um pouco mais sobre a luta dos afrodescendentes, ficamos a partir de agora com os episódios multifacetados do -carregador Bola de Nevell.

4.3 Façanhas do —Bola de Nevell

⁴⁶⁸ Livro de Parte Diária, 1 dez. 1945 – APES/SP⁵-166, p. 116-117.

⁴⁶⁹ As abordagens relacionadas às cores aparecerem nas pesquisas do século XIX, tornando-se algo recorrente para os debates do século XX. O historiador Tiago Silva, nos estudos sobre a Província de São Pedro, aponta que o elemento cor não esteve presente como informação em todos os anos nos livros de entrada e em alguns, a informação aparecia fragmentada. Ver: CESAR, Tiago da Silva. **A ilusão panóptica**: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888). São Leopoldo: Unisinos, 2015. Vimos o trabalho da historiadora Cláudia Trindade sobre a Casa de Prisão com trabalho da Bahia, ao analisar o perfil dos presos. Ver: TRINDADE, Cláudia Moraes. **A Casa de Prisão com trabalho da Bahia, 1833-1865**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

⁴⁷⁰ CUNHA, Maria Olívia Gomes da. **Intenção e gesto**: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. p. 53.

⁴⁷¹ MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. In: REIS, Letícia Vidor de Sousa Reis; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Negras imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 185.

As primeiras décadas da república não foram fáceis para os egressos do cativeiro, pois era comum encontrar vestígios dos homens de -cor|| respondendo judicialmente⁴⁷². Exemplo deste fato é a história do indivíduo negro que cumpriu pena na -Grandell e foi violentamente perseguido por conta da sua -cor||. Manuel Albertino de Souza, vulgo -Bola de Nevell, era um indivíduo -risonho||, -sambista|| e -alegre||. Mas a polícia qualificou suas aventuras como o episódio mais triste da história policial sergipana. Ele era conhecido pela polícia sergipana por possuir um instinto -desordeiro e destemido||. É a partir desta história que podemos conhecer lances das práticas de racialização impostas pela sociedade sergipana do pós-abolição.

Segundo informações da ficha de identificação (Figura 24), -Bola de Nevell, nasceu em 17 de novembro de 1914, no Estado de Alagoas e foi viver no Estado de Sergipe, exercendo a profissão de carregador.⁴⁷³ No prontuário foi qualificado como um -homem malandro||, que vivia de -bajulações e expedientes||. -Bola de Nevell era conhecido por todos como -farrista e frequentador dos cabarés de fins de ruas||. Estigmatizado por ser -desordeiro||, inúmeras vezes deu entrada na polícia. -Brigas, rixas, ferimentos, contravenções, espertezas||, tudo isso estava inscrito no livro de vida de Bola de Neve.⁴⁷⁴ A polícia não o queria na capital aracajuana. Foi deportado para a cidade de Propriá no ano de 1939. Para ele tanto fazia estar -aqui ou acolá, não possuía familiar||.⁴⁷⁵ Aqui retomamos o alerta de Edvaldo Souza Neto, sobre o estilo de vida dos pobres, em especial os libertos -cujo estigma do cativeiro, preenchia as fichas criminais||.⁴⁷⁶

Uma de suas façanhas ocorreu na madrugada de 18 de fevereiro de 1940, por volta das 24 horas. -Bola de Nevell saiu do cabaré de Fetó, na cidade de Propriá, em companhia de Ayres Soares da Mota. Os dois caminhavam em profundo silêncio pelas ruas completamente desertas do interior. -Bola de Nevell, já bêbado, trazia debaixo do braço uma garrafa de cachaça e juntamente a Ayres atravessaram o Beco do Profundo e, ao passarem em uma casa, esbarraram com o padeiro Manuel Rodrigues, deitado na calçada de uma construção

⁴⁷² A importante pesquisa sobre o pós-abolição em Sergipe, realizada pelo historiador Edvaldo Souza Neto, enfatiza que as -reuniões muitas vezes regadas a bebidas alcoólicas e vigiadas de perto pelas autoridades||. Ver: NETO SOUZA, Edvaldo Alves de. **Saindo das senzalas, mas não da história**: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900). São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p. 45.

⁴⁷³ Não se sabe ao certo qual a data oficial do seu nascimento. Na carta de livramento condicional aparece 14 de novembro de 1914 que diverge das fichas de identificação. Ver: APES/SP⁵-169.

⁴⁷⁴ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do Estado de Sergipe, sobre o pedido de indulto do sentenciado Manuel Albertino de Souza, vulgo, -Bola de Nevell - APES/SP⁵-169, p. 5.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 2.

⁴⁷⁶ NETO SOUZA, Edvaldo Alves de. **Saindo das senzalas, mas não da história**: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900). São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p. 42.

dormindo profundamente.⁴⁷⁷ Os dois companheiros combinaram de agredir fisicamente Manuel Rodrigues. E logo investiram contra o padeiro acordando-o a bofetadas. No ato iniciaram uma luta corporal, levando -Bola de Nevell à parede. Ayres da Mota intervém, segurando Manuel Rodrigues pelas costas. Daí então -Bola de Nevell, por quatro vezes consecutivas, esfaqueou violentamente o corpo do padeiro.⁴⁷⁸

PENITENCIARIA DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

Registro N. 31

Nome: *Manuel Alberto de Sousa* Alcunha: *"Bola de Nevell"* Matrícula n.º 20. *Procurado n.º 457*

Nacionalidade: *Brasileiro* Natural de: *Alagoas*

Lugar: *Paredão* Local: *Fonta Urupema*

Filiação: *Severiano Bragança de Sousa*
Adelina de Sousa

Sexo: *masculino* Idade: *31* Nascido em: *17-XII-1914*

Estado civil: *solteiro* Profissão: *Carregador* Instrução: *Nula*

Residência: *Rua de Marsim 409 - S. J.*

Identificado em: *26 de Abril* de 1946.

Motivo: *Homicídio*

FILIAÇÃO FISIOLÓGICA E EXAME DESCRITIVO

Estatura: *1,71* Peso: *62k*

Inclinação: *reta*

Fronte: largura: *reta*

Sobranceiras: *pretas e curvas*

Palpebras: *encapetadas*

Nariz: dorso: *grossa e chata*
base: *(amassada)*

Boca: *grande e retá* Labios: *grossos*

Queixo: *arredondado* Orelhas: *pequenas e baixas*

NOTAS CROMÁTICAS

Cabelos: *pretos*

Olhos: *cast. esc.*

F. D. série *1333*
acesso *1822*

Manuel Alberto
Assessor de Identificação

MARCAS PARTICULARES E CICATRIZES

Calos: *Oral (afecção habitual) de um*
deixas por

Mão direita: *de dorso da mão*

Mão esquerda: *Cic. de corte, obliqua, na*
face dorsal da 1ª e 2ª de dedos

Outras: *Grupo sanguíneo: B*
Biotipo: longilíneo e cerebral

Tatuagem: *Não tem*

Fotografia tirada em: *de 19*

CHEFE DO SERVIÇO

Figura 24 - Ficha de identificação do -Bola de Nevell

Fonte: APES/SP⁵-169.

Conforme consta no relatório de livramento condicional, -Bola de Nevell foi preso, processado e condenado em 11 de junho de 1940. Ingressou na Penitenciária Modelo, matriculou-se sobre o número 257. Acostumado a viver na -vadiagem nada fazia no mundo a não ser cometer erros e delitos⁴⁷⁹. A Penitenciária seria a morada mais certa de -Bola de Nevell. Não era muito de trabalhar e, quando chegou à prisão, continuou a ser -desajustado.

⁴⁷⁷ Na Penitenciária Modelo inúmeros conflitos evidenciavam os casos de embriaguez alcoólica. A cachaça entrava na -Grande nas visitas aos domingos por intermédio de parentes ou amigos. Sobre esta questão ver: CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933. p. 190.

⁴⁷⁸ Nos estudos sobre prisões do Rio de Janeiro, a historiadora Myrian Santos, publicou um importante artigo sobre a prisão dos ébrios, capoeiros e vagabundos, onde sinalizou que como advento da República passou-se a considerar necessário o encarceramento e a correção de indivíduos que optassem por uma forma de vida ou um modo de ser que não se coadunasse às normas estabelecidas. Ver: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiros e vagabundos no início da Era Republicana. **Revista Topoi**, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan. 2004. p. 146.

⁴⁷⁹ Ibidem.

Sua estadia não foi calma, a diretoria da instituição, tentou reeducá-lo, mas ele continuou a viver da mesma forma, no meio da –malandragem

A Diretoria da Penitenciária Modelo, com o objetivo de –regenerar o –Bola de Nevell pelo trabalho, o designou para desenvolver atividades na secção de sapataria, mas poucos foram os dias que ali ficou. Bebidas e desatenção eram o lema de –Bola de Nevell, e logo foi retirado. Nova tentativa foi realizada em outubro de 1943 quando ele foi designado para exercer a função de zelador do pavilhão dos loucos. Ali esteve até 25 de fevereiro de 1944, quando mais uma vez, foi afastado do cargo. Apesar do mal comportamento, ele reclamava que queria serviço. Então, em maio de 1945, foi colocado para auxiliar na cozinha e lá também fez confusão. Logo foi encaminhado ao serviço de saneamento do prédio, onde teve que permanecer por um bom tempo. –Bola de Nevell, ao invés de frequentar as oficinas como muitos colegas faziam, preferia viver pelos cantos tecendo intrigas e procurando barulho. Seu comportamento era dos piores, conforme detalha o Quadro 12.

O comportamento de –Bola de Nevell não era dos melhores, não agradou aos administradores da –Grandell. Ele foi trancado no castigo disciplinar: por ter desacatado o guarda em serviço; por não ter cumprido ordens regulamentares; por ter perturbado o silêncio da noite e rebelar-se ao ser advertido pelo guarda; por ter jogado dados; por ter levantado acusações falsas sobre seus colegas da prisão e por ter se recusado a fazer a faxina. De todos estes castigos aplicados, o mais longo foi quando ele subtraiu uma penca de chaves pertencentes à casa e a jogou dentro da privada, e por isso foi preso no cubículo isolado por 30 dias, conforme exposto no Quadro 12⁴⁸⁰. Em um período de cerca de 3 anos, ficou por 199 dias na tranca, conforme mostrado nas Figuras 25 e 26.

Para além destas contravenções ofendeu moralmente um colega e jogou dados a dinheiro⁴⁸¹. Curioso é notar que a aplicação dos castigos serviu para mostrar o quanto os órgãos administrativos da –Grandell eram preconceituosos e sustentavam o que denominamos de racismo.⁴⁸²

⁴⁸⁰ Goffman menciona os aspectos das celas de prisão com barras de metal e paredes que permitiam a exposição, o indivíduo estaria sempre propenso a ser visto, mesmo que fosse por outros encarcerados. Outros aspectos interessantes são relativos às –exposições contaminadoras, como é o caso da presença dos vasos sanitários sem assentos. Esta realidade é perceptível nas celas da Penitenciária Modelo de Sergipe. A Figura 26 mostra o local que constituía o –isolamento, para ali iam todos os presos que usavam da rebeldia para forjar as normas institucionais. Ver: GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 31.

⁴⁸¹ Ibidem.

⁴⁸² Stuart Hall conceitua raça como uma construção política e social, constituindo uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Estas questões foram materializadas nos registros das pessoas –de cor, no Estado de Sergipe. O governo categorizava esses indivíduos –de cor e atribuía-lhes uma carga de preconceito. Ver: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 69.

Quadro 12 - Castigos aplicados ao -Bola de NeveII

MÊS	DIA	ANO	CAUSA	PENA DISCIPLINAR
Maio	25	1942	Por desacatar o guarda.	Trancado por 16 dias
Junho	16	1942	Por não ter cumprido ordens regulamentares.	Trancado por 2 dias
Julho	9	1942	Por ter perturbado o silêncio da noite e rebelar-se quando advertido pelo guarda.	Trancado por 30 dias
Setembro	19	1943	Por ter sido apanhado em jogos de dados.	Trancado por 3 dias
Outubro	10	1942	Por ter levantado acusações falsas a respeito de seu colega na prisão.	Trancado por 2 dias
Janeiro	24	1943	Por ter desobedecido às ordens que lhe foram transmitidas e insubordinar-se quando advertido.	Trancado por 30 dias
Abril	22	1943	Por ter se recusado a fazer faxina.	Trancado por 10 dias
Junho	2	1943	Por ter subtraído uma penca de chaves pertencentes à Casa, jogando-a na privada.	Trancado por 20 dias
Setembro	10	1943	Por ter ofendido moralmente seu companheiro.	Trancado por 5 dias
Abril	17	1944	Por ter sido apanhado jogando dados.	Trancado por 15 dias.
Junho	30	1944	Por ter tomado parte do jogo.	Trancado por 10 dias.
Fevereiro	02	1945	Por ter se empenhado em luta corporal com o colega.	Trancado por 20 dias.
Junho	21	1945	Por ter discutido e brigado com o colega.	Trancado por 6 dias.
Dezembro	22	1945	Por ter subtraído uma penca de chaves e jogado na privada	Trancado por 30 dias

Fonte: APES – Relatório de Livramento Condicional, 1946.



Figura 25 - Tranca/Isolamento

Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950



Figura 26 - Vaso sanitário da tranca de isolamento

Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950.

A história do -Bola de Nevell proporciona realizarmos uma reflexão entre as penas aplicadas aos presos de cor -pretall e os de cor -brancaall. Nesses casos, fazemos um alerta ao que diz Karl Monsma, sobre a ideia de *habitus* racial na -interação face a faceall, afirmando que -quando um grupo está subordinadoall e sistematicamente relegado a posições inferiores sem questionar -isso abertamente, o integrante do grupo dominante geralmente internaliza as divisões raciais e sua posição superior, como naturais e inquestionáveisall.⁴⁸³ Foi assim que -Bola de Nevell ficou no castigo incomunicável sem poder se proteger. Destacamos aqui o que inclui a historiadora Camila Avelino, ao reafirmar que, em Sergipe, no pós-abolição -persistiam práticas racistas e excludentes contra os afrodescendentesall⁴⁸⁴. Podemos ter convicção sobre essas práticas se refletirmos sobre o que demonstra o Quadro 14, sobre as penas disciplinares atribuídas aos presos na rotina diária da -Grandell.

Os prontuários utilizados para a elaboração desta análise descrevem detalhadamente cada fato causador da indisciplina, acompanhado da data completa da ocorrência. É frequente dentre os documentos analisados a ocorrência das indisciplinas e aplicações das penas nos meses de novembro, dezembro e janeiro. Certamente os fatos aconteciam nos meses de Natal e de Ano Novo. Em relação ao dia da semana da execução das penas, observamos uma

⁴⁸³ MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

⁴⁸⁴ AVELINO, Camilo Barreto Santos. **Os sentidos da liberdade**: trajetórias, abolicionismo e relações de trabalho no Vale do Cotinguiba no pós-abolição (Sergipe, 1880-1930). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. p. 211.

concentração nos dias de domingo, momento em que o presídio recebia visitas da população do entorno do bairro onde se situava a –Grandell. Naqueles momentos entravam no espaço prisional objetos e substâncias proibidas como o –álcool e a –maconha. Como um dos exemplos, citamos o caso do preso Walfredo Elias dos Santos, de cor –preta e –operário que estava cumprindo pena pelo crime de homicídio. Sofreu pena disciplinar por ser descoberto, dentro do seu travesseiro –um pacote de maconha e, por isso, foi preso no cubículo por 30 dias.⁴⁸⁵ Michel Foucault sobre a indisciplina afirma que –a penalidade é a inobservância, a tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios e para ele os castigos disciplinares operavam com a função de reduzir esses desvios.⁴⁸⁶

Os estudos de Fernando Salla sobre o funcionamento da Penitenciária do Estado de São Paulo, construída na década de 20, assim como foi edificada a –Grandell, trouxe questões semelhantes. Como observamos, o fato da inscrição dos castigos no prontuário e o destaque que esses atos constituíam –uma biografia marcada por traços que nunca mais se apagariam, seria a estigmatização e as –marcas eram levadas para as sessões dos Conselhos Penitenciários, onde se avaliava o comportamento do detento durante toda a vida dele no estabelecimento prisional. Na –Grandell não foi diferente, os registros eram diários tanto nos prontuários, como nos livros de parte diária que traziam detalhes minuciosos dos fatos ocorridos nos plantões dos guardas.⁴⁸⁷

A indisciplina fazia parte das interações cotidianas existentes na Penitenciária Modelo e o regulamento institucional operava com o objetivo de punir o preso infrator das normas que compunham o regulamento interno. Na aplicação da pena por indisciplina foi detectado que havia uma variante bastante expressiva e tinha a ver com o comportamento do preso e as relações que eram mantidas com os agentes aplicadores das penas. Neste caso, as punições eram maiores levando em consideração o histórico da rotina diária e a –cor da pele do preso com maior ênfase.

O regulamento institucional da Penitenciária Modelo não era claro em relação à aplicação das penas, justamente para facilitar a execução do poder de perseguição legitimando os excessos de aplicação das penas disciplinadas descritas pelos diretores nos prontuários analisados. O regulamento institucional em seu artigo 43, proibia que qualquer funcionário do estabelecimento aplicasse castigos não previstos pelo regulamento, o que não ocorreu, pois já

⁴⁸⁵ Prontuário da Penitenciária Modelo, ano de 1955 – APES/SP⁵.

⁴⁸⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 149

⁴⁸⁷ SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo, 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999. p. 203.

discutimos que existiam também os castigos corporais como foi o caso do -chicote de borrachal e o -cipó caboclo, não descritos na norma interna.⁴⁸⁸

Como observamos no Quadro 13, há evidências da existência do racismo na rotina diária da Penitenciária Modelo. Através da análise das penas disciplinares atribuídas aos detentos da cor da pele -pretal ou da cor da pele -brancal, nota-se que os presos de cor -pretal recebem penas disciplinares visivelmente maiores em relação ao preso de cor -brancal. É importante mencionar que quando nos referimos a -pretos nesta análise, não colocamos em conta os que foram classificados pelos biotipologistas como -morenos e -pardos, uma cor de pele que é mais para o -pretol que para o -brancol, mas eu não tinha dúvida alguma de que eram -pretos.⁴⁸⁹

Para chegar a análise dos Quadros 13 e 14, o primeiro passo foi tomar como base a seleção de 100 prontuários de presos que cometeram homicídios. A escolha se deu por ser o tipo de crime de maior incidência cometido pelos presos de -cor preta, que deram entrada na -Grandal, no período de 1930 - 1950. Para realização da amostragem, foram separados cinco prontuários por ano para um espaço temporal de 20 anos, totalizando 100. Destes prontuários, três pertenciam aos presos que se identificavam como -pretos, totalizando 60 prontuários. E em relação aos que se identificaram como -brancos, foram utilizados dois prontuários por ano, totalizando 40 prontuários da amostragem realizada.

Quadro 13 - Penas disciplinares atribuídas aos presos da Penitenciária Modelo de Aracaju, 1930 - 1950

INDISCIPLINA	PENA DISCIPLINAR -BRANCOS	PENA DISCIPLINAR -PRETOS
Desobediência ao corpo administrativo (guarda, direção)	24 horas a 15 dias	90 a 60 dias
Uso de bebida alcoólica	2 dias a 10 dias	20 a 90 dias
Práticas de jogos (dados)	20 horas a 13 dias	20 a 45 dias
Luta corporal com colegas	20 horas a 15 dias	10 a 45 dias

Fonte: Prontuários da Penitenciária Modelo, 1930-1950 – APES/SP⁵.

O segundo passo para complementação da análise pretendida foi listar as variedades de indisciplinas que tiveram maior frequência dentre os prontuários escolhidos e a partir daí verificar o número de penas disciplinares atribuídas aos presos de cor -brancal e aos -pretos.

⁴⁸⁸ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES.

⁴⁸⁹ O sociólogo Antônio Sérgio Guimarães sinaliza que -pretol e -negrol são termos pejorativos, mas que a própria cor adquire uma função simbólica, estigmatizante, como bem demonstram os sinônimos listados no dicionário de língua vernácula: sujo, encardido, lúgubre, funesto, maldito, sinistro, perversa. Ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 1983.

É importante observarmos que há uma variante de aplicação das penas em relação às datas, tendo em vista que a descrição das penas nos prontuários não seguiam uma ordem comum, era –aleatória. Neste sentido o regulamento era lacunar, como veremos mais à frente.

Para melhor ilustrar essa questão, citamos a pena disciplinar aplicada pela indisciplina do –uso de bebidas alcoólicas, neste caso um preso de cor –branca seria punido entre 2 a 10 dias. Vimos que por essa mesma indisciplina haviam prontuários que descreviam 3, 4, 6, 8 dias e por esse motivo dizemos que essa pena era aplicada de forma variante e –aleatória. A aplicação da pena para além da cor, dependia também das relações interpessoais entre o preso e o corpo administrativo. De igual modo ocorreu com o preso de cor –preto pelo cumprimento da mesma indisciplina, –uso de bebida alcoólica, a diferença aqui é que o castigo era bem maior.

A partir dos detalhes da análise da documentação, percebemos como ocorriam estas dinâmicas prisionais, com o intuito de mostrar o –racismo existente e as práticas punitivas atribuídas. Para melhor ilustrar estas questões, foram selecionados quatro tipos de indisciplina mais comuns nos prontuários dos presos, sejam eles –brancos ou –pretos: a) desobediência ao corpo administrativo formalizada pelo guarda ou direção. Neste sentido, havia uma diversidade de questões que poderiam estar relacionadas desde a uma simples ordem de limpeza do cubículo a algo mais grave, que era o envio de cartas para fora do presídio; desacato e tentativas de fugas. b) O uso de bebidas alcoólicas deixava os presos fora de si, no ato cometiam rixas internas e como consta nos prontuários –tornavam-se mal-educados desrespeitando os funcionários.⁴⁹⁰ c) A prática de jogos de dados ocorria com bastante ênfase na –Grandell, recorrente em todos os prontuários. Trata-se de um jogo praticado nos cubículos e nos lugares camuflados do prédio, constituía a única forma lúdica que eles tentavam utilizar sem que os guardas percebessem. d) A luta corporal ocorria sempre por alterações de ânimo entre os colegas dos cubículos e/ou no momento das aglomerações no pátio na hora da revista, importante salientar que era comum os presos estarem –embriagados e por isso ficavam suscetíveis às –rixas e lutas corporais.

No Capítulo V do regime disciplinar o regulamento, especificava em seu artigo 33, a regulamentação da comunicação dos presos, informando que eles só podiam escrever cartas ou recebê-las depois que fossem lidas pelo diretor do estabelecimento. E algo mais curioso

⁴⁹⁰ Prontuários da Penitenciária Modelo, 1930-1950 – APES/SP⁵. Sobre as prisões de São Paulo, Camila Dias conceitua o –desacato como –uma quebra na relação social e norteia um conflito latente, subsumido no arcabouço da ordem social vigente na prisão. Ver: DIAS, Camila Nunes. Disciplina, controle social e punição: o entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 123-127, 2014. p. 123.

ainda sobre a disciplina estava descrito no artigo 31, pois os sentenciados ao encontrar o diretor deveriam levantar-se e tirar o chapéu em sinal de respeito.⁴⁹¹ Os presos que transgredissem as normas poderiam ficar sem receber visitas, participar da vida social da Penitenciária, nas atividades da oficina, da escola e do atuante Grêmio Esportivo e Literário Graccho Cardoso.⁴⁹²

Dentre as indisciplinas mencionadas na análise do Quadro 13, escolhemos a que possuía mais evidência da ausência de clareza por parte do regulamento institucional, em relação às ocorrências de desobediências ao corpo administrativo, conforme listamos abaixo no Quadro 14.

Quadro 14 - Desobediências Penitenciária Modelo de Aracaju, 1930 - 1950

RELAÇÃO DA DESOBEDIÊNCIA	
Ao guarda e direção	Rotina social da Penitenciária
-Ofereceu dinheiro ao guarda para trazer aguardentel.	—Abuso de confiança e esbofeteou o delegado do Bairro América, estando com uma faca e <i>puxando fogo</i> no momento da visita
-Jogou o vaso de querosene no guarda	-Jogou comida no chão
-Xingou o guarda	-Embriaguez com maconha
—Caluniou o guarda	-Venda de maconha aos colegas
-Não respondeu à revista realizada pela guarda	-Guardar maconha no travesseiro
-Falou mal do guarda e do diretor	—Levar álcool para as oficinas
-Tomou verniz e arrancou o botão da roupa do guarda	—Conduzir cachaça no coco por intermédio de mulheres
-Não quis obedecer ao guarda, quando ele mandou realizar a faxinal	-Fez parte da greve da comida
-Tentou ferir o guarda	—Colocou mulher no cubículo
-Proferir palavras ofensivas ao guarda	—Abandonou o serviço de asseio sem terminarl
-Enviou cartas caluniando o diretor do presídior	-Por ter dançado xangô

Fonte: Prontuários da Penitenciária Modelo, 1930-1950 – APES/SP⁵.

Dividimos as desobediências em dois grupos: as que tinham relação direta com o guarda e a direção, que iam desde a prática dos subornos, como foi o caso de –oferecer dinheiro ao guarda para comprar verniz, aos diversos insultos proferidos. Já de outro lado temos as questões que fazem parte da vivência social da –Grandell, como foi o caso de ter

⁴⁹¹ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 263.

⁴⁹² O Capítulo VI - Das penas disciplinares: Art. 42 – As penas disciplinares serão impostas aos sentenciados na seguinte ordem, sem prejuízo das penas criminais em que incorrerem pelo mesmo facto: a) privação de visitas, correspondência ou outra concessão; b) degradação de classe; c) redução, ou privação temporária do salário; e) em casos de extrema necessidade, quando o detento houver cometido falta gravíssima, insubordinando-se contra os guardas, poderão ser aplicadas algemas, que não prejudicassem a saúde do delinquente, mas lhe impossibilitem uma violência, ou esforço pessoal. Ver: SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 264.

-jogado comida no chão|| por conter ingredientes podres e em seguida participar do movimento de greve na cozinha. De modo geral, verificamos que os presos possuíam uma constante carência afetiva e acabavam levando para seus cubículos mulheres a fim de praticarem atos sexuais. Goffman sinaliza que –nas prisões a negação de oportunidades para relações heterossexuais pode provocar medo de perda da masculinidade||.⁴⁹³

De forma inusitada, como já mencionamos em outro momento, a –maconhall circulava de forma pacífica no presídio a ponto de diversos presos serem embriagados com esse entorpecentes.⁴⁹⁴ É importante frisarmos mais uma vez que o regulamento institucional não era –claro|| em relação à descrição das indisciplinas e a real legitimação do regulamento, o que sabemos é que muitas –lacunas|| existiam para justamente estigmatizar os indivíduos, podia ocorrer de alguns presos de cor –branco|| também receberem penas duras, mas eram apenas os mais –insubordinados|| e aqueles que tinham algum tipo de desavenças com os guardas.

Neste contexto voltamos a afirmar que os homens ditos como de –cor|| sofriam penas mais austeras. Eles eram também disciplinados por adoração à religiosidade, crença oriunda de sua vida pregressa. Como exemplo citamos o –pret|| e –operário|| José Alves de Oliveira, vulgo –Marret|| que entrou na Penitenciária Modelo por ter cometido o crime de homicídio e, em suas vivências no estabelecimento prisional foi repreendido por ter dançado xangô, tendo ficado 24 dias no cubículo isolado⁴⁹⁵. Este fato remete à perseguição religiosa e à marginalização do que se refere à cultura negra, salientando um desprezo para com o negro e suas raízes culturais, sobretudo bastante atuantes no entrono do presídio.

De modo geral, tornou-se perceptível que se um preso de cor –branco|| desacatasse o guarda ou a direção da Penitenciária Modelo, a pena atribuída variava entre 24 horas e 15 dias e para aquele que era oriundo de uma agência a pena era paga em uma variante entre 90 e 60 dias de tranca no cubículo. O caso do –Bola de Neve|| é um exemplo importante para análise , o Regulamento Institucional da Penitenciária Modelo, previa no artigo 44 e inciso 1º —que se a desobediência fosse acompanhada de clamor, ou insulto, ao funcionário do estabelecimento, ou a outro presidiário, a pena seria de reclusão por cinco a quinze dias|| e o –Bola de Neve||

⁴⁹³ Cabe aqui trazermos a definição de instituições totais discutida por Goffman, como um local de residência e onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. Ver: GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 11-31.

⁴⁹⁴ Prontuários da Penitenciária Modelo, 1940 –APES/SP⁵-267.

⁴⁹⁵ Prontuários da Penitenciária Modelo, 1942 –APES/SP⁵-267.

recebeu pena disciplinar dobrada de 30 dias.⁴⁹⁶ Certamente o –Bola de Nevell vinha sofrendo por conta dos estigmas de sua cor os castigos mais intensos e severos.

Retomando o caso, foi visto que mais uma vez a Direção do estabelecimento qualificou –Bola de Nevell, como um detento de comportamento péssimo e de –caráter mentiroso, intrigante e provocador. Envolvia-se em conflitos com os guardas do estabelecimento e não cumpria o regulamento da instituição. O pedido de indulto do –Bola de Nevell foi negado pelo seu péssimo comportamento na –Grandell, como afirmou a peça processual –a pretensão de –Bola de Nevell de merecer indulto é de todo absurdall. O preso foi condenado a 21 anos de reclusão.⁴⁹⁷ Mas suas façanhas não param por aqui, ele reaparece em um inquérito administrativo aberto contra o guarda da instituição prisional e em diversas vezes atuado pelos guardas em exercício⁴⁹⁸.

Vocês devem estar curiosos para saberem um pouco mais sobre este indivíduo que surge inúmeras vezes nos documentos da Penitenciária Modelo, como –desordeiroll e um dos mais temidos nomes da história criminal de Sergipe⁴⁹⁹. Certamente as –façanhas e artimanhas do –Bola de Nevell não pararam por aqui, não é à toa que foi um dos negros mais noticiados de Sergipe.

4.4 —Negro, Você Continua a Debicar de Mim!!⁵⁰⁰

Em uma segunda-feira 16 de novembro de 1942, foi registrado no Livro de Parte Diária uma grave ocorrência, mencionando que o –Bola de Nevell foi escoltado ao Hospital Cirurgia na capital Aracaju, a fim de se submeter à ligeira internação para intervenção cirúrgica e, logo que teve alta, fora conduzido ao estabelecimento penal. Interessante é saber porque –Bola de Nevell, tinha se submetido a uma cirurgia. Pois é! O livro de histórias criminosas de –Bola de Nevell continuou e o inquérito administrativo em que o réu é o José

⁴⁹⁶ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 264.

⁴⁹⁷ Relatório apresentado pela Diretoria da Penitenciária do Estado de Sergipe, sobre o pedido de indulto do sentenciado Manuel Albertino de Souza, vulgo –Bola de Nevell – APES/SP⁵-169, p. 5.

⁴⁹⁸ Foi recolhido ao pavilhão o detento Manuel Albertino de Souza, vulgo Bola de Neve, por se ter insubordinado contra o guarda em serviço. Ver: Livro de Parte Diária, 13 jun. 194, p. 87. No dia 17 de outubro de 1942, às 13 horas da tarde, o detento Manuel Albertino de Souza, –Bola de Nevell, agrediu sem motivo registrado, o detento empregado na cozinha. Livro de Parte Diária, 17 out. 1942 – APES/SP⁵.

⁴⁹⁹ GOIS, Mariana Emanuelle Barreto de. Nas páginas criminais: histórias carcerárias na penitenciária modelo de Aracaju. **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**, Aracaju, n. 46, p. 249-264, 2016. p. 257.

⁵⁰⁰ –Debicarll é um termo utilizado como sinônimo de –debochell, –zombaçãoll.

Correia de Cerqueira, guarda vigilante da Penitenciária Modelo, nos deu informações de tal ocorrido⁵⁰¹.

O processo crime datado de 29 de julho de 1941, denunciou o crime de espancamento que ocorreu na Penitenciária Modelo, tendo como vítima o famoso -Bola de Nevell. A denúncia é contra José Correia de Cerqueira, casado, natural e residente na Rua Bahia na capital de Aracaju, guarda vigilante da Penitenciária Modelo, pelo seguinte fato. No dia nove de fevereiro, estava o guarda Alfredo Luiz Gonzaga em sua banca de trabalho conversando com o detento Antônio José da Silva quando se aproximou o guarda José Cerqueira, no ato faltando à -compostura no exercício de suas funções, disse ao sentenciado: -Você aconselhe a -Bola de nevell a não ir mais ao seu cubículo falar de mim. Neste momento, -Bola de Nevell estava sentado no pé da escada que dava acesso ao pavimento superior do presídio e em seguida o guarda vigilante José Cerqueira virou-se e sacou o revólver. Importante lembrar que a arma utilizada na ocasião foi concedida pelo Poder Público para a manutenção da ordem, a ser utilizada quando os presos perturbassem a ordem estabelecida. No momento dos ferimentos, o guarda olhou para -Bola de Nevell e disse: -*Negro, você continua a debicar de mim!*⁵⁰²

Em virtude das intrigas causadas, José Cerqueira direcionou a arma e alvejou -Bola de Nevell com vários tiros. No ato, -Bola de Nevell sentiu-se ferido e correu, refugiando-se no cubículo do sentenciado Manoel Miguel, vulgo -Cabeleira até onde foi perseguido pelo denunciado. No momento -Bola de Nevell não ofendeu o guarda vigilante José Cerqueira, sendo violentamente alvejado. O guarda foi pronunciado no incurso na sanção 304 § único da Consolidação das Leis Penais.⁵⁰³

Os peritos doutores Carlos Menezes e Alfredo Lucas, realizaram os exames de corpo de delito no -Bola de Nevell e descreveram o seguinte:

Manoel Albertino de Souza, vulgo -Bola de Nevell, alagoano, preto, solteiro de 29 anos de idade, preso de sentença na Penitenciária Modelo, ferido em conflitos com José Corrêa Cerqueira. Resultou de um ferimento de cinco centímetros⁵⁰⁴.

Os ferimentos constantes nos autos do corpo de delito foram comprovados e em seguida foram auferidas perguntas ao -Bola de Nevell pelo capitão e o escrivão de plantão:

⁵⁰¹ Processo-crime: Ofensas verbais e físicas. AJES - AJU/1ª V. Caixa nº 23. Período: 1941-1951. Acervo nº 02 nº geral: 2601.

⁵⁰² Negro era sinônimo mais pejorativo de -pretoll e, no contexto de brigas, virava insulto aviltantell. Ver: MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 22.

⁵⁰³ AGJES - AJU/1ª V. Caixa nº23. Período: 1941-1951. Acervo nº 02 Nº Geral: 2601, fls, 15-16.

⁵⁰⁴ Ibidem.

Como e por quem foi ferido? Respondeu que —foi ferido pelo guarda José Corrêa de Cerqueira, pelo simples fato dele ter lhe cismado. Em que dia se verificou este fato? —que no domingo do corrente, aproximadamente às duas horas da tarde, se dirigia para a cozinha do estabelecimento, ao passar pelo cubículo do sentenciado conhecido por —cabeleiral foi alvejado pelo guarda vigilante José Corrêa Cerqueira, foi alcançado por duas balas, e que para livrar-se encontrou refúgio no cubículo do —Cabeleiral. Questionou-se também se a vítima gozava da estima dos seus companheiros presidiários? Respondeu —Que não tinha conhecimento de nenhum desafeto seu, pois todos lhe tratam bem. Questionado também se já esteve recolhido alguma vez por indisciplinar. Disse —que já esteve por três vezes, sendo que na última ficou incomunicável. Sem mais o que dizer ou esclarecer sobre o fato.

No mesmo auto foi interrogado o guarda José Cerqueira que afirmou todos os fatos expostos anteriormente, para além de salientar que Manoel Albertino disse que os guardas da Penitenciária ganhavam —bolas das autoridades para persegui-lo. E que na noite do mesmo dia, por ocasião da revista, foi o guarda José Cerqueira esbofetado por Manoel Albertino, por algo referendado quando este falava da pessoa do doutor chefe de polícia, aos visitantes, e por este motivo —Bola de Neve foi recolhido incomunicável, tendo jurado que se vingaria na primeira oportunidade que surgisse:

No interrogatório José Cerqueira, guarda vigilante da Penitenciária Modelo, sobre os fatos expõe:

Perguntado como e porque feriu a Manoel Albertino de Souza, vulgo —Bola de Neve? Respondeu que no dia noite de janeiro último, por ocasião da visita da embaixada Faculdade de Direito da Bahia, a esse presídio, o sentenciado Manoel Albertino de Souza, teve oportunidade de fazer referência pouco elogiosa do Doutor Chefe de Polícia, a alguns membros daquela embaixada, sendo advertido pelo respondente, Manoel Albertino disse que os guardas d'aqui ganhavam —bolas daquela autoridade para persegui-lo, que na noite deste mesmo dia, por ocasião da revista, foi o respondente esbofetado por Manoel Albertino, por algo referendado quando este falava da pessoa do doutor chefe de polícia, aos visitantes, por este motivo o referido penitenciário foi recolhido incomunicável, tendo jurado que se vingaria na primeira oportunidade que surgisse; que no domingo, nove do corrente, entrando de serviço o respondente, sei que Manuel Albertino, já havia sido retirado do cubículo onde estava cumprindo pena disciplinar, sendo este ao lhe avistar procurando zombar de sua pessoa, que o respondente voltando do almoço, se dirigiu ao salão onde exerce suas funções de guarda vigilante quando se esbarrou com o referido Manoel Albertino, que caminhava em sua direção com o fito de agredi-lo, que o respondente se achar sozinho no momento e do que os soldados que estavam e não chegariam a tempo de socorrê-lo, resolve díspar dois tiros, com o intuito de amedronta-lo. Pergunta-se o sentenciado Manoel Albertino de Souza, já era seu inimigo? Resp. Que não. Perg. Quais as pessoas que assistiram este fato? Resp. Que no momento só o guarda Alfredo Luiz Gonzaga e o soldado Arthur Francisco de oliveira de 457 da força policial e o Tenente Manoel dos santos. Perg se tem mais, que dizer e esclarecer sobre o fato? Resp. Que não.[sic]⁵⁰⁵

⁵⁰⁵ Ibidem.

Os interrogatórios continuaram e Ananias dos Santos, com quarenta anos de idade, casado, filho de Manoel Pedro da Silva, natural da cidade de Propriá, residente na rua D. Quirino, nº 123, na cidade de Aracaju, sobre os fatos disse que nos últimos dias do mês de janeiro, por ocasião da visita ao presídio de uma comissão de estudantes da Escola de Direito da Bahia, acompanhou-os, mostrando as várias dependências, juntamente com o guarda vigilante do dia, José Coreia de Cerqueira, e que um dos visitantes, conhecendo o -Bola de Nevell lhe perguntou como ia passando e ele mesmo respondeu -que não ia bem em virtude de ser tratado pelo Doutor Chefe de Polícial. Logo informou que assim que retirarem os visitantes, o guarda vigilante José Corrêa de Cerqueira, disse para Bola de Neve: *“Você deixe de ser besta, que o Doutor Chefe de Policia não lhe tesa”*. Insatisfeito com o tratamento que lhe era concedido, o sentenciado -Bola de Nevell procurou o Diretor do Presídio para queixar-se contra o guarda José Corrêa Cerqueira, alegando maus tratos. A testemunha afirmou ainda que no mesmo dia, o guarda vigilante foi agredido pelo sentenciado -Bola de Nevell com um soco no rosto e que, estando ferido, procurou se defender com uma arma, sendo nesta ocasião ofendido pelo sentenciado. O diretor do presídio para evitar maiores consequências transferiu o guarda de lugar, não existindo assim o contato deste como sentenciado. Em virtude destas discussões, o -Bola de Nevell foi recolhido por medida disciplinar e castigos por ordem do diretor da Penitenciária Modelo, após dezoito dias de reclusão.

O mais curioso neste gigantesco processo são os relatos da Promotoria e do Juiz. A promotoria de defesa escreveu ao meritíssimo juiz alegando que José Correia de Cerqueira exercia a função de guarda vigilante da Penitenciária Modelo e que neste estabelecimento sempre revelou bom comportamento e vinha servindo a contento da direção daquele ramo da pública administração e no trâmite do presente processo, nenhum argumento -desabonador|| foi discutido por qualquer das testemunhas que depuseram, nem mesmo pelos presidiários que foram ouvidos⁵⁰⁶.

Da leitura das peças do processo fica evidente que -Bola de Nevell foi acusado e em momento algum há relatos a favor dos maus tratos sofridos por ele. -Bola de Nevell foi acusado quando afirmou que os guardas recebiam -bolas||, ou seja, dinheiro para persegui-lo, a mando do chefe de polícia. É possível depreender nos autos que o aparato judicial incriminou o -Bola de Nevell por seu comportamento, conforme aponta nitidamente o relato da defesa da promotoria de justiça:

⁵⁰⁶ Ibidem.

Não fora a penosa e árdua função que exercia vigiar num estabelecimento penal, aqueles que ali, vão ter por determinação da justiça o certo o denunciado estaria afastado da responsabilidade que lhe é imputada em face destes autos. Entretanto, uma força superior à sua vontade orientou a sua ordem de maneira bem decisiva do rumo que, em dependendo dele, seria atração. Foi servir num estabelecimento penal, conviver de perto *com indivíduos de todas as estirpes, sujeito ao troco de um ordenado ínfimo, ao mal baratado de suas vontades, tendo à guisa de recompensar o epíteto que é reservado aqueles que possam pela desenvoltura de, por qualquer circunstância, seja mais justa ou honesta [sic]*⁵⁰⁷.

O promotor relatou que, na Penitenciária, José Cerqueira encontrou o mais conhecido –desordeiro dos anais policiais de Aracaju, o –Bola de Nevell autor de bárbaro homicídio e o mais –conhecido freguês da Polícia central. Disse que no presídio a sua conduta não se reformou para melhor, continuou um –ser inadaptado socialmente, entregando os seus conselheiros com desestima, para além destas questões produziu diversas alterações que foram registradas no Livro de Parte Diária do estabelecimento. –Bola de Nevell era um indivíduo inquieto e quando não encontrava entre os companheiros quem quisesse ceder aos seus insultos, provocava o guarda em exercício, provocando-o até agredi-lo a socos, tendo estes fatos sido testemunhado por pessoas.⁵⁰⁸ E, por esse motivo, –Bola de nevell foi recolhido ao cubículo, onde permaneceu por ordem da Diretoria, durante vários dias voltando a gozar das regalias dispensadas aos seus companheiros, não quis perdoar os guardas e era acostumado a destratar diariamente o guarda vigilante José Cerqueira.

Ainda sobre os fatos, confirmou as versões o guarda vigilante da Penitenciária Modelo, Alfredo Luiz Gonzaga, com cinquenta e dois anos de idade, dizendo que –no domingo, estava o depoente sentado em sua banca de trabalho e chamou o detento Antônio Jose da Silva, para lhe ordenar um serviço, quando chegou o guarda vigilante José Corrêa Cerqueira e dirigindo-se ao referido detento disse: você aconselhe ao –Bola de Nevell a não ir mais para seu cubículo falar de mim e em seguida o guarda José Corrêa Cerqueira vira-se, saca um revólver, proferindo estas palavras: –**Negro, você continua debicando de mim**. Ouvindo a detonação da arma, o –Bola de Nevell correu e entrou no cubículo de Manoel Antônio Miguel conhecido como –Cabeleira.⁵⁰⁹ Conforme descreveu regulamento

⁵⁰⁷ Ibidem.

⁵⁰⁸ O sociólogo Antônio Sérgio define que o insulto é mais que uma opinião negativa, ele significa o rompimento de uma norma social. Ao citar Edmund Leach, afirma ainda que o insulto significa a violação de um tabu, ou seja, consiste na expressão de nomes, atos, ou gestos socialmente interditos, que geralmente referem os muito próximos ou muito longínquos de si (sejam pessoas, animais ou fatos corpóreos). Ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 181

⁵⁰⁹ Elizabeth Canceli, nos debates sobre o Carandiru, observou que a antipatia dos guardas era brutal e constante e os presos eram covardemente —maltratados, insultados e ultrajados. Ver: CANCELLI, Elizabeth. **Carandiru: a prisão, o psiquiatra e o preso**. Brasília: Ed. UnB, 2005. p.13.

institucional⁵¹⁰, -Bola de neve era rixento e vivia de brigas com todos. O chefe de polícia mencionou que embora as testemunhas arroladas ignorassem o motivo que levou o guarda vigilante José Corrêa de Cerqueira a atirar contra o sentenciado -Bola de Neve, não era destituída de fundamento a alegação do referido guarda, de ter procedido em defesa própria, pois o referido detento tinha um -péssimo comportamento naquele estabelecimento, onde não gozava da estima de seus companheiros de presídio, -era provocador e agrediu o guarda a socos⁵¹¹.

—A preocupação com a nova ordem, a República que vem substituir o império decadente, colocava viva nova questão: que tipo de cidadãos queremos para formar esta nação agora livre. Obviamente, não os escravos, pois a abolição já havia se efetuado, mas e os negros? Quais eram as contribuições aos cidadãos negros à república.⁵¹²

Certamente o -Bola de Neve era um desses -quase-cidadãos negros, na feliz frase de Flávio Gomes e Olívia Cunha. A trajetória do -Bola de Neve teria sido outra se tivesse tido oportunidades, mas a sina dele sempre foi a de -viver aqui e acolá e, por isso, fora também estigmatizado. Certamente -Bola de Neve não teve como provar da cidadania que fora -camuflada, não pôde transitar socialmente como um homem de -cor, continuava a viver em um cativado repleto de exclusão social.

Voltando aos fatos, vimos que o depoimento de Cabeleira traz algo importante, afirmou que três meses antes do fato criminoso, o denunciado ordenaria -Bola de Neve a execução de determinado serviço e o sentenciado desobedeceu e logo foi recolhido ao castigo disciplinar, mas ao sair jurou tirar vingança e que efetivamente o fez quando estavam formados para revista. O guarda vigilante José Cerqueira passando junto ao detento -Bola de Neve recebeu no olho uma bofetada, o que confirma a denúncia de origem do determinado inquérito policial.⁵¹³

A defesa do processo sobre os fatos diz que José Correia de Cerqueira era um cidadão -útil e presente, conforme se infere das provas neste sentido. -Bola de Neve não passava de -um criminoso frio e perverso, de um malandro incorrigível que deixou nas crônicas

⁵¹⁰ Artigo 13. São deveres e atribuições dos guardas da Penitenciária:

a) Exercer maior vigilância sobre os sentenciados, espertando-lhes as ações e movimentos, observando com exatidão se cumprem os seus deveres e comunicado ao diretor e ao tenente comandante da guarnição qualquer alteração havida durante as 24 horas. Ver: SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 260.

⁵¹¹ AGJES – AJU/1ª V. Caixa nº23. Período: 1941-1951. Acervo n. 02, n. geral: 2601.

⁵¹² SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do —ser negrol**: um percurso das ideais que naturalizam a inferioridade dos negros. São Paulo: Pallas, 2005. p. 129.

⁵¹³ AGJES – AJU/1ª V. Processo Crime: Ofensas Verbais e Físicas, n. 23, 1941-1951, n. geral 2601.

policiais uma triste história criminal. Pelo exposto pede-se a absolvição do acusado pela justiça⁵¹⁴. É importante mencionar a questão que a historiadora Suan Caulfield aponta sobre os autos judiciais e as questões de raça:

Os juristas que interpretavam e revisavam o direito penal republicano deram pouca importância à raça ao discutir a questão jurídica da responsabilidade criminal, apesar da ênfase crescente por parte da polícia e dos médicos-legistas na classificação racial como método científico para identificação.⁵¹⁵

O advogado de defesa do réu relatou que há dias o seu constituinte José Corrêa de Cerqueira estava nas -irasl do Bola de Neve, a ponto de ser esbofeteado e ocorreu o fato das discordâncias e, por isso, decorreu o gesto que motivou o delito. A promotoria mencionou que José Correia de Cerqueira era um -cidadão útil e presentell, já ao -Bola de Nevell foi atribuída uma carga de adjetivos, que não passava de um criminoso -frio e perversoll. Lembramos aqui da história do negro Arias, um moço pobre e sem padrinhos brancos, narrada pelo historiador Boris Fausto, -teria a cor da pele de Arias influenciado negativamente a maneira como foi tratado por promotores e juízes no curso do processo?.⁵¹⁶ São estas mesmas questões que nos levam a investigar a sorte de Manuel Albertino de Souza, vulgo -Bola de Nevell.

Nos autos criminais o juiz Abílio de Vasconcelos Hora enfatiza que -Bola de Nevell seria um homem -agressivoll.⁵¹⁷ Os autos de defesa do guarda vigilante José Cerqueira, requereu que o meritíssimo juiz desclassificasse o delito tendo em vista as provas elencadas que colocam o -Bola de Nevell como provocador da desordem, um -presidiário de má conduta, que quer sempre brigar com todosll, e pede a absolvição do réu em virtude de sua legítima defesa.⁵¹⁸ Ao perscrutar as fontes, vimos que a promotoria condenou -Bola de Nevell em sua peça criminal, atribui referências pouco elogiosas, ele era um homem pobre e negro que viveu experiências sem a mínima condição de defesa. Aqui lembramos Marcelo Paixão e Flávio Gomes, em um dos seus textos sobre os debates sobre a raça, ao sinalizarem que

⁵¹⁴ AGJES – AJU/1ª V. Processo Crime: Ofensas Verbais e Físicas, n. 23, 1941-1951, n. geral 2601.

⁵¹⁵ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. p.269.

⁵¹⁶ FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 214.

⁵¹⁷ Os estereótipos raciais negativos que predominam alguns anos após a abolição, evidentes tanto nos autos penais como nos jornais, eram do negro vadio, ladrão ou alcoólatra, figuras desprezíveis. Ver: MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

⁵¹⁸ AGJES – AJU/1ª V. Processo Crime: Ofensas verbais e físicas, nº23, 1941-1951 nº geral 2601.

a não existência de uma desigualdade jurídica com o fim da escravidão e os estigmas associados provocou novas narrativas sobre distinção e identidade: o negro. É a cor, é raça e é também um lugar. Um lugar social. Da subordinação, da não-igualdade⁵¹⁹.

Neste sentido, vimos que o lugar social que o -Bola de Nevell ocupou foi o da subordinação e da desigualdade. Logo esse episódio nos parece tão contemporâneo, que é necessário observar que a prisão tem cor e classe. Será que se -Bola de Nevell fosse um homem branco ele seria maltratado na Penitenciária Modelo e teria tido seus castigos disciplinares duplicados? Os insultos atribuídos à sua pessoa, certamente foram oriundos da cor de sua pele. Como afirma a Lilia Schwarcz, -raça já deu muito o que falar⁵²⁰.

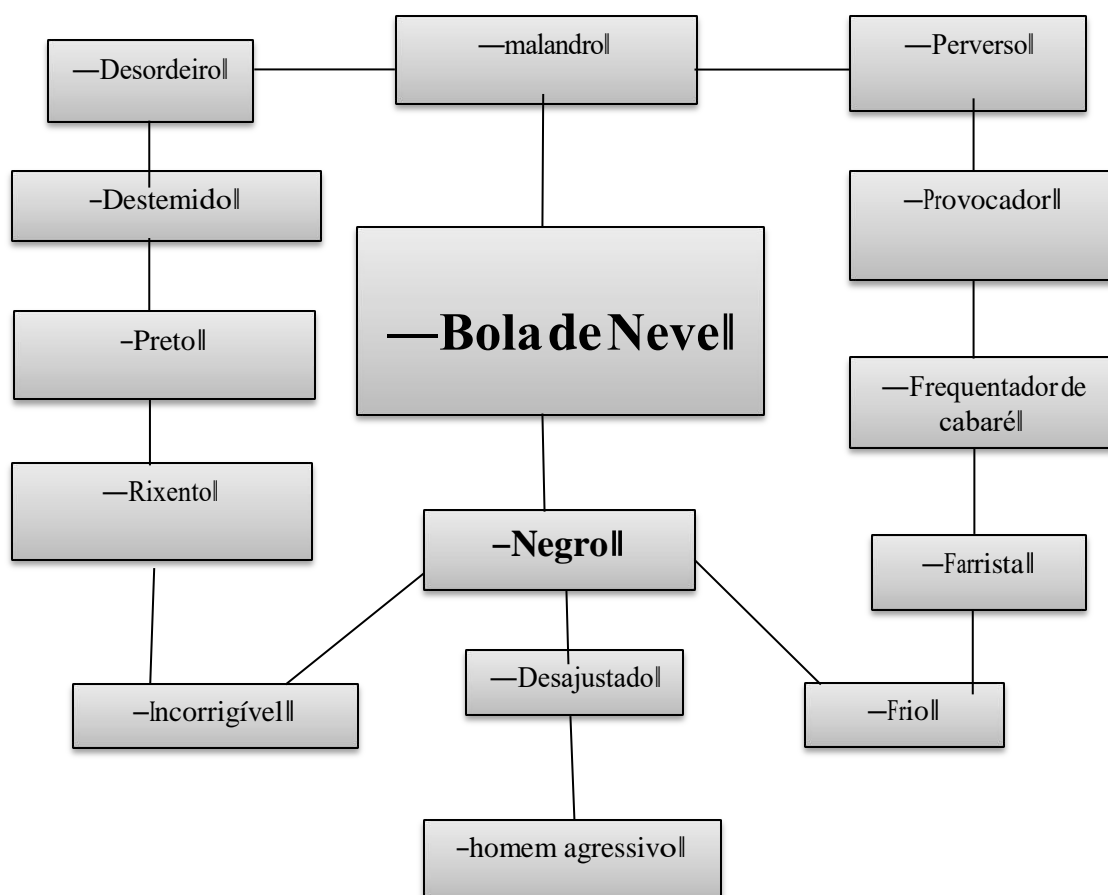


Figura 27 - Mapa dos insultos atribuídos ao -Bola de Nevell

Fonte: Prontuários – APES/SP⁵.

⁵¹⁹ GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 311.

⁵²⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (org.). **Negras imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 153.

É interessante observar nos autos que há pouca referência às cores dos depoentes do caso. Logo observamos nas entrelinhas das peças criminais as implicações do racismo. Segundo Sueann Caulfield, -a classificação racial dependia da percepção de diversas autoridades judiciais e médicas e não da auto identificação por pessoa próxima.⁵²¹

O carregador -Bola de Nevell, mostra que as práticas de violência na prisão e fora delas, nos coloca em questões para além do seu comportamento. No desfecho dos autos criminais o juiz Abílio Vasconcelos Hora⁵²² afirmou que o guarda vigilante da Penitenciária Modelo era um cidadão -útil e prestante enquanto o -Bola de Nevell era -um criminoso frio e perverso e um -malandro incorrigível. E mesmo José Cerqueira infringindo a Lei Penal e o regulamento institucional em atirar em um preso em serviço, ele foi absolvido por unanimidade. Os autos foram conclusos para julgamento e a decisão transitou em julgado. E esse foi o resultado da ação proposta pelo -Bola de Nevell, não deu em nada.

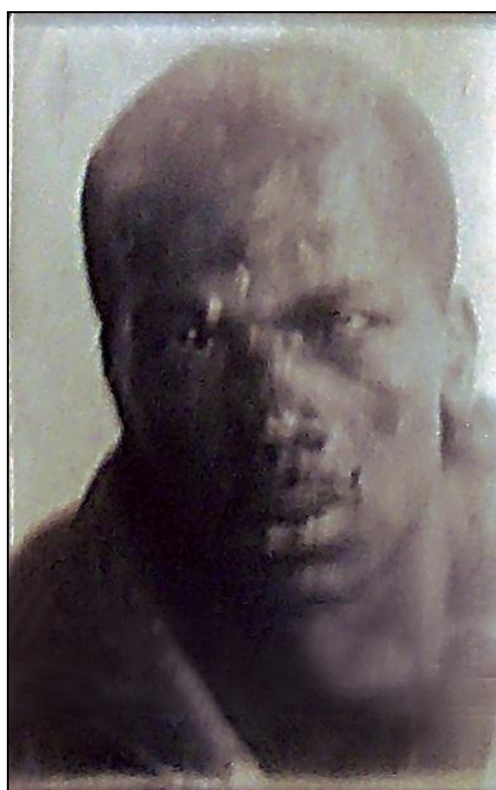


Figura 28 - O detento -Bola de Nevell

Fonte: Ficha de detentos da Penitenciária Modelo – APES/SP⁵.

⁵²¹ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. p. 282.

⁵²² O Juiz Abílio de Vasconcelos era juiz de direito da 1ª vara da capital do Estado de Sergipe e muito bem articulado no cenário jurídico. O jornal *Correio de Aracaju* noticiou em 3 de maio de 1943 -A posse do desembargadorl.

É puro engano o de quem pensou que as –artimanhas‖ do –Bola de Neve‖ tiveram fim. Ele está de volta, dessa vez aparece na matéria do Jornal *Correio de Aracaju*, intitulada –O negro Bola de Neve quer um destino‖. O repórter Paulo de Carvalho Nero faz referência a Carlos Garcia, militante político sergipano, jornalista.⁵²³ O colunista Carlos Garcia escreveu um capítulo de um romance denominado –Chefaturall, que fazia surgir entre os vários personagens, o –Bola de Neve‖. No texto –O Bola de Neve‖, como afirma Carlos Garcia, era um –negro forte que vivia chamando a gente de doutor, criando sambas de circunstâncias nas caixas de fósforos e que cometeu um crime horripilante. Tudo isso está sem um final no romance de Carlos Garcia‖⁵²⁴.

Nessa época, como afirmou Ariosvaldo Figueiredo, Sergipe, estava em vigor o arbítrio da ditadura de Getúlio Vargas. Em, em meio à pobreza imperava a censura em todos os setores e lugares. No cotidiano os homens respiravam violência⁵²⁵. Importante salientar que Sergipe era governado por Eronides de Carvalho, governo caracterizado por suas práticas coercitivas. Segundo o historiador Ibarê Dantas, foi reprimida a Frente Única Antifascista e Antiguerrreira de Sergipe. Eronides denunciava os acontecimentos subversivos em Sergipe. No clima desse cenário político, o colunista Carlos Garcia foi preso por ter publicado uma nota no jornal sobre o integralismo, em uma época que Sergipe procurava condenar –a presença de comunistas para combater os integralistas‖⁵²⁶.

A matéria do jornal aponta a vida descontente do –Bola de Neve‖, na nota o colunista sinaliza que há muitas semelhanças entre o –Bola de Neve‖ e o personagem do romance Antônio Balduino, de Jorge Amado. Um garoto negro que viveu no morro Capa-negro e passou um tempo nas ruas como mendigo, que adorava a vida boêmia e os famosos sambas,

⁵²³ Carlos Garcia era jornalista, contista, advogado, defensor das causas operárias, militante do partido comunista e foi preso por ter escrito um artigo contra o fascismo. Carlos Garcia abandonou a literatura e dedicou-se à carreira jurídica. Em nota no *Correio de Aracaju* de 27 de agosto de 1943, Paulo de Carvalho Neto suplica sobre os desfechos das histórias dal Chefatural. Ver: SANTOS, Gilfrancisco dos. **Centenário (1915-2015): Carlos Garcia, um militante comunista em defesa do operariado**. 9 mar. 2015. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/boff-e-a-tentativa-de-golpe-dos-derrotados/>. Acesso em: 8 set. 2019.

⁵²⁴ CORREIO DE ARACAJU, 27 de agosto de 1943.

⁵²⁵ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. p. 22.

⁵²⁶ O Governador do Estado de Sergipe, Eronides de Carvalho –tinha o hábito de minimizar ou negar os seus atos repressivos‖. O Presidente Getúlio Vargas enviou um telegrama ao governador Eronides de Carvalho solicitando explicações sobre a prisão do irmão do deputado Luiz Garcia, o colunista Carlos Garcia e ele respondeu que —nunca esteve preso‖. O senador Leandro Maciel, em 11 de maio de 1937, usou a tribuna para expressar sua visão negativa contra os atos arbitrários do governo de Eronides de Carvalho, dentre eles citou o episódio das prisões dos operários e a prisão de Carlos Garcia. Ver: DANTAS, José Ibarê Costa. **Leandro Maynard Maciel: na política do século XX**. Aracaju: Criação, 2017. p. 82-87. E sobre as informações da vida do colunista Carlos Garcia, ver: SANTOS, Gilfrancisco dos. **Centenário (1915-2015): Carlos Garcia, um militante comunista em defesa do operariado**. 9 mar. 2015. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/boff-e-a-tentativa-de-golpe-dos-derrotados/>. Acesso em: 8 set. 2019.

para além destas coisas sonhava com a suposta liberdade, mas viveu neste contexto: –No morro onde morava tanto negro, tanto mulato, havia a tradição da escravidão do senhor branco e rico⁵²⁷. O negro Antônio Balduíno, do romance, vivia em um período pós-abolição e seus anseios eram os de se esquecer das –tradições de servir⁵²⁸.

Nas narrativas construídas sobre o –Bola de Neve, vimos trechos que se relacionam com o Balduíno, –Bola de Neve também viveu –aqui e acolá pelas ruas da cidade de Aracaju e morou em três cidades distintas. Tinha o ofício de –carregador, mas ladrilhou pelos becos e o que restava era viver na rua e, ao cometer crime, parou na –Grandell, mas lá ele era um tanto desobediente não levava desaforo para casa, podemos observar no trecho do conto abaixo:

Chefatura

[...] Olhou pra longe, como se não visse as paredes:

– Um dia vocês serão grandes assassinos (os olhos de João Cotó brilharam), ou ladrões de fama (Gavião sorriu).

Virou-se pra Propriá.

– Não digo os que vêm aqui como você. Mas os outros... Esses...

Delicado falou triste, abrindo os olhos:

– –Seu Florêncio, não diga isso.

– Meu filho, você é muito menino, não sabe o que é a vida.

Bola de Neve começou a se aborrecer:

– **E porque o senhor não ficou o que diz que a gente vai ser?**

– Seu Florêncio teve um risinho calmo:

– Porque tenho o meu trabalho: sou feiteiro. Vocês fiquem certos de uma coisa: a necessidade faz tudo.

– O que sei é que esses tão ruins...

– 30 anos na certa.

[...]

– Vocês todos vão longe...

Gavião arrastou a perna com um gemido, começou a alisar.

– Sim, menino, quer que eu reze?

– Ele não acredita, –seu Florêncio.

– Ele bem que tem fé, eu rezo.

Delicado começou a se lembrar daquela Santa Missão em que tinha assistido o frade falando contra as bruxarias.

– Precisa é uma vassourinha, e comprar um tostão de azeite.

Bola de Neve reclamou:

– Dinheiro não se tem. Acham de tomar quando a gente tinha.

– Vamos pedir a Simão Dias [...]⁵²⁹

⁵²⁷ A obra de Jorge Amado, publicada em 1935, leva o leitor a conhecer a cidade de Salvador sob ótica das contradições entre os debates do mundo do trabalho, consciência política, conflito racial e o sincretismo religioso. O personagem principal é o negro Antônio Balduíno, menino órfão e adotado por uma família rica e que se mete em emboscadas e é jogado nas ruas e vive como —malandro desordeiro, passa ainda pelos ofícios de boxeador, trabalhador de roças de fumo e estivador no cais de Salvador. AMADO, Jorge. **Jubiabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 35.

⁵²⁸ Ibidem, p. 35.

⁵²⁹ CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 31 dez.1938. In: GILFRANCISCO. **Carlos Garcia: nosso amigo tempo**. 300 p.

O contato do cronista Carlos Garcia com o negro –Bola de Nevell ocorria aos domingos quando estava com os companheiros de tiro do exército, em um campo por detrás da Penitenciária, e dali surgia o –grito do Bola de Nevell:

[...] seguro às grades da prisão, chamando os nomes próprios da gente. De repente ele para e resta somente a figura das sentinelas vigilantes no alto das muralhas. Recomeça mais louco e desesperado ainda, pedindo que a gente chegue até lá, em um só instante. Com a gente o negro se transforma dentro do pátio da Penitenciária. Fica folgado, banzeiro, risonho, conta que despachou a transferência para a Penitenciária do Rio. Não é esta desgraça daqui! Quer uma que tenha pelo menos mensalmente uma estação de água. Senão faz miséria. Mas se a gente o deixa, logo o negro fica triste e a sua visita segue agarrada aos pés da gente que nos traz para a liberdade cá de fora. Os anos se passaram, o negro envelhece cumprindo sentença máxima. E todos vão esquecendo o que foi ele na cidade. [sic]⁵³⁰

A passagem traz muito da insatisfação do –Bola de Nevell na Penitenciária Modelo, reclama sobretudo do serviço de água e aproveitava a visita para dialogar sobre suas necessidades e anseios de liberdade. Mas como aponta na crônica os –anos passam e o negro envelhece cumprindo pena máxima.

Não sabemos sobre o motivo da morte do –Bola de Nevell, o que se apurou é que ele faleceu na Penitenciária Modelo em três de novembro de 1947, não sendo revelado o motivo da morte.⁵³¹ O que nos restou auferir foi que a vida do –Bola de Nevell não foi nada fácil, vivenciou um período perverso na história de uma época em que o negro era sempre maltratado e humilhado e nada lhes restava a não ser sonhar com a plena liberdade. Finalizamos com as palavras de Michelle Alexander: –a história contada nestas páginas é uma história sobre como é difícil para os indivíduos, abandonar os hábitos de excluir e oprimir os –outros raciais.⁵³²

⁵³⁰ CORREIO DE ARACAJU, 27 de agosto de 1943. p. 2-3.

⁵³¹ Relação nominal dos detentos que faleceram de 1º de janeiro de 1946 a 31 de dezembro de 1948. Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES/SP⁵-251.

⁵³² ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 23.

5. CONCLUSÕES

Há séculos as cadeias brasileiras, em geral, têm sido caracterizadas como de aspectos inquietantes e que não auxiliam a pôr em prática os ideais a que se propõem, os de visar a –defesa social, correção e readaptação⁵³³. Conforme expõe o Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Estado de Sergipe, as nossas unidades prisionais são antigos prédios, –úmidos, escuros e insalubres e mau cheirosos, com cheiro de mofo, putrefação com ratos gigantescos, baratas e esgoto entupidol.⁵³⁴

Passados 93 anos da edificação da Penitenciária Modelo, situada no Bairro América, em Aracaju, ainda vivenciamos anúncios publicados em jornais e sinalizações nos relatórios públicos, questionando os mesmos fatos para todas as unidades prisionais desta época. Logo as penitenciárias são a configuração do –caos⁵³⁵! A estrutura das penitenciárias do Estado de Sergipe continua remetendo a atenção social às suas conformações físico-administrativas, além do que, inundam o imaginário dos sergipanos como uma chaga social incicatrizável. É visível nessas instituições a violação dos direitos humanos e a ausência de condições mínimas de privação da liberdade de um indivíduo.

Lembre-mos da tarde de 26 de outubro de 1926, durante o –ousado e modernol⁵³⁵ governo de Graccho Cardoso, quando foi inaugurada a Penitenciária Modelo. Edificada com o propósito de suprir as demandas do estado e acompanhar os debates dos reformadores sobre as construções de prisões-modelo, que vinham ocorrendo por outras partes do país. Importa salientar que essa reforma chegou em Sergipe tardiamente. Desde meados do século XIX os documentos provinciais noticiavam esta questão, o comandante Antônio Dias Coelho, registrou que seria necessário ter uma Penitenciária Modelo com todos os requisitos que a ciência tinha mostrado apropriados para –melhorar a correção⁵³⁵ e promover a reintegração social dos apenados.

Demorou bastante para ser construída a Penitenciária Modelo, a ideia não –decoloul e o sistema penitenciário sergipano continuou a andar na –contramãol dos princípios defendidos pela ciência penitenciária. A Penitenciária, no decorrer das décadas, tornou-se –insalubrell, –superlotadall, com acomodações precárias, era uma –desgraça! E o pior, não seguia um modelo específico, o projeto unificou o sistema de Auburn com o de Filadélfia,

⁵³³ SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 257.

⁵³⁴ Relatório do Sistema Prisional de Sergipe, realizado pela OAB/SE. Aracaju, 26 de maio de 2018.

⁵³⁵ Relatório de Presidente de Província, apresentado à Assembleia Legislativa pelo vice-presidente Comandante Antônio Dias Coelho e Mello, 24 de fevereiro de 1864. p. 16.

afim de corrigir o indivíduo e de capacitá-lo profissionalmente para que fosse útil ao tempo de conquista da sua liberdade⁵³⁶.

A comunidade prisional da Penitenciária Modelo era diversa, o perfil comum dos detentos, em sua maioria era o de um grupo de homens pobres, negros, de instrução nula e condenados por homicídio.

Este estudo proporcionou adentrar as –muralhas sombrias‖ da –Grandell e –escarafunchar‖ a riquíssima documentação histórica, para que pudéssemos conhecer o desenrolar de histórias que ali ocorreram. A análise da documentação possibilitou também construir um diário prisional bastante expressivo sobre os dias na –Grandell! Pudemos discutir o cotidiano da comunidade prisional do Bairro América, desde seus primeiros anos de funcionamento. E perceber que apesar de ter uma estrutura precária, havia algumas tentativas de deixar o espaço mais harmonioso para o preso.

A –Grandell possuía um ambiente dinâmico e ativo, ilustrado pelo Dia do Presidiário, festejado em 24 de maio, com atividades desportivas, almoço, bailes de confraternização envolvendo os detentos, seus familiares e amigos. As comemorações de São João eram vibrantes, os presos caíam no forró, revivendo os bons tempos juninos quando estiveram fora das –muralhas sombrias‖. Os amores eram também revigorados no pátio da penitenciária, os detentos flertavam com as moças que viviam das imediações do bairro e alguns alcançavam o enlace matrimonial, como vimos nos registros de parte diária da Penitenciária Modelo.

Ao adentrarmos o universo da penitenciária, observamos vidas que foram permeadas por um quadro de instabilidades, transgressões e relações conflituosas dos sentenciados. O Bairro América é um caso excepcional, foi urbanizado pelos familiares dos presos, oriundos do interior do estado e dos bairros circunvizinhos, a exemplo do que acontecia com os estados de Alagoas e da Bahia. Essa situação corrobora para afirmarmos que essa intuição prisional era o reflexo da comunidade, nela os presos reproduziam as práticas culturais que adquiriram no convívio social com seu entorno, tanto na assistência às missas, na comercialização de artesanatos, nos jogos de futebol, nas comemorações juninas, nas tradições de danças de candomblé, bem como no consumo da –maconha‖ e da –cachaça‖ que tornaram o espaço mais dinâmico.

⁵³⁶ O modelo de Auburn prescreve a cela individual durante a noite, o trabalho e as refeições em comum e a regra do silêncio absoluto. Já o modelo de Filadélfia, tinha como objetivo isolar o preso para que ele pudesse meditar profundamente, sendo possível a leitura da Bíblia. Ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Mas não era isso o esperado! A consequente interação com a população não fazia parte do projeto estabelecido para a Penitenciária Modelo, foi algo que fugiu ao controle das autoridades, sendo mais um descompasso entre o que se pretendia para a –Grandell e o que se efetivou na prática cotidiana.

A prisão foi pensada para isolar aqueles indivíduos em relação às exigentes famílias moradoras do centro de Aracaju, onde ficava o antigo prédio, mas não deu certo. No caso do novo endereço, um bairro pobre e periférico, onde foi erigida a Grande, as pessoas vieram para perto. Isto é, para ali acorriam como se a cadeia fosse um cinema, um clube social, um local de interação. Nosso trabalho contrapõe a ideia do Goffman, pois encontramos uma Penitenciária –viva e dinâmical, uma unidade prisional que interagiu com a comunidade do seu entorno, uma prisão onde a interlocução com a sociedade era evidente e real nas práticas cotidianas ali vivenciadas. Para Goffman, a instituição é como um local de resistência e trabalho, onde grande número de indivíduos leva uma vida reclusa e formalmente controlada.⁵³⁷

Outro fato que se afirmou na nova Penitenciária Modelo foram as práticas de violência empreendidas pelos guardas em virtude das tensões estabelecidas entre os presos e o quadro administrativo. Os presos eram severamente castigados pela recusa em assistir às –aulas de moral e cívicall, –agredir os colegasll, –furar buracos nos cubículosll, –ter cuspidos na comidall, –tomado vernizll, –batido no guardall, –por embriaguezll e –por fumar maconhall. Estas eram algumas das questões que inflamavam os guardas. O que mais chamou atenção no cotejamento das fontes foi a existência do racismo dentro da unidade prisional. Os dados mostraram que as penas disciplinares aplicadas aos presos identificados como de cor –pretall eram maiores e mais severas do que aos de pele –brancall. Os pretos detidos na –Grandell eram estigmatizados, eles sofriam castigos que iam desde os corporais às ofensas verbais a eles dirigidas pelos guardas, seus responsáveis.

Este era o sombrio mundo da Penitenciária Modelo do Bairro América, repleto de –brigasll, consequentes –castigosll, mas era também o lugar das –farrasll e –cachaçadasll. O –rebolioçoll era enorme.

5.1 Na Mira das –Muralhasll da Grande

⁵³⁷ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

O primeiro passo para se contar uma história é conhecer suas origens e foi a isso que nos propusemos neste estudo. Apreciar a fundo como surgiu a –Grandell. Na –miral das pistas conseguimos construir uma narrativa mais sólida sobre sua existência, pois o que se tinha antes eram relatos dispersos de sua fundação. Outros passos foram dados no intuito de contribuir para suprir de alguma maneira a carência da historiografia prisional do século XX.

Foi trilhando os caminhos da História Social que nos deparamos com uma imensidão de possibilidades de estudo, que como qualquer outro tema de pesquisa, não esgotamos aqui. Há ainda muito a pesquisar sobre a Penitenciária Modelo. A –Grandell configura-se um –campo minado de informações soltas nas diversas casas de memórias do Estado de Sergipe. Outros trabalhos podem surgir, é só olhar e questionar sobre o que mais pode haver por detrás das —muralhas sombriasl.

Há questões que podem ser mais exploradas a exemplo das trajetórias de negros no pós-abolição, já deixamos disponíveis diversos sinais, a exemplo da necessidade de se investigar mais sobre a prática do racismo patrocinado pelo Estado. Como observamos no caso do –Bola de Nevell, percorrer trajetórias de outros indivíduos e construir histórias de vidas daria muitos enredos estimulantes para os debates raciais no mundo prisional.

Para além destes sinais temos um campo efervescente em relação à dinâmica prisional. Sinalizando para as instituições que se formaram naquele espaço a exemplo do Grêmio Esportivo e Literário Graccho Cardoso, que atuava junto ao corpo administrativo da –Grandell com o fito de manter a ordem e proporcionar dias festivos. Esse Grêmio possuía regulamento e o Presidente era escolhido entre os presos de reconhecido bom comportamento. Uma outra questão é debruçar-se sobre o fundo de Segurança Pública do Arquivo Público do Estado de Sergipe, e analisar seletivamente as diversas cartas de livramento condicional.

Há também possibilidades que fogem ao campo específico da história, são as que permeiam os estudos da arquitetura. Como exemplo, é possível pleitear um estudo sobre o estilo arquitetônico do prédio, inspirado no Castelo Medieval de San Giorgio de Salerno, no sul da Itália. O prédio em questão faz parte do acervo patrimonial, artístico e paisagístico de Aracaju. A construção continua com as mesmas características da construção da década de 20, seguiu um modelo arquitetônico italianizante em forma de –Tl invertido, com estrutura para vigilância e existência de oficinas como prescrevia a Código Republicano. O frontispício,

possui duas torres, com seteiras e componentes de decoração mouriscos, com janelas e portas em arco pleno, como observamos na Figura 29.⁵³⁸



Figura 29 - Departamento do Sistema Prisional / DESIPE

Fonte: <http://sergipeemfotos.blogspot.com/2013/08/antigo-predio-da-penitenciaria-de.html>

O Conselho Estadual de Cultura através do processo de número 014/2007, requereu o tombamento da Casa de Detenção de Aracaju, antiga Penitenciária Modelo, tendo parecer favorável de n. 002/2007, sinalizando o ato de proteção à área de administração, à muralha, à antiga enfermaria e à antiga capela. Dentre as questões pontuadas pelos conselheiros sugeriu-se que dentro do edifício houvesse um memorial que abordasse a história do Sistema Penitenciário do Estado, mas até a presente data não foi construído⁵³⁹.

Como exposto, a diversidade de abordagens possíveis de pesquisa é imensa, havendo ainda o viés de trilhar pelos caminhos da história oral e tomar como base os relatos dos

⁵³⁸ SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. **Tombamento da Casa de Detenção**: antiga Penitenciária. Processo n. 014. Relatório apresentado ao Conselho Estadual de Cultura (CEC). Aracaju: CEC, 2007.

⁵³⁹ Ibidem, p. 23.

moradores do bairro e do corpo administrativo do DESIPE. Importante frisar que o bairro foi bastante estigmatizado pela violência e o descaso, o que corroborou para a desativação da Grande, tendo o apoio da AMABA – Associação dos Moradores do Bairro América e o pároco da igreja São Judas Tadeu.

Precisamente no ano 1985 a Penitenciária Modelo, passa a chamar-se Casa de Detenção de Aracaju (CDA), mas os moradores do bairro a denominam popularmente de -Castelo de Greyskull, o local onde hoje funciona a Escola de Gestão Penitenciária de Sergipe- EGESP.⁵⁴⁰

Não tenho dúvidas de que a unidade prisional investigada é terreno fértil para pesquisadores. Basta que se interessem em trilhar entre as -muralhas arquivísticas e fontes primárias para desvendar o que há por detrás da complexidade e das sombras da -Grandell.

⁵⁴⁰ A denominação —Castelo de Greyskull se deu pela semelhança com o castelo das séries animadas dos anos 80, de He-Man e She-Ra, local onde morava a feiticeira Zoar. Ver: SANTOS, Jozana Glória dos; SANTOS, Najó Glória dos; MEDEIROS, Andressa Maria Machado. Bairro América: estigmas e a construção social juvenil. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 10.; FÓRUM PERMANENTE INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL, 11., 2017, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: UNIT, maio 2017. p. 6.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. *In*: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2.
- AGUIRRE, Carlos; SALVATORE, Ricardo D. (org.). **The birth of the penitentiary in Latin America**: essays on criminology, prison reform and social control, 1830-1940. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 1996.
- AJES – AJU/1ª V. Processo Crime: Ofensas Verbais e Físicas, nº 23, nº geral: 2601, 1941-1951.
- AJES. Fundo Aracaju, 1ª Vara Criminal. Registro Geral, caixa nº 15, nº geral: 2531, 1929-1935.
- AJES. Processo-crime. Diversos Penais, nº cx. 03. Período 1930-1965/Acervo 01-módulo IV, n. geral: 2524.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. –Quem é frouxo não se metell: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História**, São Paulo, n. 19, p. 173-188, nov. 1999.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do –falol, uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcante de. **A reforma prisional no Recife oitocentista**: da Cadeia à Casa de Detenção, 1830-1874. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcante. Reforma penitenciária? Aspectos do cotidiano da Casa de Detenção do Recife na segunda metade do século XIX. **Revista Crítica Histórica**, ano II, n. 3, jul. 2011.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Atividades produtivas. *In*: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. **Textos**: para a História de Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de Almeida. **Vidas de marinheiro no Brasil republicano**: identidades, corpos e liderança da revolta de 1910. *Revista Antíteses*, v.3, n. esp, p.. 90-114, dez. 2010.
- ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. Corpo, saúde e alimentação na Marinha de Guerra brasileira no período pós-abolição, 1890-1910. **Revista de História, Ciência, Saúde**, v. 19, supl, dez. 2012.
- AMADO, Jorge. **Jubiabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDREWS, George Reid. **América afro-latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cárceres imperiais**: a Casa de Correção do Rio de Janeiro, seus detentos e o sistema prisional do Império, 1830-861. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

AVELINO, Camila Barreto Santos. **Novos cidadãos**: trajetórias, sociabilidades e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba 1888-1910). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) — Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

AVELINO, Camilo Barreto Santos. **Os sentidos da liberdade**: trajetórias, abolicionismo e relações de trabalho no Vale do Cotinguiba no pós-abolição (Sergipe, 1880-1930). Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BACCELAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi *et al.*

Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011.

BAPTISTA, Tatiana Maria Badaró. A solidão como pena: uma análise dos sistemas penitenciários Filadélfico e Auburniano. **Revista do CAAP**, v. 1, n. 21, 2015.

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucila de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BATISTA, Ricardo dos Santos. **Mulheres livres**: uma história sobre prostituição, sífilis, convenção de gênero e sexualidade. Salvador: EDUFBA, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 5.083, de 1º de dezembro de 1926**. Código de Menores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5083-1-dezembro-1926-503230-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 abril 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. Leis e Decretos. **Código Penal - Decreto Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

BRETAS, Marcos Luiz; SANT'ANNA, Marielne Antunes. Crime e punição na história. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRITTO, Lemos. **Relatórios dos Arquivos Penitenciários do Brasil**. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Inspeção Geral Penitenciária. Ano II, n. 1. Imprensa Nacional Rio de Janeiro, 1941.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Banese, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. **Carandiru**: a prisão, o psiquiatra e o preso. Brasília: Ed. UnB, 2005.

CARDOSO, Amâncio. O quinto dos infernos: presídios em Sergipe no século XIX. In: MENEZES, Joelina Souza (org.). **Segurança pública**: gestão, formação e valores. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

CARRIL, Lourdes F. B. Quilombo, favela e periferia. In: OLIVEIRA, José de Reinaldo. **A cidade e o negro no Brasil**: cidadania e território. São Paulo: Alameda, 2013.

- CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Bases constitucionais do regime penitenciário: projetos, discursos, anotações.** Departamento da Imprensa Nacional, 1951.
- CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **O pensamento vivo de Carvalho Neto.** São Paulo, 1954.
- CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas.** Salvador: Livraria Progresso, 1933.
- CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).** Campinas: Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- CESAR, Tiago da Silva. **A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888).** São Leopoldo: Unisinos, 2015.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** Campinas: Unicamp, 2001.
- CHAVES, Rubens Sabino Ribeiro. **Aracaju, pra onde você vai?** Aracaju, 2004.
- CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CORREIO DE ARACAJU, 3 de abril de 1928.
- CORREIO DE ARACAJU, 31 de dezembro de 1938.
- CORREIO DE ARACAJU, 27 de agosto de 1943.
- CORREIO DE ARACAJU, 3 de novembro de 1926.
- CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 31 dez. 1938. *In*: GILFRANCISCO. **Carlos Garcia: nosso amigo tempo.** 300 p.
- CÔRTEZ, Joana. **Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo - Pernambuco, 1973-1979.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.
- CÔRTEZ, Joana. **Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, Pernambuco, 1973-1979.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.
- COSTA, Kátia Regina Lopes. **Disciplinar, regenerar e punir: os caminhos do menor delinquente sergipano (1891-1927).** Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- CRUZ, Jeferson Augusto da Cruz. **Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926).** Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
- CRUZ, João Paulo Pinto. **-O doloroso espetáculo dos loucos encarcerados!:** a cadeia, a loucura e o hospital Psiquiátrico em Aracaju (1940-1943). Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

- CRUZ, Luiz Antônio Pinto; ARAS, Lina Maria Brandão de. Os malafogados: memória e guerra na Costa do Brasil (1942). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade de Brasília**, Dossiê Museologia e Interdisciplinaridade, v. 7, n. 14, jul./dez. 2018.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- CUNHA, Tatiane de Oliveira. **Práticas e prédicas em nome de Cristo...: Capuchinhos na cruzada civilizatória em Sergipe (1874-1901)**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **Imprensa operária em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2016.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **Leandro Maynard Maciel: na política do século XX**. Aracaju: Criação, 2017.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe, 1889-1964**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- DANTAS, Manoel Corrêa. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1930.
- DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2019.
- DIÁRIO OFICIAL, 1 de junho de 1923.
- DIÁRIO OFICIAL, 14 de junho de 1923.
- DIÁRIO OFICIAL, Aracaju, 23 de julho de 1923.
- DIAS, Camila Nunes. Disciplina, controle social e punição: o entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 123-127, 2014.
- DINIZ, Débora. **Cadeia: relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DURST, Rogério. **Madame Satã: com o diabo no corpo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça em São Paulo dos anos 30**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FERNANDES, Manuel de Jesus. **Paludismo**. Faculdade de Medicina do Porto. Escola Tipográfica da Oficina de São José. Porto, 1919.
- FERRARI, Mercedes García; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do Rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. dez. 2016.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

- FONTES, Amando. **Os Corumbas**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2001.
- FONTES, Amando. **Rua do Siriri**. Rio de Janeiro: Editora de Ouro, 1968.
- FONTES, José Martins. **Relatório de 6 de março de 1877**. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1877.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: ética, estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: UNICAMP, 2006.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GOIS, Mariana Emanuelle Barreto de. Nas páginas criminais: histórias carcerárias na penitenciária modelo de Aracaju. **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**, Aracaju, n. 46, p. 249-264, 2016.
- GOIS, Mariana Emanuelle Barreto de. **Rixosas e turbulentas: mulheres nas vilas de Lagarto e Riachão Oitocentista, Sergipe (1850-1890)**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.
- GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). **Políticas da raça: experiências e legados negros da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. *In*: LUCA, Tânia de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p. 147-162, 2001.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARO, Agustín. La -Nueva Criminalidadell tucumana a partir de un análisis de los diarios El Orden y La Gaceta entre 1917-1923: el caso de Andrés Bazan Frías. Claves. **Revista de História**, v. 3, n. 4, Montevideo, Enero-Junio 2017.
- HÉBRADR, Jean M.; SCOTT, Rebecca J. **Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Campinas: Unicamp, 2014.
- JORNAL A REPÚBLICA, 22 de setembro de 1932.
- LEAL, Bruno. As fichas consulares de estrangeiros no site Family Search. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa. **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017.
- LEITE NETO, Francisco. **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio. Rodrigues & C, 1937.

- LEITE, José Rollemberg. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949**. Aracaju, 1949.
- LIMA FILHO, Pórrfrio de. **No tempo dos látigos e dos grilhões: fatos históricos e perfis de criminosos**. Fortaleza: Tipografia Progresso, 1931.
- LIMA, Cíntia; REZENDE, Karine Santos; SANTOS, Maria dos Prazeres de Jesus. **A história entre grades: a Penitenciária Modelo de Sergipe (1926-1948)**. Monografia (Graduação em História) — Universidade Tiradentes, Aracaju, 2008.
- LIMA, Luiz Alberto da Silva. **Mulheres ocultas: cotidiano feminino e as formas de violência em Feira de Santana, 1930-1948**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.
- LIMA, Maria do Socorro. **Proposta de educação na produção intelectual de Carvalho Neto (1926-1948): Formação ética do Advogado, Educação Prisional e exercício do magistério e Educação para o Trabalho**. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- LIMA, Sidney Matos de. Saneamento e higiene como signos de uma urbes moderna: uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju. **Tomo**, São Cristóvão, n. V, p. 181-202, 2002.
- LIMA, Zózimo. Uma visita à Penitenciária Modelo. **Correio de Aracaju**, ano XXI, n. 755, 3 abril 1928. 1 CD ROM.
- LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Tradução e Seleção: Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.
- MAIA NETO, Cândido Furtado. Modelos prisionais. **Justitia**, São Paulo, v. 51, n. 148, p. 64-71, out./dez. 1989.
- MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista**. Campinas: UNICAMP, 2013.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: significados da liberdade no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MELINS, Murillo. **Aracaju: pitoresco e lendário**. Aracaju: EGBA, 2015.
- MELLO, Janaína Cardoso de. Economia do consumo no preâmbulo da Segunda Guerra Mundial: os anúncios: publicitários nos jornais sergipanos de 1939. **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**, n. 46, 2016.
- MELLO, Janaína Cardoso de. Os crimes contra mulheres nas fontes do Arquivo Geral do Poder Judiciário em Sergipe (1873-1930): cotidiano de poder, denúncias e impunidades. **Albuquerque: Revista de História**, v. 1, n. 16, jul.-dez. 2016.
- MIRANDA, Antônio dos Passos. **Relatório do Presidente de Província**. 1 mar. 1875.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha Miranda. **A fatalidade biológica: a medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas**. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2.
- MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

- MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986.
- MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (org.). **Negras imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina**: na revolta dos marinheiros de 1910. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o -Paradigma da ausência: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Revista dos Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016.
- NASCIMENTO, Álvaro. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de história. *In*: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). **A República e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- NASCIMENTO, José Anderson. **Sistema penitenciário**: críticas e soluções. Aracaju: Editora Aracaju, 1996.
- NETO FONTELLES, Francisco Linhares. O lugar do crime na imprensa brasileira. *In*: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André (org.). **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. Uberlândia: EDUFU, 2015.
- NETO SOUZA, Edvaldo Alves de. **Saindo das senzalas, mas não da história**: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900). São Cristóvão: Editora UFS, 2017.
- NOBERT, Elias. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Patrimônio arquitetônico e história urbana**: ensaios sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
- NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasses do Federalismo Brasileiro**: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2014.
- OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. **Os modelos penitenciários do Século XIX**. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 1., 2007, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto: EDUFOP, 2007. Tema: Historiografia Brasileira e Modernidade.
- OLIVEIRA, Jorge Marcos; BITTENCOURT Jr., Antônio. **História do Bairro América**. Aracaju: Fundação Cultural da Cidade de Aracaju, 1996.
- OLIVEIRA, Rodrigo Toffoli de. **Corpos tatuados**: preliminares a uma abordagem semiótica. **Estudos Semióticos**, São Paulo, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49156/53239>. Acesso em: 10 abril 2019.
- OLIVEIRA, Valéria Maria Santana de. **Entre altos e baixos**: fontes para a história do Bairro América (1915-2005). Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.
- OLIVEIRA Jr., Joaquim Bento. **Relatório de Presidente de Província**. 5 set. 1872.

- PAEZZO, Sylvan. **Memórias de Madame Satã**. Rio de Janeiro: Lidador, 1972.
- PECORARI, Frei Francesco. Entrevista concedida em 27 nov. 2014. In: OLIVEIRA, Valéria Maria Santana de. **Entre altos e baixos: fontes para a história do Bairro América (1915-2005)**. Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.
- PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- PHYRRO, Sebastião José Bazilio. **Relatório do Sr. Engenheiro Phyrro**. 26 fev. 1989.
- PIMENTEL FILHO, José Ernesto; CAMINHA, Raquel. Mulheres, disputas e direitos numa sociedade patriarcal: surra e honra feminina no Ceará Imperial e republicano. **Verba Juris: Anuário da Pós-Graduação em Direito, João Pessoa** v. 5, n. 5, p. 127-158, jan./dez. 2006.
- PINHO, João Ferreira d'Araújo. **Relatório do Presidente de Província**. 1 mar. 1876.
- POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca**. Campinas: Unicamp, 2007.
- PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos de Aracaju**. Aracaju: J. Andrade, 2003.
- PRONTUÁRIO da Penitenciária do Estado de Sergipe de Cícero Vieira da Rocha, 20 nov. 1956.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- RELATÓRIO apresentado no dia 10 de janeiro de 1949 ao Exmº Sr. Dr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe. APES/Correspondências.
- RELATÓRIO apresentado no dia 10 de janeiro de 1949 ao Exmº Sr. Dr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe. APES/Correspondências.
- RELATÓRIO da Legião Brasileira de Assistência. Comissão do Estado de Sergipe, Aracaju, 2 jan. 1947.
- RELATÓRIO da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe, apresentado em 10 de janeiro de 1948 ao Exmº Sr. Dr. Secretario da Segurança Pública do Estado de Sergipe.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan.-jun. 2004.
- ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009.
- ROCHA, Raquel Caminha. —**Aparta que é brigal: discurso, violência e gênero em fortaleza (1919-1948)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- ROTHMAN, David J. **The Oxford history of the prison: the practice of Punishment in Western Society**. Austin: University of Texas Press, 1998.
- SALLA, Fernando. A pesquisa na prisão. In: LOURENÇO, Luiz Cláudio; GOMES, Geder Luiz Rocha. **Prisões e punição no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2013.

- SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume, 1999.
- SALVATORE, Ricardo. Penitentiaries, visions of class and export economies: Brazil and Argentina Compared. *In*: AGUIRRE, Carlos; SALVATORE, Ricardo D. **The birth of the penitentiary in Latin America: essays on criminology, prison reform and social control, 1830-1940**. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 1996.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. *In*: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013.
- SANT'ANNA, Marielene Antunes. Existem boas almas atrás das grades? Representações de prisões e prisioneiros na imprensa do Rio de Janeiro na Primeira República. *In*: ROSEMBERG, André; BRETAS, Marcos Luiz; CARNEIRO, Deivy Ferreira. **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais**. Uberlândia: EDUFU, 2015.
- SANT'ANNA, Marilene Antunes. **A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro**. 2010. 223 f. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SANTANA, Cleber de Oliveira. **É gente que samba! Práticas culturais e sociabilidades na cidade de Aracaju/SE**. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SANTANA, Marilene Antunes. Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. *In*: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- SANTOS, Gilfrancisco dos. **Centenário (1915-2015): Carlos Garcia, um militante comunista em defesa do operariado**. 9 mar. 2015. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/boff-e-a-tentativa-de-golpe-dos-derrotados/>. Acesso em: 8 set. 2019.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do —ser negro**: um percurso das ideais que naturalizam a inferioridade dos negros. São Paulo: Pallas, 2005.
- SANTOS, Jozana Glória dos. **Estigmas na educação: o encarceramento simbólico das juventudes do Bairro América em Aracaju/SE**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SANTOS, Jozana Glória dos; SANTOS, Najó Glória dos; MEDEIROS, Andressa Maria Machado. Bairro América: estigmas e a construção social juvenil. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 10.; FÓRUM PERMANENTE INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL, 11., 2017, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: UNIT, maio 2017. Disponível em: <https://ww2.unit.br/enfope2017/>. Acesso em: 30 dez. 2019.
- SANTOS, Maria Nely. **Aracaju: um olhar sobre sua evolução**. Aracaju: Triunfo, 2008.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiros e vagabundos no início da Era Republicana. **Revista Topoi**, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan. 2004.
- SANTOS, Ruth Conceição Farias. **Representações sociais de aprisionados (as) e técnicos (as) sobre programas de ressocialização (atividades de educação e trabalho) no sistema**

prisional no Estado de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Wagner Emmanoel Menezes. **A polícia de ronda a fábrica**: punição do operariado na Fábrica de Sergipe Industrial (1950-1953). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal, jul. 2013. Tema: Conhecimento histórico e diálogo social.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Modernidade e moradia: aspectos do pensamento sobre a habitação popular no processo de modernização das cidades sergipanas (1890-1955). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 40, p. 93-112, 2010.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Modernização centralizadora**: território e desenvolvimento urbano na província de Sergipe (1855-1860). Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida; LEÃO, Eudorica Luciana Almeida. Prostituição, cidade e imprensa: um ensaio sobre Aracaju na era Vargas (1937-1945). **Cordis: História, Corpo e Saúde**, n. 7, p. 311-336, jul./dez. 2011.

SCHETTINI, Cristina. —**Que tenhas teu corpo!**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Questão racial no Brasil. *In*: SCHWARCZ, Lília Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (org.). **Negras imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.

SCOOT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista de Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

SEBRÃO, Cypriano d'Almeida. **Relatório de Presidente de Província**. 1 mar. 1873.

SERGIPE. Assembleia Legislativa. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Lei n. 943, de 9 de outubro de 1926**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1930.

SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 – APES.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão do progresso. *In*: NOVAIS, A. Fernando; SEVECENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil, 3**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alden José Lázaro da. **Tatuagem desvendando segredos**. Cartilha de Orientação Policial. Salvador: Magic Gráfica, 2011.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1988-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2006.

SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da história de Aracaju**. 2. ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2005.

SOUSA, Antônio Lindvaldo Sousa. A manutenção da ordem pública e as relações de poder em Sergipe (1889-1930). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 32, p. 155-172, 1999.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do século XX. **Revista Ponta de Lança**, ano 4, n. 8, abril-out. 2011.

SOUSA, Fábio Gutemberg. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande, 1920-1945. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. **Tombamento da Casa de Detenção**: antiga Penitenciária. Processo n. 014. Relatório apresentado ao Conselho Estadual de Cultura (CEC). Aracaju: CEC, 2007.

SOUZA, Robério S. **Tudo pelo trabalho livre!**: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA, 2011.

TRINDADE, Cláudia Moraes. **A Casa de Prisão com trabalho da Bahia, 1833-1865**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser preso na Bahia no século XX**. 2012. 304 f. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ZOMIGHANI Jr., James Humberto. **Desigualdades espaciais e prisão na Era da Globalização Neoliberal**: fundamentos da insegurança no atual período. 2013. 437 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LISTA DE FONTES⁵⁴¹

Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES/SP⁵

ANO	REFORMATÓRIO PENAL/ARQUIVO PÚBLICO	VOLUME
1822-1936	Relação de crime, relação de presos, requerimento de presos	SP ⁵ -291
1869-1872	Livro de entrada dos presos	SP ⁵ -20
1870-1941	Estatísticas criminais acompanhada de mapas.	SP ⁵ -47
1890-1953	Diversos: Termo de verificação, termo de visitas, mapas, boletins.	SP ⁵ -289
1898-1967	Carta de Guia de Sentença	SP ⁵ -161
1900 a 1970	Atos – Portarias	SP ⁵ -248/133
1901-1915	Livro de relação presos	SP ⁵ -29
1903-1923	Mapas diários do corpo policial de Sergipe	SP ⁵ -71
1912-1913	Termos de visitas a Casa de Prisão	SP ⁵ -64
1917-1919	Guias de sentenciados	SP ⁵ -290
1919	Termo de inspeção de saúde da casa da Prisão, termo de visitas.	SP ⁵ -30
1925-1926	Livro de parte diária da Penitenciária	SP ⁵ -91
1925-1975	Diversos: inquéritos administrativos, mapas carcerários, punição.	SP ⁵ -255
1930	Enfermaria e Prontuários	SP ⁵ -46

⁵⁴¹ Estão listadas neste espaço as principais fontes desta pesquisa. O leitor poderá encontrar as especificações de indicações nas notas de rodapé constantes no corpo do texto.

1933	Correspondências recebidas, ofícios. Procedências:	SP ⁵ -32 / 171
1934-1936	Fichas Individuais dos sentenciados	SP ⁵ -271
1936-1937	Partes diárias do Reformatório Penal	SP ⁵ -272
1937-1939	Correspondência recebida, ofícios. Procedências: chefe de polícia,	SP ⁵ -244
1939-1941	Estatística criminal acompanhada de mapas.	SP ⁵ -47
1939-1949	Mapas do movimento da enfermaria da Casa de Prisão.	SP ⁵ -51
1944	Parte diária da Penitenciária do Estado de Sergipe	SP ⁵ -275
1945-281	Diversos: Laudos Psiquiátricos Periciais	SP ⁵ -281
1946-1973	Cartas Guias: cumprimento de pena, pedidos de indulto e livramento.	SP ⁵ -218
1947-1970	Relatórios: Laudo Psiquiátrico	SP ⁵ -159/169
1952	Ficha Individual de Detentos	SP ⁵ -258
1952	Registro de remessa da Penitenciária do Estado	SP ⁵ -127
1953	Relação nominal dos presos/ Boletins individuais de sentenciados	SP ⁵ -42
1964-1968	Faltas disciplinares e castigos aos presos da Penitenciária.	SP ⁵ -155
1940	Normas Gerais do Direito Penitenciário	Cx. 18 nº 2533
1941	Discurso de Graco Cardoso/Capelão Domingos Fonseca	Cx. 41-40

Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES/SP⁵

LIVRO DE PARTE DIÁRIO			
ORD	REFERÊNCIA	PÁGINAS	ANO
01	SP ⁵ -166	448	1941
02	SP ⁵ -166 ^a	279	1945
03	SP ⁵ -72	201	1932
04	SP ⁵ -80	401	1936
05	SP ⁵ -86	244	1945
06	SP ⁵ -93	597	1952
07	SP ⁵ -103	409	1955
08	SP ⁵ -104	33	1954
09	SP ⁵ -106	233	1932
10	SP ⁵ -107	160	1926
11	SP ⁵ -149	172	1949

12	SP ⁵ -160	301	1938
13	SP ⁵ -166	101	1942
14	SP ⁵ -182	158	1946
15	SP ⁵ -179	158	1938

Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES/SP⁵

FICHAS DE SENTENCIADOS			
ORD	REFERÊNCIA	PÁGINAS	ANO
01	SP ⁵ -111	24	1946
02	SP ⁵ -119	115	1951
03	SP ⁵ -115	155	1946/47
04	SP ⁵ -118	198	1947/51
05	SP ⁵ -119	114	1951/52
06	SP ⁵ -120	102	1952/53
07	SP ⁵ -180	151	1954/1955
08	SP ⁵ -217	139	1954
09	SP ⁵ -264	210	1946/1947

Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES/SP⁵

PRONTUÁRIOS			
ORD	REFERÊNCIA	QUANTITATIVO	ANO
01	SP ⁵ -277	29	1945
02	SP ⁵ -279	9	1948/59
03	SP ⁵ -265	22	1954/56
04	SP ⁵ -268	17	1960
05	SP ⁵ -261	38	1932/47
06	SP ⁵ -271	22	1934/36
07	SP ⁵ -284	53	1949
08	SP ⁵ -254	85	1940
09	SP ⁵ -262	56	1940
10	SP ⁵ -265	01	1946

11	SP ⁵ -267	50	1959
12	SP ⁵ -270	28	1932
13	SP ⁵ -272	25	1937
14	SP ⁵ -274	49	1946
15	SP ⁵ -276	04	1945
16	SP ⁵ -277	25	1946
17	SP ⁵ 278	124	1942
18	SP ⁵ -279	48	1959
19	SP ⁵ -286	47	1945

Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe

1. PRECONCEITO/NEGRO

Pedido de Indulto, no qual os réus cometeram crime após chamarem a vítima de -negro velhol.

Data do documento: 09/02/1948

AJU/1ª V. CRI – Diverso Penal Cx. 03/2524

Fonte: Guia de Fontes Temáticas - AGJES

2. PENITENCIÁRIA MODELO

Processo Crime de homicídio ocorrido nas dependências da Penitenciária Modelo o que induz a uma inspeção na referida Penitenciária.

Data do documento: 18/12/1931

AJU/1ª V. CRI – Processo Crime: Homicídio e Tentativa de Homicídio Cx. 11/2566

Fonte: Guia de Fontes Temáticas - AGJES

3. PENITENCIÁRIA MODELO

Processo Crime no qual consta que um vigilante da Penitenciária Modelo praticou na pessoa do detento Manoel Albertino de Souza, vulgo -Bola de Nevell, as lesões corporais descritas no auto de corpo delito.

Data do documento: 29/07/1941

AJU/1ª V. CRI – Processo Crime: Ofensas Físicas e Verbais. Cx. 23/2601

Fonte: Guia de Fontes Temáticas - AGJES

4. RELATÓRIOS E PARECERES

Relatórios da inspeção e pareceres no prédio da Penitenciária Modelo em virtude das denúncias de maus tratos e espancamentos de presos.

Data do documento: 21.07.1931

5. PROCESSOS CRIMES E CARTAS DE LIVRAMENTO CONDICIONAL

Processos crimes julgados na vara de Aracaju/1ª

Ano: 1930-1955

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Jornais Sergipanos (1926-1960) / Relatórios do Governo do Estado de Sergipe (1926-1960).

Mensagens de Governo e Relatórios

Crônicas sobre a cidade de Aracaju

Obras de memorialistas

MODELOS DE FICHAS DE PESQUISAS: formulários no google docs.⁵⁴²

a) Formulário para fichas de identificação de presos.

The screenshot shows a Google Forms interface in a web browser. The form title is "BANCO DE DADOS - PENITENCIÁRIA MODELO DO ESTADO DE SERGIPE". Below the title, the following text is displayed: "Programa de Pós Graduação em História - Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Projeto: 'A Grande': experiências carcerárias na Penitenciária Modelo de Aracaju, 1930-1960. Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento. Orientanda: Mariana Emanuelle Barreto de Góis. Fundo: Segurança Pública do Estado de Sergipe. Fontes: Fichas dos Detentos". The form contains several input fields: "Nome:", "Naturalidade:", "Residência:", "Alcunha:", and "Idade:". The browser's address bar shows the URL "https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScp_zQe0IKdT6xYiusdsr8GV4ZAHCR0StEG6QBJRITJB-nZxg/viewform". The system tray at the bottom indicates the time as 00:34 on 21/03/2018.

b) Formulário para fontes diversas

The screenshot shows a Google Forms interface in a web browser. The form title is "BANCO DE DADOS - PENITENCIÁRIA MODELO DO ESTADO DE SERGIPE". Below the title, the following text is displayed: "Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História - Doutorado. Projeto: 'A Grande': experiências carcerárias na Penitenciária Modelo de Aracaju, 1930-1960. Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento. Orientanda: Mariana Emanuelle Barreto de Góis. Fundo: Segurança Pública do Estado de Sergipe." The form contains a section titled "Fonte:" with three checkboxes: "Livro de parte diária", "Documentos diversos", and "Jornais". Below this is a section titled "Observações:" with a text input field labeled "Sua resposta". The browser's address bar shows the URL "https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSekZrduw5sRJEe18O3KthYnJEGOHtV2pffw_FPAPm7CkGAbOg/viewform". The system tray at the bottom indicates the time as 00:34 on 21/03/2018.

⁵⁴² Os modelos de fichas a e b foram produzidas para auxiliar na montagem do Banco de Dados. Com a aplicação da ficha a, podemos ter uma visão minuciosa do perfil da população carcerária; e a ficha b foi utilizada para listas questões importantes para o andamento da pesquisa. Como exemplo citamos as notas publicadas nos jornais, documentos oficiais gerados pela instituição e relatos dos livros de parte diária, sobre o cotidiano prisional da -Grandell.

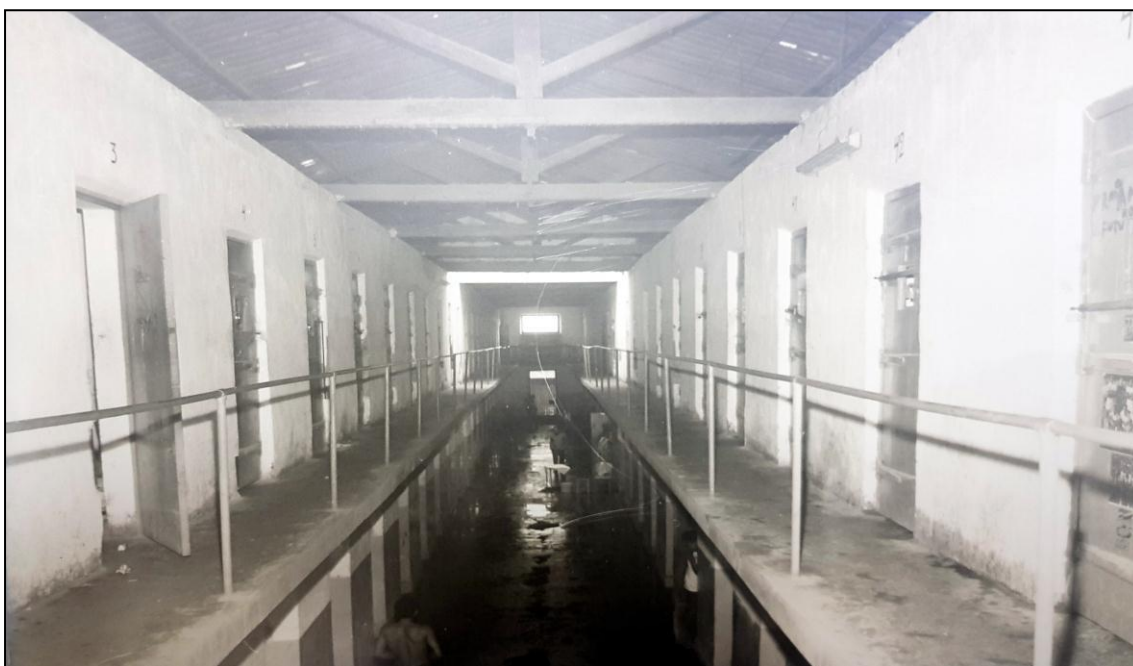
ANEXOS

ANEXO 1 – VISÃO DO FUNDO DAS CELAS



Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950.

ANEXO 2 – VISÃO DOS CORREDORES DA ALA —BII



Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950.

ANEXO 3 – PARTIDA DE FUTEBEL AOS DOMINGOS



Fonte: Acervo do EGPSP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950.

ANEXO 4 – INTERIOR DA CELA



Fonte: Acervo do EGPSP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950.

ANEXO 5 – LEI DE CRIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA MODELO

Lei n. 943

DE 9 DE OUTUBRO DE 1926

Crêa a Penitenciária do Estado

O Presidente do Estado de Sergipe:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art 1º É creada a Penitenciária do Estado, tendo por sede os novos edifícios e instalações para êsse fim construídos pela administração pública do alto do Pindaíba.

Art. 2º A Penitenciária do Estado é destinada ao cumprimento da pena dos réus condenados à prisão celular, em virtude de sentença criminal passada em julgado.

Art. 3º Os atuais detentos da antiga Cadeia Pública passarão a cumprir o tempo de pena que lhes resta em a nova Penitenciária a cujo regime ficarão sujeitos.

Art. 4º Quando a pena não exceder de dois anos, o cumprimento dela se efetuará com isolamento celular, por tempo nunca inferior à quarta parte de sua duração; nos períodos sucessivos, com trabalho em comum, segregação noturna e silêncio durante o dia (Código Penal, art. 45, letra b).

§ 1º. O limite mínimo do tempo a que se refere a primeira parte dêste artigo dependerá da própria conduta do condenado e do grau de seu aproveitamento na meditação da culpa.

§ 2º. Os réus condenados à prisão celular, com trabalho obrigatório, em comum, nos têrmos do Código Penal vigente, receberão também instrução moral e cívica, e são obrigados o [sic] observar a disciplina que fôr estabelecida pelo regulamento que baixar em execução da presente lei.

Art. 5º O preso que houver cumprido metade da pena, quando esta não tenha sido menor de quatro anos, poderá ser aproveitado na secção de horticultura da Penitenciária.

Art. 6º Poderá ser concedido livramento condicional a todos os condenados a penas restritivas da liberdade, por tempo não menor de quatro anos de prisão de qualquer natureza, desde que se verifique as condições estatuídas [sic] pelo decreto federal n. 16.665, de Novembro de 1924, que regula o referido Instituto.

Art. 7º A execução da sentença criminal será feita, discriminadamente, por períodos gradativos e sucessivos do seguinte modo:

1º - primeiro período: preparação do condenado, com isolamento celular durante a noite;

2º - segundo período: trabalho em oficinas, com isolamento celular durante a noite;

3º - terceiro período: trabalho horticular de comunhão durante o dia e podendo cessar, sempre que possível, o isolamento noturno;

4º - quarto período: trabalho em liberdade condicional, de acôrdo com as prescrições da lei.

Art 8º Ao condenado será dado trabalho de preferência adaptado às suas habilitações e precedentes ocupações. (Código Penal art. 53)

Art. 9º O trabalho dos condenados será retribuído em quantia diária, paga em décimos proporcionais às respectivas produções tendo-se sempre em vista suas aptidões e comportamentos, estando, para êsse fim, divididos em classes.

Art. 10º A Penitenciária do Estado terá o seguinte pessoal:

1 diretor, 1 secretário, 1 escriturário datilógrafo, 1 escriturário,

1 médico psiquiátrico, 1 farmacêutico, 1 professor de educação moral e cívica

2 professores primários, 1 eletricista, 1 eletricista-auxiliar, 1 enfermeiro,

1 enfermeiro-ajudante, 1 encarregado da portaria e almoxarifado, 1 encarregado das oficinas (contratado), 6 guardas vigilantes, 1 cozinheiro, 1 ajudante

de cozinheiro, 1 servente, 1 chauffeur do carro de condução dos detentos, um chauffeur da diretoria.

Art. 11. O diretor será nomeado dentre os bacharéis ou doutores em direito sólidos conhecedores das ciências sociais e da moderna penalogia.

Parágrafo único. O Presidente do Estado poderá designar para

Exercer em comissão o cargo de diretor da Penitenciária magistrados em efetividade ou em disponibilidade.

Art. 12. Os vencimentos dos funcionários de que trata o art.

10 são os constantes da tabela anexa.

Art. 13. A diretoria e administração da Penitenciária são imediatamente subordinados à Diretoria de Segurança Pública.

Art. 14. O diretor, o secretário, os escriturários, o médico, o farmacêutico, os professores, os eletricitas, os enfermeiros e o encarregado da portaria e do almoxarifado serão nomeados pelo Presidente do Estado; os demais empregados serão de livre escolha e nomeação do diretor do estabelecimento, menos o encarregado das oficinas, que servirá de contrato feito com o Governo.

Art. 15. O programa de ensino será organizado pelo diretor do estabelecimento e aprovado pelo diretor de Segurança Pública.

Art. 16. Os professores de ensino primário gozarão dos mesmos direitos e vantagens dos professores de Grupos Escolares da capital.

Art. 17. O professor de educação moral e cívica gozará de todos os direitos e vantagens conferidos aos catedráticos da Escola Normal - Rui Barbosa.

Art. 18. A cultura moral e cívica será ministrada por meio de exemplos que possam encontrar eco na consciência dos detentos, facultada essa que cumpre ser desenvolvida mediante questões relativas à justiça ou injustiça dos atos humanos e perfeita moralidade dos mesmos.

§ 1º. Os atos de temperança, sobriedade, o sentimento de respeito à vida humana, à propriedade alheia, da subordinação ao dever e ao princípio da autoridade, da obediência à lei, do amor à família e ao próximo serão sempre presentes à intuição dos sentenciados, de modo tão claramente tangível a facilmente poderem eles discriminar o bem do mal e a virtude do vício. A cultura moral resultará, em suma, concretamente de todas as circunstâncias morais do próprio funcionamento ativo do estabelecimento, de sua finalidade, da ordem, asseio, honestidade que nele reinar.

Depende, menos, por conseguinte, de fórmulas abstratas e doutrinárias, que do próprio concurso da administração e esforço pessoal do professor perderem os detentos os hábitos que os levaram à prática dos delitos pelos quais respondem, e adquirirem, por influência exclusiva da vontade esclarecida e bem guiada, o afeto espontâneo ao trabalho e, por atuação dêste, perseverarem nos propósitos salutareos de regeneração individual.

§ 2º Com os rudimentares preceitos de higiene do corpo e da alma, o professor demonstrará, por fatos impressivos, os perigos provenientes do álcool, do abuso do fumo e dos jogos de azar.

§ 3º A cultura moral e cívica será auxiliada na Penitenciária do Estado por ilustrações, livros de leituras adequadas e exhibições cinematográficas.

Art. 21. O serviço odontológico ficará a cargo dos cirurgiões-dentistas que exerçam cargos públicos estaduais de funções clínicas de sua profissão, designados pelo Governo e em tal serviço revestidos.

Art. 22. O Governo dará regulamento à Penitenciária do Estado, tomando por base os dispositivos constantes desta lei.

Art. 23. Para execução da presente lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú, 9 de Outubro de 1926, 38º da República.

Governo de Maurício Graccho Cardoso

Carlos Alberto Rola

FONTE: SERGIPE. Assembleia Legislativa. *Leis e Decretos do Estado de Sergipe de 1926*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1939. p. 4-6.

ANEXO 6 – REGULAMENTO DA PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE

REGULAMENTO DA PENITENCIARIA DO ESTADO DE SERGIPE

Art. 1º. A Penitenciaria do Estado de Sergipe é um refomatorio penal, destinado a execução das penas previstas pela legislação vigente.

Art. 2º. Organizar-se-á na Penitenciaria um trabalho de selecção e tratamento individualizado de referencia ás anomalias degenerescentes e disturbios funcçionaes dos detentos, de modo a facilitar a diagnose e prognose criminal.

Art. 3º. Procurar-ise-á, sempre que possivel, aproveitar as aquisições da sciencia experimental moderna, no sentido ser applicado um systhema penitenciario que vise a defesa social e o estudo pormenorizado do delinquente, seu grau temibilidade, corrigibilidade e readaptação social.

CAPITULO II

Do pessoal da administração

Art. 4º. O pessoal adminisitrativo Penitenciaria do Estado será composto dos seguintes empregados :

Um diretor; um escriptuario auxiliar da administração ; um medico ; dois professores ; um electricista ; um enfermeiro. de um auxiliar dactylographo ; dois guardas de segunda ; quatro segunda ; um chauffeur ; um carroceiro e um bombeiro.

Art. 5º. Nenhum empregado, sob pena de demissão poderá:

- a) associar-se a fornecedores do estabelecimento ;
- b) empregar algum sentenciado em serve particular, sem conhecimento do director ;
- c) empregar em use proprio objectos do estabelecimento destinados a use diferente ;
- d) acceitar de sentenciados, de parentes ou amigos sentenciados, presente, proposta ou promos ;
- e) tomar dinheiro emprestado ; comprar ou vender objetos aos sentenciados ;
- f) encarregar-se, sem permissão especial do director, de levar aos sentenciados ; ou trazer objectos pertencentes aos presidiarios, servindo-lhes de intermediario entre si ou com outras pessoas, dar noticias, favorecer correspondentes, etc.

Art. 6º A nomeação do director da Penitenciaria do Estado obedece ao Decreto n. 278, de 12 de Fevereiro de 1935, da Interventoria Federal.

§ 1º. O medico, o escriptuario auxiliar da administração, o electricista e os professores serão de livre nomeação do Governo do Estado, dentrecidadãos maiores de 21 annos, que possuam capacidade moral, intelectual e techina para o desempenho dos respectivos cargos.

§2º. O almoxarife, o enfermeiro, os guardas e o chauffler da Penitenciária serão nomeados por portaria do director, o mesmo acontecendo de referencia ao mestre das oficinas, bombeiro e carroceiro.

Art. 7º. Cumpre ao diretor da Penitenciária:

- a) Orientar a técnica e a ciência a aplicação do systema penitenciário ;
- b) Velar pela ordem e disciplina do estabelecimento, pelas disposições do serviço econômico e direção dos trabalhos, percorrendo sempre do serviço econômico e direção dos trabalhos, percorrendo sempre que achar conveniente as oficinas e mais dependências do estabelecimento ;
- c) Classificar os sentenciados e lhes designar as celulas que devam ocupar, organizar os proptuarios previstos pelo Decreto Federal n. 16.665, de 1924, procurando estudar a vida de cada delinquente, a sua aptidão para o trabalho, os seus disturbios funcionaes indicativos de degenerescência, o que seu índice de periculosidade e regeneração, enfim a possibilidade de reintegração social do delinquente ;
- d) determinar o trabalho a que se deva aplicar o sentenciado, attendendo á vocação de cada um e á sua organização physio-psychica ;
- e) recommendar a vigilancia do estabelecimento e dos detentos ao tenente e aos guardas da Penitenciária ;
- f) aplicar as penas disciplinares previstas neste regulamento e presidir aos inqueritos administrativos, que julgar necessarios para apurar faltas dos funcionarios, ou indisciplina dos detentos ;
- g) autorizar as despêsas necessarias ao estabelecimento, fazendo as requisições mensais, de accordo com as dotações orçamentais, juntando a documentação comprobatória das mesmas, por ocasião da prestação de contas mensal ;
- h) officiar ao Governo do Estado acerca da necessidade urgente de se effectuarem obras necessarias á conservação do período da Penitenciária;
- i) apresentar annualmente e no dia trinta de Novembro um relatorio descriptivo dos trabalhos effectuados, do movimento da Pnitencaria e das necessidades de alteração no preio e no quadro dos funcionarios, visando melhorar a applicação do systema penitenciário ;
- j) satisfazer as requisições feitas pelas autoridades judicias competentes, podendo taes requisições serem feitas diretamente, ou por intermédio do chefe de Policia do Estado ;
- k) requisitar ao chefe de policia as praças da Policia Militar necessarias á guarnição do estabelecimento, que, em caso algum, poderá ter menos de vinte praças, dois cabos, um sargento e um tenente commandante da guarnição ;
- l) franquear ás autoridades judicias competentes e aos representantes do Ministerio Publico, a entrada no estabelecimento, quando ahi fôrem em razão de seus officios ;
- m) exercer as funcções de secretario do Conselho Penitenciario do Estado, requisitando os autos que houver necessidade para esclarecimento do processo de livramento condicional ;
- n) examinar a correspondencia recebida e expedida pelos detentos ;
- o) officiar ao juiz das Execuções Criminaes do Estado e ao chefe de Policia, communicando-lhes a evasão de sentenciados e pedindo-lhes as providencias necessarias para a captura dos mesmos ;
- p) autorizar ao encarregado do almoxarifado de vender os objectos confeccionados nas officinas do estabelecimento ;

q) permittir o ingresso de pessoas idoneas, que desejem visitar o estabelecimento ;
r) autorizar a transferencia para a enfermaria, ou manicomio judiciario, de detentos enfermos ;

s) providenciar nos casos omissos neste regulamento, dando posteriormente conhecimento ao secretario geral do Estado.

Art. 8º. São deveres e attribuições do escriptuario auxiliar da administração :

- a) substituir o director, quando este estiver licenciado ;
- b) fazer a escripturação do estabelecimento ;
- c) visar, juntamente com o director, as requisições internas do estabelecimento ;
- d) velar pela boa ordem do archivo e biblioteca ;
- e) organizar trimestralmente uma relação dos objectos pertencentes á Penitenciaria, discriminando-lhes o estado de conservação e apresentando ao director para ser visada ;
- f) velar pela boa ordem do estabelecimento, communicando ao director qualquer alteração havida ;
- g) auxiliar o director nos trabalhos referentes á administração da Penitenciaria.

Art. 9º. São deveres e attribuições do medico :

- a) comparecer três vezes por semana para visitar os enfermos e, extraordinariamente, todas as vezes que for necessario, a criterio do director, que lh'ó communicará por officio ;
- b) entregar semanalmente ao director um boletim minucioso da enfermaria ;
- c) apresentar annualmente ao director, no ultimo de Outubro, relatorio pormenorizado acerca do estado de sanidade dos detentos e indicar os melhoramentos necessarios á salubridade e hygiene do estabelecimento.

Art. 10. São deveres e attribuições do almoxarife :

- a) effectuar, com autorização do director, as compras necessarias ao estabelecimento ;
- b) escripturar, em livro rubricado pelo director, a entrada e sahida de objectos, não fazendo entrega a qualquer funcionario senão mediante requisição assignada pelo requisitante, pelo escriptuario e visada pelo director ;
- c) velar pela boa guarda e conservação dos genros alimentícios e dos objectos que lhe fórem confiados ;
- d) receber os objectos confeccionados nas offcinas, apresentando diariamente uma relação ao director, e effectuar as vendas, quando por este autorizado.

Art. 11. São deveres e attribuições do enfermeiro :

- a) cumprir as ordens dadas pelo medico e fiscalizar os doentes, afim de que os mesmos tomem os remedios prescriptos pelo medico e lhe siga a dieta recomendada ;
- b) velar pelo asseio e bôa ordem da enfermaria, fazendo os curativos dos doentes e informando ao director e ao medico, a marcha da molestia de cada um ;
- c) providenciar as requisições de medicamentos, feitas pelo medico e, quando ocorrer algum óbito no estabelecimento, communicar immediatamente ao medico, que lhe forneccerá o attestado de obito respectivo, o qual deverá ser registrado no cartorio competente.

Art. 12. São deeres e attribuições do electricista :

- a) diligenciar para que o estabelecimento seja bem iluminado, fazendo os concertos necessarios e requisitando por escripto materiaes ao director ;

- b) fiscalizar o cumprimento do horario de illuminação estabelecido, a criterio do director ;
- c) velar pelo serviço de abastecimento de agua, tomando as providencias que fórem necessarias, afim de evitar que qualquer irregularidade, ordenando ao encarregado das bombas o que convier á bôa marcha do serviço e fazendo os reparos e concertos urgentes.

Art. 13. São deveres e attribuições dos guardas da Penitenciaria :

- a) exercer a maior vigilancia sobre os sentenciados, espreitando-lhes as acções e movimentos, observando com exactidão si cumprem os seus deveres e communicando ao director e ao tenente commandante da guarnição qualquer alteração havida durante as vinte e quatro horas ;
- b) manter o respeito devido junto aos sentenciados advertindo-os com docilidade, quando estes porventura infringirem as normas disciplinares do estabelecimento, vigiando sempre no sentido de que seja mantido silencio absoluto durante a noite e demais horas previstas por este regulamento ;
- c) fiscalizar rigorosamente o asseio do estabelecimento, communicando ao director qualquer irregularidade no serviço de abastecimento de agua ;
- d) velar pela bôa guarda e tratamento dos loucos, fiscalizando constantemente o pavilhão de alienados ; tratar os loucos com humanidade, communicando ao director qualquer alteração ;
- e) nenhum guarda receberá ou entregará o serviço a seu cargo antes de effectuar uma completa vistoria no estabelecimento ;
- f) é expressamente prohibido aos guardas inflingirem castigos corporaes aos sentenciados e loucos.

Art. 14. A guarnição da Penitenciaria será composta, em tempo normal, de dezoito praças da Policia Militar, dois cabos e um sargento, commandados por um tenente.

Art. 15. São deveres e attribuições do tenente commandante da guarnição da Penitenciaria :

- a) responder pelo serviço de vigilancia do estabelecimento, tomando providencias energicas no sentido de impedir qualquer evasão de detentos ;
- b) communicar diariamente ao director qualquer irregularidade e, no caso de evasão, communicar tambem ao chefe de Policia;
- g) communicar por escripto, ou verbalmente, ao director qualquer negligencia praticada pelos guardas, de referencia ás attrições que lhes competem.

CAPITULO III

Dos presidiarios

Art. 16. São deveres dos presidiarios :

- a) os sentenciados appellados, e os que aguardem julgamento pelo jury, devem obedecer, sem observações nem murmurijs, aos guardas encarregados de vigial-os e aos funcionarios da administração, cumprindo-lhes executar fielmente as ordens emanadas do director, por intermedio do escriptuario auxiliar da administração, tenente commandante da guarnição e demais funcionarios, do estabelecimento ;

b) devem os presidiarios compenetrat-se sua situação e da necessidade de se comportarem bem, afim de lhes ser facilitada a concessão do livramento condicional e outros beneficios legais, que só poderão obter guardando bôa conducta no estabelecimento e mediante informação do director ;

c) devem mostrar-se polidos e educados, quando tratarem com os funcionarios do estabelecimento e com as pessoas que lhes visitarem no estabelecimento ;

d) devem os presidiarios guardar silencio absoluto durante a noite, só lhes sendo facultado fallar ou conversar, em voz moderada, nas horas estabelecidas neste regulamento ;

e) é expressamente prohibido aos presidiarios estacionarem nas galerias, corredores e escadarias do estabelecimento e quando em serviço devem procurar effectual-o com presteza ;

f) devem os presidiarios effectuar diariamente o asseio de seus cubiculos e velar pela conservação da roupa de cama e demais objectos que estiverem em seu poder ;

g) durante o dia, quando o presidiario não estiver na officina, na escola ou em qualquer serviço autorizado pelo director, deve recolher-se ao seu cubículo, sendo-lhe vedado entrar em cubículo, alheio.

CAPITULO IV

Do regime disciplinar

Art. 17. Nenhum sentenciado poderá ser recebido na Penitenciaria do Estado sem vir acompanhado de carta de guia do juiz competente. Os réus pronunciados que venham aguardar julgamento pelo jury deverão ser acompanhados de officio do chefe de Policia, no qual sejam especificados os termos da pronuncia ; finalmente os detidos, em virtude de decreto de prisão preventiva, deverão vir acompanhados de officio da autoridade que a decretou.

§ 1º. A carta de guia a que allude este artigo deverá ser pormenorizada, informando á directoria do estabelecimento das circunstancias do crime commettido, não esquecendo as minucias referentes á vida pre-carceraria do detento.

§ 2º. Ninguem será recolhido á Penitenciaria do Estado sem ordem escripta da autoridade competente, observando-se o disposto no art. 113, n. 21, da Constituição Federal.

Art. 18. O sentenciado, ao entrar na Penitenciaria do Estado, será conduzido ao salão da directoria, sendo ahi matriculado ; em seguida recolher-se-á á cellula que o director lhe designar. Com a maxima brevidade deverá o detento ser submettído á inspecção de saude pelo medico do estabelecimento e exame psychologico pelo director, que lhe iniciará o promptuario que terá o mesmo numero da matricula.

Art. 19. Com o auxilio do Gabinete de Identificação da Policia serão tomadas as impressões digitaes, photographia e medições anthropometricas, obedecendo ao processo de Bertillon-Vuscetich e ás innovações introduzidas por Leonidio Ribeiro no Instituto de Bio-Typoiogia do Rio de Janeiro.

Art. 20. Logo que seja introduzido na cellula será lido ao detento o regulamento e demais instrucções disciplinares, inclusive o modo de utilizar os objectos que lhe são confiados.

Paragrapho único. Este serviço será feito pelo guarda que estiver de serviço.

Art. 21. As vestes, dinheiro e outros objectos com que o sentenciado entrar para a Penitenciaria serão depositados na secretaria desta, mediante uma cautela que lhe será

fornecida pelo escripturario auxiliar da administração e visada pelo director, salvo, porém, quando o sentenciado preferir entregar taes objectos á familia.

Paragrapho unico. Em caso algum o sentenciado poderá ter dinheiro, ou qualquer objecto, sem prévio conhecimento e autorização do director.

Art. 22. Os presidiarios serão divididos em três classes, conforme estejam sentenciados, pronunciados ou appellados.

§ 1º. Os sentenciados, isto é, aquelles que já estiverem com a sentença, ou condemnação, passada em julgádo, formarão três sub-classes a saber :

- a) os criminosos primarios e os reincidentes que mostrarem exemplar comportamento durante um anno e meio ;
- b) os que pertencendo á classe A tiverem mau comportamento;
- c) os que pertencendo á classe B continuarem a demonstrar máo procedimento.

§ 2º. Para o sentenciado retornar da sub-classe C para a B são necessarios seis meses de bom comportamento ; para subir da sub-classe B para a sub-classe A tornam-se necessarios um anno e meio si o criminoso é reincidente e seis meses si é criminoso primario.

Art. 23. Mensalmente o director annotará nos promptuarios respectivos a conducta de cada detento, o seu aproveitamento na escola e aptidão para o trabalho.

Art. 24. Os sentenciados terão nos dias uteis uma hora e meia de descanso por ocasião do jantar, compreendido o tempo deste, e vinte minutos para o café da manhã.

Art. 25. As visitas não poderão demorar mais de uma hora e só serão permittidas de quinze em quinze dias, a criterio do director, que poderá suspendelas quando achar conveniente para a bôa disciplina do estabelecimento.

Art. 26. Aos sentenciados da sub-classe A o director poderá facultar maior numero de visitas.

Paragrapho unico. Não será permittida visita de pessoa que já cumpriu penas no estabelecimento, ou que sejam desprovidas de bôa moral.

Art. 27. O sentenciado que estiver soffrendo pena disciplinar não terá direito a visitas.

Art. 28. E' expressamente prohibida a visita de menores, mesmo que estejam acompanhados de seus paes, salvo, entretanto, os que estiverem matriculados em Faculdades Superiores do Paiz ou estrangeiras.

Art. 29. Além das visitas regulamentares, poderá o director permittir visita extraordinaria ao sentenciado que merecer. Esta, porém, será em sala reservada e não poderá exceder do prazo de trinta minutos.

Art. 30. Nenhum sentenciado poderá ser visitado duas vezes no mesmo dia pela mesma, ou differente pessoa.

Art. 31. Os sentenciados que, em qualquer ponto do estabelecimento, encontrarem o director, deverão levantar-se e tirar o chapéu em signal de respeito.

Art. 32. Os sentenciados deverão apresentar queixas ao director do estabelecimento, entretanto, não se admittirão as queixas collectivas.

Art. 33. Os sentenciados poderão escrever cartas, entretanto nenhuma será expedida ou recebida, pelos mesmos sem ser visada pelo director.

Parapho unico. A infracção deste dispositivo implicará uma pena disciplinar applicada ao infractor.

CAPITULO V

Do regime de trabalho

Art. 34. Na penitenciaria do Estado estabelecer-se-ão officinas para trabalhos que attendam ás condições seguintes ;

- a) sejam de facil apprendizado ;
- b) não sejam insalubres ;
- c) proporcione vantagens materiaes.

Art. 35. Os trabalhos ou officios serão distribuídos de accôrdo com as aptidões physicas e mentaes dos presidiados.

Art. 36. Os trabalhos nas officinas começarão meia hora após o café da manhã ; serão interrompidos ás 11 1/2 horas e reiniciados a uma hora e encerrados ás 5 horas.

Art. 37. Nenhum sentenciado poderá frequentar as officinas sem prévia autorização do director.

Art. 38. Durante os mêses de Outubro a Março o toque de despertar será ás 5 1/2 horas e de Abril a Setembro ás 6 horas, seguindo-se immediatamente, uma hora para gymnastica sueca, marchas militares e banho obrigatorio. A's 7 1/2 horas haverá o café e após este seguirão para o trabalho. A ceia será ás 8 horas.

Art. 39. Quando os sentenciados houverem de sahir do presidio para as officinas, o guarda encarregado destas procederá á chamada.

Art. 40. Introduzidos os sentenciados nas officinas, á voz do mestre tomarão os logares que lhes fôrem designados e dahi só poderão sahir mediante licença do guarda, ou do mestre das officias.

Art. 41. Ao toque para as refeições, os sentenciados deixarão o trabalho e serão conduzidos pelo guarda ás respectivas cellulas.

CAPITULO VI

Das penas disciplinares

Art. 42. As penas disciplinares serão impostas aos sentenciados na seguinte ordem, sem prejuizo das penas criminaes em que incorrerem pelo mesmo facto :

- a) privação de visitas, correspondencia ou outra concessão;
- b) degredação de classe ;
- c) redução, ou privação temporaria do salario ;
- d) reclusão na cellula ;
- e) em casos de extrema necessidade, quando o detento houver commettido falta gravissirna, insubordinando-se contra os guardas, poderão ser applicadas algemas, que não prejudiquem a saude do delinquente, mas lhe impossibilitem uma violencia, ou desforço pessoal.

Art. 43. Sómente o director tem competencia para applicar as penas disciplinares previstas por este regulamento, sendo expressamente prohibido a qualquer funcionario do

estabelecimento applicar castigos não previstos pelo presente regulamento e por fôrma differente a nelle estabelecida.

Art. 44. Todo sentenciado que infringir o silencio nocturno, ou disposições regulamentares, será advertido pelo guarda que estiver de serviço. Si, porém, o sentenciado não attender, será punido com a reclusão de um a dois dias na cellula.

§ 1º. Si a desobediencia fôr acompanhada de clamor, ou insulto, ao funcionario do estabelecimento, ou a outro presidiário, a pena será de reclusão por cinco a quinze dias.

§ 2º. Si o sentenciado procurar evadir-se, a pena será de um a três mêses de reclusão na cellula, soffrendo o dobro da pena si procurar alliar companheiros.

§ 3º. Quando o sentenciado procurar aggredir a outro companheiro, ou a qualquer funcionario do estabelecimento, a pena será a do paragrapho anterior, applicando-se-lhe algemas, si necessario.

Art. 45. O sentenciado que receber, ou expedir, para fóra do estabelecimento, qualquer objecto, sem o prévio conhecimento do director, será punido com reclusão cellular de oito a vinte dias.

Art. 46. Este regulamento vigorará emquanto não collidir com as nórmas fundamentaes do regime penitenciario, estabelecidas por lei federal, conforme preceitúa a Constituição da Republica.

CAPITULO VII

Disposições Transitorias

Art. 47. Além da tabella de verba "Material", destinada aos serviços da Penitenciaria, o Governo attenderá ás requisições justificadas do director sobre o augmento della, ou abertura de creditos extraordinarios.

Art. 48. O Governo providenciará, de accôrdo com a representação do director da Penitenciaria, para a construcção do Manicomio Judiciario, baixando-lhe o competente regulamento.


Art. 49, Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Interventor Federal no Estado de Sergipe, Aracaju, 22 de Março de 1935, 47º da Republica.

AUGUSTO MAYNARD GOMES

Nicanor Ribeiro Nunes.

ANEXO 7 – DECRETO LEI DE CRIAÇÃO DO BAIRRO AMÉRICA E DAS RUAS


ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Decreto - Lei N. 113

Denomina o Bairro America, aceita ruas e praças e as entrega ao trânsito público.

O Prefeito do Município de Aracajú, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n. I do Decreto-Lei n. 1202, de 8 de Abril de 1939,

DECRETA:

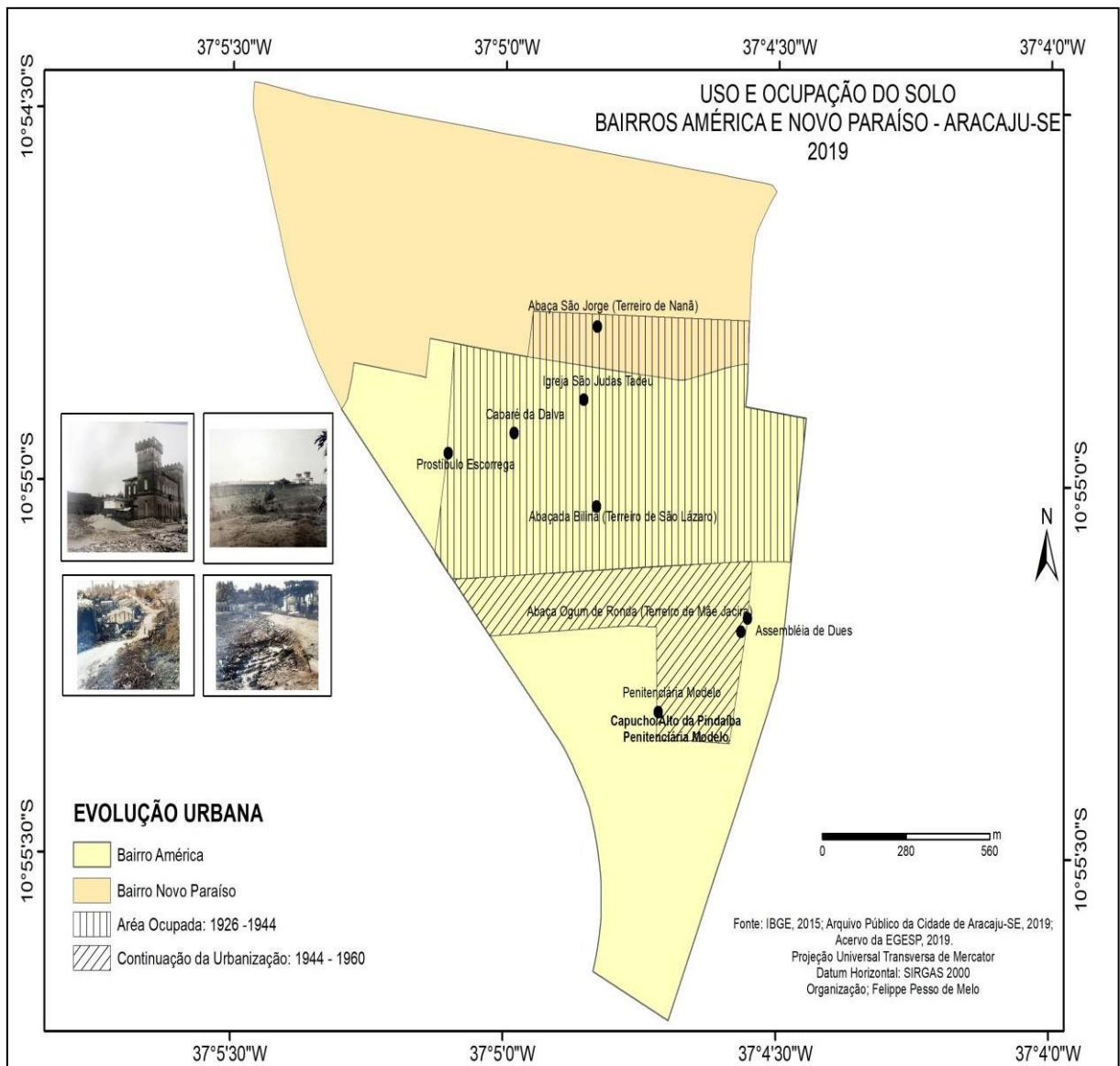
Art. 1º - Fica denominado Bairro America a área de terra no lugar chamado Capucho, Município da Capital, conforme planta aprovada pela Prefeitura de Aracajú em 17 de Novembro de 1944, de propriedade do sr. José Zuckerman e sua mulher, cujos leitos de ruas, foram, por êles, doados á Municipalidade, conforme escritura lavrada em 6 de Agosto de 1946, em notas do 2º Tabelião, livro n. 34 - A, fls. 121 a 123.

Art. 2º - Ficam aceitas e declaradas entregues ao transito público as ruas constantes da planta anexa, nesta data rubricada pelo Prefeito de Aracajú e que fica fazendo parte integrante deste decreto-lei.

Art. 3º - As ruas e praças do Bairro America terão as seguintes denominações:

Avenida Brasil	(Avenida A - Do inicio á rua V)
Avenida Estados Unidos	(Avenida A - Da rua V á praça Y)
Rua Equador	- Rua C
Rua Colombia	- Rua D
Rua Bolivia	- Rua E
Rua Cuba	- Rua F
Rua Mexico	- Rua G
Rua Canada	- Rua H
Rua Greolandia	- Rua I
Rua Haiti	- Rua J
Rua Honduras	- Rua K
Rua S. Salvador	- Rua L
Rua Costa Rica	- Rua M
Rua Guatemala	- Rua N
Rua Chile	- Rua O

ANEXO 8 – MAPA DE EVOLUÇÃO DO BAIRRO AMÉRICA



Fonte: IBGE, 2015; Arquivo Público da Cidade de Aracaju/SE, 2019; Acervo da EGESP, 2019;
 Projeção Universal Transversa de Mercator; Datum Horizontal: SIRGAS 2000; Organização: Felipe Melo